



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 30ª REUNIÃO

(1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)

**27/08/2015
QUINTA-FEIRA
às 09 horas e 30 minutos**

**Presidente: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Vice-Presidente: VAGO**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 55ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 27/08/2015.**

30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA
Quinta-feira, às 09 horas e 30 minutos

SUMÁRIO

1ª PARTE - INAUGURAÇÃO PAINEL EX-PRESIDENTES

FINALIDADE	PÁGINA
Cerimônia de aposição do retrato do Senador Ricardo Ferraço no painel de ex-Presidentes da CRE.	10

2ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA

FINALIDADE	PÁGINA
Audiência Pública para discutir os projetos estratégicos das Forças Armadas e a relação dos mesmos com a Base Industrial de Defesa.	11

3ª PARTE - DELIBERATIVA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 52/2015 - Não Terminativo -	SEN. VANESSA GRAZZIOTIN	15
2	PDS 210/2015 - Não Terminativo -	SEN. PAULO BAUER	96

3	PRS 20/2015 - Não Terminativo -	SEN. CRISTOVAM BUARQUE	116
4	MSF 49/2015 - Não Terminativo -	SEN. RICARDO FERRAÇO	123
5	MSF 93/2014 - Não Terminativo -	SEN. GLEISI HOFFMANN	244

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira

VICE-PRESIDENTE: VAGO

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)			
Jorge Viana(PT)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	1 José Pimentel(PT)	CE (61) 3303-6390 /6391
Lindbergh Farias(PT)	RJ (61) 3303-6427	2 Telmário Mota(PDT)	RR (61) 3303-6315
Gleisi Hoffmann(PT)	PR (61) 3303-6271	3 Delcídio do Amaral(PT)	MS (61) 3303-2452 a 3303 2457
Lasier Martins(PDT)	RS (61) 3303-2323	4 Humberto Costa(PT)	PE (61) 3303-6285 / 6286
Cristovam Buarque(PDT)	DF (61) 3303-2281	5 VAGO(16)	
Ana Amélia(PP)	RS (61) 3303 6083	6 Benedito de Lira(PP)(13)	AL (61) 3303-6148 / 6151
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)			
Edison Lobão(PMDB)	MA (61) 3303-2311 a 2313	1 João Alberto Souza(PMDB)	MA (061) 3303-6352 / 6349
Roberto Requião(PMDB)	PR (61) 3303-6623/6624	2 Raimundo Lira(PMDB)	PB (61) 3303.6747
Sérgio Petecção(PSD)(17)(18)	AC (61) 3303-6706 a 6713	3 Valdir Raupp(PMDB)	RO (61) 3303-2252/2253
Eunício Oliveira(PMDB)	CE (61) 3303-6245	4 Romero Jucá(PMDB)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115
Ricardo Ferraço(PMDB)	ES (61) 3303-6590	5 Hélio José(PSD)	DF (61) 3303-6640/6645/6646
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)			
José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	1 Ronaldo Caiado(DEM)	GO (61) 3303-6439 e 6440
Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)	SP (61) 3303-6063/6064	2 Flexa Ribeiro(PSDB)	PA (61) 3303-2342
Tasso Jereissati(PSDB)(9)	CE (61) 3303-4502/4503	3 José Serra(PSDB)	SP (61) 3303-6651 e 6655
Paulo Bauer(PSDB)(11)(14)	SC (61) 3303-6529	4 Antonio Anastasia(PSDB)(9)(12)(15)	MG (61) 3303-5717
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)			
Fernando Bezerra Coelho(PSB)	PE (61) 3303-2182	1 João Capiberibe(PSB)	AP (61) 3303-9011/3303-9014
Vanessa Grazziotin(PCdoB)	AM (61) 3303-6726	2 Lídice da Mata(PSB)	BA (61) 3303-6408
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)			
Eduardo Amorim(PSC)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211	1 Marcelo Crivella(PR)B)	RJ (61) 3303-5225/5730
Magno Malta(PR)	ES (61) 3303-4161/5867	2 Wellington Fagundes(PR)	MT (61) 3303-6213 a 6219

- (1) Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).
- (2) Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).
- (3) Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).
- (4) Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- (5) Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).
- (6) Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).
- (7) Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).
- (8) Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- (9) Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).
- (10) Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).
- (11) Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).
- (12) Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
- (13) Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira(Of. 35/2015-GLDBAG).
- (14) Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
- (15) Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
- (16) Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
- (17) Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- (18) Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecção foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496
FAX: 3303-3546

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA**

**Em 27 de agosto de 2015
(quinta-feira)
às 09h30**

PAUTA
30ª Reunião, Extraordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

1ª PARTE	Inauguração painel ex-Presidentes
2ª PARTE	Audiência Pública
3ª PARTE	Deliberativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Na audiência pública exclusão de convidado.
Na deliberativa inclusão de dois itens.

1ª PARTE**Inauguração painel ex-Presidentes****Finalidade:**

Cerimônia de aposição do retrato do Senador Ricardo Ferraço no painel de ex-Presidentes da CRE.

2ª PARTE**Audiência Pública****Assunto / Finalidade:**

Audiência Pública para discutir os projetos estratégicos das Forças Armadas e a relação dos mesmos com a Base Industrial de Defesa.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RRE 60/2015](#), Senador Ricardo Ferraço

Convidado:

Almirante-de-Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira

- Comandante da Marinha

3ª PARTE**PAUTA****ITEM 1****[MENSAGEM \(SF\) Nº 52, de 2015](#)**

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)

[Anexos \(CRE\)](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 210, de 2015**- Não Terminativo -**

Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, assinado em Brasília, em 17 de junho de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)

Relatoria: Senador Paulo Bauer

Relatório: Pela aprovação

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)
[Avulso da matéria](#)

ITEM 3**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 20, de 2015****- Não Terminativo -**

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação.

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)
[Avulso da matéria](#)

ITEM 4**MENSAGEM (SF) Nº 49, de 2015****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, na República do Djibuti e na República do Sudão do Sul.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)
[Avulso da matéria](#)

ITEM 5**MENSAGEM (SF) Nº 93, de 2014****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV,

da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Indonésia

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: Tendo em vista a natureza da matéria apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Observações:

Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)

[Avulso da matéria](#)

1ª PARTE - INAUGURAÇÃO PAINEL EX-

1

2ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA

1

REQUERIMENTO Nº , DE 2015 - CRE

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, para discutir os projetos estratégicos das Forças Armadas e a relação dos mesmos com a Base Industrial de Defesa.

JUSTIFICAÇÃO

O Senado Federal empenha-se em reforçar as suas funções institucionais, entre as quais as de fiscalização e controle. Nesse sentido, a Mesa do Senado Federal, por meio da Resolução nº 44, de 17 de setembro de 2013, estabeleceu que cada comissão permanente deve eleger anualmente política pública para ter seus impactos e atividades avaliados.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE entende que as questões de Defesa e Segurança Internacional do nosso país devem ser debatidas e monitoradas pela nação brasileira. Sendo assim,

decidiu avaliar as políticas públicas, no âmbito do Poder Executivo federal, na área da indústria de defesa brasileira. O objetivo é avaliar os impactos e a eficácia das políticas públicas atuais que vêm sendo adotadas pelo Governo federal para a defesa nacional.

Os 3 eixos relacionados com a Base Industrial de Defesa - as empresas da Base Industrial de Defesa brasileira; os projetos estratégicos das 3 Forças e as políticas públicas para o setor – serão analisados para a elaboração do Relatório da CRE.

O objetivo é avaliar, a partir dos principais projetos estratégicos das Forças, a situação atual das empresas da Base Industrial de Defesa. Desta forma, o Senado terá dados que lhe permitirão monitorar os resultados e os processos das políticas públicas para o setor da Defesa.

È com esse propósito que requeiro que sejam convidados os Comandantes da Marinha, Exército e Aeronáutica para expor nesta Comissão os projetos estratégicos sob sua responsabilidade.

Sala da Comissão,

Senador **RICARDO FERRAÇO**

3ª PARTE - DELIBERATIVA

1

PARECER Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (MSF) nº 52, de 2015, da Presidenta da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.*

Relatora: Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição, compete privativamente ao Senado Federal o exame prévio e por voto secreto da escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido, esta Casa é chamada a opinar sobre a indicação que a Presidenta da República deseja fazer da Senhora ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

O Ministério das Relações Exteriores elaborou, em razão de preceito regimental, currículo da indicada. Nascida em Aimorés (MG), é filha de Leny Corrêia de Azevedo. Ingressou na carreira diplomática em 1983, tornando-se Terceira-Secretária no ano seguinte, Segunda-Secretária

em 1989, Primeira-Secretária em 2000, Conselheira em 2005, e Ministra de Segunda Classe em 2008.

A maior parte de sua carreira deu-se em postos no exterior, tendo exercido, entre outros, os cargos de Cônsul-Adjunta no Consulado-Geral em Milão (1990-1994), Conselheira na Missão junto às Nações Unidas, em Nova York (2007-2009), e Embaixadora em Adis Abeba (desde 2010).

No que concerne aos postos para os quais é atualmente indicada, o Ministério das Relações Exteriores preparou Relatório, do qual cabe aduzir que se tratam de ex-repúblicas iugoslavas e que o Brasil manteve relações historicamente amigáveis com a antiga Iugoslávia, e esse legado de proximidade ainda hoje condiciona o relacionamento com a Sérvia e com Montenegro.

No que concerne à Sérvia, a diplomacia daquele país, assevera o Relatório, *recorda com satisfação a cooperação do Brasil com o Movimento Não Alinhado — mesmo na condição de observador — e, sobretudo, o fato de o Brasil jamais ter fechado sua Embaixada em Belgrado, mesmo durante os bombardeios da OTAN em 1999. Observe-se que o Governo brasileiro reconhece a Sérvia como sucessora legal da extinta União de Estados (união entre as Repúblicas da Sérvia e Montenegro entre 2003-2006). Após a extinção da União, Brasil e Sérvia estabeleceram relações diplomáticas plenas em 2006. As relações bilaterais são marcadas pelo bom nível de diálogo político.*

Em se tratando de comércio exterior, o Relatório registra que, *de 2010 a 2014 o comércio bilateral entre o Brasil e a Sérvia cresceu 119,4% evoluindo de US\$ 27,4 milhões, para US\$ 60,0 milhões, respectivamente. De 2013 para 2014, o intercâmbio registrou, porém, retração de 13,9%, em razão da diminuição das exportações brasileiras. Ademais, de janeiro a março de 2015, o fluxo comercial se limitou a US\$ 9,2 milhões, provocando retração de 49,4% em comparação ao mesmo período de 2014, e o superávit brasileiro, nesse período, foi de US\$ 1,3 milhão.*

De acordo com o banco de dados da Matrícula Consular da Embaixada do Brasil em Belgrado, informa o documento enviado pelo Itamaraty, há 136 brasileiros residindo atualmente na Sérvia, além de estudantes em intercâmbio e outros residentes temporários não registrados, que elevam a comunidade a, aproximadamente, 150 brasileiros. Não há registro de concessões de créditos ou financiamentos oficiais.

Sobre Montenegro, convém observar que o Brasil reconheceu a independência do país em 14 de junho de 2006 e estabeleceu relações diplomáticas em 20 de outubro do mesmo ano. A Embaixada, cumulativa com a Embaixada brasileira na Sérvia, foi criada por decreto do Presidente da República em 10 de julho de 2007. Em razão da recente independência do Montenegro, as relações bilaterais são ainda incipientes, informa o Relatório do Itamaraty: *o arcabouço de diplomas legais entre os dois países ainda está por ser negociado* e, em junho de 2014, *o primeiro Embaixador de Montenegro no Brasil, residente em Buenos Aires, apresentou suas cópias figuradas ao Chefe do Cerimonial.*

Em se tratando de relações comerciais, o documento destaca que *a Montenegro Airlines conta com aviões da Embraer em sua frota, e que, de 2010 a 2014 o comércio bilateral entre o Brasil e Montenegro decresceu 59,3% passando de US\$ 63,987 milhões, para US\$ 26,051 milhões, respectivamente, de 2013 para 2014, o intercâmbio registrou nova diminuição de 4,1%.* De toda maneira, *o saldo comercial, portanto, sempre foi favorável ao Brasil e, nos últimos três anos, os superávits foram: US\$ 25,350 milhões (2012); US\$ 26,276 milhões (2013); e US\$ 25,389 milhões (2014).* Os produtos mais exportados do Brasil para Montenegro, em 2014, foram: i) café não torrado, em grão (valor de US\$ 18,563 milhões; 72,2% do total); ii) açúcar de cana (US\$ 3,618 milhões; 14,1%); iii) carnes de frango (US\$ 2,309 milhões; 8,9%); e iv) carnes de bovino (US\$ 690,0 mil; 2,7%). Já os produtos adquiridos pelo Brasil de Montenegro, em 2014, foram: i) bronzes (valor de US\$ 330,6 mil, equivalentes a 99,8% do total geral); e ii) máquinas e aparelhos para trabalhar material têxtil (US\$ 600; equivalentes a 0,2% do montante total).

A população brasileira no Montenegro é estimada em menos de dez pessoas. Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais

4

concedidos ao Governo montenegrino. Cerca de 500 famílias montenegrinas vivem no Brasil.

Ante o exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

4

RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADA DO BRASIL NA REPÚBLICA DA SÉRVIA
E, CUMULATIVAMENTE, NA REPÚBLICA DE MONTENEGRO
EMBAIXADOR SÉRGIO LUIZ CANAES

Destaco, de início, que dois motivos facilitaram o desenvolvimento de meu trabalho aqui: o não reconhecimento do Kôsovo pelo Governo brasileiro e a manutenção do funcionamento da Embaixada durante os bombardeios de 1999.

Segue a cronologia dos principais fatos no setor político durante minha gestão:

12/06/14 - O Chanceler sérvio, Ivica Dacic, por ocasião do jogo de abertura da Copa do Mundo entre Brasil e Croácia, ofereceu coquetel ao Embaixador da Croácia, Gordan Markotic, e a mim. Observo que esse evento se deu antes mesmo da apresentação de minhas credenciais, ocorrida em 16/6. Estiveram presentes também os ex-jogadores Dejan Petkovic (o "Pet") e Ilija Petkovic, que chegou a atuar na seleção da então Iugoslávia na década de 1970;

2/7/2014 - Concedi entrevista à revista CorD, de grande circulação entre a comunidade diplomática local;

9/9/2014 - Concedi entrevista ao jornal "Privredni Pregled", especializado em economia;

15/9/2014 - Concedi entrevista ao jornal "Dnevnik", de maior circulação na província da Vojvodina;

14/10/2014 - Mantive encontro com o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Sérvia;

9/2/2015 - Participei de reunião entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Sérvia, Ivica Dacic, e os Embaixadores latino-americanos acreditados em Belgrado;

17 a 21/2/2015 - Recebi missão parlamentar à Sérvia composta pelo Deputado Federal Ricardo Barros, pela Vice-Governadora do Paraná, Cida Borghetti, e pela Deputada Estadual do Paraná, Maria Victoria Borghetti;

18/6/2015 - Participei de almoço do Grupo Latino-americano com o Conselheiro Econômico do Presidente Tomislav Nikolic, Sr. Ivan Mrkic;

22 a 27/6/2015 - Recebi delegação brasileira liderada pelo Deputado Federal Ricardo Barros e pelo General Guido Amin Naves.

RELAÇÕES BRASIL-SÉRVIA

As relações entre o Brasil e a Sérvia são excelentes no nível político. Há um alto grau de entendimento mútuo e os dois países veem um ao outro como parceiros confiáveis no cenário internacional, o que se pode verificar pelos nossos valores em comum e pontos de vista semelhantes com relação aos principais temas políticos e desafios que o mundo enfrenta hoje, bem como pela proveitosa cooperação que desenvolvemos nos principais foros multilaterais. Não há, absolutamente, tópicos negativos na agenda bilateral. Tudo isso pude comprovar durante a minha gestão à frente da Embaixada em Belgrado, pelos contatos bilaterais sempre cordiais e amáveis que aqui estabeleci com as autoridades sérvias, todas muito respeitosas e cientes do importante papel desempenhado pelo Brasil no mundo atual, ao lado dos demais países emergentes.

Creio, contudo, que há espaço para aprofundar ainda mais o diálogo bilateral. Visitas de altas autoridades de parte a parte poderiam contribuir para tanto. Desde julho de 2012, quando o Presidente Tomislav Nikolic representou a Sérvia na Conferência Rio+20, não há registro de intercâmbio de visita ministerial ou de chefes de estado ou governo entre os dois países. A vinda de altas autoridades brasileiras à Sérvia, que seguramente seriam aqui recebidas com muito entusiasmo, demonstraria nosso interesse em desenvolver as relações com este país e faria avançar as negociações em torno de instrumentos bilaterais necessários para o desenvolvimento da cooperação bilateral em âmbitos como educação, esporte, transporte aéreo e cultura, por exemplo. Ressalto que é grande a expectativa da Sérvia com relação ao Brasil, visto como ator global capaz de promover uma agenda internacional voltada para a cooperação e o desenvolvimento socioeconômico. A Sérvia, país que enfrenta problemas socioeconômicos estruturais, poderia beneficiar-se da experiência bem sucedida de combate à pobreza e distribuição de renda.

Vejo grande potencial nas relações entre parlamentares dos dois países. O Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Sérvia encontra-se ativo nos dois países e constitui valiosa oportunidade para o desenvolvimento das relações bilaterais por meio do intercâmbio de experiências, práticas parlamentares e contatos. Mantive proveitosos contatos com o presidente do Grupo na Sérvia, Zika Gojkovic, e com o presidente do Grupo no Brasil, Deputado Federal Ricardo Borges, durante sua estada em Belgrado.

A propósito, destaco a importância da missão parlamentar à Sérvia integrada pelo Deputado Federal Ricardo Borges, pela Vice-Governadora do Estado do Paraná Cida Borghetti e pela Deputada Estadual do Paraná Maria Victoria Borghetti, realizada entre 17 e 21/2 e entre 22 e 27/6 de 2015. A delegação brasileira, sempre acompanhada de representantes da Embaixada, cumpriu extensa programação nesta capital, que incluiu visitas ao Gabinete do Primeiro-Ministro, ao Parlamento, ao Ministério da Defesa, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, à estatal Yugoimport ("trader" de material bélico) e ao Centro Técnico Militar. O objetivo principal da visita foi prospectar possibilidades de cooperação na área de defesa, tendo em vista o relançamento das bases do parque industrial de defesa brasileiro e o projeto de desenvolvimento de veículo militar blindado no complexo industrial de Maringá.

Quanto à visita da delegação brasileira ocorrida entre 22/6 e 27/6, o objetivo foi participar da Feira Internacional de Defesa de Belgrado ("Partner 2015") e tratar de cooperação militar com a Sérvia. No dia 26/6, a delegação brasileira e eu fomos recebidos pelo Ministro da Defesa sérvio, Bratislav Gasic.

Não poderia deixar de destacar a importância da ratificação, no Congresso Nacional, ainda a ser empreendida, do Acordo de Defesa assinado entre Brasil e Sérvia em 2010. A Sérvia, que ratificou o acordo em 2012, tem demonstrado grande interesse em cooperar com o Brasil na área, haja vista a criação de adidância de defesa em Brasília, em 2014. Creio que a cooperação militar com a Sérvia, que detém notável tecnologia na produção de veículos blindados e foguetes de curto alcance, poderia ser de grande valia para o Brasil, no contexto da Estratégia Nacional de Defesa.

POLÍTICA INTERNA

Assumi a Embaixada poucos dias após as eleições parlamentares sérvias, realizadas em 16/3/2014. As eleições confirmaram o favoritismo e o virtual domínio do SNS (Partido Progressista da Sérvia, na sigla em sérvio) sobre o cenário político local. Com os resultados, o SNS passou a contar com 158 deputados na Assembleia Nacional (63% do total de 250 deputados), contra 45 do SPS (Partido Socialista da Sérvia), 19 do DS (Partido Democrático) e 18 do NDS (Novo Partido Democrático). Aos "quatro grandes" acrescentaram-se partidos minoritários com cadeiras cativas por motivos étnicos e que não precisam de votação mínima para fazer-se representar: 6 deputados da SVM (Aliança dos Húngaros da Vojvodina), 3 deputados da SDA (Ação Democrática do Sandzak) e 1 deputado do PDD (Partido da Ação Democrática de Preshevo).

O resultado das eleições permitiu ao líder do SNS, Aleksandar Vucic, que já ocupava o posto de Primeiro-Vice-Primeiro-Ministro, ascender ao Primeiro-Ministério e formar novo governo com o consentimento do Presidente Tomislav Nikolic, também do SNS. Embora dispusesse de cadeiras suficientes para nomear sozinho o gabinete, Vucic optou por manter a coligação com o SPS, cujo líder, Ivica Dacic, vinha ocupando o cargo de Primeiro-Ministro até então. Com a permanência de Dacic no governo, como Ministro dos Negócios Estrangeiros e Primeiro-Vice-Primeiro-Ministro (na prática o segundo homem do governo), o SPS reteve espaço privilegiado no poder. Recordo, a propósito, que os socialistas também fizeram parte dos governos liderados pelo DS, hoje seus arqui-inimigos, entre 2004 e 2012. A conquista de Dacic indicou, igualmente, a consolidação do condomínio de poder formado nos três últimos anos entre o SNS e o SPS, herdeiros diretos do regime de Milosevic.

A oposição ficou a cargo do DS, do ex-prefeito de Belgrado, Dragan Djilas, e do NDS, do ex-Presidente Boris Tadic. Este último, em sua disputa com o primeiro pela liderança do DS, provocou a cisão das forças social-democratas e acabou fracassando

em sua ambição de ser escolhido por Vucic como parceiro na coalizão governante. Reduzidos a duas pequenas bancadas, acuados pelo peso esmagador da coligação SNS-SPS, Tadic e Djilas têm disputado entre si o que sobrou das minguidas forças de oposição.

Desde o comunismo unipartidário iugoslavo, não se via na Sérvia governo com tamanha força (79,2% do Parlamento). Nem Slobodan Milosevic dispôs de tanta sustentabilidade. Sozinho, o SNS domina a Presidência, a chefia de Governo, os principais ministérios, a presidência do Parlamento, a prefeitura de Belgrado e quase todas as prefeituras do país.

São vários, entretanto, os desafios enfrentados pelo atual governo sérvio, a despeito da esmagadora maioria de que dispõe na Assembleia Nacional, que lhe permite inclusive alterar facilmente a Constituição, e da impotência da oposição. O país enfrenta problemas estruturais de difícil equação, como a corrupção, alto índice de informalidade no mercado de trabalho, alto desemprego, crônico déficit fiscal, infraestrutura precária, parque industrial obsoleto e produtividade decrescente. Somem-se a este quadro as pressões pela adequação do país às normas e padrões europeus, advindas do processo em curso de integração à União Europeia.

O governo tem, contudo, logrado avanços pontuais em aspectos sensíveis do pacote de reformas proposto ao longo de pouco mais de um ano e meio de gestão. As medidas de combate à informalidade e à corrupção, a nova lei do trabalho e as emendas à legislação previdenciária, adotadas em julho passado, contribuíram para ligeiro aumento da arrecadação fiscal. Por outro lado, a redução das pensões e dos salários do setor público diminuiu significativamente os gastos do governo e tem, junto com o aumento das receitas, contribuído para a melhoria do quadro fiscal. O comprometimento com as reformas estruturais demonstrado pelo governo foi essencial para a assinatura de acordo cautelar com o FMI, que tem sido divulgado como o marco inicial de uma nova etapa de crescimento sustentável da economia sérvia.

As reformas, adotadas com relativa celeridade na Assembleia Nacional, têm causado o descontentamento crescente de uma população desiludida, que há anos vê a sua qualidade de vida em franca deterioração. A insatisfação é grande sobretudo entre os jovens, em geral bem capacitados, mas com poucas chances de ingressar no mercado de trabalho, dado o persistente alto índice de desemprego. Consequentemente, o país continua registrando grande evasão de mão-de-obra qualificada, que se dirige sobretudo a países europeus mais desenvolvidos, como Áustria e Suíça, onde há grande comunidade sérvia, e Alemanha.

O governo, no entanto, vem incólume desempenhando o seu mandato e, a despeito de rumores sobre remanejamento de gabinete, apenas uma grande mudança ocorreu durante o período, com a renúncia do Ministro das Finanças Lazar Krstic, que se viu premido entre a adoção de soluções altamente impopulares e que contariam com pouco respaldo político, e a continuação da política de procrastinação dos ajustes necessários, seguida, sem exceção, por todas as gestões sérvias desde Milosevic.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa sérvia tem-se sustentado ultimamente em dois pilares, à primeira vista antagônicos, porém complementares: a aproximação e integração com as potências ocidentais (EUA e UE), de um lado, e a manutenção da tradicional política de não-alinhamento e de amizade com a Rússia, de outro. Os dois pilares da atual política externa sérvia podem ser vistos como antagônicos se consideradas as recentes tensões no cenário internacional resultantes da anexação da Crimeia e da crise na Ucrânia. Complementares, tendo em conta que a Sérvia busca agir estritamente motivada pelos seus próprios interesses de médio e longo prazo: solução aceitável para a questão do Kôsovo (para o que o apoio russo é essencial), integração europeia (do que depende de Bruxelas) e apoio para a revitalização de sua débil economia (para o que a Sérvia se volta tanto a Ocidente quanto a Oriente).

Belgrado mantém firme compromisso com as políticas de integração e adesão à UE, aproxima-se dos EUA e mantém diálogo, ainda que reservado, com a OTAN. A assinatura do Acordo de Bruxelas entre a Sérvia e a província separatista do Kôsovo, em abril de 2013, com o beneplácito dos EUA e da UE, bem como o início formal das negociações de adesão da Sérvia à UE, em janeiro de 2014, indicam que dificilmente haverá volta no caminho de integração com o Ocidente. Em que pese ao histórico recente de confrontação, marcado pelos horrores das guerras de secessão da Iugoslávia, pelo ataque da OTAN em 1999 e pela situação do Kôsovo, o imperativo da modernização e das urgentes reformas políticas e econômicas vêm impelindo o país à parceria com os países ocidentais.

Sem prejuízo de suas relações com o Ocidente, o país busca manter, de forma independente, relações com os demais atores globais, como a Rússia particularmente, o tradicional aliado político e um dos principais parceiros comerciais do país. A Rússia tem extenso histórico de influência sobre o curso dos acontecimentos políticos na Sérvia e na região dos Bálcãs. Embora as relações da ex-Iugoslávia com a Rússia tenham oscilado entre momentos de aproximação e confronto durante a Guerra Fria, Belgrado voltou-se para Moscou durante o regime Milosevic e fortaleceu correntes nacionalistas, na expectativa de evitar a dissolução da antiga Iugoslávia e contrapor-se às ameaças da OTAN. São atualmente fortes os vínculos entre a Sérvia e a "Mãe Rússia", fundados na religião, na língua e na identidade eslava. Rússia, e China em menor medida, ambos membros do CSNU, constituem o principal obstáculo para o ingresso do Kôsovo nas Nações Unidas.

Washington e Bruxelas, de um lado, oferecem à Sérvia a perspectiva de ingresso no bloco europeu e significativo apoio financeiro, condicionados à normalização das relações com o Kôsovo, à adoção de reformas econômicas e políticas e à plena reconciliação com os países da ex-Iugoslávia. Moscou, por sua vez, busca preservar a

aliança com Belgrado e atrair a Sérvia (e Montenegro junto com ela) para sua órbita. Em troca, a Rússia manteria inalterada sua política relativa ao Kôsovo no CSNU e aportaria volumosos investimentos, principalmente no setor energético, tão necessários à recuperação econômica do país.

A Sérvia tem logrado manter posição equidistante com relação à Rússia e o Ocidente, estratégia com poucos resultados tangíveis até o momento: a independência do Kôsovo há muito é vista na própria Sérvia como fato consumado, os primeiros capítulos do "acquis europeu" sequer foram abertos, e a economia do país, carente de investimentos externos, continua estagnada. Os movimentos da diplomacia sérvia, que têm demonstrado notável dinâmica recentemente, são livres, mas exprimem uma certa angústia: é o governo sérvio ansioso para apresentar resultados a uma população descrente, indiferente às perspectivas oferecidas pela União Europeia e desiludida com as promessas de apoio incondicional da "Mãe Rússia".

Pode-se dizer, portanto, que, do ponto de vista geopolítico, a Sérvia tem adotado movimento de oscilação pendular entre o Ocidente e Oriente. O pêndulo poderia oscilar por muito tempo, a menos que uma das extremidades exerça atração suficientemente forte para sustá-lo. O ingresso na UE é ainda objetivo distante e não parece ser a panaceia para todos os males do país, haja vista o que se passa hoje com a Grécia e a Croácia, por exemplo. Por sua vez, a Rússia pouco pode fazer pela Sérvia, além de manter postura contrária à independência do Kôsovo no âmbito do CSNU. É pouco provável, portanto, que haja mudança significativa na política externa sérvia no futuro próximo.

No plano regional, a Sérvia tem-se empenhado em favor da estabilidade política na Bósnia e Herzegovina e de sua unidade constitutiva, a República Srpska, em particular, e se esforçado por manter o diálogo de reconciliação com a Croácia, a despeito dos recorrentes atritos relacionados à questão dos crimes de guerra e condenados pelo Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia. Tem-se destacado sobretudo a recente aproximação entre Belgrado e Tirana. O recente intercâmbio de visitas de chefes de governo entre a Sérvia e a Albânia indica haver nítido movimento de aproximação entre os dois países, a despeito das divergências em torno do Kôsovo. Ambos são candidatos à União Europeia e, sob os olhares de Bruxelas, desejam demonstrar firme comprometimento com a paz na região. Se a distensão nas relações sérvio-albanesas não implica necessariamente avanços significativos nas negociações entre Belgrado e Prístina, ao menos reduz as chances de retrocesso e deterioração do quadro de segurança na região, na medida em que se fortalece a confiança mútua por meio do diálogo e da cooperação.

KÔSSOVO

Passados mais de dois anos da assinatura do Acordo de Bruxelas, que abriu o caminho para a normalização de relações entre Belgrado e Prístina, permanece o impasse em torno da questão do Kôsovo, que ainda aguarda solução definitiva. A despeito de a independência do Kôsovo ser vista cada vez mais como um fato consumado pela comunidade internacional e por boa parte da população da própria Sérvia, Belgrado recusa-se a reconhecer o Kôsovo como Estado soberano, ao passo que o Kôsovo continua desenvolvendo suas próprias instituições (forças armadas, órgãos políticos, sistema judiciário) e lança-se em uma cruzada internacional com vista a angariar o reconhecimento dos quase 90 países que ainda não o fizeram e ingressar em organizações internacionais. O grande objetivo é, naturalmente, a ONU. Para tanto, o Kôsovo contaria com o apoio dos cento e seis países que o reconhecem, precisando apenas de outros vinte e três votos para atingir a maioria de dois terços exigida. Em meio a este contexto, o Brasil tem sido ocasionalmente contactado por autoridades kossovars desejosas de iniciar diálogo bilateral e prospectar as possibilidades de o País reconhecer, no futuro, a província secessionista.

A situação no terreno é ainda instável, sobretudo ao norte da província (Mitrovica do Norte, Gracanica, entre outras municipalidades), onde reside significativa minoria sérvia. Incidentes de violência envolvendo kossovars de etnia albanesa e de etnia sérvia ocorrem ocasionalmente, em que pese às demonstrações de compromisso com o diálogo feitas por ambas as partes e aos esforços de pacificação da KFOR, força da OTAN responsável pela segurança do território, e da EULEX, destacamento policial e corpo administrativo designados pela União Europeia para preservação do estado de direito na província.

Durante minha gestão à frente da Embaixada em Belgrado, foram realizadas eleições parlamentares na província do Kôsovo. As eleições foram convocadas após a dissolução do parlamento local, motivada por discordâncias entre representantes da minoria sérvia e a coalizão de governo sobre, entre outras questões, projeto de emenda constitucional para a criação das forças armadas do Kôsovo. Apuradas as urnas, o Partido Democrático do Kôsovo (PDK), obteve 30,71% dos votos, enquanto a Liga Democrática do Kôsovo (LDK), principal partido de oposição, obteve 25,75%. Autodeterminação, Aliança para o Futuro do Kôsovo (AAK) e Iniciativa para o Kôsovo, receberam, respectivamente, 13,51%, 9,61% e 5,24%. A principal agremiação sérvia, a Lista Sérvia, apoiada por Belgrado, obteve 4,17% dos votos.

Seis meses de indefinição política após as eleições, a Assembleia kossovar formou novo governo, em dezembro passado. A nova coalizão de governo resultou de acordo firmado pela Liga Democrática do Kôsovo (LDK) com o Partido Democrático do Kôsovo (PDK) e a Lista Sérvia. O acordo fora condicionado à indicação do sérvio Branimir Stonjanovic, Prefeito de Gracanica, norte do Kôsovo, ao cargo de Vice-Primeiro-Ministro, ao lado do ex-Primeiro-Ministro Hashim Taçi (PDK), que também acumula o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros. Ainda conforme o acordo, a Lista Sérvia obteve mais dois ministérios, e o PDK, como segunda maior força política kossovar, mais sete. O sucesso nas negociações entre os dois principais partidos

kossoveres e a coalizão minoritária sérvia indicam que o Kôsovo continua avançando no processo de normalização da política interna e de acomodação com os interesses das comunidades sérvias residentes ao norte do território, embora incidentes envolvendo cidadãos kossoveres e étnicos sérvios ainda sejam frequentes na região. O acordo possibilita, ainda, a continuidade das conversações com Belgrado sobre a normalização das relações entre este país e a província secessionista.

O Kôsovo continua sendo uma das regiões mais pobres da Europa. 45% da população vivem abaixo da linha de pobreza e 15%, em condições de extrema miséria. Cerca de 45% da população economicamente ativa estão desempregados, o que atinge sobretudo a população mais jovem. A província é origem de intenso fluxo migratório em direção às economias mais avançadas da União Europeia (entre 50 e 100 mil kossoveres emigraram nos últimos dois anos). As condições socioeconômicas desesperadoras levam muitos jovens a alistarem-se entre as fileiras de combatentes jihadistas atuantes na Síria e no Iraque.

MONTENEGRO

A República de Montenegro, país de pouco mais de 600 mil habitantes e uma área de cerca de 14 mil km², tornou-se independente há pouco mais de 8 anos, quando a maioria da população decidiu, por meio de referendo, separar-se da Sérvia. É o 192º membro das Nações Unidas, o mais novo após o Sudão do Sul.

As relações entre o Brasil e Montenegro são cordiais e amistosas. Há, no entanto, muito a ser feito pelo adensamento das relações bilaterais. Desde o estabelecimento das relações diplomáticas, em 20 de novembro de 2006, não houve intercâmbio de visitas de altas autoridades entre os dois países. Creio que convite de alta autoridade brasileira a autoridade montenegrina para visitar o Brasil seria muito bem visto e contribuiria substancialmente para a aproximação entre os dois países.

Em 2014, Montenegro abriu Embaixada em Buenos Aires (há na Argentina significativa diáspora montenegrina), que responde também pelas relações com o Brasil - o Embaixador Gordan Stojovic apresentou cópias figuradas em Brasília em 18 de junho de 2014. O gesto constitui um passo adiante na história do relacionamento do país com a América Latina e poderá contribuir para o desenvolvimento do diálogo com o Brasil.

Montenegro, país de notável potencial turístico, isenta de forma unilateral cidadãos brasileiros de vistos de turismo e negócios, pelo período de até 90 dias. O Brasil já demonstrou interesse na assinatura de acordo de isenção de vistos que, na prática, reciprocaria o regime de visto montenegrino para passaportes brasileiros. As negociações estão em curso. A despeito do limitado impacto no fluxo de turistas para o

Brasil, a medida poderia aproximar os dois povos e repercutir favoravelmente no plano político.

Montenegro, assim como a Sérvia, foi reconhecido como sucessor da antiga Iugoslávia em matéria de acordos bilaterais. Há assinados com o Brasil os seguintes acordos de cooperação cultural (1962); cooperação técnica (1962); comércio e pagamentos (1977); telecomunicações e serviços postais (2002). O Montenegro deve, porém, formalizar o pedido de reconhecimento da sucessão legal. Outros acordos nas áreas de cooperação técnica, educação, cultura e justiça, por exemplo, poderiam ser aventados. Considero Montenegro, portanto, um terreno fértil para o desenvolvimento da cooperação em todos os planos.

Poucas mudanças têm ocorrido no cenário político montenegrino. A política local é dominada pelo independentista e euro-atlântico Partido Democrático dos Socialistas (PDS) desde a introdução do pluripartidarismo na ex-Iugoslávia, em 1991. Filip Vujanovic, do PDS, ocupa a presidência do país desde 2003, tendo sido eleito, após a independência, em 2008, e reeleito em 2013, para mandatos de 5 anos. Milo Djukanovic, atual líder do PDS, é o Primeiro-Ministro desde 2012. Djukanovic lidera um Parlamento unicameral composto de 81 cadeiras, das quais 48 são ocupadas pela coalização de governo liderada pelo PDS. A Frente Democrática (FD), favorável ao alinhamento com a Sérvia, constitui a principal força de oposição e conta com 20 assentos no Parlamento.

Ressalto que, segundo relatórios de ONGs e instituições comunitárias europeias, o Montenegro sofre de alto déficit democrático (instituições pouco representativas), alta incidência de corrupção e severas restrições à liberdade de imprensa.

A política externa montenegrina caracteriza-se pela "afirmação pela integração", princípio consagrado em sua Constituição: "dedicação à cooperação em pé de igualdade com outras nações e estados e à integração europeia e euro-atlântica". Montenegro tem buscado desempenhar papel construtivo nos principais foros multilaterais, em geral em coordenação com os demais pequenos Estados, com vistas à defesa dos princípios universais de soberania, respeito ao direito internacional e cooperação entre os povos.

O país nutre expectativa de ingressar na OTAN e na UE nos próximos anos. Para o governo do Montenegro, integrar a OTAN é prioridade, na medida em que a Aliança é vista como garantia de sua segurança. As negociações de acesso à OTAN estão em curso, mas não necessariamente próximas de um desfecho favorável. O entusiasmo governamental deve superar resistência interna, uma vez que o projeto de alinhamento não encontra reflexo na população. Recente pesquisa mostra que apenas 38% da população apoiam o ingresso na OTAN. Ao que tudo indica, a Aliança não convidaria o Montenegro sem apoio popular.

Montenegro também aposta na adesão à União Europeia, o que lhe pode render mais investimentos externos e acesso aos fundos de desenvolvimento comunitários. Foram abertos recentemente três capítulos de negociação de adesão: 4 (livre movimento

de capitais), 31 (política exterior, de segurança e de defesa) e 32 (política financeira). Com esses, já somam doze os capítulos abertos, dos quais dois provisoriamente encerrados (25, ciência e pesquisa, e 26, educação e cultura).

Prevê-se que a economia montenegrina cresça significativamente nos últimos anos, cerca de 3% ao ano, a despeito do alto índice de desemprego, que afeta em torno de 19% da população economicamente ativa. Os principais motores do crescimento econômico serão a construção civil e o turismo, setores impulsionados pela ampliação da oferta de crédito no país (três novos bancos estrangeiros ingressaram no mercado financeiro local).

Extremamente dependente de importações, o país tem registrado persistentes déficits da balança comercial, compensados parcialmente pela balança de serviços, na qual o turismo tem a contribuição mais importante. Em 2015, o governo montenegrino espera que o turismo represente 7% do PIB do país, parcela que deverá aumentar nos próximos anos em razão dos investimentos no setor. O número de turistas estrangeiros crescerá significativamente, o que contribuirá para um maior superávit da balança de serviços e repercutirá positivamente sobre o comércio varejista e o setor de serviços como um todo.

SUGESTÕES

A título de sugestões para o próximo titular, permito-me apontar a possibilidade de desenvolvimento da cooperação técnica bilateral, dada a vigência do Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1962, a possibilidade de resultados tangíveis e o interesse sérvio (vide tel 152-2013 e tel 187-2013). Três áreas merecem especial atenção: meio ambiente, defesa civil e agricultura.

Sugeriria, ainda, que o Presidente Tomislav Nikolic, o Primeiro-Ministro Aleksandar Vucic e o Ministro dos Negócios Estrangeiros Ivica Dacic fossem convidados a visitar o Brasil em caráter oficial, conforme a disponibilidade de agenda das mais altas autoridades brasileiras. Tais visitas certamente abririam um novo capítulo nas relações bilaterais. Ressalto que não há registro de visita bilateral de chefe de estado ou de governo sérvio ao Brasil e que o Ministro dos Negócios Estrangeiros Ivica Dacic manifestou-me, mais de uma vez, desejo de visitar o Brasil no futuro próximo.

ECONOMIA E PROMOÇÃO COMERCIAL

Esta seção do presente Relatório será dividida em duas partes: a) uma cronologia de eventos ocorridos durante a minha gestão e b) comentários sobre, entre outros temas

econômicos e comerciais, o desempenho econômico da Sérvia e de Montenegro durante o período de minha gestão.

A) CRONOLOGIA DE EVENTOS

ENTREVISTAS DO CHEFE DO POSTO

Maio de 2014 - "RTS" - Rádio Televisão da Sérvia - O Brasil na véspera da Copa, legados econômicos e de infraestrutura decorrentes do megaevento;

Junho de 2014 - Revista "CorD" - Entrevista anual realizada com embaixadores sediados em Belgrado com temas sobre as relações bilaterais e impressões sobre a Sérvia e Belgrado;

Agosto de 2014 - "Nedeljni dnevnik", jornal diário de Novi Sad (segunda cidade sérvia) - Comércio bilateral e perspectivas, esportes, perspectivas de desenvolvimento criadas a partir do fortalecimento do grupo BRICS e oportunidades para a economia sérvia;

Setembro de 2014 - "Privredni pregled", Diário Econômico-Comercial, Belgrado - Comércio bilateral e perspectivas de investimentos brasileiros na Sérvia, atuação do Banco de Desenvolvimento dos BRICS;

Fevereiro de 2015 - "Blic", Jornal diário de Belgrado - Minhas impressões de Belgrado e adaptação à cidade;

Maio de 2015 - "Alliance International Media – International Business Sector" - A entrevista tratou principalmente do comércio bilateral e das perspectivas de investimentos brasileiros na Sérvia;

Junho de 2015 - "Storycafé Magazine" - A entrevista tratou do café no Brasil na perspectiva da participação do SECOM na Feira Internacional do Café - "CoffeeFest", a ser realizada em setembro de 2015.

ARTIGOS

Abril de 2015 - "The Review of International Affairs", publicada pelo Instituto Internacional de Política e Economia de Belgrado - A posição brasileira na preservação do meio ambiente;

A ser publicado - "The Review of International Affairs", publicada pelo Instituto Internacional de Política e Economia de Belgrado - A posição brasileira com relação ao BRICS.

PARTICIPAÇÃO E VISITAS ÀS FEIRAS COMERCIAIS

Maio de 2014 - Inauguração da Feira Internacional de Agricultura de Novi Sad;

Maio de 2014 - Inauguração da exposição de fotografias das cidades sedes da Copa 2014 realizada na Praça da República, no centro histórico de Belgrado, que suscitou grande interesse das mídias e do público;

Setembro de 2014 - Participação na inauguração da Primeira Feira do Café - "CoffeeFest", realizada em Belgrado, com presença dos maiores importadores sérvios e empresas especializadas na importação de cafés especiais e expresso;

Fevereiro de 2015 - Participação na Feira Internacional do Turismo de Belgrado (presença brasileira com estande) inaugurada pelo Ministro do Comércio e Turismo da Sérvia;

Maio de 2015 - Participação na abertura da Feira Internacional de Agricultura de Novi Sad, inaugurada pelo Ministro das Finanças da Sérvia.

ENCONTROS COM AUTORIDADES POLÍTICO-ECONÔMICAS

Maio de 2014 - Visita do Ministro-Conselheiro ao Ministério da Defesa;

Maio de 2014 - Reunião do Chefe do SECOM na Câmara de Comércio da Sérvia, com presença da Diretora do Departamento das Relações Internacionais e assessores para as Américas e a América do Sul;

Junho de 2014 - Participação no Seminário "14th Serbian Economic Summit" inaugurado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Sérvia;

Junho de 2014 - Seminário da Câmara de Comércio da Sérvia com premiação das melhores empresas e produtos. Na ocasião foram igualmente premiados os melhores exportadores e inovadores no decorrer do ano anterior. O evento contou com a presença do Ministro da Economia da Sérvia;

Julho de 2014 - Conferência "UN Flood Response" organizada pela Missão da ONU em Belgrado e o Governo sérvio. O objetivo da conferência foi divulgar a distribuição da ajuda humanitária internacional recebida depois das enchentes de maio, bem como das providências a ser tomadas;

Agosto de 2014 - Reuniões do SECOM com chefes das missões comerciais em Belgrado dos países BRICS;

Setembro de 2014 - Visita realizada pelo SECOM ao Conselheiro Econômico do Presidente da República, Pavle Basic; Outubro de 2014 - Assembleia Nacional da Sérvia - Reunião com Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Sérvia;

Dezembro de 2014 - Realização em Belgrado, nos dias 16 e 17, da III Cúpula China-CEE (Europa Central e Oriental). O evento contou com a presença do Premier chinês, Li Keqiang, e de 15 chefes de governo ou estado, de países da Europa Central e Oriental, além do anfitrião, o PM sérvio Aleksandar Vucic. Acompanhei a Cúpula com interesse, podendo os investimentos chineses representar oportunidade para empresas brasileiras de construção civil no setor da infraestrutura e da energia na Sérvia;

Fevereiro de 2015 - Visita a Belgrado, entre os dias 17 e 21, do Senhor César Scigliano, representante da empresa sérvia Yugoimport no Brasil, que acompanhou o Deputado Federal Ricardo Barros, juntamente com a Vice-Governadora do Paraná Cida Borghetti e a Deputada Estadual Maria Victória Borghetti Barros. O objetivo da missão foi examinar a possibilidade de estabelecer parcerias com empresas sérvias ligadas à produção de material bélico com vistas a desenvolver o polo industrial de Maringá, adjacente ao aeroporto regional daquela cidade paranaense. A delegação efetuou ainda as seguintes visitas:

19 de fevereiro - Visita ao chefe de gabinete do Primeiro-Ministro e Chefe do Departamento Econômico do Gabinete, Senhor Ivica Kojic, com a presença de diretores das unidades encarregadas da Reestruturação das Empresas Públicas e da implementação dos Projetos Estratégicos;

20 de fevereiro - (i) Encontro com o Secretário de Estado da Defesa, Senhor Zoran Djordjevic; (ii) Visita à empresa estatal Yugoimport, que participou da Feira LAAD-2015, no Rio de Janeiro, em abril de 2015; (iii) Visita ao "VTI", Instituto Tecnológico Militar, instituição das Forças Armadas encarregada de pesquisas;

Março de 2015 - Visita ao SECOM do Chefe do Escritório Comercial chinês em Belgrado, que manifestou desejo de seu país de atrair potenciais parceiros para a execução conjunta de obras de infraestrutura nos Bálcãs, com vistas a diluir o risco de tais investimentos e maximizar as fontes de financiamento. O Conselheiro chinês sinalizou as possibilidades de atuação em terceiros mercados e na UE;

Junho de 2015 - Participação do SECOM no Seminário "15th Serbian Economic Summit", inaugurado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Sérvia, Ivica Dacic, e com participação de vários ministros sérvios de outras áreas;

Junho de 2015 - Participação do Deputado Federal Ricardo Barros e de representantes do Ministério da Defesa na Feira Internacional de Defesa de Belgrado ("Partner 2015") e encontro com o Ministro da Defesa sérvio, Bratislav Gasic.

B) COMENTÁRIOS

DESEMPENHO ECONÔMICO DA SÉRVIA

Em 2014, a Sérvia experimentou contração do PIB, depreciação da moeda, queda da produção industrial, crescimento da dívida pública e da dívida externa, bem como estagnação do comércio exterior. Esta situação econômica teve como resultado a assinatura, em 23 de fevereiro de 2015, de acordo cautelar ("stand-by agreement") com o FMI, pelo prazo de três anos, no valor de cerca de 1,2 bilhão de euros, com aplicação de medidas de poupança severas, além do compromisso de reestruturação do setor público e a privatização das empresas estatais.

O PIB da Sérvia sofreu queda de 1,8% em 2014; a inflação oficial registrada foi de 1,7%, ao passo que instituições privadas estimam alta dos preços ao consumidor de 2,9%. A depreciação da moeda nacional em relação ao euro foi de 5,4% e em relação ao dólar norte-americano a depreciação foi maior, de 18,32%. Os salários líquidos médios pagos no período de janeiro a dezembro de 2014, comparado com o mesmo período de 2013, foram nominalmente superiores em 1,4% e em termos reais inferiores em 1,5%. Durante o ano, o comércio a varejo foi 3,8% superior a preços correntes; a produção industrial foi 5,3% menor que a registrada em 2013; a taxa de desemprego, segundo dados do Ministério do Trabalho, caiu para 20,1% no final de 2014; a dívida externa da Sérvia somou 25,5 bilhões no final de 2014 e a dívida pública atingiu o valor de 22,76 bilhões de euros, o que representa 70,9% do PIB. A balança comercial registrou o valor total de US\$ 35,49 bilhões em 2014, um aumento de 0,9% comparado a 2013 e com redução de 2,2% do déficit comercial, que totalizou US\$ 5,80 bilhões.

COMÉRCIO BILATERAL

Segundo as estatísticas sérvias, que registram as importações por países de origem, em 2014 houve melhora nas exportações brasileiras, comparadas àquelas de 2013 e dos anos anteriores. O intercâmbio comercial entre a Sérvia e o Brasil totalizou US\$ 122,41 milhões, registrando crescimento de 8,18% em relação a 2013. Em 2014, a Sérvia importou do Brasil o equivalente a US\$ 112,45 milhões (+28,88%) e exportou para o Brasil produtos no valor de US\$ 9,96 milhões (-61,55%). Como nos anos anteriores, o saldo comercial manteve-se favorável ao Brasil, alcançando o valor de US\$ 102,49 milhões (+67,08%), maior superávit registrado pelas estatísticas sérvias desde 2010.

O café manteve-se como o principal produto importado do Brasil, com valor de US\$ 53,4 milhões, ou seja 47,7% do total dos bens importados do Brasil. Cabe ressaltar a retomada das importações de resíduos de soja destinados à ração animal (US\$ 20 milhões). Outros produtos que merecem destaque são: o tabaco, os concentrados de suco de laranja, o estanho em forma bruta, os calçados, a celulose, ferro-ligas e os compressores para aparelhos de refrigeração. 75% (US\$ 84,5 milhões) das importações de produtos brasileiros foram realizados por 15 empresas, das quais nove são distribuidoras de café.

Registre-se que existe potencial para expansão substantiva do comércio bilateral, com base sobretudo em exportações brasileiras de produtos industrializados: de aviões (Embraer) e de tecnologias de ponta (equipamentos de medição e controle eletrônicos, equipamentos médico-hospitalares, componentes e partes para automóveis e máquinas agrícolas e para construção de estradas ou construção civil em geral). A Sérvia tem localização estratégica nos Balcãs e mantém acordos de livre comércio com países da ex-Iugoslávia, da Europa Oriental e até da Ásia Central (como a Rússia, a Ucrânia, o Azerbaijão) e pode representar porta de entrada para produtos brasileiros.

CONTATOS MANTIDOS COM O MEIO EMPRESARIAL

Além do atendimento às solicitações das empresas sérvias interessadas em estabelecer contatos com empresas e entidades de classe brasileiras, o SECOM, manteve contatos e visitou várias empresas, importantes importadoras de produtos brasileiros, particularmente de café, calçados, soja, bem como o Presidente da Associação sérvia de Gerentes e a Câmara de Comércio da Sérvia.

POTENCIAIS OPORTUNIDADES

Parceria no campo militar: (i) possibilidade de estabelecer parcerias com empresas sérvias ligadas à produção de material bélico com vistas a desenvolver o polo industrial de Maringá, adjacente ao aeroporto regional daquela cidade paranaense; (ii) participação conjunta em terceiros mercados; (iii) intercâmbio de experiências no campo da medicina militar; (iv) intercâmbio de experiências e treinamento para participação em missões de paz.

A Sérvia planeja investir 22 bilhões de euros na construção e na modernização de sua infraestrutura até 2027. Desse total, 13,7 bilhões de euros serão destinados à construção de autoestradas e estradas, 7,4 bilhões de euros a ferrovias e 475 milhões de euros ao transporte fluvial. No setor energético estão previstas a construção, a modernização e a ampliação de centrais termoelétricas e hidroelétricas. Até 2016, deverá ser finalizado o maior projeto de infraestrutura rodoviária sérvia, o chamado Corredor X, que liga Budapeste a Atenas e Sófia, passando por Belgrado e cruzando o território sérvio na direção norte-sul. A maior parte do projeto já está implantada, mas o governo está ainda procurando parceria para a construção de trecho (31 km) do anel rodoviário de Belgrado, com ponte (rodoferroviária) no rio Danúbio, avaliado em 470 milhões de euros. Outro projeto importante para o desenvolvimento industrial do país é a construção da segunda autoestrada estratégica, o Corredor XI, de 300 km de extensão, que ligará Belgrado ao porto de Bar, no Montenegro, dando à Sérvia acesso ao sul do Adriático. Além disso, estão planejadas construções de centrais termo e hidrelétricas.

A Agência para a Promoção de Investimentos da Voivodina identificou como mais propícios para a atração de investimentos brasileiros os setores do agronegócio, indústria de autopeças e componentes para veículos, engenharia e construção civil. A região da Voivodina dispõe de planejamento estratégico para o desenvolvimento da indústria de autopeças. Nesse setor, sugeriu-se atenção especial à manufatura de componentes para tratores e outros equipamentos destinados à agricultura.

MONTENEGRO

A Comissão Europeia sugere que a economia montenegrina crescerá 3% em 2015. Os principais motores do crescimento econômico este ano serão o início da construção do primeiro trecho da autoestrada que ligará o porto de Bar, via Podgorica, à Sérvia (projeto financiado e executado por empresas chinesas), e os importantes investimentos na ampliação da rede hoteleira do país. O PIB do Montenegro, país de 620.000 habitantes, é o menor da região com valor de US\$ 4,43 bilhões em 2013 e PIB per capita de US\$ 7.126,00.

Extremamente dependente de importações, particularmente de produtos agrícolas e de alimentação, o país deverá registrar novamente déficit da balança comercial, da ordem de 1,4 bilhão de euros (o intercâmbio comercial é pouco superior a 2 bilhões de euros). Tal déficit será compensado parcialmente pela balança de serviços, na qual o turismo tem a maior contribuição. O maior parceiro comercial do Montenegro é a Sérvia.

Laços econômicos e comerciais: (i) a Embraer vendeu quatro aviões à "Montenegro Airlines", cujas aeronaves têm boa reputação no país; (ii) porto de Bar poderia ser entrada de produtos brasileiros nos Bálcãs (concorreria com Rijeka, na Croácia), mas precisaria de grande reforma e de melhor rede viária em direção aos demais países da região; (iii) o comércio bilateral é extremamente favorável para o Brasil, com exportações montenegrinas inexistentes. No período dos últimos 5 anos as exportações brasileiras variaram entre 13 e 15 milhões de euros. O café é o maior produto importado do Brasil, seguido do açúcar e carnes.

Investimentos brasileiros: o Montenegro oferece oportunidades (i) nos setores de turismo, mineração e hidroeleticidade; (ii) em projetos de modernização de sua infraestrutura: ferrovia Bar-Belgrado; autoestrada Bar-Belgrado; autoestrada entre a Croácia e a Albânia; (iii) na pesquisa de petróleo no Adriático; (iv) no desenvolvimento da agricultura e da pecuária; (v) na modernização do complexo de produção de alumínio. No momento, não há investimento brasileiro no Montenegro.

PROMOÇÃO CULTURAL

Esta seção do Relatório estrutura-se de forma cronológica sequencial: cada evento cultural é datado e seguido de comentários explicativos. Recordo que as atuais restrições

orçamentárias impediram iniciativas de maior envergadura, mas não inibiram completamente a produtividade do setor, como se verá a seguir:

a) 17/3/2014 - Palestra sobre a história da política externa brasileira ao primeiro grupo de estudantes da associação "Geração 21"; Um grupo de 18 estudantes de várias faculdades da Universidade de Belgrado, membros da associação estudantil "Geração 21", visitou a Chancelaria da Embaixada, onde foi recebido pelo Ministro-Conselheiro, que ofereceu uma palestra sobre história da política externa do Brasil, as relações entre o Brasil e a Sérvia, bem como sobre a rotina da Embaixada.

b) 3/4/2014 - Palestra sobre a história da política externa brasileira ao segundo grupo de estudantes da associação "Geração 21"; Um grupo de 15 estudantes de várias faculdades da Universidade de Belgrado, membros da associação estudantil "Geração 21", visitou a Chancelaria da Embaixada do Brasil em Belgrado, onde foi recebido pelo Secretário Juan Oliveira Bomfim, que ofereceu uma palestra sobre história e atualidade da diplomacia e da política externa do Brasil.

c) 22 a 24/4/2014 - I Encontro sobre Pesquisa e Formação na Universidade; Realizou-se, na Faculdade de Letras da Universidade de Belgrado, o seminário I Encontro sobre Pesquisa e Formação na Universidade, com base no Acordo de Cooperação Acadêmica entre a USP e a Universidade de Belgrado, com a participação de docentes de algumas universidades brasileiras, da Universidade de Belgrado, da Universidade Nova de Lisboa e do Instituto Camões. As universidades brasileiras foram representadas pelos Professores Doutores Heitor Valdir Barzotto, Cláudia Rosa Riolfi, Neiva Jung, Adriana da Costa, Luciana Fracasse e pelos doutorandos e mestrandos José Antônio Vieira, Jakeline Semechechem e Rafael Sozzi. Representantes da Embaixada participaram da inauguração do seminário.

d) 22/4/2014 - Reunião na Embaixada com os participantes do I Encontro sobre Pesquisa e Formação na Universidade; Realizou-se, na Chancelaria da Embaixada, a reunião dos participantes brasileiros do I Encontro sobre Pesquisa e Formação na Universidade com funcionários do Posto. Os assuntos principais da reunião foram resultados e perspectivas da cooperação acadêmica entre as universidades brasileiras e a Universidade de Belgrado.

e) 23/4/2014 - Coquetel na Residência oferecido aos participantes do I Encontro sobre Pesquisa e Formação na Universidade; Ofereci coquetel na Residência para todos os participantes do I Encontro sobre Pesquisa e Formação na Universidade, durante o qual foi dada continuidade à conversa iniciada na reunião na Chancelaria.

f) 28/4/2014 - Reunião do Setor Cultural com os organizadores do festival "Dani Brazila"; Os organizadores da V edição do festival "Dani Brazila" de Novi Sad, o Senhor Vladan Calic, o diretor do festival, e Meila Tomé, representante da comunidade brasileira de Novi Sad, reuniram-se com o Chefe do Setor Cultural, acompanhado de assistentes. Foram discutidas possibilidades de apoio institucional da Embaixada à organização do festival. Foi acordado que a Embaixada enviasse cartas a várias empresas sérvias que pudessem atuar como patrocinadoras do festival.

g) 23/6/2014 a 11/7/2014 - Jogo de perguntas e respostas "Grande Quizz Brasil" na rádio "Laguna"; A rádio "Laguna", uma das principais rádios belgradenses que, segundo pesquisas próprias, conta com um público jovem, cosmopolita e, geralmente, com formação universitária, realizou, no período de 23 de junho a 11 de julho de 2014, o "Grande Quizz Brasil", jogo de perguntas e respostas sobre a realidade brasileira, com apoio dos funcionários da Embaixada. A ideia principal do "quizz" foi aproveitar a popularidade do Brasil despertada pela Copa do Mundo de 2014 para chamar a atenção do público a outros aspectos da realidade brasileira, além do futebol, como história, geografia, música erudita e popular, língua, literatura, artes plásticas, religião, diversidade étnica, culinária, entre outros. Os ouvintes participaram do programa ao vivo, respondendo às perguntas sobre a realidade brasileira, das quais várias foram elaboradas com a ajuda dos funcionários da Embaixada. Além da ajuda na elaboração das perguntas, os funcionários prestaram seu apoio ao programa gravando entrevistas sobre os mais diversos temas da realidade brasileira (sistema político, política externa, relações do Brasil com a Sérvia, meio ambiente, comida, música erudita e popular, diversidade étnica, linguística, confessional e cultural dos brasileiros, entre outros). O "Grande Quizz Brasil" foi apoiado pela Embaixada também com doação de várias publicações - material de divulgação - que foram entregues aos participantes que se destacaram com seu conhecimento do Brasil.

h) 27/6/2014 - Inauguração da exposição da artista de arte naïf Ermelinda de Almeida; Foi inaugurada, em Jagodina, a exposição da pintora brasileira Ermelinda de Almeida, projeto de cooperação entre o Museu de Arte Naïf e Marginal da Sérvia e o Museu Internacional de Arte Naïf do Brasil, com apoio financeiro do Ministério da Cultura da República da Sérvia e apoio institucional da Embaixada. Mais de cinquenta quadros da artista, já conhecida nos meios da arte naïf da Sérvia e da região, despertaram muito interesse do público e da mídia locais. A exposição foi transferida para Belgrado no final de agosto de 2014. Representantes da Embaixada inauguraram a exposição.

i) 15/8/2014 - Inauguração do festival "Dani Brazila"; Foi inaugurada, no Centro Cultural de Novi Sad, a V edição do festival "Dani Brazila", o maior evento dedicado à promoção da cultura popular brasileira nos Bálcãs. Durante a inauguração houve apresentações de grupos de capoeira, passistas de samba e percussionistas da seção de bateria. Representantes da Embaixada compareceram à inauguração.

j) 27/9/2014 a 7/3/2015 - Programa de rádio "Brazilski kofer", Rádio B92; O programa de rádio semanal "Brazilski kofer" (literalmente "Mala Brasileira"), iniciativa de promoção cultural da Embaixada, executada pela rádio B92 de Belgrado (uma das cinco mais ouvidas da Sérvia), foi emitido no período de 27 de setembro de 2014 a 7 de março de 2015, sempre aos sábados às 18 horas. Herdeiro do "Brazilska corba" (literalmente "Caldo Brasileiro"), emitido em Belgrado no período de 2006 a 2010, o programa mostrou vários gêneros de música brasileira (bossa nova, samba, chorinho, MPB etc.) e abordou diversos temas culturais.

k) 17/11/2014 - Coquetel na Residência oferecido à comunidade brasileira na Sérvia e em Montenegro pela ocasião do Dia da Proclamação da República (comemoração da Data Nacional); Por ocasião da comemoração do Dia da Proclamação da República, ofereci um

coquetel na Residência da Embaixada do Brasil em Belgrado à comunidade brasileira na Sérvia e em Montenegro. Compareceram ao coquetel aproximadamente 80 convidados.

l) 20/2/2015 - Reunião na Embaixada sobre a fundação da organização "Brazilska kulturna grupa"; Realizou-se, na Chancelaria, reunião do Embaixador e dos funcionários da Embaixada com os fundadores do "Brazilska kulturna grupa" ("Grupo Cultural Brasileiro"), a Senhora Natalie Rodrigues Ristic, representante da comunidade brasileira na Sérvia, e o Senhor Aloysio Vasconcellos, presidente da "Brazil International Foundation". Os fundadores apresentaram os principais objetivos do Grupo, entre os quais destacam apoio à comunidade brasileira na Sérvia e organização de eventos dedicados à promoção de cultura brasileira.

m) 17/3/2015 - Coquetel na Residência para celebrar o lançamento dos livros Por dentro do Brasil e Poemas escolhidos de Vinicius de Moraes; Por ocasião do lançamento dos livros Por dentro do Brasil e Poemas escolhidos de Vinicius de Moraes, publicados com apoio financeiro e institucional da Embaixada, ofereci coquetel a quarenta convidados, representantes da vida editorial, cultural e universitária das cidades de Belgrado, Novi Sad e Kragujevac. Os convidados tiveram a oportunidade de conversar sobre os livros com as pessoas diretamente responsáveis pela elaboração e publicação.

n) 2/4/2015 - Palestra aos estudantes da associação "Geração 21"; O Secretário Juan Oliveira Bomfim concedeu uma palestra sobre história e atualidade da diplomacia e da política externa do Brasil aos membros da associação estudantil "Geração 21", durante a visita à sede da associação, em Belgrado.

o) 8/6/2015 - Bienal de Belgrado: participação do pintor brasileiro Fábio Bocchi Neto da exposição Bienal Belgradense 2015; Foi inaugurada, em Belgrado, na Galeria da Municipalidade de Vracar, a exposição "Bienal Belgradense 2015", contando com a participação de nove artistas de sete países. A arte contemporânea brasileira foi representada pelo jovem e talentoso pintor paulista Fábio Bocchi Neto. As obras do artista brasileiro despertaram interesse do público e de jornalistas locais. Representante da Embaixada compareceu à inauguração da exposição.

p) 10/6/2015 - Apresentação da tradução sérvia do livro Cidade livre, do Embaixador João Almino, e debate sobre o fenômeno de Brasília. Realizou-se, na livraria da editora "Plato" em Belgrado, a apresentação da tradução sérvia do romance Cidade livre, do Embaixador João Almino, e debate sobre o fenômeno de Brasília (o tema central do romance). Representante da Embaixada participou do debate, junto com arquitetos, sociólogos e críticos literários de renome.

COMUNIDADES BRASILEIRAS

Não houve mudanças significativas no perfil da comunidade brasileira no período em que exerci a chefia do posto. Cerca de 180 cidadãos brasileiros residem na Sérvia e em Montenegro. São, em sua maioria, mulheres de classe média e média-alta, casadas com

sérvios, que falam o idioma fluentemente e não relatam dificuldades de adaptação à cultura local. Não houve casos reportados de violência doméstica ou necessidade recorrente de assistência a brasileiros desvalidos durante minha gestão.

SÉRVIA

Há um pequeno grupo de atletas brasileiros que defendem equipes de futebol sérvias. A maior parte deles vive em cidades menores, relativamente afastadas da capital Belgrado. A maioria não possui matrícula consular. Já houve, anteriormente, registros de reclamações, por parte desses brasileiros, em relação a atraso de pagamento de salário e outras questões trabalhistas. Todavia, problemas desta sorte não foram reportados durante minha gestão.

PROVÍNCIA DO KÔSSOVO

O Setor Consular da Embaixada tem sido procurado por cidadãs brasileiras que contraíram matrimônio e/ou tiveram filhos com cidadãos da província do Kôssovo. As mulheres tencionam ter as certidões de casamento/nascimento emitidas pelo governo do Kôssovo legalizadas por esta repartição consular. Uma vez que a província não é reconhecida pelo Brasil como país independente, as requerentes têm sido informadas de que os documentos apresentados inexistem de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro. A maioria desiste de regularizar sua situação junto ao governo brasileiro, uma vez que seus "maridos" não reagem bem à recusa brasileira em reconhecer o governo do Kôssovo. O mesmo mal-estar é percebido quando os "cônjuges" protocolam pedido de visto para o Brasil, insistindo na validade de seus passaportes emitidos por autoridades kossovares. Contudo, nenhum incidente sério foi observado.

MONTENEGRO

Em Montenegro também há preponderância de mulheres na comunidade brasileira. Muitas são casadas com marinheiros montenegrinos e vêm de regiões mais desfavorecidas do Brasil, não possuindo educação formal avançada. Todavia, não há registros de maiores problemas em sua adaptação ao país.

VISTOS - CIDADÃOS SÉRVIOS

O Decreto Presidencial n. 8.095 de 4/9/2013 promulgou o acordo de isenção de vistos entre Brasil e Sérvia em viagens de turismo ou negócios, pelo período de até 90 (noventa) dias. Entretanto, desde então, tem havido aumento considerável no número de pedidos de vistos de trabalho, estágio e estudo. Desta forma, a quantidade de requerimentos de visto de cidadãos sérvios processados pelo setor consular permanece praticamente inalterada. É muito raro que ocorra tentativa de fraude em pedidos de visto apresentados por cidadãos sérvios.

VISTOS - CIDADÃOS MONTENEGRINOS

Resolução Normativa 100, de 23/4/2013: Houve expressivo aumento no número de pedidos de visto de montenegrinos depois da publicação da RN 100, que dispensa autorização prévia do Ministério do Trabalho e Emprego nos casos de concessão do visto temporário tipo V a estrangeiro que pretenda ir ao Brasil para transferência de tecnologia ou para prestar serviço de assistência técnica por prazo determinado de até 90 (noventa) dias, sem vínculo empregatício.

Acordo de isenção de vistos Brasil-Montenegro: No ano de 2009 o governo de Montenegro aboliu unilateralmente, por decreto, a exigência de vistos para cidadãos brasileiros em viagens de turismo ou negócios ao país, pelo período de até 90 (noventa) dias. Não obstante, o Despacho Telegráfico 10, de 6/2/2015, dava instruções para que fossem efetuadas gestões junto à Chancelaria montenegrina, com vistas a fazer entrega de proposta de troca de Notas assinadas sobre isenção de vistos de turismo e de negócios, por reciprocidade de tratamento. Cumpridas as orientações, a Embaixada recebeu, em resposta, nota da Chancelaria de Montenegro, contendo cópia do supracitado decreto. Montenegro considera a assinatura do acordo em questão redundante, e solicita que o Brasil suspenda a exigência de vistos para cidadãos montenegrinos em viagens de turismo ou negócios ao país.



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 52, de 2015

(Nº 278/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

Os méritos da Senhora Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 24 de julho de 2015.

DILMA ROUSSEFF

Presidente da República Federativa do Brasil

EM nº 00325/2015 MRE

Brasília, 2 de Julho de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT**, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT

CPF.: 102.382.471-04

ID.: 7058 MRE

1954 Filha de Leny Corrêia de Azevedo, nasce em 20 de dezembro, em Aimorés/MG

Dados Acadêmicos:

1983	CPCD - IRBr
1993	CAD - IRBr
2008	CAE - IRBr, A vertente linguística da globalização: a língua portuguesa e os impactos linguísticos decorrentes dos processos de integração econômica

Cargos:

1984	Terceira-Secretária
1989	Segunda-Secretária
2000	Primeira-Secretária
2005	Conselheira
2008	Ministra de Segunda Classe

Funções:

1985-1987	Divisão do Patrimônio, assistente
1987-1988	Embaixada em Iauê, Terceira-Secretária em missão transitória
1988-1990	Embaixada em Iauê, Terceira-Secretária e Segunda-Secretária
1990-1994	Consulado-Geral em Milão, Cônsul-Adjunta
1994-1995	Divisão da América Meridional II, assistente
1997-1998	Divisão do Pessoal, assistente
1998	Seção de Assuntos Previdenciários e Sociais, Chefe, Substituta
1998-2000	Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos, Subchefe
2000-2001	Embaixada em Maputo, Primeira-Secretária em missão transitória
2001	Embaixada em Lisboa, Primeira-Secretária em missão transitória
2001-2005	Embaixada em Lisboa, Primeira-Secretária
2005-2007	Embaixada em Porto Príncipe, Primeira-Secretária e Conselheira
2007-2009	Missão junto às Nações Unidas, Nova York, Conselheira
2010-	Embaixada em Adis Abeba, Embaixadora
2010	V Conferência Internacional sobre Federalismo – "Igualdade e Unidade na Diversidade para o Desenvolvimento", Adis Abeba, Chefe de Delegação
2012	I Fórum de Tana de Alto Nível sobre Segurança na África, Chefe de Delegação
2013	Senior Women Leaders Dialogue – UNECA/UM Women – Adis Abeba, Chefe de Delegação
2013	Conferência de Doadores sobre o Mali – União Africana, Adis Abeba, Chefe de Delegação
2013	Conferência de Doadores para DDR, Adis Abeba, Chefe de Delegação
2013	TICAD V- Yokohama 2013 - União Africana, Adis Abeba, Chefe de Delegação

2013 II Fórum de Alto Nível sobre Segurança na África, Bahir Dar, Chefe de Delegação
2013 25ª Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e Governo da IGAD e 51ª Sessão Extraordinária do Conselho de Ministros da IGAD, Chefe de Delegação

MARIA-THERESA LAZARO
Subsecretária-Geral do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Departamento da Europa

Divisão da Europa II

NOME OFICIAL	República da Sérvia
CAPITAL	Belgrado

SÉRVIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Abril de 2015

DADOS BÁSICOS

ÁREA	88.361 km²
POPULAÇÃO (2013)	7,209 milhões
IDIOMA OFICIAL	Sérvio
PRINCIPAIS RELIGIÕES	80,48% de cristãos ortodoxos; 9,66% de agnósticos; 6,98% de muçulmanos; 2,89% de outras religiões ou não declarados (2011).
SISTEMA DE GOVERNO	Democracia parlamentar
PODER LEGISLATIVO	Assembleia unicameral
CHEFE DE ESTADO	Presidente Tomislav Nikolić (desde abril de 2012)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Aleksandar Vucic (desde abril de 2014)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Ivica Dacic (desde abril de 2014)
PIB NOMINAL (Banco Mundial, 2013)	US\$ 45,51 bilhões (Brasil: US\$ 2,24 trilhões)
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA - PPP):(Banco Mundial, 2013)	US\$ 93,27 bilhões (Brasil: US\$ 3,01 trilhões)
PIB PER CAPITA (Banco Mundial, 2013)	US 6,134(Brasil: US\$ 11,208)
PIB per capita PPP (Banco Mundial, 2013)	US\$ 13,020 (Brasil: US\$ 15.03)
CRESCIMENTO DO PIB (Banco Mundial)	2.57%(2013), -1%(2012), 1,4% (2011), 0,6% (2010), -3,1 % (2009)
DESEMPREGO	16,8% (2014)
UNIDADE MONETÁRIA	Dínar sérvio (RSD) US\$ 1,00 = RSD 86,99 (12/07/2013)
IDH	0,769/64° (Brasil: 0,73/85°)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Veljko Lazic (desde julho de 2014)
COMUNIDADE BRASILEIRA	Aproximadamente 150

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões, FOB)
Fonte: MDIC
PERFIS BIOGRÁFICOS

TOMISLAV NIKOLIĆ
President e da República



BRASIL → SÉRVIA	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 (jan-mar)
Intercâmbio	2,0	33,7	30,6	20,5	27,3	46,8	62,0	69,6	60,0	9,2
Exportações	2,0	28,5	26,9	19,2	22,8	23,9	27,5	44,8	36,4	5,2
Importações	0,6	5,1	3,7	1,3	4,5	22,8	34,5	9,6	23,6	3,9
Saldo	2,0	23,4	23,2	17,9	18,3	1,1	-6,9	19,9	12,8	1,2

Nasceu em 1952, em Kragujevac. Após concluir a Escola Secundária Técnica, em 1970, atuou como técnico em várias empresas de construção civil da antiga Iugoslávia. Entrou na política no início de 1990, quando o multipartidarismo foi instaurado na Sérvia. Fundou, em 1991, juntamente com o Movimento Chetnik sérvio (extrema direita nacionalista), o Partido Radical da Sérvia. No mesmo ano, foi eleito deputado da Assembleia Nacional.

Em março de 1998, foi nomeado Vice-Primeiro-Ministro da Sérvia quando seu partido passou a governar em coalizão com o Partido Socialista da Sérvia, então liderado por Milošević – e hoje pelo Primeiro-Ministro Ivica Dačić. Em agosto de 1999, tornou-se Vice-Primeiro-Ministro do Governo Federal. Em 2008, demitiu-se de todos os cargos do Partido Radical e fundou o atual Partido Progressista da Sérvia, levando consigo boa parte dos deputados de sua antiga agremiação.

Concorreu cinco vezes à Presidência da República, antes de vencer o pleito de abril de 2012.

ALEKSANDAR VUCIC
Primeiro-Ministro e Ministro do Interior



Nasceu em 1970, em Belgrado. Formou-se em Direito pela Universidade de Belgrado. Em 1993, aderiu ao Partido Radical (SRS), pelo qual foi eleito Deputado na Assembleia Nacional no mesmo ano. Em 1995, aos 24 anos, tornou-se Secretário-Geral do partido. Em 1998, foi nomeado Ministro da Informação do governo Marjanovic, considerado extensão da gestão Milošević.

Candidatou-se à prefeitura de Belgrado em 2004 e 2008, tendo perdido ambas as eleições para o candidato do Partido Democrata (DS). Em 2008, trocou o Partido Radical pelo Partido Progressista (SNS), pelo qual foi Ministro da Defesa entre 2012 e 2013.

Em abril de 2014, com a vitória do SNS nas eleições parlamentares, foi nomeado Primeiro-Ministro.

IVICA DACIC
Ministro dos Negócios Estrangeiros



Nasceu em Prizren, na província do Cossovo, em 1966. Graduou-se em Ciência Política pela Universidade de Belgrado em 1989. Em 1990, foi o primeiro presidente da Juventude Socialista de Belgrado após a criação do Partido Socialista da Sérvia (PSS) por Slobodan Milošević.

Entre 1992 e 2000, período do Governo Milošević, foi porta-voz do Partido Socialista. De 1992 a 2004 atuou como deputado no Parlamento da República Federal da Iugoslávia e, em seguida, na Assembleia da União de Estados da Sérvia e Montenegro. Em 2000 e 2001, foi Ministro das Informações no Governo Provisório organizado após a queda de Milošević. Em 2006 foi eleito presidente do Partido Socialista.

Entre 2008 e julho de 2012, exerceu o cargo de Vice-Primeiro-Ministro e Ministro do Interior. Após coalizão com o Partido Progressista – do Presidente da República Nikolić – foi indicado, em 27 de julho de 2012, ao cargo de Primeiro-Ministro. Com a ascensão de Aleksandar Vucic, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros em abril de 2014.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil manteve relações historicamente amigáveis com a antiga Iugoslávia, e esse legado de proximidade ainda hoje condiciona o relacionamento com a Sérvia. A diplomacia sérvia recorda com satisfação a cooperação do Brasil com o Movimento Não Alinhado —

mesmo na condição de observador — e, sobretudo, o fato de o Brasil jamais ter fechado sua Embaixada em Belgrado, mesmo durante os bombardeios da OTAN em 1999. O Governo brasileiro reconhece a Sérvia como sucessora legal da extinta União de Estados (união entre as Repúblicas da Sérvia e Montenegro entre 2003-2006). Após a extinção da União, Brasil e Sérvia estabeleceram relações diplomáticas plenas em 2006.

As relações bilaterais são marcadas pelo bom nível de diálogo político. Os contatos de alto nível foram estimulados pelas cinco visitas do ex-Chanceler Vuk Jeremić ao Brasil: realizou visita de trabalho em 2008; participou do Fórum Econômico Mundial para América Latina, em 2009; do III Fórum da Aliança de Civilizações, em 2010; novamente do Fórum Econômico Mundial para a América Latina, em 2011; e, por fim, visitou Brasília em 20 de abril de 2012. Em todas as ocasiões, manteve encontro com o Ministro das Relações Exteriores brasileiro.

Registre-se, ainda, visitas a Brasília do ex-Ministro da Agricultura da Sérvia, Sasha Dragin e do então Vice Primeiro-Ministro Ivica Dačić, ambas em 2010. Nesse mesmo ano, o então Chanceler Celso Amorim e o então Ministro da Defesa, Nelson Jobim, realizaram visitas oficiais à Sérvia. Em julho de 2014, a Sérvia acreditou seu primeiro Adido de Defesa em Brasília.

Comércio exterior bilateral

De acordo com os dados estatísticos fornecidos pelo MDIC/SECEX-Aliceweb, de 2010 a 2014 o comércio bilateral entre o Brasil e a Sérvia cresceu 119,4% evoluindo de US\$ 27,4 milhões, para US\$ 60,0 milhões, respectivamente. De 2013 para 2014, o intercâmbio registrou, todavia, retração de 13,9%. Esse recuo deveu-se, basicamente, pela diminuição das exportações brasileiras. No último quinquênio o saldo comercial foi desfavorável ao Brasil apenas em 2012 (déficit de US\$ 7,0 milhões) e os superávits brasileiros foram: US\$ 18,3 milhões (2010); US\$ 1,1 milhão (2011); US\$ 19,9 milhões (2013); e de US\$ 12,8 milhões (2014). De janeiro a março de 2015, o fluxo comercial se limitou a US\$ 9,2 milhões, provocando retração de 49,4% em comparação ao mesmo período de 2014. O superávit brasileiro, nesse período, foi de US\$ 1,3 milhão.

Nos últimos cinco anos, as exportações brasileiras para a Sérvia cresceram 59,5% passando de US\$ 22,8 milhões em 2005, para US\$ 36,4 milhões, em 2014. De 2013 para 2014, as vendas, todavia, registraram retração de 18,7% que foi motivada, basicamente, pelo decréscimo nas vendas de fumo e seus manufaturados. De janeiro a março de 2015, as exportações se limitaram ao valor de US\$ 5,3 milhões, e mais uma vez produziram uma queda expressiva de 47,1% em relação ao igual período do ano anterior, que foi explicada pela diminuição nos embarques de carnes. Os principais produtos exportados em 2014 foram: i) carnes (valor de US\$ 19,0 milhões; 52,2% do total); ii) preparações alimentícias diversas

11

(US\$ 7,8 milhões; 21,5%); iii) fumo e seus manufaturados (US\$ 3,2 milhões; 8,7%); iv) calçados (US\$ 2,3 milhões; 6,3%); e v) máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (valor de US\$ 1,1 milhão; 3,1%).

Ainda segundo os dados do MDIC (sistema Aliceweb), nos últimos cinco anos as importações brasileiras originárias da Sérvia aumentaram 420,7% passando de US\$ 4,5 milhões, em 2010, para US\$ 23,6 milhões, no ano de 2014. As compras em 2014, porém, registraram leve retração de 5,1% em relação ao ano anterior, que foi atribuída à diminuição nas aquisições de locomotivas elétricas. Entre janeiro e março de 2015, as importações originárias do mercado sérvio se resumiram ao valor de US\$ 4,0 milhões, uma redução de 52,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa diminuição foi motivada pela queda nas compras de máquinas mecânicas com função própria. Os principais produtos adquiridos pelo Brasil no mercado sérvio, em 2014, foram: i) máquinas mecânicas com função própria (valor de US\$ 9,7 milhões, equivalentes a 40,9% do total geral); ii) borracha e suas obras (US\$ 7,6 milhões; 32,3%); iii) plásticos e suas obras (US\$ 2,6 milhões; 10,9%); e iv) outros metais comum (US\$ 2,3 milhões; 9,7%).

Assuntos Consulares

De acordo com o banco de dados da Matrícula Consular da Embaixada do Brasil em Belgrado, existem 136 brasileiros residindo atualmente na Sérvia. Há, no entanto, estudantes em intercâmbio e outros residentes temporários não registrados, que elevam a comunidade a, aproximadamente, 150 brasileiros.

Dada a reduzida comunidade brasileira no país, todo o serviço consular é realizado pela Embaixada do Brasil em Belgrado, não havendo, ainda, Consulados Honorários ou Conselho de Cidadãos brasileiros.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de concessões de créditos ou financiamentos oficiais.

POLÍTICA INTERNA

A República da Sérvia, em sua configuração atual, data de 5 de junho de 2006, quando se desfez a federação que a unia ao Montenegro (2003-2006). A atual Constituição sérvia, de

8 de novembro de 2006, organiza o Estado como uma República parlamentar, com separação de poderes, e estabelece regime de autonomia para as províncias de Cossovo-Metohija e Voivodina.

O Legislativo sérvio é unicameral, constituído pelos 250 representantes que compõem a Assembleia Nacional. Os deputados são eleitos por meio do sistema proporcional, por voto secreto, para um mandato de quatro anos. A Assembleia elege um presidente para cada Legislatura. A atual, desde 23 de abril de 2014, é a deputada Maja Gojković.

O governo atual foi constituído após as eleições de abril de 2014, que tiveram o partido progressista de Aleksandar Vucic (SNS) como vencedor com larga vantagem. O atual Primeiro-Ministro militou durante a maior parte de sua carreira política pelo Partido Radical (SRS), de cunho nacionalista, mas atenuou suas posturas ao migrar para o Partido Progressista, avançando propostas mais simpáticas à União Europeia. O gabinete montado muito se assemelha ao anterior, do então Primeiro-Ministro Ivica Dacic, do partido socialista (SPS). Este assumiu os cargos de Ministro dos Negócios Estrangeiros e Primeiro Vice-Presidente de Governo. A conquista de Dacic indica a consolidação do condomínio de poder formado nos três últimos anos entre o SNS e o SPS, herdeiros do regime do ex-presidente Slobodan Milošević.

Desde o comunismo unipartidário iugoslavo não se via, na Sérvia, governo com tamanha força (79,2% do Parlamento): nem Milošević dispôs de tanta sustentabilidade. Sozinho, o SNS domina a Presidência, a chefia de Governo, os principais ministérios, a presidência do Parlamento, a prefeitura de Belgrado e quase todas as prefeituras do país. Em números, é inconteste na Assembleia Nacional, onde a legenda ocupa 63% dos assentos.

No plano externo, o intercâmbio de posições relativas entre os partidos da coalizão não impôs mudanças bruscas ao processo de integração europeia e das negociações com o Cossovo, que seguem em frente, entre avanços e percalços.

POLÍTICA EXTERNA

A política exterior sérvia estrutura-se em torno de dois eixos prioritários: (1) a adesão à União Europeia e (2) o encaminhamento da questão do Cossovo de forma negociada, segundo os parâmetros da Resolução 1244 (1999) do Conselho de Segurança da ONU. São também objetivos importantes: melhores relações com os vizinhos, as antigas repúblicas iugoslavas, de que resultará gradual arrefecimento das tensões regionais; inserção econômica nos fluxos financeiros e comerciais internacionais; e boas relações com a Rússia, potência com grande capacidade de influenciar os destinos da Sérvia.

A questão do Cossovo remete ao início dos anos 1980, quando, no contexto de profunda crise econômica na então Iugoslávia, um levante de cossovares albaneses deu início

a longo período de tensões étnicas entre sérvios e albaneses da província. Em 1990, a Assembleia Nacional do Cossovo proclamou a independência da província, desencadeando conflito armado entre o exército sérvio e o Exército de Libertação do Cossovo, em que a OTAN interviria, em 1999, sem anuência da ONU. O bloco ocidental alegou, na oportunidade, que as forças sérvias estariam cometendo genocídio contra os cossovares albaneses.

Logo após o cessar-fogo, a província foi colocada sob a administração da UNMIK (Missão de Administração Interina das Nações Unidas para o Cossovo), criada pela Resolução 1244 (1999) do Conselho de Segurança da ONU. Em novembro de 2005, iniciaram-se negociações sobre o status final do Cossovo entre Belgrado e Prístina, mediadas pelo Enviado Especial da ONU, Martti Ahtisaari. Ahtisaari propôs um plano que previa a concessão de amplo grau de autonomia (na prática, independência) supervisionada para o Cossovo. O impasse gerado em torno do Plano Ahtisaari levou a que o Cossovo declare unilateralmente sua “independência”, em 17 de fevereiro de 2008.

A “independência” cossovar foi prontamente respaldada por Berlim, Londres, Paris e Washington. A Sérvia, apoiada por Moscou, considera a declaração ilegal. Até o momento, 110 países membros das Nações Unidas reconheceram o Cossovo como país independente, notadamente 23 membros da União Europeia (à exceção de Eslováquia, Espanha, Romênia, Grécia e Chipre), além de Austrália, Canadá, EUA, Japão, Turquia e, na América Latina, Belize, Colômbia, Costa Rica, Honduras, Panamá, Peru e República Dominicana. O Brasil, a China, a Rússia e a Índia, entretanto, não reconheceram a independência da província.

O governo sérvio, ao final de dez reuniões realizadas em Bruxelas sob os auspícios da União Europeia e facilitadas pela Alta Comissária da União Europeia para Política Externa, Catherine Ashton, assinou, em 19 de abril de 2013, acordo quadro com as autoridades provinciais do Cossovo. Em troca, obteve, em 1º de janeiro de 2014, a abertura oficial das negociações para futura adesão ao bloco europeu, ora em curso.

No contexto da crise ucraniana, a Sérvia tem adotado postura equidistante dos principais atores envolvidos. Por um lado, interessa ao país manter boas relações com a Rússia, país com o qual tem laços históricos e de que depende sua segurança energética; por outro lado, a inevitabilidade da adesão à União Europeia impede a adoção de uma postura mais assertiva na defesa dos interesses russos.

Pesquisa de opinião realizada pelo “*think tank*” New Serbian Political Thought revela que 54,4% dos cidadãos sérvios seriam a favor do ingresso na União Europeia. No entanto, 70,1% seriam a favor de aliança com a Rússia, 71,9% seriam contrários ao ingresso na OTAN e o líder estrangeiro mais popular seria o presidente russo, Vladimir Pútín. 51,1% seriam a favor de boas relações com a Rússia e a União Europeia; 27,8% prefeririam a Rússia e 14,1%, a União Europeia. A política governamental de equilíbrio entre leste e oeste parece, portanto, encontrar eco junto à população.

ECONOMIA

O crescimento do Produto Interno Bruto da Sérvia atingiu em 2013 o maior índice dos últimos anos, chegando a 2,57%, mas os dados preliminares sugerem uma retração do PIB de cerca de 1,81% em 2014, reflexo do impacto de uma política de ajuste fiscal do governo para controle da inflação, de um menor ingresso de investimentos, bem como da situação frágil do setores bancário e financeiro do país. O PIB per capita da Sérvia foi de cerca de 6.134 dólares em 2013, um dos menores valores do continente europeu. O desemprego, problema crônico da economia do país, que atingiu valores recordes de 24% em outubro de 2011, permaneceu alto, com valor de cerca de 20%, no final de 2013.

Em fevereiro de 2015, a Sérvia fechou acordo de 1,2 bilhão de euros com o FMI, pelo qual o país se comprometeu com um programa de recuperação econômica, fundamentado, sobretudo, em torno de três grandes pilares: o saneamento das finanças públicas; a estabilização do setor financeiro; e a implantação de reformas estruturais, particularmente a privatização de empresas públicas. Espera-se, ainda, que o acordo possa criar ambiente mais favorável para investimentos externos, dando margem para a expansão da produção industrial. Embora não se espere que o acordo produza resultados positivos imediatamente, e as previsões atuais são de mais um ano de retração do PIB em 2015, na faixa de 0,5%, a expectativa é que em 2016 a economia sérvia volte ao caminho do crescimento, por volta de 1,5%, caso as reformas acordadas sejam efetivamente implementadas.

Ao longo dos últimos cinco anos, as exportações sérvias de bens aumentaram 51,0% passando de US\$ 9,975 bilhões, em 2010, para atingir US\$ 14,790 bilhões, em 2014. Sobre o ano anterior, a oferta assinalou discreta expansão de 1,2% em 2014. Ainda com relação ao ano passado, foram os seguintes os principais mercados de destino para as vendas externas da Sérvia: Itália (participação de 17,4% no total); Alemanha (12,0%); Bósnia e Herzegovina (8,8%); Rússia (7,0%); Romênia (5,6%); Montenegro (5,1%); Macedônia (4,0%). O Brasil foi o 53º mercado de destino, com participação discreta (0,1%). Citam-se os mais relevantes grupos de produtos exportados, em 2014: veículos e autopeças (13,9% de participação); instrumentos elétricos ou eletrônicos (9,4%); máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (6,6%); plásticos e manufaturas de plástico (4,9%); cereais (4,0%); combustíveis e lubrificantes (3,7%); frutas (3,7%).

Nos cinco últimos anos, as importações sérvias de bens cresceram 22,1% passando de US\$ 16,735 bilhões, em 2005, para alcançar US\$ 20,425 bilhões, em 2014. Ainda com relação a 2014, foram os seguintes os principais fornecedores de bens à Sérvia: Alemanha (12,0% de participação); Rússia (11,3%); Itália (11,3%); China (7,6%); Hungria (5,0%); Polônia (4,8%); Áustria (3,1%). O Brasil, por seu turno, foi o 33º fornecedor, com participação de 0,5% no total das compras sérvias no exterior. Em relação à composição da

demanda, foram os seguintes os principais grupos de produtos importados pelo país, no que tange a 2014: combustíveis e lubrificantes (13,7% do total); veículos e autopeças (10,4%); máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (7,6%); instrumentos elétricos ou eletrônicos (6,2%); plásticos e manufaturas de plástico (5,8%); produtos farmacêuticos (3,2%); papéis e manufaturas de papel (2,7%); ferro fundido, ferro ou aço (2,7%); obras de ferro ou aço (2,1%); alumínio e manufaturas (1,9%).

A balança comercial da Sérvia mostra resultados estruturalmente negativos. Nessas condições, em 2014, o déficit sérvio em transações comerciais de bens somou US\$ 5,635 bilhões. A atual tendência de retração nas cotações internacionais de produtos da cadeia petrolífera tende a reduzir o déficit sérvio em 2015.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1389	Nobreza sérvia dizimada por tropas otomanas na Batalha do Campo do Cossovo.
Séculos XV a XVIII	Sérvia é absorvida pelo Império Otomano.
1878	Independência sérvia reconhecida internacionalmente
1918	Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos formado após a I Guerra Mundial.
1929	Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos renomeado Reino da Iugoslávia.
1945	Sérvia se torna uma das províncias da República Federativa Socialista da Iugoslávia.
1991	Eslovênia, Macedônia, Croácia e Bósnia separam-se da Iugoslávia.
1992	Sérvia e Montenegro formam a República Federativa da Iugoslávia
1995	Acordos de Dayton encerram Guerra da Bósnia.
1998	Início da Guerra do Cossovo.
1999	Bombardeios da OTAN. Rendição sérvia. Cossovo torna-se um protetorado da ONU, permanecendo parte da Sérvia.
2000	Renúncia de Slobodan Milošević.
2003	Iugoslávia renomeada como União da Sérvia e Montenegro.
Março/2006	Milošević morre nas dependências do Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia, na Haia.
Junho/2006	Montenegro declara independência após referendo. O país passa a intitular-se República da Sérvia.
Fevereiro/2008	Cossovo declara independência. Belgrado considera declaração ilegal, mas a independência é reconhecida pelos Estados Unidos e principais potências europeias.
Setembro/2008	Parlamento sérvio ratifica acordo de estreitamento de laços com a União Europeia.
Março/2012	A UE concede à Sérvia o status de candidata oficial.
Abril/2012	Tomislav Nikolić é eleito Presidente da República.
Julho/2012	Ivica Dačić, do partido socialista, assume como Primeiro-

	Ministro da Sérvia.
Abril/2013	Assinatura dos Acordos de Bruxelas, que regularizam as relações entre a Sérvia e o Cossovo.
Janeiro/2014	Abertura oficial das negociações com a União Europeia para adesão ao bloco.
Abril/2014	Aleksandar Vucic, do partido progressista, assume o cargo de Primeiro-Ministro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Junho/2003	Visita ao Brasil do Chanceler da então Sérvia e Montenegro, Goran Svilanovic, acompanhado de missão empresarial.
Outubro/2003	Os Primeiros-Ministros (locais) da Sérvia e Montenegro, Zoran Zivkovic e Milo Djukanovic, estiveram em São Paulo para participar do 22º Congresso da Internacional Socialista (27/10/2003), onde se avistaram com o Senhor Presidente da República.
Abril/2005	Reunião de consultas políticas bilaterais, em Brasília.
22 de junho de 2006	Após a extinção da união de Estados da Sérvia e Montenegro, Brasil e Sérvia estabelecem relações diplomáticas plenas.
Outubro/2007	Nova rodada de consultas políticas, em Belgrado.
Abril/2008	Visita oficial ao Brasil do Chanceler sérvio, Vuk Jeremić.
Setembro/2008	Encontro entre o Ministro das Relações Exteriores do Brasil e o Chanceler sérvio à margem da 62a AGNU.
Outubro/2008	Reunião de consultas políticas, em Brasília.
Abril/2009	Encontro entre o Ministro das Relações Exteriores do Brasil e o Chanceler sérvio Vuk Jeremić no Rio de Janeiro, à margem do Fórum Econômico Mundial sobre a América Latina.
Janeiro/2010	Visita a Brasília do Ministro da Agricultura Sasha Dragin.
Mai/2010	Participação do Chanceler sérvio Vuk Jeremić na Conferência Aliança das Civilizações, no Rio de

	Janeiro.
8 de junho de 2010	Visita do então Primeiro-Vice-Primeiro-Ministro e Ministro do Interior Ivica Dačić ao Brasil.
20 de junho de 2010	Visita do Ministro das Relações Exteriores do Brasil à Sérvia.
Novembro/2010	Visita do Ministro da Defesa do Brasil, Nelson Jobim, à Sérvia.
Abril/2011	Participação do Chanceler sérvio, Vuk Jeremić, no Fórum Econômico Mundial para a América Latina.
Abril/2012	Visita do Chanceler sérvio Vuk Jeremić ao Brasil.
Junho/2012	Participação do Presidente da Sérvia, Tomislav Nikolić, na Conferência Rio+20.
Dezembro/2013	Entrada em vigor do Acordo entre Brasil e Sérvia de Isenção de Vistos para seus Respetivos Nacionais.
Julho/2014	Abertura da Adidância Militar da Sérvia em Brasília.

ATOS BILATERAIS

Título	Outra parte	Data de Celebração	Vigência
Acordo Básico de Cooperação Técnica	Iugoslávia	11/05/1962	Em vigor
Acordo de Cooperação Industrial	Iugoslávia	20/09/1963	Em vigor
Protocolo Relativo à Mudança do Sistema de Pagamentos Aplicável às Trocas entre os Dois Países para Moeda Conversível.	Iugoslávia	27/05/1977	Em vigor
Termo de Cooperação entre o Instituto Rio Branco do MRE e a Academia Diplomática da Sérvia e Montenegro.	Sérvia e Montenegro	01/07/2003	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia sobre Cooperação no Campo Veterinário	Sérvia	05/01/2010	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia sobre Isenção de Visto em Favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos ou Oficiais/de Serviço	Sérvia	20/06/2010	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia sobre a Isenção de Vistos para seus Respetivos Nacionais	Sérvia	20/06/2010	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Sérvia sobre Consultas Políticas	Sérvia	20/06/2010	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia sobre Cooperação em Matéria de Defesa	Sérvia	29/11/2010	Tramitação CN

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

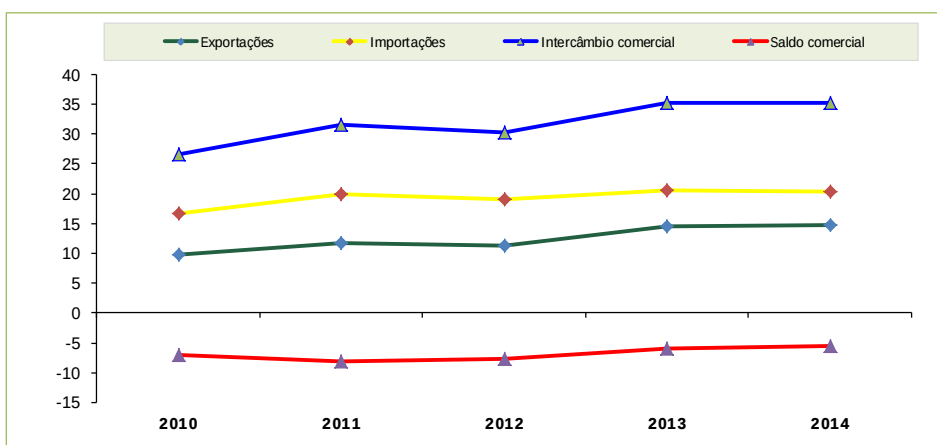
Evolução do Comércio Exterior da Sérvia
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2010	9,8	17,4%	16,7	4,3%	26,5	8,8%	-6,9
2011	11,8	20,3%	19,9	18,7%	31,6	19,3%	-8,1
2012	11,4	-3,6%	19,0	-4,3%	30,4	-4,0%	-7,7
2013	14,6	28,7%	20,6	8,1%	35,2	15,8%	-5,9
2014 ⁽¹⁾	14,8	1,2%	20,4	-0,6%	35,2	0,2%	-5,6
Var. % 2010-2014	51,0 %	---	22,1 %	---	32,7 %	---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) Última posição disponível em 20/04/2015.

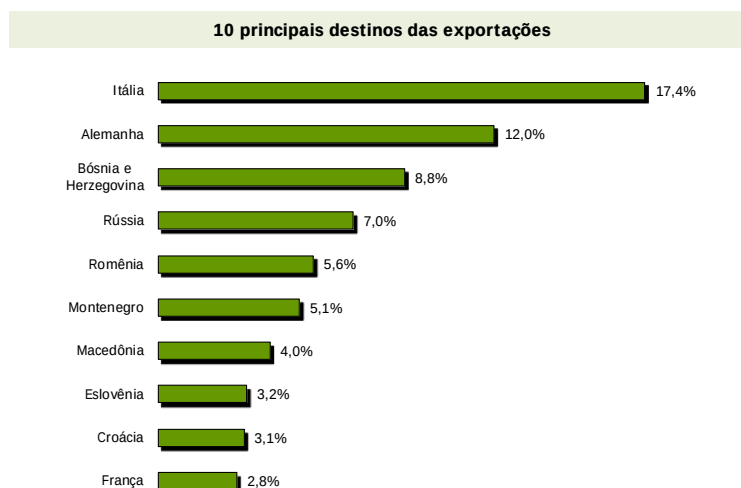
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



21

Direção das Exportações da Sérvia US\$ bilhões		
Descrição	2 0 1 4 ⁽¹⁾	Part. % no total
Itália	2,57	17,4%
Alemanha	1,77	12,0%
Bósnia e Herzegovina	1,30	8,8%
Rússia	1,03	7,0%
Romênia	0,82	5,6%
Montenegro	0,75	5,1%
Macedônia	0,59	4,0%
Eslovênia	0,47	3,2%
Croácia	0,46	3,1%
França	0,42	2,8%
...		
<i>Brasil (53ª posição)</i>	<i>0,01</i>	<i>0,1%</i>
Subtotal	10,19	68,9%
Outros países	4,60	31,1%
Total	14,79	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.
(1) Última posição disponível em 20/04/2015.



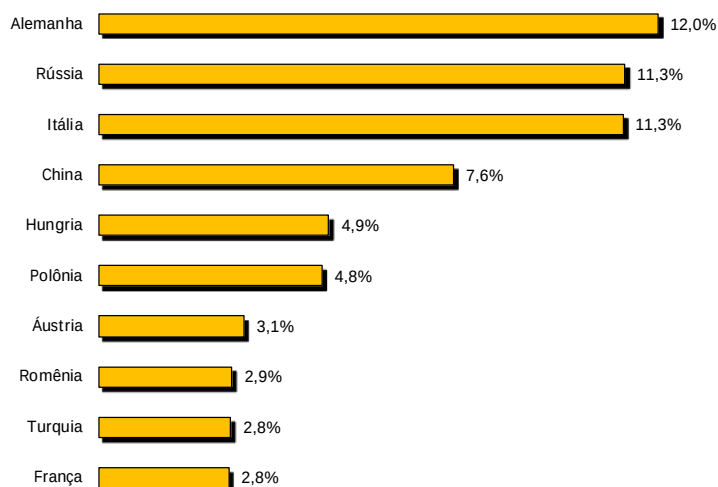
Origem das Importações da Sérvia
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 4⁽¹⁾	Part. % no total
Alemanha	2,45	12,0%
Rússia	2,31	11,3%
Itália	2,30	11,3%
China	1,56	7,6%
Hungria	1,01	4,9%
Polônia	0,98	4,8%
Áustria	0,64	3,1%
Romênia	0,59	2,9%
Turquia	0,58	2,8%
França	0,57	2,8%
...		
<i>Brasil (33ª posição)</i>	<i>0,10</i>	<i>0,5%</i>
Subtotal	13,08	64,1%
Outros países	7,34	35,9%
Total	20,43	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) Última posição disponível em 20/04/2015.

10 principais origens das importações



23

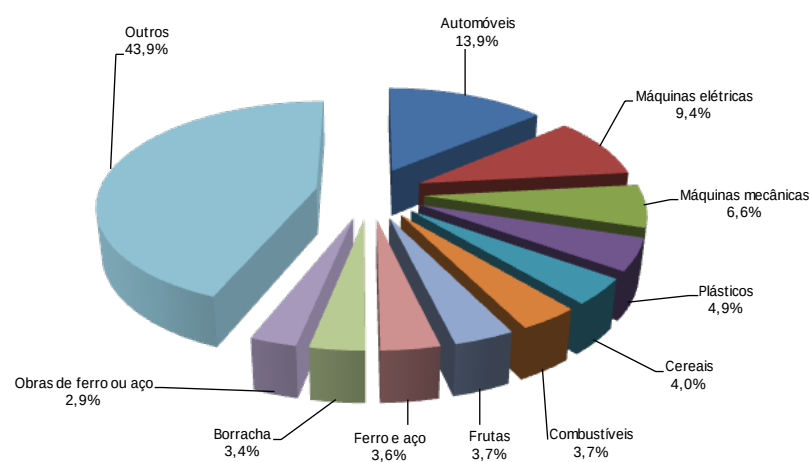
Composição das exportações da Sérvia
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 4⁽¹⁾	Part. % no total
Automóveis	2,05	13,9%
Máquinas elétricas	1,39	9,4%
Máquinas mecânicas	0,97	6,6%
Plásticos	0,73	4,9%
Cereais	0,59	4,0%
Combustíveis	0,55	3,7%
Frutas	0,55	3,7%
Ferro e aço	0,54	3,6%
Borracha	0,50	3,4%
Obras de ferro ou aço	0,43	2,9%
Subtotal	8,30	56,1 %
Outros	6,49	43,9 %
Total	14,79	100,0 %

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) Última posição disponível em 20/04/2015.

10 principais grupos de produtos exportados



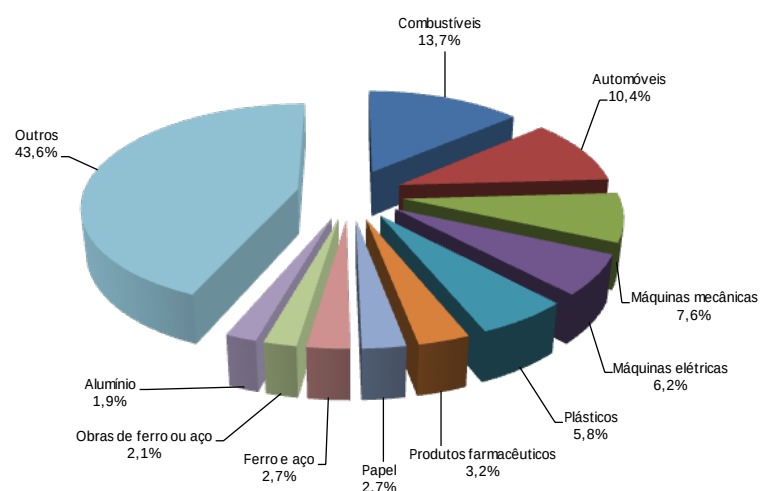
Composição das importações da Sérvia
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 4⁽¹⁾	Part. % no total
Combustíveis	2,80	13,7%
Automóveis	2,12	10,4%
Máquinas mecânicas	1,56	7,6%
Máquinas elétricas	1,27	6,2%
Plásticos	1,19	5,8%
Produtos farmacêuticos	0,66	3,2%
Papel	0,56	2,7%
Ferro e aço	0,54	2,7%
Obras de ferro ou aço	0,42	2,1%
Alumínio	0,40	1,9%
Subtotal	11,52	56,4%
Outros	8,91	43,6%
Total	20,43	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) Última posição disponível em 20/04/2015.

10 principais grupos de produtos importados

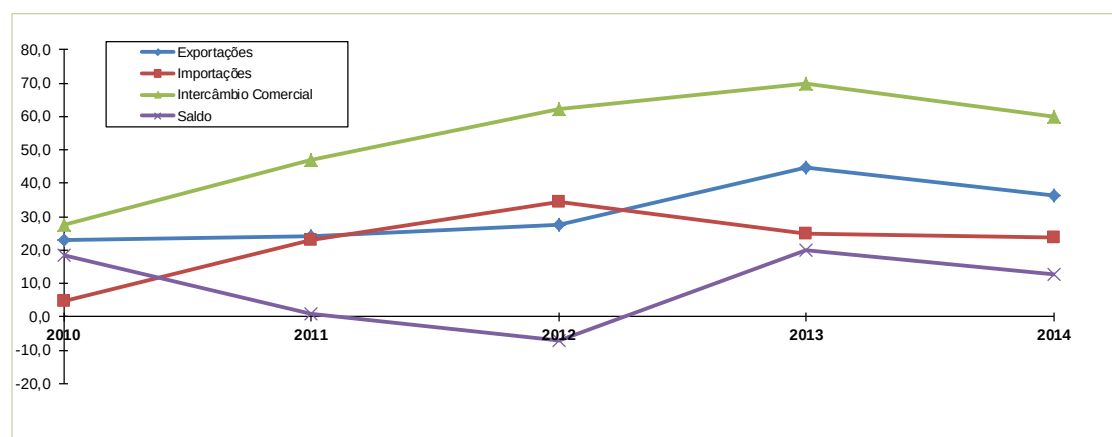


25

Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Sérvia
US\$ milhões, fob

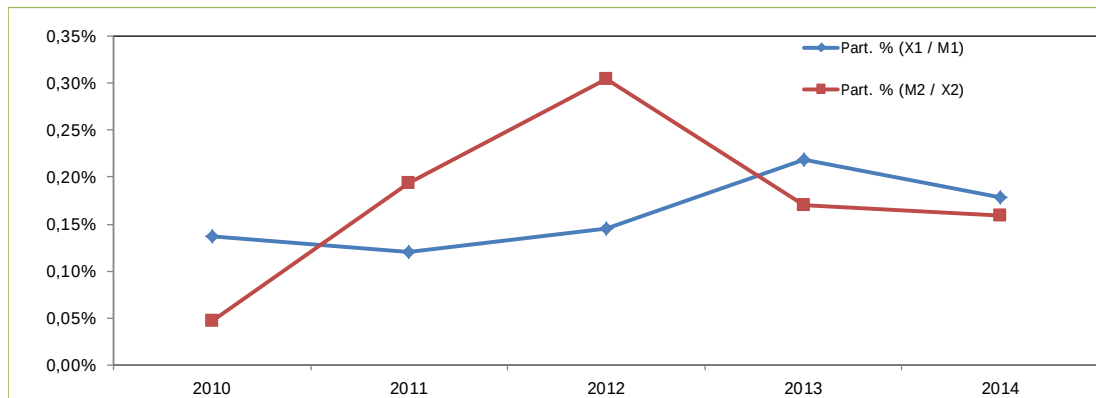
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2010	22,8	18,6%	0,01%	4,5	238,0%	0,00%	27,4	32,9%	0,01%	18,3
2011	23,9	4,9%	0,01%	22,9	404,5%	0,01%	46,8	71,0%	0,01%	1,1
2012	27,5	15,0%	0,01%	34,5	50,9%	0,02%	62,1	32,6%	0,01%	-7,0
2013	44,8	62,7%	0,02%	24,9	-27,9%	0,01%	69,7	12,3%	0,01%	19,9
2014	36,4	-18,7%	0,02%	23,6	-5,1%	0,01%	60,0	-13,9%	0,01%	12,8
2015 (jan-mar)	5,3	-47,1%	0,01%	4,0	-52,2%	0,01%	9,2	-49,4%	0,01%	1,3
Var. % 2010-2014	59,5%		---	420,7%		---	119,4%		---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

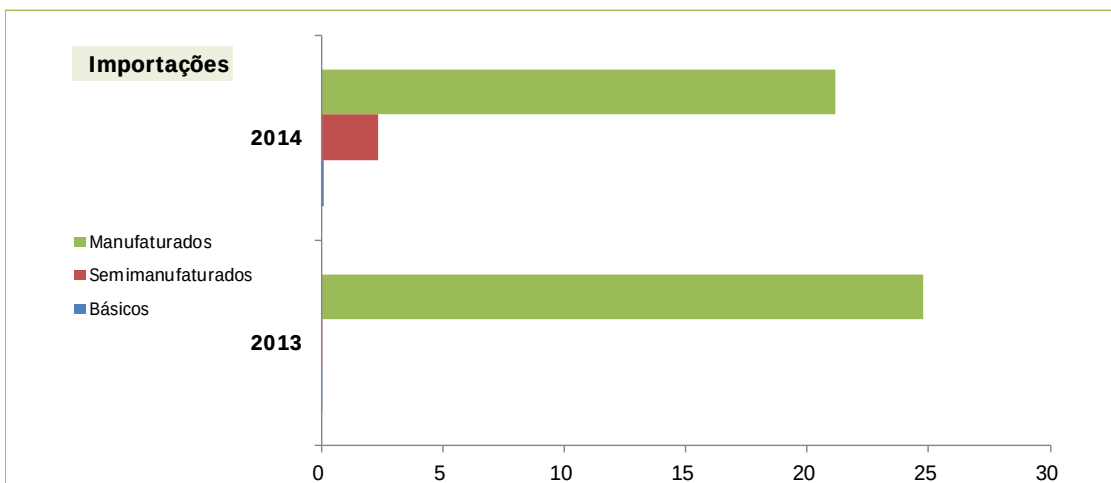
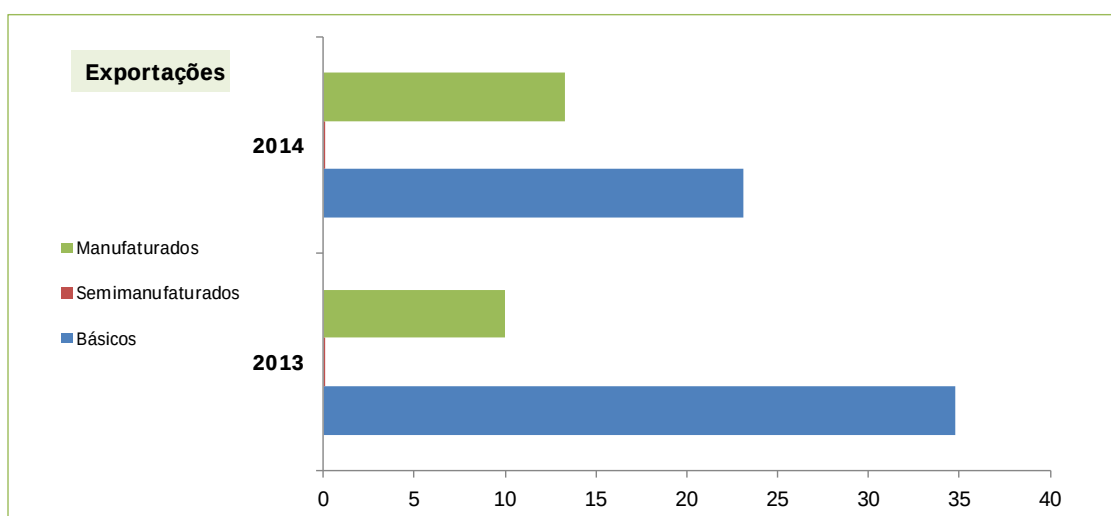


Part. % do Brasil no Comércio da Sérvia ⁽¹⁾ US\$ milhões						
Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para a Sérvia (X1)	23	24	28	45	36	59,5 %
Importações totais da Sérvia (M1)	16.734	19.861	19.013	20.550	20.425	22,1 %
Part. % (X1 / M1)	0,14 %	0,12 %	0,14 %	0,22 %	0,18 %	30,7 %
Importações do Brasil originárias da Sérvia (M2)	4,5	23	35	25	24	420,7 %
Exportações totais da Sérvia (X2)	9.794	11.779	11.353	14.610	14.790	51,0 %
Part. % (M2 / X2)	0,05 %	0,19 %	0,30 %	0,17 %	0,16 %	244,8 %

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril de 2015.
(1) As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.



27

Exportações e importações brasileiras por fator agregado**US\$ milhões****Comparativo 2014 com 2013**

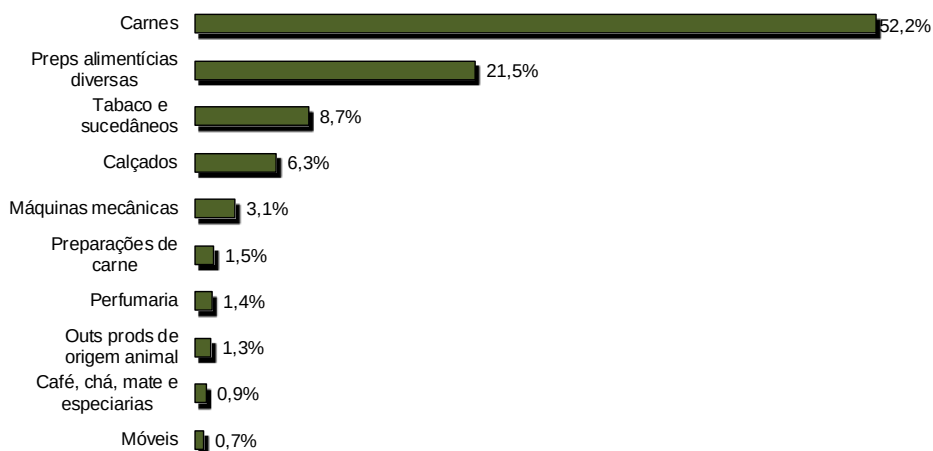
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Composição das exportações brasileiras para a Sérvia
US\$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total
Carnes	13,81	50,1%	20,27	45,2%	19,02	52,2%
Preps alimentícias diversas	4,01	14,6%	3,83	8,5%	7,82	21,5%
Tabaco e sucedâneos	5,39	19,6%	11,74	26,2%	3,18	8,7%
Calçados	1,47	5,3%	2,90	6,5%	2,29	6,3%
Máquinas mecânicas	0,98	3,6%	1,10	2,5%	1,14	3,1%
Preparações de carne	0,11	0,4%	0,41	0,9%	0,54	1,5%
Perfumaria	0,19	0,7%	0,23	0,5%	0,49	1,4%
Outs prods de origem animal	0,67	2,4%	0,56	1,3%	0,47	1,3%
Café, chá, mate e especiarias	0,00	0,0%	2,10	4,7%	0,33	0,9%
Móveis	0,02	0,1%	0,14	0,3%	0,26	0,7%
Subtotal	26,64	96,7 %	43,27	96,5 %	35,55	97,6 %
Outros produtos	0,91	3,3 %	1,55	3,5 %	0,88	2,4 %
Total	27,55	100,0 %	44,81	100,0 %	36,43	100,0 %

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

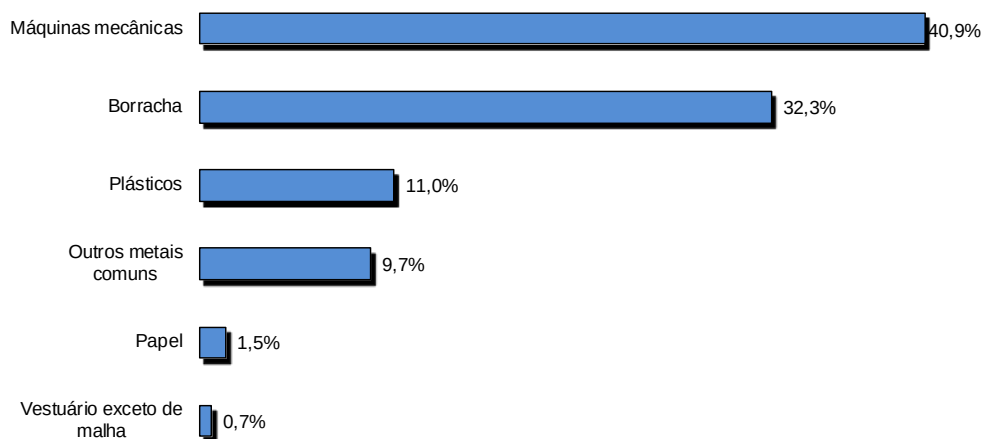


Composição das importações brasileiras originárias da Sérvia
US\$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total
Máquinas mecânicas	22,84	66,2%	8,93	35,9%	9,66	40,9%
Borracha	1,38	4,0%	9,29	37,3%	7,62	32,3%
Plásticos	3,09	8,9%	3,18	12,8%	2,59	11,0%
Outros metais comuns	0,00	0,0%	0,00	0,0%	2,29	9,7%
Papel	1,76	5,1%	0,30	1,2%	0,36	1,5%
Vestuário exceto de malha	0,11	0,3%	0,13	0,5%	0,17	0,7%
Subtotal	29,17	84,5 %	21,82	87,7 %	22,69	96,1 %
Outros produtos	5,35	15,5 %	3,06	12,3 %	0,92	3,9 %
Total	34,52	100,0 %	24,88	100,0 %	23,60	100,0 %

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 4 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 5 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015
Exportações					
Carnes	5,01	50,2%	1,77	33,5%	Carnes 1,77
Preps alimentícias diversas	2,07	20,7%	1,26	24,0%	Preps alimentícias diversas 1,26
Calçados	1,88	18,9%	1,04	19,8%	Calçados 1,04
Máquinas mecânicas	0,23	2,3%	0,52	9,8%	Máquinas mecânicas 0,52
Móveis	0,22	2,2%	0,13	2,4%	Móveis 0,13
Tabaco	0,00	0,0%	0,12	2,3%	Tabaco 0,12
Sementes e grãos	0,12	1,2%	0,09	1,7%	Sementes e grãos 0,09
Preparações de carnes	0,06	0,6%	0,08	1,5%	Preparações de carnes 0,08
Papel	0,00	0,0%	0,07	1,3%	Papel 0,07
Instrumentos de precisão	0,02	0,2%	0,06	1,1%	Instrumentos de precisão 0,06
Subtotal	9,60	96,4%	5,13	97,3%	
Outros produtos	0,36	3,6%	0,14	2,7%	
Total	9,96	100,0%	5,27	100,0%	

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015					
Importações					
Borracha	1,91	22,9%	1,85	46,5%	Borracha 1,85
Outros metais comuns	0,00	0,0%	0,77	19,3%	Outros metais comuns 0,77
Plásticos	0,79	9,5%	0,75	18,8%	Plásticos 0,75
Papel	0,06	0,7%	0,16	4,0%	Papel 0,16
Máquinas elétricas	0,04	0,4%	0,15	3,7%	Máquinas elétricas 0,15
Máquinas mecânicas	5,33	64,0%	0,12	3,0%	Máquinas mecânicas 0,12
Vestuário exceto de malha	0,01	0,2%	0,05	1,4%	Vestuário exceto de malha 0,05
Automóveis	0,01	0,2%	0,03	0,9%	Automóveis 0,03
Alumínio	0,01	0,2%	0,03	0,8%	Alumínio 0,03
Vestuário de malha	0,02	0,2%	0,03	0,8%	Vestuário de malha 0,03
Subtotal	8,18	98,3%	3,95	99,2%	
Outros produtos	0,14	1,7%	0,03	0,8%	
Total	8,32	100,0%	3,98	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Departamento da Europa

Divisão da Europa II

MONTENEGRO**Informação ostensiva**

Abril de 2015

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Montenegro
CAPITAL	Podgoritza (em montenegrino, escrita <i>Podgorica</i>)
ÁREA	13.812 km ²
POPULAÇÃO	621,400 habitantes
IDIOMA OFICIAL	Montenegrino
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Ortodoxa (76,2%), muçulmana (18,7%), católica (1,5%), não se pronunciaram (4,5%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia unicameral
CHEFE DE ESTADO	Presidente Filip Vujanović, desde 2003
CHEFE DO GOVERNO	Primeiro-Ministro Milo Djukanović, desde 2012
CHANCELER	Igor Luksić, desde 2012
PIB NOMINAL	US\$ 4,41 bilhões
PIB PPP (Banco Mundial, 2013)	US\$ 7,29 bilhões
PIB per capita (Banco Mundial, 2013)	US\$ 7,106
PIB per capita PPP (Banco Mundial, 2013)	US\$ 11.717
VÁRIAÇÃO DO PIB (Banco Mundial, 2013)	3,3% (2013); -2,5% (2012); 3,2% (2011); 2,5% (2010); -5,7 (2009);
IDH	0,791 (52º lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA	74,50 anos
ÍND. DE ALFABETIZAÇÃO	98,4%
ÍND. DE DESEMPREGO	15,04 % (2015)
UNIDADE MONETÁRIA	euro (<i>adotado unilateralmente. O país não é membro da Zona do Euro</i>)
COMUNIDADE BRASILEIRA	Estimada em menos de dez pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões, FOB)

Fonte: MDIC

BRASIL → MONTENEGRO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 (jan. até mar.)
Intercâmbio	26,6	66,1	54,4	64,0	40,6	25,3	27,1	26,0	3,5
Exportações	26,5	66,1	54,4	64,0	40,6	25,3	26,7	25,7	3,4
Importações	1,8	40,7	14,2	1,3	0,9	0,1	0,4	0,3	0,03
Saldo	26,6	65,9	53,9	64,0	40,6	25,3	26,3	25,3	3,4

PERFIS BIOGRÁFICOS**FILIP VUJANOVIĆ**
Presidente da República

Filip Vujanović nasceu a 1º de setembro de 1954, em Belgrado. Graduou-se em Direito pela Universidade de Belgrado em 1978. Casado, tem três filhos.

Atuou como advogado entre 1978 e 1993, ano em que iniciou sua carreira política, ao entrar no Partido Democrático Socialista (DPS, sucessor do ramo montenegrino da Liga dos Comunistas da Iugoslávia), a convite do então Presidente da República Federal da Iugoslávia, o montenegrino Momir Bulatović. Logo no início de sua carreira, foi nomeado Ministro da Justiça (local) da República do Montenegro, ainda parte integrante da Iugoslávia. Ocupou o cargo até 1996, quando assumiu o Ministério do Interior (local).

Entre 1998 e 2002, foi nomeado Primeiro-Ministro de Montenegro. Em 11 de maio de 2003, no momento da constituição da União da Sérvia e Montenegro, foi eleito Presidente da República montenegrina, ainda não independente. Em abril de 2008, nas primeiras eleições presidenciais do Montenegro independente, alcançou a reeleição. Foi reeleito novamente nas eleições de 2013.

MILO DJUKANOVIĆ
Primeiro-Ministro



Milo Djukanović nasceu a 15 de fevereiro de 1962, na cidade de Niksić. Graduou-se, em 1986, em Economia e Turismo pela Universidade de Podgoritza.

Em sua juventude, tornou-se membro da Liga dos Comunistas da Iugoslávia, agremiação antecessora ao Partido Democrático Socialista (DPS), do qual faz parte até a atualidade.

Em 1991, aos 29 anos, foi nomeado Primeiro-Ministro da República do Montenegro, à época parte integrante da República Socialista Federativa da Iugoslávia. Manteve-se no cargo, por três mandatos, até 1998, quando foi eleito Presidente da República, cargo que ocupou até 2002.

Foi importante aliado de Slobodan Milošević entre 1989 e 1997 – momento no qual passou a defender a independência do Montenegro.

Entre 2003 e 2006, atuou novamente como Primeiro-Ministro do Montenegro. Durante seu mandato, conduziu negociações com a Sérvia para a conversão, em 2003, da República Federal da Iugoslávia em União dos Estados da Sérvia e Montenegro. Liderou também o referendo realizado a 21 de maio de 2006, ocasião na qual os montenegrinos votaram pela independência do país.

Após renunciar à Chefia de Governo em 2006, decidiu abandonar a política para dedicar-se a seus negócios pessoais. Em 2008, no entanto, foi eleito novamente Primeiro-Ministro, cargo que ocupou até 2010.

Em 4 de dezembro de 2012, foi escolhido pela sexta vez Primeiro-Ministro do Montenegro.

IGOR LUKSIĆ

Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Integração Europeia

Igor Luksić nasceu a 14 de junho de 1976, em Bar, na então República Socialista do Montenegro, parte integrante da Iugoslávia. Em 1998, graduou-se na Faculdade de Economia da Universidade de Podgoritza. No ano seguinte, cursou a Academia Diplomática de Viena e, em 2005, recebeu o título de Ph.D. em Economia, pela Universidade de Podgoritza.

Foi eleito para o Parlamento (local) de Montenegro em 2001, servindo também no Parlamento (federal) da União da Sérvia e Montenegro entre 2003 a 2006. Em 2003, tornou-se Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Sérvia e Montenegro.

Em fevereiro de 2004, foi nomeado Ministro das Finanças da República do Montenegro, cargo que ocupou até dezembro de 2008, quando o país já havia conquistado sua independência.

Entre dezembro de 2008 e 2010, atuou como Vice-Primeiro-Ministro. Em 29 de dezembro de 2010, foi eleito Primeiro-Ministro, cargo que ocupou até dezembro último, quando o Primeiro-Ministro Djukanovic nomeou-o para a chefia da diplomacia montenegrina.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil reconheceu a independência de Montenegro em 14 de junho de 2006 e estabeleceu relações diplomáticas com o país em 20 de outubro do mesmo ano. A Embaixada

do Brasil, cumulativa com a Embaixada brasileira na Sérvia, foi criada por decreto do Presidente da República em 10 de julho de 2007.

Em razão da recente independência do Montenegro, as relações bilaterais são ainda incipientes. O arcabouço de diplomas legais entre os dois países ainda está por ser negociado.

Em junho de 2014, o primeiro Embaixador de Montenegro no Brasil, residente em Buenos Aires, apresentou suas cópias figuradas ao Chefe do Cerimonial. Na ocasião, iniciaram-se os procedimentos para a assinatura de acordo bilateral de isenção de vistos de curto prazo, por meio de troca de notas. Destaca-se que a Montenegro Airlines conta com aviões da Embraer em sua frota.

Comércio exterior bilateral

De acordo com os dados estatísticos fornecidos pelo MDIC/SECEX-Aliceweb, de 2010 a 2014 o **comércio bilateral** entre o Brasil e Montenegro decresceu 59,3% passando de US\$ 63,987 milhões, para US\$ 26,051 milhões, respectivamente. De 2013 para 2014, o intercâmbio registrou nova diminuição de 4,1%. Essa retração deu-se mais pela diminuição das exportações (-3,8%) que, historicamente, representaram quase a totalidade do comércio entre os dois países, uma vez que as importações têm pouca expressividade. O saldo comercial, portanto, sempre foi favorável ao Brasil e, nos últimos três anos, os superávits foram: US\$ 25,350 milhões (2012); US\$ 26,276 milhões (2013); e US\$ 25,389 milhões (2014). De janeiro a março de 2015, o fluxo comercial se limitou a US\$ 3,464 milhões, provocando uma retração de 34,8% em comparação ao mesmo período de 2014. No mesmo período, o superávit brasileiro foi de US\$ 3,403 milhões, representando uma queda de 34,1% em relação ao primeiro trimestre de 2014.

Nos últimos cinco anos, as exportações brasileiras para Montenegro decresceram 59,8% passando de US\$ 63,986 milhões em 2010, para US\$ 25,720 milhões, em 2014. De 2013 para 2014, as vendas registraram leve diminuição de 3,8% que foi motivada, principalmente, pela retração nas vendas de açúcar de cana. De janeiro a março de 2015, as exportações se limitaram ao valor de US\$ 3,434 milhões, e produziram uma queda de 34,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, que é explicada pela diminuição nos embarques de café não torrado, em grão. Os produtos mais exportados do Brasil para Montenegro, em 2014, foram: *i*) café não torrado, em grão (valor de US\$ 18,563 milhões; 72,2% do total); *ii*) açúcar de cana (US\$ 3,618 milhões; 14,1%); *iii*) carnes de frango (US\$ 2,309 milhões; 8,9%); e *iv*) carnes de bovino (US\$ 690,0 mil; 2,7%).

Ainda segundo os dados do Aliceweb, nos últimos cinco anos as modestas importações brasileiras originárias de Montenegro aumentaram expressivamente, guardadas as devidas proporções, passando de US\$ 1,370 mil, em 2010, para US\$ 331,230 mil, no ano de 2014. As compras em 2014 registraram queda de 26,3%, em relação ao ano anterior, que

37

foi atribuída à diminuição nas aquisições de bronzes. Entre janeiro e março de 2015, as importações procedentes de Montenegro se limitaram ao valor de US\$ 30,532 mil, um expressivo decréscimo de 58,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa retração foi motivada pela diminuição, novamente, nas compras de bronzes. Os produtos adquiridos pelo Brasil de Montenegro, em 2014, foram: *i*) bronzes (valor de US\$ 330,6 mil, equivalentes a 99,8% do total geral); e *ii*) máquinas e aparelhos para trabalhar material têxtil (US\$ 600; equivalentes a 0,2% do montante total).

Assuntos Consulares

Tendo em vista que a população brasileira no Montenegro é muito pequena – sendo estimada em menos de dez pessoas –, não há Consulados ou Consulados Honorários brasileiros no território montenegrino.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais concedidos ao Governo montenegrino. A diáspora montenegrina no Brasil em cerca de 500 famílias.

POLÍTICA INTERNA

Nas terceiras eleições parlamentares desde a independência, realizadas em 14 de outubro de 2012, a coalizão “Montenegro Europeu”, liderada pelo Partido Democrático Socialista (DPS), cujo líder é o Primeiro-Ministro Milo Djukanović, obteve 39 deputados dos 81 que compõem o Parlamento. Ranko Krivokapić (do Partido Socialdemocrata, sócio minoritário da coalizão vencedora do pleito) foi eleito pela quarta vez Presidente do Parlamento e Djukanovic foi encarregado, pela sexta vez, de formar o novo Governo como Primeiro-Ministro. O Parlamento, unicameral, é integrado por oitenta e um deputados eleitos a cada quatro anos.

Milo Djukanovic, presidente do maior partido político do país, o Partido Democrático Socialista (DPS), é o político mais influente do Montenegro e, em 2003, conduziu as negociações com a Sérvia para a conversão da República Federal da Iugoslávia em União Estatal da Sérvia e do Montenegro. Djukanovic ocupa pela sexta vez o cargo de Primeiro-Ministro e mantém controle inquestionável sobre a vida política montenegrina.

POLÍTICA EXTERNA

Independente há apenas sete anos e dez meses, Montenegro foi admitido em 28 de julho de 2006, 25 dias após a declaração de independência como membro da Organização das Nações Unidas. Sua política externa caracteriza-se pela "afirmação pela integração", princípio consagrado na Constituição: "dedicação à cooperação em pé de igualdade com outras nações e estados e à integração europeia e euro-atlântica".

Para o Montenegro, integrar a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) é, no longo prazo, garantia de estabilidade e segurança nos Bálcãs e, portanto, prioridade nacional. Mais recentemente, o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro de Relações Exteriores, Igor Luksic, afirmou que o Montenegro não tem escolha a não ser integrar-se à OTAN. Para ele, a neutralidade não é realista, pois dispendiosa: [nesse caso] "seria mais racional investir o dinheiro em educação, saúde ou infraestrutura". Em 8 do corrente, o Primeiro-Ministro Milo Djukanovic, durante visita aos Estados Unidos, declarou ser "interesse geoestratégico da OTAN ter o Montenegro como membro e colocar a expansão na agenda". O mandatário acrescentou esperar ser convidado para a próxima Cúpula, em setembro, no Reino Unido.

As negociações de acesso à OTAN estão em curso, mas não necessariamente próximas de um desfecho favorável. O próprio Biden, reconhecendo embora o progresso do Montenegro e reiterando o apoio estadunidense ao pleito daquele país, encorajou Djukanovic a dar continuidade às reformas nas áreas de defesa, segurança e estado de direito e mostrar resultados concretos antes da próxima Cúpula. Biden salientou também a necessidade de robustos esforços para fortalecer as instituições democráticas, inclusive Judiciário independente e imprensa livre, e proteger os direitos das minorias.

Além desses obstáculos externos, o entusiasmo governamental deve superar resistência interna, pois seu projeto de alinhamento não encontra reflexo na população. Recente pesquisa mostra que apenas 38% da população apoia o ingresso na OTAN. Ao que tudo indica, a Aliança não convidaria o Montenegro sem apoio popular.

Em 16 de junho de 2005, o Parlamento montenegrino adotou declaração em prol da adesão à União Europeia. Em 15 de outubro de 2007, o Montenegro assinou Acordo de Estabilização e Associação com o bloco e, em 17 de dezembro de 2010, com base em parecer favorável do Conselho Europeu, foi-lhe concedido estatuto de candidato oficial à UE.

As negociações de acesso iniciaram-se em junho de 2012. Em dezembro, foi aberto o capítulo 25 (ciência e pesquisa) e, em abril de 2013, o 26 (educação e cultura). Em dezembro de 2013, foram abertos cinco capítulos: 5 (contratos públicos), 6 (direito das sociedades), 20 (política empresarial e industrial), 23 (sistema judiciário e direitos fundamentais) e 24 (justiça, liberdade e segurança). Em 31 de março, foram abertos os capítulos 7 (direito de propriedade intelectual) e 10 (sociedade da informação e mídia). Em 2014, foram abertos mais três capítulos: 4 (livre movimento de capitais), 31 (política exterior, de segurança e de defesa) e

32 (política financeira). Com esses, já somam doze os capítulos abertos, dos quais dois provisoriamente encerrados (25, ciência e pesquisa e 26, educação e cultura).

Segundo pesquisa do escritório local do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em cooperação com o Ministério de Assuntos Estrangeiros e Integração Europeia, 57 % dos 1.000 entrevistados apoiam o acesso à União. A pesquisa também apontou que 74,8% dos votantes em eventual referendo sobre o ingresso votariam positivamente. A vereda europeia é tida como certa por grande parte da população: 59,3% dos entrevistados acreditam que o Montenegro fará parte da União, independentemente de sua opinião.

Para o Montenegro, a cooperação regional e as boas relações com os vizinhos constituem parte essencial da estratégia de aproximação com a União Europeia. O Montenegro participa ativamente dos processos políticos coletivos do Sudeste da Europa e busca aprofundar a cooperação regional, especialmente nas áreas de ciência e tecnologia e na busca de solução para os litígios de fronteira ainda existentes.

Em alguns casos, as iniciativas do Montenegro aprimoram as relações com seus vizinhos. Assim ocorreu com o acordo provisório assinado com a Croácia, em dezembro de 2002, sobre a disputa relativa à península de Prevlaka. Tal não sucedeu, porém, quando, em 9 de outubro de 2008, o Governo do Montenegro reconheceu o Cossovo como Estado independente. Em resposta, a Sérvia expulsou o Embaixador montenegrino em Belgrado, e os partidos pró-sérvios do Montenegro, na oposição, organizaram protestos contra a decisão governamental. Os laços foram reatados em 2009 com troca de embaixadores, mas a decisão do Montenegro, em janeiro de 2010, de estabelecer relações diplomáticas com o Cossovo voltou a irritar o governo sérvio.

ECONOMIA

Montenegro, a menor república da antiga Iugoslávia, esteve sempre entre as menos desenvolvidas e as mais dependentes de contribuições federais, particularmente sérvias. Os setores econômicos mais importantes são o turismo e os serviços financeiros (bancos e seguros, sobretudo). Segundo dados Banco Mundial, em 2014 o país registrou ingresso de 1,32 milhões de turistas estrangeiros.

O setor industrial é constituído principalmente por empresas remanescentes da antiga Iugoslávia, como um complexo de alumínio, uma siderúrgica e uma fábrica de eletrodomésticos, todas elas privatizadas e controladas por investidores estrangeiros. O setor primário, em que se destaca a atividade vinícola, é pouco significativo, pois as condições

orográficas do país o tornam de difícil exploração. Por esse motivo, o Montenegro é altamente dependente de importações de produtos alimentícios, particularmente durante os meses estivais, quando o turismo provoca aumento do consumo.

A adoção, unilateral, do euro como moeda legal implica que o Banco Central de Montenegro não tem meios de influenciar a oferta de moeda no país – que é determinada pelos fluxos sobre a balança de pagamentos. Nesse contexto, a principal ferramenta de política econômica, principalmente em contextos de crise, torna-se a política fiscal.

A recuperação de Montenegro da recessão de 2009 tem sido modesta, e é limitada pelo ambiente externo e problemas no setor da produção metalúrgica. O PIB real montenegrino cresceu a uma média de 2,9% ao ano em 2010-11, mas sofreu retração de 2,5% em 2012, em função dos problemas econômicos da zona do euro. Por outro lado, apesar da recessão continuada na Europa, a atividade econômica em Montenegro superou as expectativas em 2013, e o PIB real cresceu ano 3,34% no ano. O crescimento real do PIB desacelerou no primeiro trimestre de 2014, para 1,5%, em comparação com os 4,9% registrados no quarto trimestre de 2013, e caiu de novo no segundo trimestre, quando o crescimento foi de 0,3%. Vários fatores se combinaram em 2014 para minar as perspectivas de crescimento. A economia de Montenegro, como a das vizinhas Sérvia e Bósnia-Herzegovina, foi afetada pelas enchentes devastadoras que atingiram a região em maio de 2014, as piores em um século. Além disso, agravando o impacto negativo das enchentes de maio (a produção industrial caiu 12,9% ano a ano nos primeiros nove meses), a falência em outubro de 2013 da fábrica de fundição de alumínio KAP, responsável por cerca de 40% das receitas de exportação do país, foi um grande baque para a economia do país. Os dados definitivos ainda não estão disponíveis, mas estima-se um crescimento real do PIB de 1,13% em 2014.

Em 2015-16, no entanto, as exportações devem beneficiar do crescimento dos mercados da zona do euro e da desvalorização da moeda europeia em relação ao dólar norte-americano, de modo que é projetado um crescimento do PIB de 4,67% em 2015 e 3,51% em 2016.

Ao longo dos últimos cinco anos, as exportações montenegrinas de bens mostraram pouco dinamismo, passando de US\$ 437 milhões em 2010, para o nível de US\$ 446 milhões, em 2014. Em termos relativos, portanto, mostraram crescimento de 2,3% no período. Ainda com relação ao ano passado, foram os seguintes os principais mercados de destino para as vendas externas de Montenegro: Sérvia (participação de 23,7% no total); Itália (10,3%); Belarus (9,8%); Croácia (9,8%); Bósnia e Herzegovina (9,4%); Albânia (4,5%); Eslovênia (3,9%). O Brasil foi o 87º mercado de destino, com participação muito discreta. Citam-se os

mais relevantes grupos de produtos da pauta montenegrina de exportação, em 2014: alumínio e manufaturas (22,0% de participação); combustíveis e lubrificantes (15,2%); carnes (12,4%); madeira e carvão vegetal (7,1%); álcool etílico, bebidas e líquidos alcoólicos (5,8%); ferro fundido, ferro ou aço (5,1%); máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (4,3%); minérios (3,3%); cobre e manufaturas (1,9%).

Nos cinco últimos anos, as importações montenegrinas de bens também mostraram evolução discreta, assinalando crescimento de apenas 8,1%. Em termos de valor, portanto, as aquisições externas passaram, assim, de US\$ 2,182 bilhões, em 2010, para alcançar US\$ 2,360 bilhões, em 2014. Ainda com relação ao ano de 2014, foram os seguintes os principais fornecedores de bens a Montenegro: Sérvia (26,9% de participação); Grécia (8,1%); China (7,4%); Bósnia e Herzegovina (7,1%); Itália (6,5%); Alemanha (6,4%); Croácia (6,0%). O Brasil, por seu turno, foi o 24º fornecedor, com participação de 0,7% no total das compras montenegrinas no exterior. Em relação à composição da demanda, foram os seguintes os principais grupos de produtos importados pelo país, no que tange ao ano de 2014: combustíveis e lubrificantes (13,3% do total geral); máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (6,8%); instrumentos elétricos ou eletrônicos (6,3%); carnes e miudezas (5,8%); veículos e autopeças (5,6%); móveis; mobiliário médico-cirúrgico (3,2%); produtos farmacêuticos (3,2%); manufaturas de plástico (3,1%); álcool etílico, bebidas e líquidos alcoólicos (2,9%); obras de ferro ou aço (2,6%).

A balança comercial de Montenegro mostra resultados estruturalmente negativos. Nessas condições, em 2014, o déficit do país em transações comerciais de bens somou US\$ 1,913 bilhão. A atual tendência de retração nas cotações internacionais de produtos da cadeia petrolífera tende a mitigar o déficit comercial montenegrino.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1878	Independência montenegrina reconhecida em tratados internacionais.
1918	Depois da Primeira Guerra Mundial, o Montenegro torna-se parte do "Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos".
1945	Sob o comando de Josip Broz Tito, o Montenegro torna-se uma das repúblicas da República Federal Socialista da Iugoslávia – juntamente com Sérvia, Eslovênia, Macedônia, Croácia e Bósnia-Herzegovina.

1991	Milo Djukanovic torna-se Primeiro-Ministro do Montenegro.
1992	- O Montenegro se junta à Sérvia na República Federal da Iugoslávia. - Início das Guerras da Croácia e da Bósnia - ONU impõe sanções contra a República Federal da Iugoslávia.
1999	O PM Milo Djukanovic declara que Montenegro não apoia a Sérvia no conflito no Kossovo. Montenegro abandona o dinar e adota o marco alemão.
2002	- Montenegro adota o euro, unilateralmente, como sua moeda. - Líderes montenegrinos e sérvios assinam acordo, mediado pela União Europeia, para a criação de um novo Estado, chamado “Sérvia e Montenegro”, no lugar da Iugoslávia.
2003	Filip Vujanovic é eleito Presidente.
2006	Após referendo, Montenegro declara independência. Torna-se, em seguida, o 192º membro das Nações Unidas.
2008	Milo Djukanovic retorna para um quinto mandato como Primeiro-Ministro.
2008	Filip Vujanovic é reeleito Presidente da República.
2010	Montenegro recebe o status de candidato oficial à União Europeia
2012	Adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC)
2013	Filip Vujanovic é novamente reeleito para seu terceiro mandato como Presidente.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

14 de junho de 2006	O Brasil reconhece a independência do Montenegro.
20 de outubro de 2006	Após a extinção da união de Estados da Sérvia e Montenegro, Brasil e Montenegro estabelecem relações diplomáticas.
Julho/2007	É criada a Embaixada do Brasil junto ao Governo montenegrino, cumulativa com a Embaixada em Belgrado.
Junho/2014	Abertura da Embaixada de Montenegro em Buenos Aires, cumulativamente responsável pelo Brasil. Apresentação de cópias figuradas do primeiro Embaixador de Montenegro no Brasil (não residente).

ATOS BILATERAIS

Até o momento, não há atos bilaterais assinados com Montenegro.

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

45

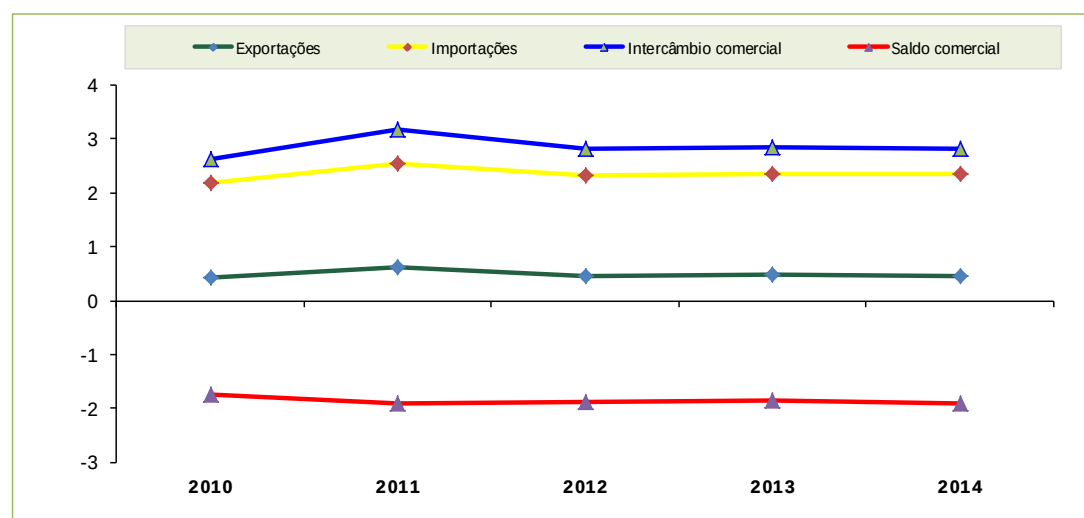
Evolução do Comércio Exterior de Montenegro
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2010	0,44	12,7%	2,18	-5,7%	2,62	-3,0%	-1,75
2011	0,63	43,7%	2,54	16,6%	3,17	21,1%	-1,92
2012	0,47	-25,3%	2,34	-8,2%	2,81	-11,6%	-1,87
2013	0,49	5,5%	2,35	0,5%	2,84	1,4%	-1,85
2014 ⁽¹⁾	0,45	-9,7%	2,36	0,5%	2,81	-1,3%	-1,91
Var. % 2010-2014	2,3 %	---	8,1 %	---	7,2 %	---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) Última posição disponível em 20/04/2015.

(n. c.) Dado não calculado, por razões específicas.



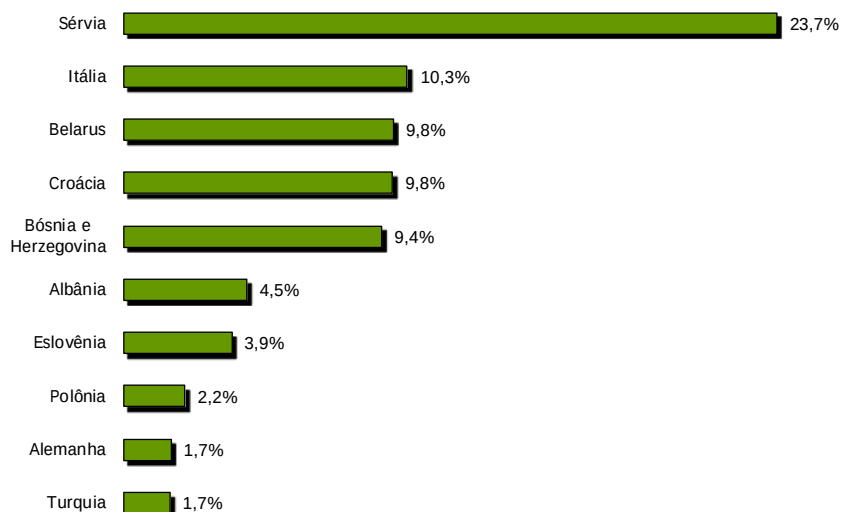
Direção das Exportações de Montenegro
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4⁽¹⁾	Part. % no total
Sérvia	105,7	23,7%
Itália	46,0	10,3%
Belarus	43,7	9,8%
Croácia	43,6	9,8%
Bósnia e Herzegovina	41,8	9,4%
Albânia	20,0	4,5%
Eslovênia	17,6	3,9%
Polônia	10,0	2,2%
Alemanha	7,7	1,7%
Turquia	7,6	1,7%
...		
<i>Brasil (87ª posição)</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0%</i>
Subtotal	343,8	77,0 %
Outros países	102,6	23,0 %
Total	446,5	100,0 %

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) Última posição disponível em 20/04/2015.

10 principais destinos das exportações



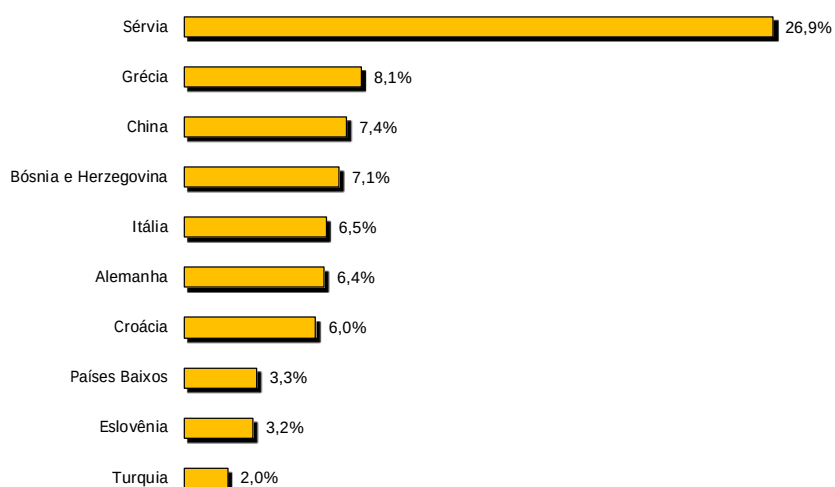
47

Origem das Importações de Montenegro US\$ milhões		
Descrição	2 0 1 4 ⁽¹⁾	Part. % no total
Sérvia	635,8	26,9%
Grécia	191,4	8,1%
China	175,7	7,4%
Bósnia e Herzegovina	167,9	7,1%
Itália	153,4	6,5%
Alemanha	151,7	6,4%
Croácia	142,6	6,0%
Países Baixos	78,9	3,3%
Eslovênia	74,9	3,2%
Turquia	47,4	2,0%
...		
Brasil (24ª posição)	16,0	0,7%
Subtotal	1.836	77,8%
Outros países	524	22,2%
Total	2.360	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) Última posição disponível em 20/04/2015.

10 principais origens das importações



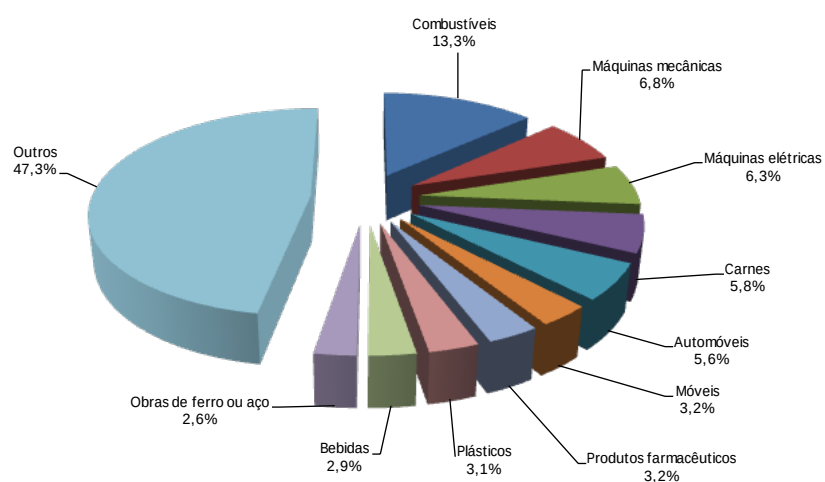
Composição das importações de Montenegro
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4⁽¹⁾	Part. % no total
Combustíveis	314,0	13,3%
Máquinas mecânicas	160,4	6,8%
Máquinas elétricas	147,5	6,3%
Carnes	137,2	5,8%
Automóveis	131,7	5,6%
Móveis	76,4	3,2%
Produtos farmacêuticos	75,7	3,2%
Plásticos	72,5	3,1%
Bebidas	68,1	2,9%
Obras de ferro ou aço	60,3	2,6%
Subtotal	1.244	52,7%
Outros	1.116	47,3%
Total	2.360	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) Última posição disponível em 20/04/2015.

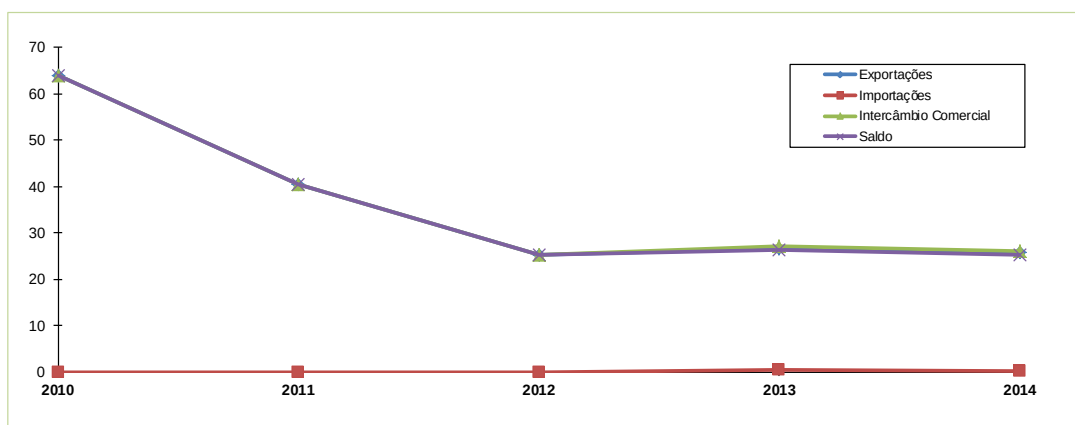
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Montenegro
US\$ milhões, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2010	64	17,7%	0,03%	0,001	-90,4%	0,00%	64	17,7%	0,02%	64
2011	41	-36,5%	0,02%	0,001	-30,0%	0,02%	41	-36,5%	0,01%	41
2012	25	-37,6%	0,01%	0,000	-86,1%	0,00%	25	-37,6%	0,01%	25
2013	27	5,4%	0,01%	0,449	(+)	0,00%	27	7,2%	0,01%	26
2014	26	-3,8%	0,01%	0,331	-26,3%	0,00%	26	-4,1%	0,01%	25
2015 (jan-mar)	3,4	-34,5%	0,01%	0,031	-58,4%	0,00%	3,5	-34,8%	0,00%	3,4
Var. % 2010-2014	-59,8%		---	24077,4%		---	-59,3%		---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alcweb, Abril de 2015.
(+) Variação superior a 1.000%.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

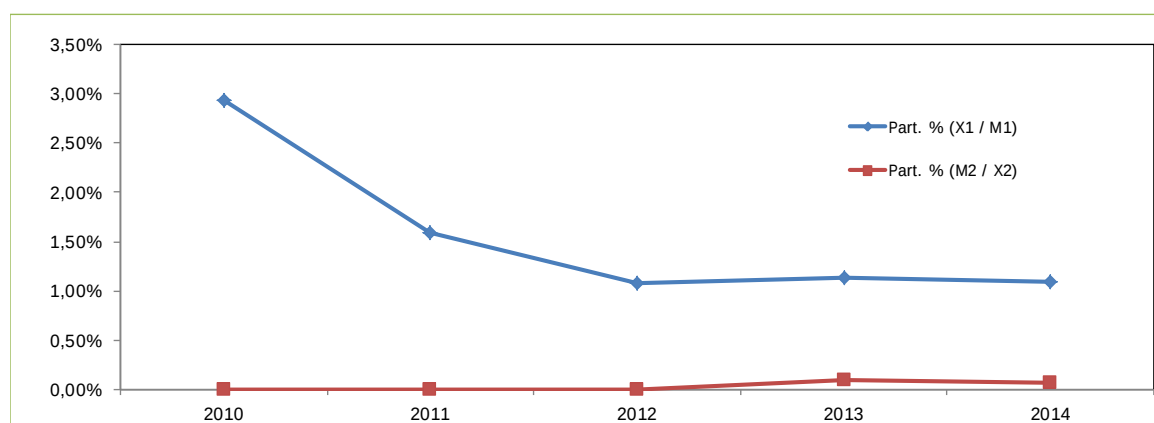


Part. % do Brasil no Comércio de Montenegro⁽¹⁾
US\$ milhões

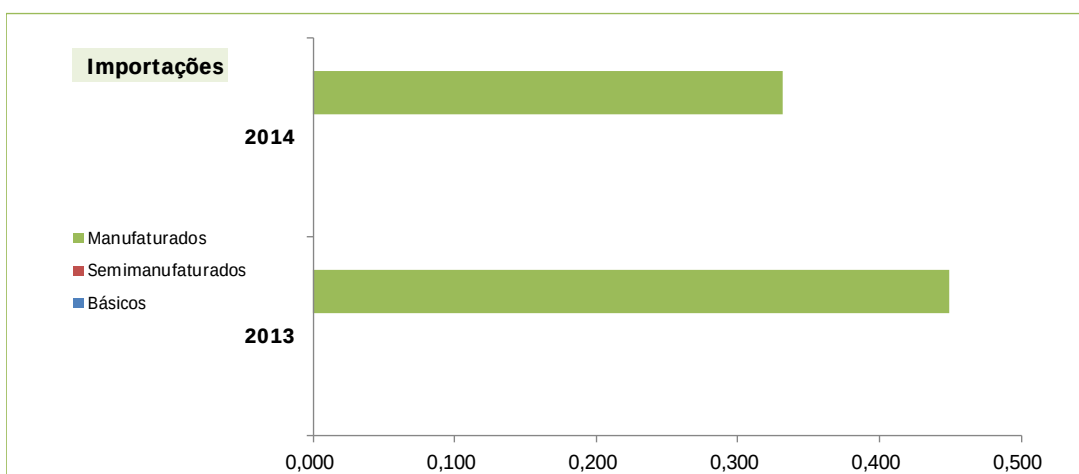
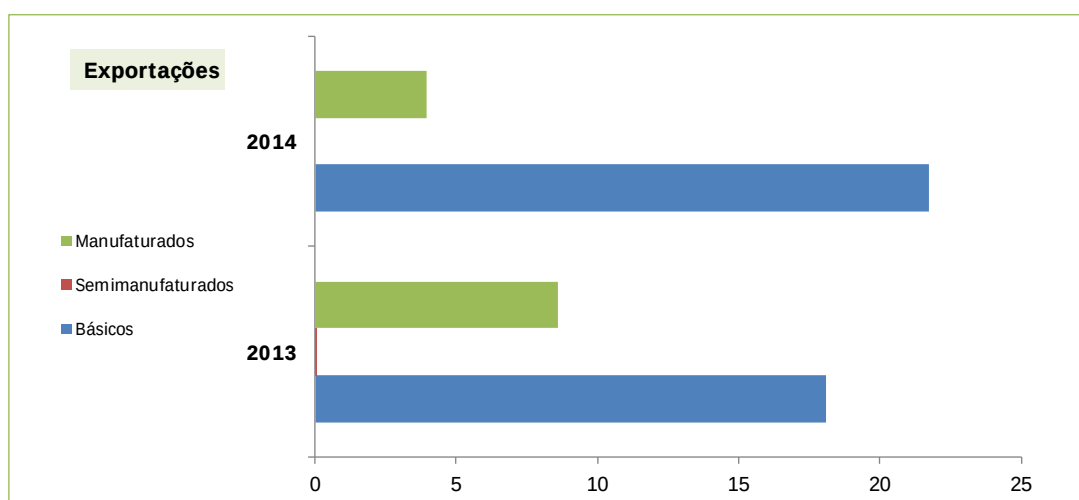
Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para Montenegro (X1)	64	41	25	27	26	-59,8%
Importações totais de Montenegro (M1)	2.182	2.544	2.336	2.349	2.360	8,1%
Part. % (X1 / M1)	2,93%	1,60%	1,09%	1,14%	1,09%	-62,8%
Importações do Brasil originárias de Montenegro (M2)	0,001	0,001	0,000	0,449	0,331	24077,4%
Exportações totais de Montenegro (X2)	437	628	469	494	446	2,3%
Part. % (M2 / X2)	0,00%	0,00%	0,00%	0,09%	0,07%	23542,2%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril de 2015.

(1) As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.



51

Exportações e importações brasileiras por fator agregado**US\$ milhões****Comparativo 2014 com 2013**

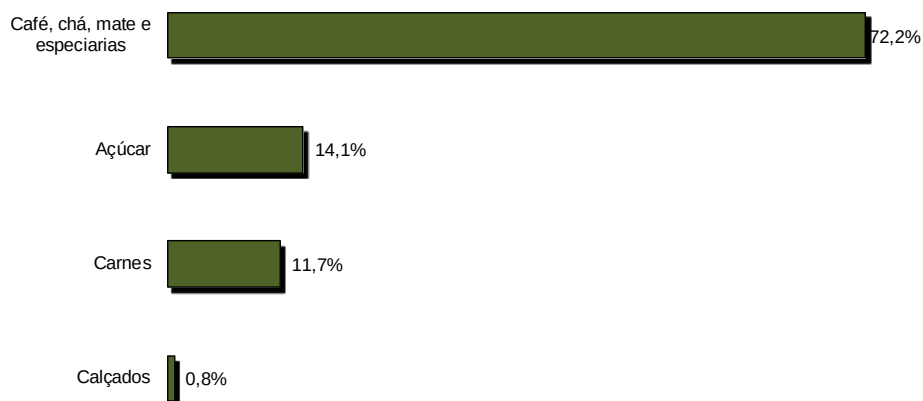
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Composição das exportações brasileiras para Montenegro
US\$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total
Café, chá, mate e especiarias	13,1	51,7%	14,9	55,7%	18,6	72,2%
Açúcar	7,6	30,0%	8,1	30,2%	3,6	14,1%
Carnes	3,6	14,4%	3,1	11,7%	3,0	11,7%
Calçados	0,8	3,0%	0,4	1,4%	0,2	0,8%
Subtotal	25,1	99,1%	26,5	99,0%	25,4	98,7%
Outros produtos	0,2	0,9%	0,3	1,0%	0,3	1,3%
Total	25,3	100,0%	26,7	100,0%	25,7	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

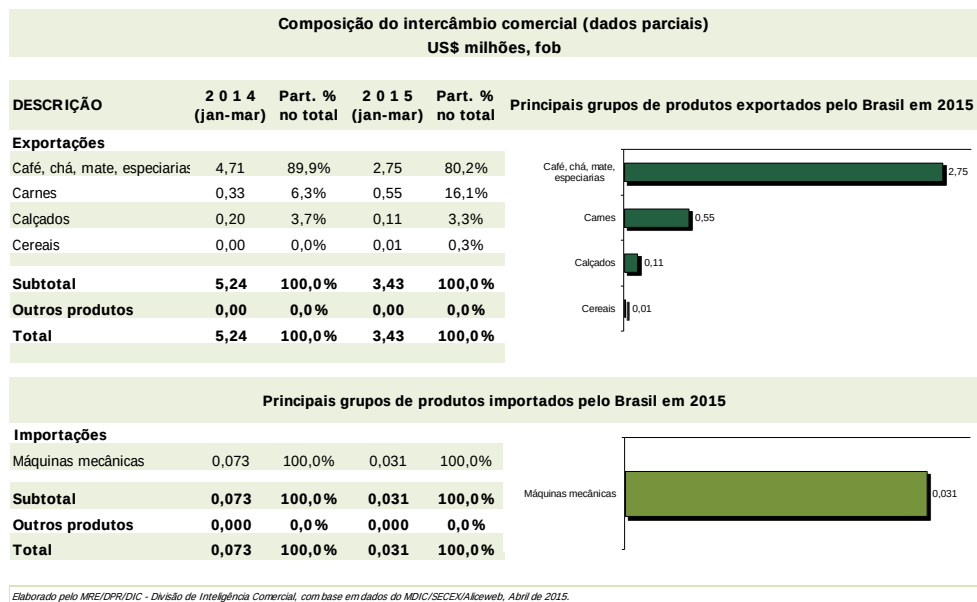


Composição das importações brasileiras originárias de Montenegro US\$ mil, fob						
Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total
Máquinas mecânicas	0	95,5%	448	99,8%	331	100,0%
Subtotal	0	95,5 %	448	99,8 %	331	100,0 %
Outros produtos	0	4,5 %	1	0,2 %	0	0,0 %
Total	0	100,0 %	449	100,0 %	331	100,0 %

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014





Aviso nº 327 - C. Civil.

Em 24 de julho de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E
DEFESA NACIONAL

3ª PARTE - DELIBERATIVA

2

PARECER Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2015 (PDC nº 835, de 2013, na origem), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, assinado em Brasília, em 17 de junho de 2010.*

Relator: Senador **PAULO BAUER**

I – RELATÓRIO

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, a Chefe do Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 36, de 7 de fevereiro de 2013, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, firmado em Brasília, em 17 de junho de 2010.

O Acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o projeto de decreto legislativo decorrente da mensagem e formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Vindo ao Senado Federal, a matéria foi distribuída a este colegiado, cabendo-me a tarefa de sobre ela emitir parecer.

Segundo esclarece a Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores que acompanha a Mensagem Presidencial (EMI nº 201/2012 MRE SAC), de 8 de junho de 2012, que o Acordo visa incrementar os laços de amizade, entendimento e cooperação entre os dois países signatários. Acrescenta que são esses os resultados esperados da adoção *de um marco legal para a operação de serviços aéreos entre os territórios do Brasil e Moçambique e para além desses, que certamente contribuirão para o adensamento das relações bilaterais nas esferas do comércio, do turismo e da cooperação, entre outras.*

Pelo ato internacional em tela, cada Parte concede à outra Parte os direitos nele especificados, com a finalidade de operar serviços aéreos internacionais nas rotas especificadas no Quadro de Rotas que figura em anexo ao referido acordo.

Assim, as empresas aéreas designadas por cada uma das Partes gozarão dos seguintes direitos:

- a) sobrevoar o território da outra Parte sem pousar;
- b) fazer escalas no território da outra Parte, para fins não comerciais;
- c) fazer escalas nos pontos das rotas especificadas no Quadro de Rotas do Acordo para embarcar e desembarcar tráfego internacional de passageiros, bagagem, carga ou mala postal separadamente ou em combinação;
- d) os demais direitos especificados no Acordo.

Segundo determina o Artigo 3, cada Parte terá o direito de designar por escrito à outra Parte, através dos canais diplomáticos, uma ou mais empresas aéreas para operar os serviços acordados e de revogar ou alterar tal designação. Ao receber tal designação e o pedido de autorização de operação da empresa aérea designada, na forma e no modo prescritos, cada Parte concederá a autorização de operação apropriada com a mínima demora de trâmites, observadas as seguintes condições: a empresa aérea deve ser estabelecida no território da Parte que a designa; o efetivo controle regulatório da empresa designada seja exercido e mantido pela Parte que a designa; a Parte que designa a empresa aérea cumpra as disposições referentes a segurança operacional e segurança da aviação conforme estipuladas nos artigos 7 e 8 do presente Acordo e a empresa aérea designada esteja qualificada para satisfazer outras condições determinadas segundo as leis e os regulamentos normalmente aplicados à operação de serviços de transporte aéreo internacional pela Parte que recebe a designação.

Porém, as autoridades aeronáuticas de cada Parte terão o direito de negar as autorizações acima mencionadas à empresa aérea designada pela outra Parte e de revogar, suspender ou impor condições a tais autorizações, temporária ou permanentemente, após reunião de consulta com a outra Parte. Tal consulta deverá ocorrer antes que expire o prazo de trinta (30) dias a partir da data da solicitação por uma das Partes.

O Artigo 5 refere-se à aplicação de leis, determinando que as leis e regulamentos de uma Parte relativos à entrada ou à saída de seu território de aeronave utilizada em serviços aéreos internacionais, ou à operação e à navegação de tal aeronave enquanto permanecer em seu território, serão aplicados à aeronave das empresas aéreas da outra Parte.

No que diz respeito à segurança operacional, objeto do Artigo 7 do presente Acordo, cada Parte poderá solicitar a realização de consultas sobre as normas de segurança operacional aplicadas pela outra Parte nos aspectos relativos às instalações aeronáuticas, tripulações de voo, aeronaves e operações de aeronaves. Se uma Parte concluir que a outra não mantém e administra de maneira efetiva os requisitos de segurança, de conformidade com a Convenção sobre Aviação Civil Internacional, a outra Parte será informada de tais conclusões e das medidas que se considerem necessárias para cumprir tais normas.

No que se refere às normas sobre segurança da aviação, o Artigo 8, inciso 2, remete a vários instrumentos internacionais, como a Convenção sobre Infrações e Certos Outros Atos Praticados a Bordo de Aeronaves, de 1963; Convenção para a Repressão ao Apoderamento Ilícito de Aeronaves, de 1970, Convenção para a Repressão de Atos Ilícitos de Violência em Aeroportos Utilizados pela Aviação Civil Internacional, de 1988 e da Convenção para a Marcação de Explosivos Plásticos para o Propósito de Detecção, de 1991. Nesse sentido, o inciso 4 do Artigo 8 estipula que as Partes agirão, nas suas relações mútuas, segundo as disposições sobre segurança da aviação estabelecidas pela Organização de Aviação Civil Internacional (OACI). Também nesse caso, se uma Parte tiver motivos razoáveis para acreditar que a outra Parte não cumpre as disposições estabelecidas pelo Artigo 8, a primeira Parte poderá solicitar a realização de consultas, sendo que se não se chegar a um acordo satisfatório dentro de 15 (quinze) dias a partir do começo das consultas, isto constituirá motivo para negar, revogar, suspender ou impor condições sobre as autorizações da empresa aérea ou empresas aéreas designadas pela outra Parte.

Sobre as tarifas aeronáuticas, o Artigo 10 veda a cobrança às empresas aéreas designadas pela outra Parte de tarifas aeronáuticas superiores às cobradas de suas próprias empresas aéreas que operem serviços aéreos internacionais semelhantes.

O Artigo 10 consagra o princípio da reciprocidade como base para que cada Parte isente as empresas aéreas designadas pela outra Parte de restrições sobre importações, direitos alfandegários, impostos indiretos, taxas de inspeção, outras taxas e outros encargos nacionais que não se baseiam no custo dos serviços proporcionados na chegada, sobre aeronaves, combustível, lubrificantes, suprimentos técnicos de consumo, etc. No que se refere aos impostos sobre o capital representado pelas aeronaves, este será tributado unicamente no território da Parte em que está situada a sede da empresa aérea. Já os lucros resultantes da operação das aeronaves de uma empresa aérea designada bem como os bens e serviços a ela fornecidos serão tributados de acordo com a legislação de cada Parte.

Os artigos 12, 13 e 14 referem-se respectivamente a capacidade a ser oferecida pelas empresas, os preços dos serviços de transporte aéreo e concorrência.

O Artigo 15 determina que a conversão de divisas e remessa de receitas para o exterior, que excedam as somas localmente desembolsadas pelas empresas aéreas designadas por cada Parte será permitida, sem restrições e sem sujeição a encargos administrativos ou cambiais.

Os dispositivos seguintes versam sobre as atividades comerciais das empresas, autorizam a utilização das modalidades de código compartilhado, fornecimento de estatísticas pelas empresas aéreas às autoridades aeronáuticas da outra Parte, aprovação de horários e proteção do meio ambiente.

Finalmente, figuram as disposições de praxe sobre realização de consultas entre as partes, solução de controvérsias, emendas, acordos multilaterais subsequentes sobre transporte aéreo, denúncia, registro na OACI e entrada em vigor.

Ao Acordo encontra-se anexado documento a ser utilizado para determinar as rotas

para as empresas designadas pelo Brasil e pela República de Moçambique. Por ele as empresas designadas pelo Brasil voarão para três pontos em Moçambique, bem como pontos no Continente Africano e Asiático.

II – ANÁLISE

Cuida-se aqui de um acordo de cooperação na área de transportes entre Brasil e Moçambique, que estabelece um marco legal para a operação de serviços aéreos entre os dois países e para além deles, incrementando e aprofundando as relações bilaterais e fomentando o turismo entre eles.

O Acordo adquire relevância pelas afinidades culturais entre Brasil e África, pelos vínculos que fazem com que grande parte da população brasileira tenha sua origem naquele continente. Aliado ao interesse cultural, o Brasil vem buscando, desde a política de pragmatismo responsável, ainda na década de 1970, maior articulação política e comercial com a África, fator de fortalecimento do Brasil como protagonista no cenário mundial.

O Acordo representa, outrossim, interessante iniciativa a beneficiar a aviação civil dos dois países, sob a égide da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, de que são signatários, e a estreitar os laços de cooperação e amizade entre duas nações pertencentes à comunidade lusófona.

III – VOTO

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do Acordo em análise, concluo pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2015.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator 4

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 210, DE 2015**

(nº 835/2013, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, assinado em Brasília, em 17 de junho de 2010.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, assinado em Brasília, em 17 de junho de 2010.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**ACORDO SOBRE SERVIÇOS AÉREOS ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA
DE MOÇAMBIQUE**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República de Moçambique
(doravante denominados “Partes”),

Sendo as Partes signatárias da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, aberta à assinatura em Chicago no dia 7 de dezembro de 1944;

Reconhecendo a importância do transporte aéreo como um meio de criação e fortalecimento das relações de amizade, entendimento e cooperação entre os povos dos dois Países;

Desejando contribuir para o desenvolvimento da aviação civil internacional;

Desejando concluir um acordo com o propósito de estabelecer e explorar serviços aéreos entre e além dos seus respectivos territórios;

Acordam o seguinte:

Artigo 1
Definições

Para aplicação do presente Acordo, salvo disposições em contrário, o termo:

- a) “autoridade aeronáutica” significa, no caso da República Federativa do Brasil, a Autoridade da Aviação Civil, constituída pela Agência Nacional de Aviação Civil e no caso da República de Moçambique, a Autoridade da Aviação Civil designada por Instituto de Aviação Civil de Moçambique, ou em ambos os casos qualquer outra autoridade ou pessoa autorizada a executar as funções exercidas pelas autoridades acima mencionadas;
- b) “Acordo” significa o presente Acordo, o respectivo Anexo e quaisquer emendas ao Anexo desde que adotados em conformidade com as disposições do artigo 21º do presente Acordo;
- c) “capacidade” significa a quantidade de serviços estabelecidos pelo Acordo, medida normalmente pelo número de voos (frequências) ou de assentos, ou toneladas de carga oferecidas em um mercado (par de cidades ou país a país) ou em uma rota, durante um determinado período;
- d) “Convenção” significa a Convenção sobre Aviação Civil Internacional, aberta para assinatura em Chicago no dia 7 de Dezembro de 1944, e inclui qualquer Anexo adotado de acordo com o Artigo 90 daquela Convenção e qualquer emenda aos Anexos ou à Convenção, de acordo com os Artigos 90 e 94, na medida em que esses Anexos e emendas tenham entrado em vigor para ambas as Partes;

- e) “empresa aérea designada” significa uma empresa aérea que tenha sido designada e autorizada em conformidade com o Artigo 3 (Designação e Autorização) do presente Acordo;
- f) “preço” significa os preços e encargos que deverão ser pagos pelo transporte aéreo de passageiros, bagagem e carga e as condições segundo as quais se aplicam estes preços, incluindo preços e condições para agentes e outros serviços auxiliares, mas excluindo a remuneração e condições para o transporte de mala postal;
- g) “território” em relação a um Estado tem o significado a ele atribuído no Artigo 2 da Convenção;
- h) “tarifa aeronáutica” significa o valor cobrado às empresas aéreas, pelas autoridades competentes, ou por estas autorizado a ser cobrado, pelo uso do aeroporto, ou de suas instalações e serviços, ou de instalações de navegação aérea, ou de instalações de segurança da aviação, incluindo as instalações e os serviços relacionados, por aeronaves, suas tripulações, passageiros e carga; e
- i) “serviço aéreo”, “serviço aéreo internacional”, “empresa aérea” e “escala para fins não comerciais”, têm os significados a eles atribuídos no Artigo 96 da Convenção.

Artigo 2

Concessão de Direitos

1. Cada Parte concede à outra Parte os direitos especificados neste Acordo, com a finalidade de operar serviços aéreos internacionais nas rotas especificadas no Quadro de Rotas.
2. Sujeito às disposições deste Acordo, as empresas aéreas designadas por cada uma das Partes gozarão dos seguintes direitos:
 - a) sobrevoar o território da outra Parte sem pousar;
 - b) fazer escalas no território da outra Parte, para fins não comerciais;
 - c) fazer escalas nos pontos das rotas especificadas no Quadro de Rotas do presente Acordo para embarcar e desembarcar tráfego internacional de passageiros, bagagem, carga ou mala postal separadamente ou em combinação;
 - d) os demais direitos especificados no presente Acordo.

1. As empresas aéreas de cada Parte, outras que não as designadas com base no Artigo 3 (Designação e Autorização) deste Acordo também gozarão dos direitos especificados nas letras a) e b) do parágrafo 2 deste Artigo.

2. Nenhum dispositivo do parágrafo 2 será considerado como concessão a uma empresa aérea designada de uma Parte do direito de embarcar, no território da outra Parte, passageiros, bagagem, carga e mala postal, mediante remuneração e destinados a outro ponto no território dessa outra Parte.

Artigo 3

Designação e Autorização

1. Cada Parte terá o direito de designar por escrito à outra Parte, através dos canais diplomáticos, uma ou mais empresas aéreas para operar os serviços acordados e de revogar ou alterar tal designação.

Ao receber tal designação e o pedido de autorização de operação da empresa aérea

designada, na forma e no modo prescritos, cada Parte concederá a autorização de operação apropriada com a mínima demora de trâmites, desde que:

- a) a empresa aérea seja estabelecida no território da Parte que a designa;
- b) o efetivo controle regulatório da empresa aérea designada seja exercido e mantido pela Parte que a designa;
- c) a Parte que designa a empresa aérea cumpra as disposições estabelecidas no Artigo 7 (Segurança Operacional) e no Artigo 8 (Segurança da Aviação); e
- d) a empresa aérea designada esteja qualificada para satisfazer outras condições determinadas segundo as leis e os regulamentos normalmente aplicados à operação de serviços de transporte aéreo internacional pela Parte que recebe a designação.

3. Ao receber a autorização de operação constante do parágrafo 2, uma empresa aérea designada pode, a qualquer tempo, começar a operar os serviços acordados para os quais tenha sido designada, desde que ela cumpra as disposições aplicáveis do presente Acordo.

Artigo 4

Negação, Revogação e Limitação de Autorização

1. As autoridades aeronáuticas de cada Parte terão o direito de negar as autorizações mencionadas no Artigo 3 (Designação e Autorização) deste Acordo à empresa aérea designada pela outra Parte e de revogar, suspender ou impor condições a tais autorizações, temporária ou permanentemente, nos casos em que:

- a) elas não estejam convencidas de que a empresa aérea seja estabelecida no território da Parte que a designou; ou
- b) o efetivo controle regulatório da empresa aérea designada não seja exercido e mantido pela Parte que a designa; ou
- c) a empresa aérea designada não esteja qualificada para satisfazer outras condições determinadas segundo as leis e regulamentos normalmente aplicados à operação de serviços de transporte aéreo internacional pela Parte que recebe a designação; ou
- d) a Parte que designa a empresa aérea não cumpra as disposições estabelecidas no Artigo 7 (Segurança Operacional) e no Artigo 8 (Segurança da Aviação).

2. A menos que a imediata revogação, suspensão ou imposição das condições previstas no parágrafo 1 do presente Artigo seja essencial para impedir novas infrações a leis e regulamentos, ou às disposições deste Acordo, esse direito somente será exercido após a realização de reunião de consulta com a outra Parte. Tal consulta deverá ocorrer antes de expirar o prazo de trinta (30) dias a partir da data da solicitação por uma Parte, salvo entendimento diverso entre as Partes.

Artigo 5

Aplicação de Leis

1. As leis e os regulamentos de uma Parte relativos à entrada ou à saída de seu território de aeronave utilizada em serviços aéreos internacionais, ou à operação e à navegação de tal aeronave enquanto permanecer em seu território, serão aplicados à aeronave das empresas aéreas da outra Parte.

2. As leis e regulamentos de uma Parte, relativos à entrada, à permanência e à saída de seu território, de passageiros, tripulantes e carga, incluindo mala postal, tais como os relativos à imigração, à

alfândega, à moeda, à saúde e à quarentena serão aplicados aos passageiros, tripulantes, carga e mala postal transportados por aeronaves das empresas aéreas da outra Parte enquanto permanecerem no referido território.

3. Nenhuma Parte dará preferência às suas próprias empresas aéreas ou a qualquer outra empresa aérea em relação às empresas aéreas da outra Parte, envolvidas no transporte aéreo internacional similar, na aplicação de seus regulamentos de imigração, alfândega, quarentena e regulamentos similares.

4. Os passageiros, bagagem, carga e mala postal em trânsito direto serão sujeitos apenas a um controle simplificado. Bagagem e carga em trânsito direto deverão ser isentas de taxas alfandegárias e outras taxas similares.

Artigo 6

Reconhecimento de Certificados e Licenças

1. Os certificados de aeronavegabilidade de habilitação e licenças, emitidos ou validados por uma Parte e ainda em vigor, serão reconhecidos como válidos pela outra Parte para efeitos de operação das rotas e serviços estabelecidos no presente Acordo, desde que os requisitos sob os quais tais certificados e licenças foram emitidos ou validados sejam iguais ou superiores aos requisitos mínimos estabelecidos segundo a Convenção.

2. Se os privilégios ou as condições das licenças ou certificados mencionados no parágrafo 1 anterior, emitidos pelas autoridades aeronáuticas de uma Parte para qualquer pessoa ou empresa aérea designada, ou relativos a uma aeronave utilizada na operação dos serviços acordados, permitirem uma diferença dos requisitos mínimos estabelecidos pela Convenção, e que tal diferença tenha sido notificada à Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), a outra Parte pode pedir que se realizem consultas entre as autoridades aeronáuticas a fim de esclarecer a prática em questão.

3. Cada Parte, todavia, reserva-se o direito de recusar-se a reconhecer, para o objetivo de sobrevoos ou pouso em seu próprio território, certificados de habilitação e licenças concedidas aos seus próprios nacionais pela outra Parte.

Artigo 7

Segurança Operacional

1. Cada Parte poderá solicitar a qualquer momento a realização de consultas sobre as normas de segurança operacional aplicadas pela outra Parte nos aspectos relacionados com as instalações aeronáuticas, tripulações de voo, aeronaves e operações de aeronaves. Tais consultas serão realizadas dentro dos 30 (trinta) dias após a apresentação da referida solicitação.

2. Se, depois de realizadas tais consultas, uma Parte chegar à conclusão de que a outra não mantém e administra de maneira efetiva os requisitos de segurança, nos aspectos mencionados no parágrafo 1, que satisfaçam as normas em vigor, de conformidade com a Convenção, a outra Parte será informada de tais conclusões e das medidas que se considerem necessárias para cumprir tais normas. A outra Parte deverá, então, tomar as medidas corretivas para o caso, dentro de um prazo acordado.

3. De acordo com o Artigo 16 da Convenção, fica também acordado que qualquer aeronave operada por ou em nome de uma empresa aérea de uma Parte, que preste serviço para ou do território da outra Parte poderá, quando se encontrar no território desta última, ser objeto de inspeção pelos representantes autorizados da outra Parte, desde que esta não cause demoras desnecessárias à operação da aeronave. Não obstante as obrigações mencionadas no Artigo 33 da Convenção, o objetivo desta inspeção é verificar a validade da documentação pertinente da aeronave, as licenças de sua tripulação e se o equipamento da aeronave e a condição da mesma estão em conformidade com as normas em vigor estabelecidas com base na Convenção.

4. Quando uma ação urgente for essencial para assegurar a segurança da operação de uma empresa aérea, cada Parte reserva-se o direito de suspender ou modificar imediatamente a autorização de operação de uma ou mais empresas aéreas da outra Parte.
5. Qualquer medida tomada por uma Parte de acordo com o parágrafo 4 acima será revogada assim que deixem de existir os motivos que levaram à adoção de tal medida.
6. Com referência ao parágrafo 2, se for constatado que uma Parte continua a não cumprir as normas da OACI, depois de transcorrido o prazo acordado, o Secretário Geral da OACI será notificado. O mesmo também será notificado após a solução satisfatória de tal situação.

Artigo 8 Segurança da Aviação

1. Em conformidade com seus direitos e obrigações segundo o Direito Internacional, as Partes reafirmam que sua obrigação mútua de proteger a segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita constitui parte integrante do presente Acordo.
2. Sem limitar a validade geral de seus direitos e obrigações resultantes do Direito Internacional, as Partes atuarão, em particular, segundo as disposições da Convenção sobre Infrações e Certos Outros Atos Praticados a Bordo de Aeronaves, assinada em Tóquio em 14 de Setembro de 1963, da Convenção para a Repressão ao Apoderamento Ilícito de Aeronaves, assinada em Haia em 16 de Dezembro de 1970 e da Convenção para a Repressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil, assinada em Montreal em 23 de Setembro de 1971, e seu Protocolo Suplementar para a Repressão de Atos Ilícitos de Violência em Aeroportos Utilizados pela Aviação Civil Internacional, assinado em Montreal em 24 de Fevereiro de 1988, da Convenção para a Marcação de Explosivos Plásticos para o Propósito de Detecção, assinada em Montreal em 1 de Março de 1991, bem como qualquer outra convenção ou protocolo sobre segurança da aviação civil, aos quais ambas as Partes venham a aderir.
3. As Partes fornecerão, mediante solicitação, toda a assistência mútua necessária para a prevenção contra atos de apoderamento ilícito de aeronaves civis e outros atos ilícitos contra a segurança dessas aeronaves, seus passageiros e tripulações, aeroportos e instalações de navegação aérea, e qualquer outra ameaça à segurança da aviação civil.
4. As Partes agirão, nas suas relações mútuas, segundo as disposições sobre segurança da aviação estabelecidas pela OACI e designadas como Anexos à Convenção; exigirão que operadores de aeronaves por elas registradas, ou operadores de aeronaves estabelecidos em seu território, e os operadores de aeroportos situados em seu território ajam em conformidade com as referidas disposições sobre a segurança da aviação. Cada Parte notificará a outra Parte de toda a diferença entre seus regulamentos e métodos nacionais e as normas de segurança da aviação dos Anexos. Qualquer das Partes poderá solicitar a qualquer momento a imediata realização de consultas com a outra Parte sobre tais diferenças.
5. Cada Parte concorda que a tais operadores de aeronaves pode ser exigido que observem as disposições sobre a segurança da aviação mencionadas no parágrafo 3 deste Artigo e exigidas pela outra Parte para a entrada, saída, ou permanência no território da outra Parte. Cada Parte assegurará que medidas adequadas sejam efetivamente aplicadas em seu território para proteger a aeronave e para inspecionar passageiros, tripulações, bagagens de mão, bagagens, carga e provisões de bordo, antes e durante o embarque ou carregamento. Cada Parte, também, considerará de modo favorável toda solicitação da outra Parte, com vistas a adotar medidas especiais e razoáveis de segurança para combater uma ameaça específica.
6. Quando ocorrer um incidente, ou ameaça de incidente de apoderamento ilícito de aeronave civil, ou outros atos ilícitos contra a segurança de tal aeronave, de seus passageiros e tripulações, de aeroportos ou instalações de navegação aérea, as Partes assistir-se-ão mutuamente, facilitando as comunicações e outras medidas apropriadas, destinadas a pôr termo, de forma rápida e segura, a tal

incidente ou ameaça.

7. Cada Parte terá o direito, dentro dos 60 (sessenta) dias seguintes à notificação, de que suas autoridades aeronáuticas efetuem uma avaliação no território da outra Parte das medidas de segurança sendo aplicadas ou que planejam aplicar, pelos operadores de aeronaves, com respeito aos vôos que chegam procedentes do território da primeira Parte ou que sigam para o mesmo. Os entendimentos administrativos para a realização de tais avaliações serão feitos entre as autoridades aeronáuticas e implementados sem demora a fim de se assegurar que as avaliações se realizem de maneira expedita. Todas as avaliações estarão cobertas por um acordo confidencial específico.

8. Quando uma Parte tiver motivos razoáveis para acreditar que a outra Parte não cumpre as disposições deste Artigo, a primeira Parte poderá solicitar a realização de consultas. Tais consultas começarão dentro dos 15 (quinze) dias seguintes ao recebimento de tal solicitação de qualquer das Partes. No caso de não se chegar a um acordo satisfatório dentro dos 15 (quinze) dias a partir do começo das consultas, isto constituirá motivo para negar, revogar, suspender ou impor condições sobre as autorizações da empresa aérea ou empresas aéreas designadas pela outra Parte. Quando justificada por uma emergência ou para impedir que continue o descumprimento das disposições deste Artigo, a primeira Parte poderá adotar medidas temporárias a qualquer momento.

Artigo 9

Tarifas Aeronáuticas

1. Nenhuma Parte cobrará ou permitirá que sejam cobradas às empresas aéreas designadas da outra Parte tarifas aeronáuticas superiores às cobradas às suas próprias empresas aéreas que operem serviços aéreos internacionais semelhantes.

2. Cada Parte encorajará a realização de consultas sobre tarifas aeronáuticas entre suas autoridades competentes e as empresas aéreas que utilizam as instalações e os serviços proporcionados, quando for factível por meio das organizações representativas de tais empresas aéreas. Propostas de modificação das tarifas aeronáuticas deverão ser comunicadas a tais usuários com razoável antecedência, a fim de permitir-lhes expressar seus pontos-de-vista antes que as alterações sejam feitas. Adicionalmente, cada Parte encorajará suas autoridades competentes e tais usuários a trocarem informações apropriadas relativas às tarifas aeronáuticas.

Artigo 10

Direitos Alfandegários e Outros Encargos

1. Cada Parte, com base na reciprocidade, isentará uma empresa aérea designada da outra Parte, no maior grau possível em conformidade com sua legislação nacional, de restrições sobre importações, direitos alfandegários, impostos indiretos, taxas de inspeção, outras taxas e outros encargos nacionais que não se baseiam no custo dos serviços proporcionados na chegada, sobre aeronaves, combustíveis, lubrificantes, suprimentos técnicos de consumo, peças sobressalentes incluindo motores, equipamento de uso normal dessas aeronaves, provisões de bordo e outros itens, tais como bilhetes, conhecimentos aéreos, material impresso com o símbolo da empresa aérea e material publicitário comum distribuído gratuitamente pela empresa aérea designada, destinados ou usados exclusivamente na operação ou manutenção das aeronaves da empresa aérea designada da Parte que esteja operando os serviços acordados.

2. As isenções previstas neste Artigo serão aplicadas aos produtos referidos no parágrafo 1:

- a) introduzidos no território de uma Parte por ou sob a responsabilidade da empresa aérea designada pela outra Parte;
- b) mantidos a bordo das aeronaves da empresa aérea designada de uma Parte, na chegada ou na saída do território da outra Parte; ou

- c) embarcados nas aeronaves da empresa aérea designada de uma Parte no território da outra Parte e com o objetivo de serem usados na operação dos serviços acordados, sejam ou não tais produtos utilizados ou consumidos totalmente dentro do território da Parte que outorga a isenção, sob a condição de que sua propriedade não seja transferida no território de tal Parte.

3. O equipamento de bordo de uso regular, bem como os materiais e suprimentos normalmente mantidos a bordo das aeronaves de uma empresa aérea designada de qualquer das Partes, somente poderão ser descarregados no território da outra Parte com a autorização das autoridades alfandegárias de tal território. Nesse caso, tais itens poderão ser colocados sob a supervisão das mencionadas autoridades até que sejam reexportados ou se lhes dê outro destino, conforme os regulamentos alfandegários.

Artigo 11

Impostos

1. O capital representado pelas aeronaves operadas nos serviços aéreos internacionais por uma empresa aérea designada será tributado unicamente no território da Parte em que está situada a sede da empresa aérea.
2. Os lucros resultantes da operação das aeronaves de uma empresa aérea designada nos serviços aéreos internacionais, bem como os bens e serviços que lhe sejam fornecidos serão tributados de acordo com a legislação de cada Parte.

Artigo 12

Capacidade

1. A capacidade total a ser oferecida pelas empresas aéreas designadas das Partes nos serviços acordados será estabelecida entre suas autoridades aeronáuticas antes do começo das operações e, posteriormente, em função das exigências do tráfego previsto.
2. Se nas negociações subsequentes as Partes não chegarem a um acordo sobre a capacidade que deve ser oferecida nos serviços acordados, a capacidade que as empresas aéreas designadas das Partes poderão oferecer não excederá aquela previamente acordada.

Artigo 13

Preços

1. Os preços para os serviços de transporte aéreo compreendidos no presente Acordo estarão sujeitos às regras do país de origem do tráfego.
2. Cada Parte pode requerer notificação ou registro, junto às autoridades, pelas empresas aéreas, dos preços do transporte de e para seu território.

Artigo 14

Concorrência

1. As Partes deverão informar-se mutuamente sobre suas leis, políticas e práticas sobre a concorrência e modificações das mesmas, bem como quaisquer objetivos concretos a elas relacionados, que poderiam afetar a operação de serviços de transporte aéreo cobertos por este Acordo e deverão identificar as autoridades responsáveis por sua aplicação.

2. As Partes deverão notificar-se mutuamente sempre que considerarem que pode haver incompatibilidade entre a aplicação de suas leis, políticas e práticas sobre a concorrência, e as matérias relacionadas à aplicação deste Acordo.

3. Não obstante quaisquer outras disposições em contrário, nada do disposto neste Acordo deverá: (i) requerer ou favorecer a adoção de acordos entre empresas, decisões de associações de empresas ou práticas combinadas que impeçam ou distorçam a concorrência; (ii) reforçar os efeitos de tais acordos, decisões ou práticas combinadas; ou (iii) delegar a operadores econômicos privados a responsabilidade da tomada de medidas que impeçam, distorçam ou restrinjam a concorrência.

Artigo 15

Conversão de Divisas e Remessa de Receitas

1. Cada Parte permitirá às empresas aéreas designadas da outra Parte converter e remeter para o exterior, a pedido, todas as receitas locais provenientes da venda de serviços de transporte aéreo que excedam as somas localmente desembolsadas, permitindo-se sua rápida conversão e remessa sem restrições, discriminação, nem cobrança de impostos sobre as mesmas, à taxa de câmbio do dia do pedido para a conversão e remessa.

2. A conversão e a remessa de tais receitas serão permitidas em conformidade com a legislação vigente, e não estarão sujeitas a quaisquer encargos administrativos ou cambiais, exceto aqueles normalmente cobrados pelos bancos para a sua execução.

3. O disposto neste Artigo não desobriga as empresas aéreas de ambas as Partes do pagamento dos impostos, taxas e contribuições a que estejam sujeitas.

4. Caso exista um acordo especial entre as Partes para evitar a dupla tributação, ou caso um acordo especial regule a transferência de fundos entre as Partes, tais acordos prevalecerão.

Artigo 16

Atividades Comerciais

1. Cada Parte concederá às empresas aéreas da outra Parte o direito de vender e comercializar em seu território, serviços de transporte aéreo internacional, diretamente ou por meio de agentes ou outros intermediários, à escolha da empresa aérea, incluindo o direito de estabelecer seus próprios escritórios, tanto como empresa operadora como não operadora.

2. Cada empresa aérea terá o direito de vender serviços de transporte na moeda desse território ou, sujeito às leis e regulamentos nacionais, em moedas livremente conversíveis de outros países, e qualquer pessoa poderá adquirir tais serviços de transporte em moedas aceitas por essa empresa aérea.

3. As empresas aéreas designadas de uma Parte poderão, com base em reciprocidade, trazer e manter no território da outra Parte seus representantes e o pessoal comercial, operacional e técnico necessário à operação dos serviços acordados.

4. Tais necessidades de pessoal podem, a critério das empresas aéreas designadas de uma Parte, ser satisfeitas com pessoal próprio ou usando os serviços de qualquer outra organização, companhia ou empresa aérea que opere no território da outra Parte, autorizadas a prestar esses serviços para outras empresas aéreas.

5. Os representantes e os auxiliares estarão sujeitos às leis e regulamentos em vigor da outra Parte e de acordo com tais leis e regulamentos:

- a) cada Parte concederá, com base na reciprocidade e com o mínimo de demora, as autorizações de emprego, os vistos de visitantes ou outros documentos similares necessários para os representantes e os auxiliares mencionados no parágrafo 3 deste Artigo; e
- b) ambas Partes facilitarão e acelerarão as autorizações de emprego necessárias ao pessoal que desempenhe certos serviços temporários que não excedam 90 (noventa) dias.

Artigo 17

Código Compartilhado

1. As empresas aéreas designadas de ambas as Partes poderão operar ou oferecer serviços, utilizando as modalidades de código compartilhado, bloqueio de espaço e outras formas de operação conjunta: i) com empresas aéreas de qualquer uma das Partes e ii) com empresas aéreas de um terceiro país, sempre e quando o referido terceiro país, autorize ou permita a realização de acordos equivalentes entre as empresas aéreas da outra Parte e outras empresas aéreas nos serviços até e desde o referido terceiro país.
2. Todas as empresas aéreas que concluam tais acordos deverão contar com direitos de tráfego correspondentes e cumprir os requisitos que normalmente se aplicam a tais acordos.

Artigo 18

Estatísticas

As autoridades aeronáuticas de cada Parte proporcionarão ou farão que as suas empresas aéreas designadas proporcionem às autoridades aeronáuticas da outra Parte, a pedido, as estatísticas periódicas ou eventuais, que possam ser razoavelmente requeridas.

Artigo 19

Aprovação de Horários

1. As empresas aéreas designadas de cada Parte submeterão sua previsão de horários de voo à aprovação das autoridades aeronáuticas da outra Parte, pelo menos 45 (quarenta e cinco) dias antes de operação dos serviços acordados. O mesmo procedimento será aplicado a qualquer modificação dos horários.
2. Para os voos de reforço que a empresa aérea designada de uma Parte deseje operar nos serviços acordados, fora do quadro horário aprovado, essa empresa aérea solicitará autorização prévia das autoridades aeronáuticas de outra Parte. Tais solicitações serão submetidas pelo menos 15 (quinze) dias antes da operação de tais voos.

Artigo 20

Proteção do Meio Ambiente

As Partes concordam com a necessidade de proteger o meio ambiente fomentando o desenvolvimento sustentável da aviação. Com respeito às operações entre seus respectivos territórios, as Partes acordam cumprir as normas e práticas recomendadas pelo Anexo 16 da OACI (SARPs) e as políticas e orientações da OACI vigentes sobre proteção do meio ambiente.

Artigo 21

Consultas

1. Qualquer das Partes pode, a qualquer momento, solicitar a realização de consultas sobre a interpretação, aplicação, implementação ou emenda do presente Acordo ou seu satisfatório cumprimento.
2. Tais consultas, que podem ser feitas mediante reuniões ou por correspondência, serão iniciadas dentro de um período de 60 (sessenta) dias a partir da data do recebimento da solicitação por escrito pela outra Parte, a menos que de outra forma acordado por ambas as Partes.

Artigo 22 Solução de Controvérsias

1. No caso de qualquer controvérsia entre as Partes, relativo à interpretação ou à aplicação do presente Acordo, com exceção dos que possam surgir decorrentes dos Artigos 7 (Segurança Operacional) e 8 (Segurança da Aviação), as autoridades aeronáuticas das Partes buscarão, em primeiro lugar, resolvê-las por meio de consultas e negociações.
2. Caso as Partes não cheguem a um acordo por meio de negociação, a controvérsia será solucionada diretamente entre as Partes por meio de canais diplomáticos.

Artigo 23 Emendas

1. Qualquer emenda acordada entre as Partes, em conformidade com o Artigo 21 (Consultas) do presente Acordo, entrará em vigor na data do recebimento da segunda nota diplomática, indicando que todos os procedimentos internos necessários foram completados pelas Partes.
2. Qualquer emenda ao Anexo do presente Acordo poderá ser estabelecida por escrito entre as autoridades aeronáuticas das Partes e entrará em vigor quando confirmada por troca de notas diplomáticas.

Artigo 24 Acordos Multilaterais

Se um acordo multilateral relativo a transporte aéreo entrar em vigor em relação a ambas as Partes, o presente Acordo será emendado para conformar-se às disposições de tal acordo multilateral.

Artigo 25 Denúncia

Qualquer das Partes pode, a qualquer momento, notificar a outra Parte por escrito, por via diplomática, sua decisão de denunciar este Acordo. Tal notificação será feita simultaneamente à OACI. Este Acordo expirará à meia noite, hora local da Parte notificada, imediatamente antes do prazo de 1 (um) ano da data de recebimento da notificação pela outra Parte, a menos que se retire tal notificação mediante acordo, antes de concluído tal prazo. Se a outra Parte não acusar recebimento, será considerado que a notificação foi recebida 14 (quatorze) dias depois de seu recebimento pela OACI.

Artigo 26 Registro na OACI

Este Acordo e qualquer emenda ao mesmo serão registrados na OACI pela Parte em cujo território tenha sido assinado, ou conforme o acordado entre as Partes.

Artigo 27
Entrada em Vigor

Este Acordo entrará em vigor na data do recebimento da segunda nota diplomática indicando que todos os procedimentos internos necessários foram completados pelas Partes.

Em testemunho do que, os abaixo assinados, estando devidamente autorizados pelos seus respectivos Governos, firmaram o presente Acordo.

Feito em Brasília, no dia 17 do mês de junho, do ano de 2010, em dois exemplares originais em língua portuguesa.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DE MOÇAMBIQUE

Embaixador Piragibe dos Santos Tarragô
Subsecretário-Geral Político III

Murade Isaac Murargy
Embaixador de Moçambique no Brasil

ANEXO

Rotas

As empresas aéreas designadas de cada Parte poderão realizar serviços aéreos internacionais entre os pontos nas seguintes rotas:

A. Rotas para empresas designadas pela República Federativa do Brasil:

De: Pontos no Brasil;
Via: Pontos no Continente Africano;
Para: 3 (três) pontos em Moçambique, a serem nomeados;
Além: Pontos no Continente Africano e Asiático.

B. Rotas para empresas designadas pela República de Moçambique:

De: Pontos em Moçambique;
Via: Pontos no Continente Africano;
Para: 3 (três) pontos no Brasil, a serem nomeados;
Além: Pontos na América do Sul.

NOTA:

As empresas aéreas designadas de cada Parte Contratante poderão, em qualquer ou em todos os vôos, omitir escalas em suas respectivas rotas especificadas, e poderão servir mais de um ponto na mesma rota e em qualquer ordem, desde que sirvam pelo menos um ponto no território da Parte que designa a empresa. Adicionalmente, as empresas aéreas designadas por cada Parte poderão:

- a) Efetuar vôos em qualquer direção ou em ambas.
- b) Combinar diferentes números de vôo na operação de uma só aeronave.
- c) Transferir o tráfego de passageiros, carga e/ou mala postal desde uma aeronave à outra distinta ou a várias aeronaves distintas daquela(s) utilizada(s) sobre a mesma rota antes dessa escala, seja(m) esta(s) aeronave(s) própria(s) ou operada(s) sob qualquer outra forma permitida por este Acordo.
- d) Servir pontos anteriores a qualquer ponto em seu território, com ou sem mudança de aeronave ou número de vôo, e poder oferecer e anunciar esses serviços ao público como serviços diretos;

As Partes acordaram que os operadores designados e autorizados poderão exercer os direitos da 3ª e 4ª liberdades em todos os pontos contidos do quadro de rotas.

As Partes acordaram que os operadores designados e autorizados poderão exercer os direitos da 5ª liberdade em todos os pontos contidos do quadro de rotas, com exceção dos Estados membros e associados do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), para as empresas designadas por Moçambique, e dos Estados integrantes da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), para as empresas designadas pelo Brasil. Nas operações em código compartilhado, tais restrições não se aplicam às empresas comercializadoras (*marketing carriers*). As Partes acordaram em reexaminar tais restrições, em momento oportuno.

Mensagem nº 33, de 2013

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, e do Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, assinado em Brasília, em 17 de junho de 2010.

Brasília, 7 de fevereiro de 2013.

EMI nº 00201/2012 MRE SAC

Brasília, 8 de Junho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem que encaminha o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, assinado em Brasília, em 17 de junho de 2010, pelo Subsecretário-Geral Político III, Piragibe dos Santos Tarragô, e pelo Embaixador de Moçambique no Brasil, Murade Isaac Murargy.

2. O referido Acordo, em cuja elaboração atuaram conjuntamente o Ministério das Relações Exteriores e a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), tem o fito de incrementar os laços de amizade, entendimento e cooperação entre os dois países signatários, consequências esperadas do estabelecimento de um marco legal para a operação de serviços aéreos entre os territórios de Brasil e Moçambique, e para além desses, que certamente contribuirão para o adensamento das relações bilaterais nas esferas do comércio, do turismo, da cooperação, entre outras.

3. À luz do exposto, e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submetemos a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ruy Nunes Pinto Nogueira, Wagner Bittencourt de Oliveira

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

3ª PARTE - DELIBERATIVA

3

PARECER Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 20, de 2015, do Senador Marcelo Crivella, que *institui o Grupo Brasil-Marrocos*.

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão o Projeto de Resolução do Senado nº 20, de 2015, de autoria do ilustre Senador Marcelo Crivella, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos*.

O projeto em tela foi distribuído a este órgão colegiado e à Comissão Diretora e foi a mim encaminhado para relatar em 30 de abril de 2015.

A proposição em epígrafe institui, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos, a ser integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem. Sua finalidade é incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos (arts. 1º e 2º).

O art. 3º ilustra os meios pelos quais se dará a cooperação interparlamentar: visitas recíprocas; realização de congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, necessárias ao encaminhamento das questões atinentes

ao desenvolvimento das relações bilaterais; permuta periódica de publicações e trabalhos e matéria legislativa.

O art. 4º dispõe que o Grupo Parlamentar reger-se-á pelo seu regulamento interno ou, na falta desse, pela decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Na justificação, o autor destaca a longevidade das relações diplomáticas bilaterais, o incremento do fluxo comercial nos últimos anos e o aumento recíproco do interesse em turismo.

II – ANÁLISE

O Marrocos é um país-chave no contexto africano. Além de exercer uma política externa extremamente ativa e multidirecionada, com eixos de aproximação com Estados Unidos e Europa – pelo que, em contrapartida, reprime, internamente e com grande eficácia, a proliferação do extremismo islâmico – possui grande poder de influência no mundo árabe, tornando-se interlocutor entre o mundo judaico-cristão e o mundo islâmico. Domesticamente, considera-se bem sucedida a promoção da convivência pacífica entre os grupos religiosos.

O Brasil, forte destino de imigração das comunidades judaica, árabe e islâmica, mundialmente exitoso na promoção do que o autor do paradigmático *Brasil, País do Futuro*, Steven Zweig (ele, judeu austríaco radicado no Brasil) designou como “paradigma da convivência pacífica”, é, assim, ao lado do Marrocos, promissor agente de diálogo intercivilizacional. Não por outro motivo o Brasil foi o único país latino-americano convidado para o Fórum de Jerusalém, havido em 2009, acerca de soluções para a administração da Cidade com vistas à efetividade do processo de paz.

A diplomacia parlamentar vem se consolidando no Brasil. A participação de legisladores em organizações parlamentares de âmbito regional e internacional, tais como o Parlamento do Mercosul, a União InterParlamentar e o Parlamento Latino-Americano, ou de natureza bilateral, tem aumentado em razão

do interesse maior, entre os parlamentares, pelos rumos que tomam as relações externas do Brasil.

A atuação do Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos contribuirá para o estreitamento das relações entre as duas nações, ao possibilitar o conhecimento mútuo e entre os respectivos parlamentos, além do aprendizado sobre os diferentes problemas com que se defrontam, bem como sobre as soluções encontradas por cada um desses países.

Portanto, nada mais adequado do que institucionalizar, na forma regimentalmente possível de grupo parlamentar, o relacionamento entre membros do Congresso Nacional brasileiro e do Parlamento do Marrocos.

Ressalte-se que, do ponto de vista regimental, nada há que obste a criação de grupos parlamentares como este que se pretende criar por meio da aprovação deste PRS.

III – VOTO

Por todo o exposto, voto favoravelmente ao Projeto de Resolução do Senado nº 20, de 2015.

Sala da Comissão, em

, , Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 20 , DE 2015

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É instituído, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Brasil-Marrocos, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos.

Art. 2º O Grupo Parlamentar será integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem.

Art. 3º A cooperação interparlamentar dar-se-á por meio de:

I – visitas parlamentares;

II – realização de congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas, visando ao desenvolvimento das relações bilaterais;

III – permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;

IV – intercâmbio de experiências parlamentares;

V – outras atividades compatíveis com os objetivos do Grupo.

2

Parágrafo único. O Grupo Parlamentar poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como de cooperação técnica com entidades nacionais e estrangeiras.

Art. 4º O Grupo Parlamentar reger-se-á pelo seu regulamento interno ou, na falta deste, pela decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Parágrafo único. Em caso de lacuna desta Resolução ou do regulamento interno do Grupo Parlamentar, aplicar-se-ão subsidiariamente as disposições do Regimento Comum do Congresso Nacional, do Regimento Interno do Senado Federal e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, nessa ordem.

Art. 5º As atas das reuniões e os demais atos relativos às atividades do Grupo Parlamentar deverão ser publicados no Diário do Congresso Nacional.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de resolução do Senado visa à criação de grupo parlamentar Brasil-Marrocos. Suas disposições inspiram-se em textos de resoluções já aprovadas por esta Casa para a criação de outros grupos parlamentares.

O Reino do Marrocos é uma monarquia constitucional. O Rei Mohammed VI, além do poder político, inclusive para indicar o primeiro-ministro, detém o poder religioso sobre seus súditos. Além disso, possui parlamento bicameral.

É interessante destacar que o Marrocos foi um dos primeiros países africanos a manter contato diplomático com o Brasil. De 1861 a 1929, mantivemos consulado brasileiro em Tanger. As relações diplomáticas foram interrompidas até que, em 1956, o Brasil reconheceu a independência de Marrocos da Espanha e França, tendo sido instalada a embaixada brasileira em Rabat alguns anos mais tarde.

3

Entre os anos de 2010 e 2014, o intercâmbio comercial com o Marrocos experimentou um crescimento de 32,8%: saltou de US\$ 1,37 bilhão para US\$ 1,82 bilhão. Houve diminuição das exportações e aumento das importações de 87,9%. O saldo da balança comercial foi favorável ao Brasil apenas em 2010. Em 2014, foi registrado déficit de US\$ 681 milhões.

As exportações brasileiras compõem-se, em grande parte, de produtos semimanufaturados, destacando-se madeira e produtos de ferro ou aço, seguidos por produtos manufaturados (aviões) e produtos básicos (milho em grãos). Já nas importações, destacam-se os produtos manufaturados, que alcançaram a quase totalidade da pauta em 2014 (em especial, adubos, produtos químicos, máquinas e vestuário), seguidos por produtos básicos e semimanufaturados.

Além disso, nos últimos anos, o Marrocos passou a figurar entre os destinos turísticos de muitos brasileiros. Desse modo, verifica-se ambiente propício para aproximação dos dois países não apenas no campo econômico e comercial, mas também no campo cultural e turístico.

Com efeito, a criação deste grupo parlamentar servirá de ferramenta para a aproximação entre essas duas nações de características tão diversas. O diálogo entre os membros dos respectivos parlamentos é de extrema importância para que se alcance o aprofundamento das relações desses dois países nos mais variados aspectos. Vale dizer que o ambiente internacional globalizado exige de nossos parlamentares iniciativas como esta.

Pedimos, assim, o apoio dos nobres Senadores a este projeto de resolução do Senado.

Sala das Sessões, – Senador **Marcelo Crivella**.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e à Comissão Diretora)

Publicado no **DSF**, de 29/4/2015

3ª PARTE - DELIBERATIVA

4

RELATÓRIO Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 49, de 2015, da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor **OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, na República do Djibuti e na República do Sudão do Sul.*

RELATOR: Senador **RICARDO FERRAÇO**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor **OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, na República do Djibuti e na República do Sudão do Sul.

A Mensagem Presidencial (nº 275, de 24 de julho de 2015) que submete as referências do indicado é encaminhada com a Exposição de Motivos Nº 00274/2015 MRE.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), o indicado ingressou no Instituto Rio Branco (IRBr) em 1985; concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD), do mesmo

Instituto, em 1996; e o Curso de Altos Estudos (CAE) em 2008, quando defendeu a tese *A Política Externa do Governo Sarney: o início de reformulação de diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da democracia*.

Destacam-se, como importantes cargos ocupados junto à burocracia no Itamaraty na administração federal, os cargos de assistente da Divisão de Comunicações (1986-1987); de assistente do Divisão de Transmissões Internacionais (1987-1988); de assessor da Secretaria-Geral (1989-1990); de assessor da Coordenação-Geral de Modernização e Planejamento (1997-1998); de assessor do Departamento do Serviço Exterior (1998-2000); de assessor do Gabinete do Ministro de Estado (2000-2003); de chefe substituto da Divisão da Europa I (2003); de Assessor de Relações Internacionais da Presidência do Senado (2003-2005); de Assessor Especial de ex-Presidente da República (2005); e de chefe de Gabinete do Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (2011-2014).

Nas missões permanentes no exterior, destacam-se a Embaixada de Washington (1991-1995); a Embaixada em Assunção (1995-1997); a Embaixada em La Paz (2005-2008); a Embaixada em Tóquio (2008-2011); a Embaixada em Amã (2014); e a Embaixada em Bagdá, onde se encontra lotado até o momento.

Em razão de sua destacada atuação, foi laureado com a Ordem Nacional do Mérito, Romênia, Grau de Comendador (2000); a Ordem do Mérito Naval, Brasil, grau de Cavaleiro (2001); a Medalha do Mérito Alvorada, Brasil (2001); a Medalha do Pacificador, Brasil (2002); a Ordem de Rio Branco, Brasil, grau de Oficial (2002); e a Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, grau de Oficial (2002).

De acordo com o relatório encaminhado pela Chancelaria a esta Casa Senatorial, as relações bilaterais com a Etiópia ganharam novo impulso após a reabertura da missão diplomática permanente brasileira em 2005, que teve por objetivo também promover o diálogo com a União Africana (UA). A Etiópia correspondeu à iniciativa e abriu sua missão permanente em Brasília em 2011. Desde esses dois marcos, os contatos de alto nível tornaram-se mais frequentes.

A atração de investimentos brasileiros, sobretudo em infraestrutura, energia e mineração, é um dos objetivos etíopes na relação bilateral, bem como a cooperação para a estruturação da produção de etanol, que é a alternativa à dependência nacional das importações de combustíveis fósseis. Todavia, consigna-se terem sido negociados e pactuados, há três anos, quando houve visita Ministerial àquele país, cinco tratados, nas áreas de agricultura, combate à pobreza e à fome, biocombustíveis e saúde. Nesse ensejo, destaca-se a cooperação humanitária com vistas à segurança alimentar por meio, por exemplo, da recuperação das capacidades cooperativas.

Entretanto, em que pesem os esforços de aproximação nos últimos anos, o relacionamento bilateral é incipiente. O país está na lista de beneficiários da Lei Nº 12.429, de 2011, que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos, para assistência humanitária internacional. Aventa-se a cooperação bilateral na áreas de gestão de águas e de combate à desertificação e na área de saúde, agricultura, água, irrigação de áreas rurais, educação, solidariedade nacional, eletricidade nas áreas rurais, pesquisa científica e capacitação. No âmbito da cooperação em infraestrutura, há espaço para a participação de empresas privadas brasileiras na construção e modernização de portos no Djibuti, país de localização estratégica entre o Chifre da África, o Mediterrâneo e o Índico.

Finalmente, quanto ao Sudão do Sul, cumpre destacar ser um país em conflito civil. Esse cenário dificulta, quando não obsta, a manutenção de relações regulares e o aprofundamento da cooperação. Não constam projetos ou iniciativas de cooperação em negociação ou implementação.

É o que cabe aduzir no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

4

, Relator

4



SENADO FEDERAL
MENSAGEM Nº 49, de 2015
(Nº 275/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, na República do Djibuti e na República do Sudão do Sul.

Os méritos do Senhor Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 24 de julho de 2015.

DILMA ROUSSEFF

Presidente da República Federativa do Brasil

EM nº 00274/2015 MRE

Brasília, 1 de Junho de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, na República do Djibuti e na República do Sudão do Sul.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ**

CPF.: 842.261.967-91

ID.: 7973 MRE

1959 Filho de Marcos Henrique Camillo Côrtes e Vera Dias Garcia Côrtes, nasce no dia 13 de dezembro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1984 Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
1985 CPCD - IRBr
1996 CAD - IRBr
2008 CAE - IRBr, A política externa do Governo Sarney: o início de reformulação de diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da democracia.

Cargos:

1986 Terceiro-Secretário
1992 Segundo-Secretário
1999 Primeiro-Secretário, por merecimento
2003 Conselheiro, por merecimento
2008 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

Funções:

1986-87 Divisão de Comunicações, assistente
1987-88 Divisão de Transmissões Internacionais, assistente
1988-90 Secretaria-Geral, assessor
1990-91 Departamento de Administração, assessor
1991-95 Embaixada em Washington, Segundo-Secretário e Terceiro-Secretário
1995-97 Embaixada do Brasil em Assunção, Segundo-Secretário
1997-98 Coordenação-Geral de Modernização e Planejamento, assessor
1998-2000 Departamento do Serviço Exterior, assessor
2000-03 Gabinete do Ministro de Estado, assessor
2003 Divisão da Europa I, Chefe, substituto
2003-05 Senado Federal, Assessor de Relações Internacionais da Presidência do Senado
2005 Presidência da República, Assessor Especial de ex-Presidente da República
2005-08 Embaixada em La Paz, Conselheiro
2008-11 Embaixada em Tóquio, Ministro-Conselheiro
2011-14 Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Chefe de Gabinete do Ministro
2014 Embaixada em Amã, Encarregado de Negócios em missão transitória
2014-15 Embaixada em Bagdá, Encarregado de Negócios em missão transitória

Condecorações:

2000 Ordem Nacional do Mérito, Romênia, Comendador
2001 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Cavaleiro
2001 Medalha do Mérito Alvorada, Brasil

4

2002 Medalha do Pacificador, Brasil
2002 Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
2002 Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Oficial

ROBERTO ABDALLA
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos III
Departamento de África
Divisão da África - III

ETIÓPIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Abril de 2015

DADOS BÁSICOS SOBRE A ETIÓPIA	
NOME OFICIAL:	República Democrática Federal da Etiópia
CAPITAL:	Adis Abeba
ÁREA:	1.104.300 km ²
POPULAÇÃO:	90,9 milhões*
IDIOMA OFICIAL:	Amárico
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristãos ortodoxos (43,5%), muçulmanos (33,9%), protestantes (18,6%), animistas (2,6%), outras religiões (1,4%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República federativa parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral. Conselho da Federação (<i>Yefedereshein Mikir Bete</i>), composta por 110 membros eleitos indiretamente para mandatos de 5 anos e Conselho dos Representantes do Povo (<i>Yehizb Tewokayoch Mekir Bete</i>), composta por 547 membros eleitos diretamente para mandatos de 5 anos
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Mulatu Teshome Wirtu (desde 2013)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Hailemariam Desalegn (desde 2012)
CHANCELER:	Ministro Tedros Adhanom Ghebreyesus (desde 2012)
PIB NOMINAL	US\$ 46 bilhões (2013, FMI)
PIB PPP:	US\$ 126,7 bilhões (2013, FMI)
PIB PER CAPITA :	US\$ 548 (2014, FMI)*
PIB PPP PER CAPITA :	US\$ 1533 (2014, FMI)*
VARIAÇÃO DO PIB	9,6% (2013); 8,8% (2012); 11,3% (2011)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH):	0,435 – 173º no ranking (PNUD, 2013)
EXPECTATIVA DE VIDA:	63,6 anos (PNUD, 2013)
ALFABETIZAÇÃO:	39% (PNUD, 2013)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	16,5% (dados oficiais do Governo etíope, 2013)
UNIDADE MONETÁRIA:	Birr
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Sinknesh Ejigu
COMUNIDADE BRASILEIRA:	20 cidadãos

*Dados estimados pelo FMI, tendo em conta que, para tais informações, não há dados consolidados desde 2008.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-ETIÓPIA (US\$ milhões F.O.B) (fonte: MDIC)

Brasil→Etiópia	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	54,5 9	37,4 4	32,9 4	47,9 2	48,4 5	34,2 8	55,3 5	62,8 1	20,7 8
Exportações	54,5 5	37,4 0	32,9 1	47,8 8	48,4 2	34,2 3	55,1 8	62,7 4	20,6 4
Importações	0,04	0,03	0,03	0,03	0,03	0,05	0,17	0,06	0,14
Saldo	54,5 1	37,3 7	32,8 8	47,8 4	48,3 8	34,1 8	55,0 1	62,6 8	20,5 0

Informação elaborada em 29 de abril de 2015, pelo Daniel Torres de Melo Ribeiro (DAF-III). Revisada pelo Conselheiro Paulo Rocha Cypriano (DAF-III).

PERFIS BIOGRÁFICOS

Mulatu Teshome Wirtu

Presidente



Nasceu em 1957 na pequena vila de Arjo, no oeste da Etiópia. Estudou na China, onde obteve bacharelado em Economia Política (1982) e doutorado em Direito Internacional, ambos pela Universidade de Pequim. Exerceu vários cargos no Governo etíope: Vice-Ministro do Desenvolvimento Econômico e Cooperação, nos anos 1990; Ministro da Agricultura, em 2001; Porta-Voz da Câmara Federal (Senado), entre 2002 e 2005. No mesmo ano, foi nomeado Embaixador da Etiópia no Japão e, em 2006, foi designado Embaixador na Turquia.

Em outubro de 2013, quando ainda exercia suas funções na Turquia, foi eleito Presidente da Etiópia por voto parlamentar unânime. O TPLF (“Frente de Liberação do Povo de Tigré”, partido majoritário) indicara o seu nome para o pleito. Como seus predecessores, Mulatu pertence à etnia *oromo*, maior etnia do país.

HAILEMARIAM DESALEGN

Primeiro-Ministro

Hailemariam Desalegn nasceu no Distrito de Sore, sul da Etiópia, em 1949, e representa a minoria étnica *wolayta*. Formou-se em Engenharia Civil pela Universidade de Adis Abeba. Obteve, em 1992, o título de Mestre em Engenharia na Finlândia. Entre 1989 e 2000, lecionou no Instituto de Tecnologia da Universidade de Arbaminch, na região central da Etiópia, onde também desempenhou as funções de Vice-Reitor (1993-4) e Reitor (1994-2000).

Membro do Parlamento desde 1995, ocupou diversas posições políticas importantes, como a de presidente do Partido Movimento Democrático dos Povos Etíopes do Sul (SEPDM) – um dos quatro partidos membros da coligação governamental que detém o poder na Etiópia (Frente Democrática Revolucionária Popular da Etiópia - EPRDF) – e de membro do Comitê Executivo do EPRDF. Assumiu o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros e Primeiro-Ministro Adjunto em 5 de outubro de 2010. Com a morte do então Primeiro-Ministro Meles Zenawi (agosto de 2012), após ocupar o cargo de Primeiro-Ministro interino, foi confirmado (21/9/2012) no cargo de Primeiro-Ministro, até maio de 2015, quando se realizarão novas eleições legislativas.

Desalegn avistou-se com a Presidenta Dilma Rousseff, por ocasião de sua visita à Etiópia, em maio de 2013. O então Ministro Antonio Patriota igualmente manteve encontros com Desalegn, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, à margem da 66ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, em setembro de 2011, e durante sua visita oficial à Etiópia, em abril de 2012.

TEDROS ADHANOM GHEBREYESUS

Ministro dos Negócios Estrangeiros



Tedros Adhanom Ghebreyesus nasceu em 1965, em Mekelle, na região do Tigré. Graduou-se em Biologia pela Universidade de Asmara, em 1986. Coursou mestrado em Imunologia e Doenças Infecciosas, pela Universidade de Londres, completando-o em 1992. Também detém título de Doutor (PhD) em Saúde Comunitária pela Universidade de Nottingham (2000). É pesquisador reconhecido internacionalmente na área da malária.

Servidor de carreira do Ministério da Saúde, ocupou vários cargos técnicos antes de tornar-se Ministro da Saúde, em 2005. Também fez parte, até 2009, da Força-Tarefa de Alto Nível para Financiamentos Inovadores para os Sistemas de Saúde, órgão copresidido pelo então presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick e pelo ex-Primeiro-Ministro britânico Gordon Brown.

Foi nomeado para o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros em 29 de novembro de 2012, em substituição a Hailemariam Desalegn, que passou a ocupar o cargo de Primeiro-Ministro.

RELAÇÕES BILATERAIS

A Etiópia vem-se constituindo, nos últimos anos, como importante parceiro brasileiro na região do Chifre da África. Por abrigar a sede da União Africana, Adis Abeba projeta-se como capital diplomática da África, além de exercer relevante papel para a estabilidade em seu entorno regional. O país tem apresentado, ademais, elevadas taxas de crescimento, convertendo-se em uma das economias mais dinâmicas da África Oriental.

Em maio de 1951, foi criada a Legação do Brasil junto ao Império da Etiópia, com sede no Cairo. Em 1956, a Embaixada do Brasil em Beirute passou a exercer ação cumulativa da Legação. Nos anos 1960, a representação brasileira foi elevada à categoria de Embaixada, passando a ter sede em Adis Abeba. Ao final daquela década, contudo, a Embaixada brasileira na Etiópia foi desativada.

Até a década de 2000, haviam sido esparsas as visitas de alto nível entre os dois países. Cabe ressaltar a visita do Imperador Haile Selassie (1930-1974) ao Brasil em 1960, no governo de Juscelino Kubitschek. Em meio à visita, houve tentativa frustrada de golpe de Estado na Etiópia.

As relações com a Etiópia ganharam impulso após a reabertura da Embaixada do Brasil em Adis Abeba, em fevereiro de 2005. O objetivo da reabertura da Embaixada brasileira foi tanto o de fortalecer as relações com a Etiópia quanto o de promover o diálogo do Brasil com a União Africana (UA). Em março daquele ano, o então Ministro Celso Amorim realizou visita de trabalho a Adis Abeba, acompanhado de delegação integrada por representantes do Ministério da Saúde, da EMBRAPA e do setor privado brasileiro. O Ministro manteve audiências com seu homólogo etíope, Seyoum Mesfin, com o então Presidente da Comissão da União Africana, Alpha Oumar Konaré, e com o Secretário-Executivo da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (que também tem sede em Adis Abeba).

A Etiópia, por sua vez, abriu Embaixada residente no Brasil em fevereiro de 2011, hoje a única representação etíope na América Latina. A iniciativa denota a expectativa etíope com relação ao Brasil, atualmente identificado como importante parceiro emergente, ao lado de China e Índia. A Etiópia vê na cooperação com o Brasil importante instrumento para viabilizar o seu desenvolvimento, particularmente nas áreas agrícola, energética, e de infraestrutura, bem como no fortalecimento de suas políticas públicas sociais.

Desde a abertura da missão etíope em Brasília, os contatos de alto nível tornaram-se mais frequentes. O Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos-III do Itamaraty, Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, visitou Adis Abeba regularmente como representante brasileiro nas Cúpulas da União Africana (janeiro de 2011, janeiro de 2012, julho de 2012, janeiro e

maio de 2013), bem como no funeral do então Primeiro-Ministro Meles Zenawi, em agosto de 2012. Nessas ocasiões, manteve encontros bilaterais com altas autoridades etíopes.

Em abril de 2012, o então Ministro Antônio Patriota realizou visita oficial à Etiópia. Na ocasião, o Chanceler brasileiro foi recebido pelo então Primeiro-Ministro Meles Zenawi e manteve encontro de trabalho com seu homólogo etíope e atual Primeiro-Ministro, Hailemariam Desalegn. O Chanceler etíope manifestou interesse em atrair investimentos brasileiros, principalmente para projetos de infraestrutura, energia e mineração. Foram discutidas, ainda, questões regionais e multilaterais, com destaque para a situação na Somália, no Sudão e Sudão do Sul, e na Eritreia.

Durante a visita, foram também assinados cinco atos bilaterais, entre os quais se destaca o Acordo de Cooperação Técnica, ainda em tramitação no Executivo. Quando em vigor, o Acordo deverá contribuir para a alavancagem do grande potencial de cooperação existente entre os dois países, principalmente nas áreas de agricultura, combate à pobreza e à fome, biocombustíveis e saúde.

Marco importante do relacionamento bilateral recente foi a visita da Presidenta Dilma Rousseff a Adis Abeba, em maio de 2013, por ocasião das comemorações do Jubileu de Ouro da União Africana. Tratou-se da primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro à Etiópia. Na ocasião, foram celebrados, quatro novos atos bilaterais, entre os quais se destacam Acordo de Cooperação Educacional e Acordo de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como Acordo de Serviços Aéreos. Os instrumentos encontram-se, atualmente, em tramitação no Executivo, para posterior envio ao Congresso Nacional.

Em julho de 2013, iniciou-se a rota aérea Adis-Abeba-São Paulo, operada pela Ethiopian Airlines. A abertura do voo pela empresa estatal etíope constitui gesto de confiança nas relações com o Brasil. Trata-se do primeiro voo comercial a conectar a África Oriental ao Brasil.

Embora as relações com a Etiópia tenham experimentado inédito processo de adensamento nos últimos dez anos, há vasto espaço para a ampliação e diversificação do relacionamento bilateral, em especial no âmbito da cooperação técnica e nos planos econômico-comercial e do diálogo político.

Há perspectivas de parcerias sólidas no campo da cooperação técnica, com destaque para a agricultura, os biocombustíveis e a troca de experiência na formulação e implementação de políticas sociais. Vale ressaltar que, por abrigar a sede da União Africana, qualquer projeto de sucesso desenvolvido na Etiópia tende a ter maior visibilidade e repercussão junto a outros países africanos.

A cooperação em agricultura, nesse contexto, é especialmente

relevante para a Etiópia, tendo em vista a vulnerabilidade do país às intempéries naturais e a necessidade de fortalecer a segurança alimentar no país. Nesse contexto, tem-se desenvolvido parceria entre a Embrapa e o Instituto Etíope de Pesquisa Agrícola (EIAR). Após visita de delegação do EIAR, em fevereiro de 2012, ao Brasil, o Governo etíope apresentou, em março daquele ano, proposta de cooperação nas áreas de solos ácidos, manejo sustentável de florestas, pecuária, mecanização, produção de frutas e legumes, algodão e cana-de-açúcar.

Acordou-se, na ocasião, o desenvolvimento de projetos de cooperação que contemplassem, inicialmente, os temas de solos ácidos e manejo sustentável de florestas. Após mais de um ano de negociações, em dezembro de 2013, foram assinados os projetos de cooperação: "Apoio técnico ao manejo de solos ácidos para uso agrícola", e "Fortalecimento da Capacidade Técnica Etíope na Exploração e Manejo Sustentável de Florestas".

O início da execução do projeto em Manejo de Florestas, com o envio de técnicos brasileiros para a realização da primeira atividade em Adis Abeba, está previsto para ocorrer em maio de 2015.

Há, igualmente, a possibilidade de o Brasil vir a exercer importante papel no projeto de expansão do setor sucroalcooleiro da Etiópia, uma das prioridades estabelecidas pelo Plano de Transformação e Crescimento do governo etíope (plano de desenvolvimento econômico do governo para o período de 2011 a 2015).

O lado etíope tem manifestado grande interesse em contar com a cooperação brasileira para estruturar sua produção de etanol, vista como alternativa à elevada dependência etíope de importações de combustíveis fósseis. Em abril de 2015, missão da "Petroleum & Natural Gas Development Enterprise", estatal etíope atuante na área de energia, realizou visita de estudos ao Brasil, com vistas a conhecer unidades de produção de etanol, bem como manter encontros com autoridades brasileiras.

Vinculado à questão agrícola, encontra-se o combate à fome e à pobreza. Os programas de transferência de renda e combate à pobreza brasileiros, como o Bolsa-Família e o Fome Zero têm atraído especial interesse das autoridades etíopes.

Desde 2012, a Etiópia é parte do programa PAA África ("Purchase from Africans for África"). Trata-se de iniciativa conjunta entre o Brasil, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e Programa Alimentar Mundial de Alimentos (PMA), com o apoio do Reino Unido, para promover as compras locais de alimentos como instrumento de sustentabilidade da assistência alimentar.

O programa é parte da Cooperação Humanitária Brasileira para países em situação de crise alimentar e busca contribuir para uma transição

sustentável das doações de alimentos para a recuperação das capacidades produtivas agrícolas nacionais, fortalecimento dos mercados locais de alimentos e a introdução de programas regulares de assistência alimentar, principalmente alimentação escolar.

Ao final da 1ª fase do programa, em agosto de 2013, 8700 estudantes etíopes em sete escolas primárias foram beneficiários dos alimentos produzidos por 1.600 agricultores etíopes participantes da iniciativa. A segunda fase do Programa, iniciada ainda em agosto de 2013 e com duração estimada em 3 anos e meio, prevê que cerca de 9200 alunos sejam beneficiados com cerca de 2 milhões de refeições. Espera-se também que 1,5 mil agricultores sejam envolvidos em atividades de fortalecimento de produção e terão seus produtos adquiridos para as atividades de alimentação escolar.

No âmbito da cooperação humanitária prestada pelo Governo brasileiro, deve-se registrar a contribuição de US\$ 300 mil ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para atender refugiados do conflito somali na Etiópia, em 2011, bem como doação, naquele mesmo ano, de US\$ 100 mil ao Fundo de População das Nações Unidas para desenvolvimento, na Etiópia, de projeto de prevenção às diferentes formas de violência sexual, entre mulheres e meninas deslocadas em zonas de conflito.

Também em 2011, a Etiópia foi incluída entre os beneficiários da Lei 12.429/2011, que autoriza o poder Executivo a doar, por meio do PMA, estoques públicos de alimentos para assistência humanitária. Naquele ano, foram doadas 500 toneladas de feijão, no valor de cerca de US\$ 445 mil. Em 2012, foram enviadas à Etiópia 21.500 toneladas de arroz, com valor estimado em mais de 10 milhões de dólares. No ano seguinte, foram doadas 1.500 toneladas de arroz, no valor de pouco mais de US\$ 700 mil dólares.

ASSUNTOS CONSULARES

A comunidade brasileira na Etiópia é atendida pela Embaixada do Brasil em Adis Abeba. Não há consulados honorários. A comunidade brasileira na Etiópia é estimada em 20 cidadãos. Não há registro de brasileiros presos na jurisdição da Embaixada em Adis Abeba em 2014/2015.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de empréstimos oficiais brasileiros concedidos à Etiópia

POLÍTICA INTERNA

Histórico

O território que hoje constitui a Etiópia era dividido em vários reinos, dos quais o Império Aksumita, que atingiu seu apogeu no século I a. C., foi o mais notável. O Cristianismo foi adotado como religião oficial em princípios do século IV d.C., o que faz da Etiópia a nação cristã mais antiga do mundo, após a Armênia.

No final do século XIX, consolidou-se na região uma única monarquia, sob o Imperador Menelik I. Desde 1870, a região passou a ser cobiçada pela Itália, que procurava juntar-se às demais potências europeias na corrida pela repartição da África. Em 1896, os italianos estabeleceram uma colônia na região da atual Eritreia. No entanto, não conseguiriam conquistar a Etiópia, tendo sido derrotados pelas forças do Imperador Menelik II na batalha de Adwa.

Em 1930, Haile Selassie assumiu o trono etíope, logo se defrontando com nova ofensiva expansionista da Itália. Os etíopes não resistiriam às tropas de Benito Mussolini e o país seria ocupado entre 1936 e 1941. Com o apoio de tropas britânicas, forças nacionalistas etíopes expulsaram os italianos em 1941, e Selassie pôde reassumir o trono. A Etiópia permaneceu, assim, um dos poucos países da África que jamais foram colonizados por potência europeia.

Em 1952, criou-se a Federação da Etiópia e Eritreia, à qual se seguiu a anexação do segundo país pelo primeiro, em 1962. O Imperador Selassie empreendeu uma série de reformas para modernizar o Estado, mas o envolvimento da Etiópia numa disputa territorial com a Somália, bem como sucessivas revoltas de camponeses, desgastaram o regime progressivamente. No final dos anos 1960, o quadro era de descontentamento generalizado, alimentado por altas taxas de inflação, desemprego e estagnação econômica.

O fracasso do regime imperial de Haile Selassie em lidar com os problemas da Etiópia tornou-se evidente com a seca de 1973, quando se calcula que cerca de 300 mil pessoas tenham morrido de inanição. Incontáveis acusações de corrupção, além da incapacidade do Governo de reverter a crise econômica, conduziram o regime a seus limites máximos de impopularidade. Em fevereiro de 1974, greves generalizadas na capital e rebeliões nas Forças Armadas forçaram a renúncia do Primeiro-Ministro Aklilu Wold, no cargo desde 1961.

O Derg

Em 1974, o Imperador foi deposto, vindo a morrer menos de um ano depois. Assumiu o poder um governo militar, controlado pelo Conselho Administrativo Militar Provisório (PMAC) ou "Derg", nome amárico para "comitê", integrado por 120 membros egressos das Forças Armadas.

Após período de conflitos internos, que culminou no assassinato do Presidente do Conselho e Chefe de Estado, General Aman Andon, o Derg consolidou-se na vanguarda da revolução e, por influência de intelectuais de esquerda retornados do exílio, anunciou, em dezembro de 1974, sua opção pelo modelo socialista, aproximando-se da União Soviética e de Cuba. Dois meses depois, mais de cem companhias estrangeiras foram nacionalizadas ou parcialmente ocupadas. Após longo debate interno, o Derg optou pela linha marxista-leninista adotada pelo All Ethiopia Socialist Movement ou "Me'ei Sone", partido apoiado pelo Vice-Presidente, Coronel Mengistu Haile Mariam, favorável à manutenção do regime militar.

Em consequência, o Partido Revolucionário do Povo da Etiópia (EPRP), também socialista, que defendia o estabelecimento de governo popular civil, bem como a autodeterminação da Eritreia, passou à oposição. No final de 1976, a deterioração da situação política levou o regime a lançar ofensiva total contra o EPRP, dando início ao período conhecido como "terror vermelho". Em fevereiro de 1977, após eliminar a dissidência interna no Derg, contrária ao endurecimento do regime, Mengistu assumiu a Presidência e intensificou a repressão.

Com a eliminação do EPRP, a oposição refugiou-se na região do Tigré, no norte do país, estabelecendo a Frente de Libertação do Povo do Tigré (TPFL), que se aliou aos separatistas eritreus e juntou-se à luta de guerrilha contra o governo estabelecido em Adis Abeba. Enquanto isso, o Derg procurou consolidar a revolução socialista, mediante a criação, em 1984, do Partido dos Trabalhadores da Etiópia, modelado no Partido Comunista soviético. Em 1987, foi promulgada nova Constituição, instituindo a República Democrática da Etiópia. A partir de 1989, o afastamento do aliado soviético resultou no progressivo enfraquecimento do regime. As forças rebeldes do Tigré (TPFL), incorporadas à coligação "Frente Democrática Revolucionária Popular da Etiópia" (EPRDF) e aliadas aos separatistas da Eritreia, passaram então a obter vitórias sucessivas e lançaram ofensiva decisiva contra o regime em 1991.

Em maio daquele ano, os insurgentes conquistaram Adis Abeba e assumiram o poder, estabelecendo governo de transição liderado pelo comandante do TPFL, Meles Zenawi. Mengistu refugiou-se no Zimbábue, onde se encontra até hoje.

A Ascensão do EPRDF e o atual Sistema Político da Etiópia

Em julho de 1991, durante conferência de paz patrocinada por EUA e Reino Unido, acordou-se a independência da Eritreia, formalizada mediante referendo em 1993. No plano interno, iniciou-se processo de descentralização, concedendo-se maior autonomia às regiões administrativas do país. Em 1995, realizaram-se eleições para as assembleias e governos locais, com ampla vitória da EPRDF. Paralelamente, o governo de transição iniciou programa de reformas econômicas com o objetivo de restabelecer uma economia de mercado e reintegrar o país à economia mundial.

Desde então, a coligação agrupada em torno da EPRDF tem exercido o controle da política etíope. Apesar de ser composta por dois partidos cujas bases étnicas são majoritárias (OPDO, cuja etnia Oromo representa 35% da população, e ANDM, da etnia amara, 27% dos etíopes), a coligação vinha sendo, até recentemente, controlada pelo partido "Frente de Libertação do Povo do Tigré" TPFL (compõem a etnia tigré 6,1% da população do país). O Primeiro-Ministro Meles Zenawi (TPFL), comandou o país desde 1991 até sua morte, em 2012.

O sistema político etíope baseia-se na repartição do poder entre nove regiões administrativas delimitadas segundo critérios étnicos (Tigré, Oromia, Amara, Estado dos Povos do Sul, Somali, Afar, Benshangul-Gumaz, Gambela e Harar), duas municipalidades (Adis Abeba e Dire Dawa) e um Parlamento forte, integrado por uma câmara baixa com 547 representantes (Conselho de Representantes do Povo) e pelo Senado com 110 assentos (Conselho Federal). Os Representantes do Povo são eleitos por voto popular direto, para mandatos de 5 anos, enquanto os membros do Conselho Federal são escolhidos pelos conselhos das regiões administrativas igualmente para mandato de 5 anos.

O Presidente da República exerce funções protocolares, sendo designado pelo Parlamento para mandato de 6 anos. O Chefe de Governo e mandatário de fato, igualmente designado pelo Parlamento, é o Primeiro-Ministro.

A Constituição, promulgada em agosto de 1995, formalizou o atual sistema de "federalismo étnico", concedendo ampla autonomia às regiões administrativas, inclusive o direito de votar pela secessão. Na prática, as regiões estão fortemente submetidas ao controle financeiro e político do Governo central.

O Governo de Meles Zenawi (1991-2012)

Meles Zenawi, que já chefiava o Governo etíope desde 1991, foi eleito Primeiro-Ministro em 1995 e permaneceu no poder até sua morte, em agosto de 2012. Em 2000, foram realizadas novas eleições, que reconfirmaram a EPRDF no Governo.

Em maio de 2005, o EPRDF obteve nova vitória nas eleições, o que permitiu a Meles Zenawi manter-se no cargo de Primeiro-Ministro. A oposição, embora tenha aumentado sua participação no Parlamento, conquistando 171 das 547 cadeiras, contestou o resultado das eleições. Os representantes da oposição recusaram-se a assumir os assentos conquistados. Manifestações de rua contrárias ao resultado, por sua vez, foram reprimidas tendo resultado na ocorrência de cerca de 200 mortes entre os manifestantes e milhares de detenções, entre as quais, importantes lideranças oposicionistas. Em 2006, a Justiça etíope começou a conceder “perdão”, paulatinamente, a parcela desses presos.

Analistas têm apontado a desarticulação da oposição, após os protestos de 2005, como importante fator para a expressiva vitória do EPRDF nas eleições de 2010. O partido conquistou 499 das 547 cadeiras do Parlamento Federal. A oposição conseguiu apenas duas cadeiras e os assentos restantes ficaram com membros de partidos aliados à EPRDF. O resultado das eleições continuou a permitir a manutenção de Meles Zenawi no poder.

Em setembro de 2011, o governo etíope deteve importantes políticos de partidos de oposição e jornalistas supostamente envolvidos em atividades terroristas. As detenções ocorreram três meses após o Governo etíope editar lei específica sobre anti-terrorismo, por meio da qual foram declaradas organizações políticas terroristas os partidos de oposição “Ginbot 7”, a “Frente de Libertação de Oromo” e a “Frente Nacional de Libertação de Ogaden”.

Durante o período em que Zenawi esteve à frente do país, obteve-se relativa estabilidade política. Analistas e organizações não-governamentais, contudo, apontam para o crescimento das restrições à liberdade individuais no país, sobretudo após os protestos de 2005. Em paralelo aos desenvolvimentos políticos, o período, em especial a década de 2000, também foi caracterizado por elevadas taxas de crescimento (acima de dois dígitos entre 2004 e 2008).

Etiópia pós-Zenawi

Com a morte de Zenawi (ago/2012), a Etiópia passou por importante teste de transição política. Devido à baixa participação relativa de etnias majoritárias na coligação governista, alguns analistas chegaram a alertar para o risco de violenta disputa interna para a escolha do novo PM. Adotou-se, contudo, saída legalista, em processo estável e pacífico. Tratou-se da primeira

transição pacífica no país nos últimos 80 anos.

Em set/2012, o Vice-Primeiro Ministro Hailemariam Desalegn, de partido de minoria étnica do sul do país (SEPDM), foi confirmado como novo PM até 2015, quando serão realizadas novas eleições. A confirmação de Desalegn no cargo contou com o apoio de potências ocidentais, e, além mesmo, de setores da oposição etíope, que defenderam a posse imediata de Desalegn.

Em novembro de 2012, o Parlamento aprovou reforma ministerial proposta por Desalegn. Foram criados, ademais, três cargos de Vice-Primeiro Ministro, os quais passaram a ser responsáveis pela coordenação do trabalho de vários ministérios agrupados em: a) Economia, Tecnologia, Informação e Comunicações; b) Governança e Serviços Públicos; e c) Temas Sociais e Educação. Alguns ministérios, contudo, seguem respondendo diretamente ao Primeiro-Ministro, que também ficaria encarregado da supervisão das principais obras de infraestrutura em andamento no país.

A reforma deveu-se, principalmente, a uma redistribuição mais equânime de poder dentro da coligação governista. Cada um dos três principais partidos regionais que compõem a coalizão (TPFL, OPDO e APDM) passou a ter um Vice-Primeiro-Ministro, enquanto o cargo de Primeiro-Ministro está nas mãos de um representante da Região Sul.

A transição no país foi completada, em outubro de 2013, com a eleição, pelo Parlamento, de Mulatu Teshome como novo Presidente etíope, em substituição a Girma Woldegiorgis, que permaneceu no cargo por 12 anos. Como seu antecessor, Teshome pertence à etnia Oromo, a maior do país.

Desalegn e representantes da coalizão governista têm defendido o caráter de continuidade do atual governo. Continuou prioritário, nesse contexto, a implementação do plano quinquenal etíope ("Plano de Transformação e Crescimento da Etiópia") para o período 2010-2015. O Governo tem atribuído particular atenção ao desenvolvimento agrícola e a continuidade dos grandes projetos de infraestrutura, bem como enfatizado a necessidade de melhora na qualidade da educação e na prestação de serviços.

Eleições legislativas de 2015

Em conformidade com o calendário eleitoral vigente, a Etiópia realizará, no próximo dia 24 de maio, eleições parlamentares. Analistas políticos têm indicado que a desarticulação da oposição deverá contribuir, novamente, para ampla vitória da EPRDF e de seus aliados. Novas agremiações opositoras que se têm organizado por meio de redes sociais e vêm atraindo setores da juventude urbana não deverão, segundo esses mesmos analistas, ter impacto significativo nas eleições.

Uma vez formado, o novo parlamento deverá decidir sobre a nomeação de novo Primeiro-Ministro. Até o momento, não houve indicação da EPRDF sobre prováveis nomes para o cargo. Avalia-se como provável a recondução do atual Primeiro-Ministro.

Analistas têm apontado como os principais desafios que o novo Governo deverá enfrentar no plano político a necessidade de acomodar as principais etnias etíopes no poder, bem como atender à crescente insatisfação de certos segmentos da população com políticas identificadas como restritivas às liberdades civis.

POLÍTICA EXTERNA

A Etiópia segue uma política externa pragmática, voltada para a preservação de sua integridade territorial e para seu desenvolvimento socioeconômico. Por abrigar a sede da União Africana (UA) e da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA) em Adis Abeba, a Etiópia é tida como a capital diplomática da África.

Cercado de focos de tensão, o país busca projetar-se como uma “ilha de estabilidade” na região do Chifre da África e tem privilegiado o relacionamento com parceiros dispostos a prestar-lhe ajuda econômica ou militar, bem como cooperação técnica.

O papel da Etiópia nos processos de promoção e manutenção da paz e segurança no Chifre da África vem sendo amplamente reconhecido pelos países ocidentais como crucial para os resultados alcançados até o momento. A Etiópia constitui, ademais, importante contribuinte de militares e policiais para operações de manutenção da paz da ONU, com cerca de 6.600 etíopes servindo em 5 diferentes missões.

O engajamento no processo de transição na Somália, a mediação para o fim da crise no Sudão do Sul, a luta contra o extremismo e o terrorismo, entre outras frentes de atuação etíopes, têm sido recompensadas com vultosos auxílios ao plano de desenvolvimento. A Etiópia figura entre os países que mais recebem auxílio externo no continente, tendo recebido US\$ 3,8 bilhões em ajuda oficial ao desenvolvimento, em 2013. O valor representou, naquele ano, cerca de 8% da Renda Nacional Bruta etíope.

Além das relações com os tradicionais doadores internacionais, a Etiópia tem privilegiado o relacionamento com os grandes países emergentes (Brasil, China e Índia), considerados potencialmente estratégicos para a alavancagem de seu desenvolvimento econômico e social.

Histórico

Durante o reinado de Haile Selassie (1930-1974), a Etiópia buscou inserir-se no Bloco Ocidental e manter relacionamento privilegiado com os EUA. O golpe de 1974 marcou o início de um processo de afastamento progressivo do Ocidente, com o estabelecimento do Derg, regime de inspiração socialista. A tomada do poder pelo Coronel Mengistu Mariam (1977) e as violações dos direitos humanos perpetradas em seu regime induziram os EUA a reduzirem a ajuda econômica e a suspenderem a cooperação militar com a Etiópia. No mesmo ano, tropas da Somália invadiram a região de Ogaden, ao leste da Etiópia, considerada pelo Governo somali como parte do seu território. A URSS, que procurava consolidar sua esfera de influência na região e que, até

então, sustentava o regime da Somália, passou a apoiar a Etiópia, país que se tornou o principal aliado de Moscou no Chifre da África. Graças à ajuda militar soviética e cubana, a invasão somali foi repelida, passando o Derg a concentrar esforços no combate ao separatismo eritreu e aos movimentos rebeldes contrários ao regime.

Reaproximação dos EUA

A Etiópia permaneceria na órbita soviética até o final da década de 1980, quando a perestroika, a glasnost e a subsequente dissolução da URSS levariam ao fim da parceria estratégica entre os dois países. A deposição do regime de Mengistu, em 1991, e a retirada da URSS da região ocasionaram nova mudança de rumo na política externa etíope, que voltou a privilegiar o relacionamento com os EUA. A Etiópia tornou-se, desde então, um dos maiores recipiendários da ajuda bilateral norte-americana na África subsaariana (cerca de US\$ 1 bilhão anuais).

Durante o conflito de fronteira com a Eritreia, entre 1998 e 2000, Etiópia e EUA distanciaram-se novamente. Tal situação, entretanto, seria revertida a partir dos atentados de 11/9, quando Adis Abeba passou a ser vista como aliada-chave dos EUA na “guerra contra o terror”, devido, principalmente, a sua posição estratégica no Chifre da África. Operações conjuntas nos planos militar e de inteligência foram intensificadas, como a força conjunta de 1800 soldados etíopes e americanos aquartelados no Djibuti. A intervenção etíope na Somália, em 2006, com o objetivo de minar a ação de forças islâmicas consideradas extremistas, ajudou a cimentar as relações com os Estados Unidos.

Em outubro de 2011, foi noticiada a existência de base militar norte-americana na Etiópia, para o lançamento de aviões não tripulados ("drones"), munidos de armamento, com o objetivo de combater grupos radicais em território somali.

Em que pese o bom relacionamento mantido com a Etiópia, autoridades norte-americanas vêm manifestando, desde o Governo Zenawi, o desejo de reformas na área de direitos humanos. Nos últimos anos, Washington tem elevado o tom das críticas ao país nessa área. Em março de 2014, relatório anual de monitoramento de direitos humanos, produzido pelo Departamento de Estado, incluiu a Etiópia entre os países com riscos às liberdades civis.

Apesar das divergências na área dos direitos humanos, analistas apontam, contudo, que os EUA seguem privilegiando a cooperação com a Etiópia, dado seu papel fundamental na estabilidade política e no combate ao terrorismo no Chifre da África.

Relações com a China

A China constitui, atualmente, o principal parceiro comercial etíope, com um volume de comércio total de cerca de US\$ 5,5 bilhões, em 2014, dos quais mais de US\$ 5 bilhões referentes a importações de produtos chineses. O déficit comercial com a China tem sido compensado pela concessão de créditos ao país. O país asiático desponta como o maior provedor de financiamentos à Etiópia (cerca de 60% do total de empréstimos angariados por Adis Abeba). Os recursos subsidiados obtidos pela Etiópia são direcionados, principalmente, para projetos de infraestrutura levados a cabo por empresas chinesas, em especial nos setores agrícola, de infraestrutura e de energia. Além da concessão de financiamentos, a China vem despontando como importante investidor no país. Destaca-se, nesse contexto, a instalação na Etiópia de fábricas automotivas e de equipamentos agrícolas de origem chinesa. Registros do Governo etíope indicam que, entre 1998 e 2012, o volume de investimentos chineses no país montou a US\$ 2,4 bilhões, perfazendo cerca de 5% do PIB do país.

O elevado fluxo do comércio bilateral, bem como a grande concessão de crédito e investimentos torna a China uma prioridade natural para a diplomacia etíope. Nesse contexto, os dois países vêm passando por processo de grande intensificação do relacionamento, que se tem refletido em grande número de visitas bilaterais de parte a parte, com destaque para a visita de Desalegn a Pequim, em 2013, e a visita do Primeiro-Ministro chinês Li Keqiang à Etiópia, em maio de 2014.

Questão da Bacia do Nilo / Egito

A questão do aproveitamento das águas da Bacia do Nilo é central para a política externa da Etiópia, uma vez que o país investe em uma série de projetos de irrigação e aproveitamento hidrelétrico, de caráter estratégico para seu desenvolvimento socioeconômico.

Egito e Sudão temem, nesse contexto, a redução da vazão do trecho do Nilo que percorre seus territórios. Os dois países afirmam ter direitos históricos ao uso do rio Nilo, baseado em acordo egípcio-sudanês firmado em 1959.

A divisão estabelecida, contudo, tem sido questionada pela Etiópia e por outros Estados da bacia do Nilo, que não participaram do acordo. Esses países têm advogado a revisão das quotas do Nilo, consideradas injustas. Em 1999, os então dez Estados da bacia hidrográfica formaram a Iniciativa da Bacia do Nilo, parceria que visa a estimular a cooperação no uso da água

comum. Em 2010, à revelia de Egito e Sudão, a Etiópia e outros quatro países da bacia hidrográfica (Quênia, Tanzânia, Ruanda e Uganda) firmaram o Acordo-Quadro de Cooperação da Bacia do Nilo. O instrumento almeja estabelecer um novo regime internacional para a Bacia do Nilo.

Nesse contexto, o Egito, que tem no Nilo 95% de seu abastecimento de água e em cujas margens concentram-se 92% das terras aráveis do país, e, em menor escala, o Sudão, têm acompanhado com especial preocupação a construção, iniciada em 2011, da "Usina Hidrelétrica do Grande Renascimento Etíope", no Nilo Azul, principal tributário do Nilo. A hidrelétrica, quando finalizada, será a maior do continente, com capacidade geradora de cerca de 6 mil Megawatts. Nas últimas semanas antes de sua deposição, em junho de 2013, o então Presidente egípcio Mohamed Morsi, por ocasião do anúncio etíope do início da transposição de afluente do Nilo para a construção da hidrelétrica, chegou a ameaçar com guerra a Etiópia, caso prosseguisse com a construção da usina.

Após a queda de Morsi, contudo, o Egito passou a adotar maior moderação em relação à questão. Em seu discurso de posse, em junho de 2014, o Presidente egípcio Abdel Fattah Al-Sissi afirmou que não permitiria que a questão gerasse fissuras no relacionamento entre Egito e Etiópia. Em março de 2015, Egito, Sudão e Etiópia assinaram, em Cartum, Declaração de Princípios sobre a Hidrelétrica. Entre as disposições mais relevantes da declaração encontram-se o prazo de quinze meses para a finalização de acordos sobre o primeiro enchimento da barragem e sobre as políticas de operação anual da Hidrelétrica, bem como a adoção do princípio de solução pacífica de quaisquer disputas. Em seguimento, o Presidente Al-Sissi realizou histórica visita de Estado à Etiópia.

Sudão e Sudão do Sul

O relacionamento bilateral com o Sudão já foi tenso, com acusações por parte das autoridades de Cartum de que Adis Abeba apoiava a guerrilha do Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLA), braço armado do Movimento de Libertação do Sudão (SPLM), principal força política do Sudão do Sul.

A relação entre os dois países deu um salto qualitativo em 2003, quando a Etiópia concordou em resolver uma longa disputa fronteiriça com o Sudão e desocupar a região em litígio. O Sudão, por sua vez, ofereceu melhores condições de acesso à cidade portuária Port Sudan. A mediação da Etiópia nas negociações do Acordo Abrangente de Paz, em 2005, entre o Norte e o Sul do Sudão, e, mais recentemente, o engajamento do país na UNISFA (Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei, região disputada por Sudão e Sudão do Sul), composta em sua maioria por militares etíopes

(cerca de 4000 tropas), contribuíram significativamente para a distensão nas relações bilaterais.

Para Adis Abeba, a estabilização da região é estratégica, uma vez que o petróleo do Sudão e do Sudão do Sul é um importante fator no crescimento etíope. Em setembro de 2012, foi assinado acordo entre Sudão do Sul, Etiópia e Djibuti para a construção de oleoduto ligando o Sudão do Sul ao Djibuti, via Etiópia, ao custo inicial de US\$ 3 bilhões.

A eclosão de conflito civil no Sudão do Sul, em dezembro de 2013, tem levado a Etiópia a apoiar os esforços de mediação conduzidos pela IGAD (Intergovernmental Authority on Development), com vistas a alcançar solução de compromisso entre as facções beligerantes que permita a cessação das hostilidades e a formação de Governo de unidade nacional. Até o momento, contudo, a mediação do organismo, apesar de seguidos acordos assinados em Adis Abeba entre as partes beligerantes, não obteve resultados concretos para a pacificação do país.

Relações Etiópia-Eritreia

Após quase três décadas de luta para obter a autonomia, a Eritreia tornou-se independente da Etiópia em 1993. A partir de 1990, a aliança estratégica entre o EPRDF e o movimento separatista eritreu foi fundamental para a queda do Derg. Com a independência da Eritreia, Asmara e Adis Abeba passaram a manter relacionamento amigável, motivados pela interdependência econômica, chegando inclusive a manter uma moeda comum. Em 1997, a Eritreia decidiu adotar moeda própria, o nafka. Essa medida aumentou consideravelmente os custos das transações comerciais etíopes com o país vizinho, em especial no tocante à utilização do porto eritreu de Assab, principal ponto de escoamento do comércio externo etíope. As tensões na esfera econômica levaram à rápida deterioração do relacionamento bilateral. Em maio de 1998, os dois países entraram em guerra, deflagrada por disputa pelo controle da localidade fronteira de Badme.

Somente em dezembro de 2000, com a ativa participação da presidência de turno da então Organização da Unidade Africana (Argélia), negociações entre Etiópia e Eritreia resultaram em acordo de paz assinado em Argel e saudado pela comunidade internacional, inclusive pelo Brasil e África Sul, que emitiram Declaração Conjunta naquele mesmo mês.

Em que pese a obtenção de acordo, o relacionamento entre Adis Abeba e Asmara segue tenso, com acusações recíprocas de apoio a movimentos rebeldes. Apesar desse quadro, especialistas consideram pouco provável que a tensão entre os dois países possa desencadear uma retomada na guerra de fronteira, já que a Eritreia não estaria em condições financeiras para

sustentar novo conflito armado.

Relações Etiópia-Djibuti

Em decorrência da guerra com a Eritreia, na década de 1990, a Etiópia perdeu o acesso ao porto de Assab e teve de redirecionar seu fluxo de comércio para o Djibuti. A partir de então, as relações bilaterais tornaram-se mais fluidas e intensas. Atualmente, cerca de 85% do volume de comércio exterior etíope passa pelo Djibuti. Empresas etíopes, por sua vez, controlam parte significativa do setor de logística no país.

A Etiópia tem buscado alternativas de portos para o escoamento de suas exportações e importações. As opções existentes, contudo, revelam-se geograficamente distantes, como no caso de Port Sudan, ou enfrentam grande instabilidade, como no caso de portos na Somália, o que tem levado analistas a indicar que a interdependência entre Djibuti e Etiópia deverá crescer e, até mesmo, intensificar-se nos próximos anos.

Somália

Em dezembro de 2006, após meses de escalada nas tensões entre os dois países, a Etiópia interveio na Somália, com o objetivo de dar suporte ao Governo Federal de Transição (GFT) em seu confronto com a União das Cortes Islâmicas (UIC). Ao longo desse ano, a UIC havia tomado controle de boa parte do sul da Somália, incluindo a capital Mogadíscio e o porto de Kismayo, deixando o GFT isolado em sua base em Baidoa. A invasão etíope foi rápida e bem sucedida. Derrotados após dez dias de batalha, os militantes da UIC foram, em grande parte, deslocados em direção à fronteira com o Quênia, havendo o GFT se instalado em Mogadíscio.

Em outubro de 2008, a implementação dos acordos de paz entre o GFT e a frente oposicionista Aliança para a Relibertação da Somália (ARS) resultou na retirada das tropas etíopes do país. Os acordos previam a saída gradual de forças militares, que seria completada até janeiro de 2009, o que de fato ocorreu, ficando a estabilização interna da Somália a cargo das forças da Missão da União Africana para a Somália (AMISOM).

Em novembro de 2011, tropas etíopes novamente realizaram incursão na Somália, em cooperação com a AMISOM e o Governo de transição somali. A ação conjunta da Etiópia, da AMISOM e do Governo somali permitiu importantes vitórias frente a grupos radicais somalis, em especial o Al-Shabaab. Desde então, tropas da Etiópia seguem presentes no país vizinho, tendo sido incorporadas ao contingente da AMISOM em janeiro de 2014. Atualmente, o país mantém cerca de 4400 soldados na Somália,

constituindo o 5º maior contingente da missão.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Segundo país mais populoso da África e 9ª maior economia do continente, a Etiópia situa-se, atualmente, entre os países cujas economias mais crescem no continente. Entre 2004 e 2011, o país cresceu, em média, 10,5% ao ano. Não obstante, a Etiópia ainda figura entre os países mais pobres do mundo. O país ocupa a 173ª posição no ranking do IDH e sua renda per capita (US\$ 572, em 2013) permanece inferior à média dos países da África subsaariana (US\$ 1770, no mesmo ano). Apesar dos avanços nas últimas duas décadas em matéria educacional, o analfabetismo ainda atinge 39% da população. Entre as mulheres com mais de 15 anos, esse índice chega a 70%.

A taxa de crescimento populacional tem sido de cerca 2,6% ao ano, nos últimos cinco anos, com taxa de fertilidade de 4,8 filhos por mulher, apesar dos esforços governamentais em favor do planejamento familiar. Estima-se que a população etíope poderá dobrar em menos de 25 anos.

A agricultura ainda representou, em 2013, cerca de 47% do PIB do país. O setor empregou mais de 85% da população e respondeu por mais de 70% das exportações naquele ano. Além do cultivo de café e de sementes oleaginosas para exportação, destaca-se a produção de grãos para consumo interno e a criação de animais.

A preponderância do setor agrícola explica-se pela baixa taxa de urbanização do país (16,8 %), uma das menores do continente africano. Estima-se que a população rural do país seja da ordem de 70 milhões de indivíduos. A Etiópia é, ainda, um dos dez países africanos que figuram na lista de extremo risco no índice de segurança alimentar, especialmente em razão de seu frágil regime de chuvas.

Condições climáticas favoráveis, nos últimos anos, bem como a ampliação dos investimentos governamentais na área agrícola, têm propiciado a expansão da produção agrícola etíope e sustentado as altas taxas de crescimento econômico. Em 2013, o PIB etíope teve aumento de 9,6 % e, segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional, deverá ter crescido 8,8%, em 2014. Avalia-se que a economia etíope manterá ritmo de crescimento superior a 8% durante os próximos anos, em virtude da expansão em curso da produtividade do setor agrícola, bem como de grandes obras no setor de infraestrutura e energia que vêm sendo realizadas pelo Governo.

O contínuo crescimento da economia etíope tem sido acompanhado pelo aumento de pressões inflacionárias. Contribuem para esse cenário, em especial, a elevada dependência da importação de insumos e alimentos, bem como a expansão dos gastos públicos, em especial no setor de infraestrutura e energia. A elevação dos preços, nesse contexto, chegou a 33%, em 2011, e

15%, em 2012. Desde então, a inflação tem-se situado abaixo de dois dígitos (7,6%, em 2013, e, estima-se, 9,2%, em 2014), em virtude da redução do preço dos alimentos e dos combustíveis no mercado internacional. Contribuiu para essa redução, igualmente, a adoção de política monetária mais restritiva pelo Governo.

O Governo ainda desempenha importante papel na economia do país, seja como interventor (controle de preços e regulamentação de mercado e acesso a terras), seja como planejador. Entre os programas governamentais de fomento ao desenvolvimento econômico, merece destaque o “Plano de Transformação e Crescimento da Etiópia” (“Growth and Transformation Plan” – GTP), que norteia as ações do governo para o período de 2011 a 2015.

O GTP objetiva, no âmbito político-econômico-social, a erradicação da pobreza no país, principal agenda de desenvolvimento do Governo etíope. Ele sucede os dois Planos de Desenvolvimento Acelerado e Sustentável para o Fim da Pobreza (“Plan for Accelerated and Sustained Development to End Poverty” - PASDEP), que serviu de base para as políticas econômicas e sociais do país de 2001 a 2010.

Entre as metas do GTP, destaca-se: manter o crescimento do PIB a taxas médias de 11% a 15% a.a.; dobrar a produção do setor agrícola nacional para garantir, pela primeira vez, a segurança alimentar no país; aumentar a participação industrial na economia do país, sobretudo na produção de açúcar, têxteis, couros e cimento; investir em infraestrutura; e elevar a renda da população com justiça social, de modo que a Etiópia atinja, no médio prazo, o nível dos países de renda média.

Baseado no GTP, o Governo vem aumentando os investimentos em infraestrutura, especialmente nas áreas: de transporte, com a construção de estradas e de 2.395 km de ferrovia interligando Adis Abeba ao Djibuti, bem como a instalação de um sistema de 35 km de veículo sobre trilhos na capital; energia, com a construção planejada de duas novas hidrelétricas para o aumento da capacidade de produção de 2.100 MW para 10.000 MW; e construção civil, com programas nacionais de habitação. O Governo também vem aumentando suas parcerias, particularmente com a China, para a implantação de um parque industrial.

O maior projeto de infraestrutura da Etiópia, a Represa do Grande Renascimento Etíope, foi apontado, recentemente, pelo FMI como um dos fatores de desestabilização da economia. A construção da represa foi iniciada em abril de 2011 e sua conclusão está prevista para 2018. O orçamento total é de US\$ 4,5 bilhões, o que significa cerca de 10% do PIB do país, em 2013. O projeto está sendo financiado quase inteiramente por recursos internos.

Nesse contexto, o Governo definiu impostos específicos, como os incidentes sobre os grandes projetos agrícolas, cujo recolhimento está sendo

dedicado inteiramente ao projeto. A Etiópia também iniciou um programa de venda de títulos no mercado internacional para tentar elevar os recursos disponíveis para a construção da represa. O plano do país é quadruplicar sua capacidade de produção de energia até 2020, e passar a exportar para toda a região.

A balança comercial etíope é cronicamente deficitária (US\$ 11,7 bilhões, em 2014, quase um quarto do PIB do país) devido principalmente à elevada demanda por bens de capital e hidrocarbonetos e à relativa inelasticidade do setor exportador, dependente do café e de soja.

Apesar dos esforços de diversificação da economia empreendidos pelo Governo, especialmente na área da indústria, a pauta de exportações da Etiópia é extremamente concentrada. Apenas quatro produtos agrícolas respondem por quase 70% de suas exportações. Trata-se da pauta mais concentrada da África, com exceção dos países exportadores de petróleo. O café foi o principal item da pauta, representando 27,5% das vendas do país em 2014. Seguiram-se: soja em grãos e sementes (22,4%); hortícolas (19%); Floricultura (6,7%); animais vivos (5,7%); ouro e pedras preciosas (5,4%); e peles e couros (3%). Em 2014, as exportações somaram US\$ 2,9 bilhões.

As exportações da Etiópia são destinadas, em grande parte, à China (15,3% do total, em 2014), à Somália (11,1% do total, em 2014) e à Alemanha (7,4% do total, em 2014).

No lado das importações, a China é a principal fornecedora de bens à Etiópia, tendo absorvido 34,1% do mercado etíope em 2014. Seguiram-se: Arábia Saudita (8,5%); Índia (7,2%); e Kuaite (6,4%). O Brasil posicionou-se no 30º lugar entre os principais vendedores para a Etiópia e participou com 0,4% do total, em 2014.

A pauta de importações é composta por bens com alto valor agregado. Combustíveis, máquinas e automóveis somaram 51% do total em 2014.

As transferências unilaterais, compostas pelas remessas de expatriados e, principalmente, pelas doações de caráter humanitário e pela ajuda oficial ao desenvolvimento, têm papel fundamental para o equilíbrio das contas públicas etíopes. Desde 2008, segundo dados da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA), a Etiópia é o maior receptor de ajuda externa no continente africano. Segundo o Banco Mundial, o país recebeu, em 2013, US\$ 3,8 bilhões em auxílio oficial ao desenvolvimento.

Nesse contexto, o país é o maior destino de recursos de ajuda financeira do Reino Unido (cerca de US\$ 750 milhões por ano) e da União Europeia (cerca de US\$ 150 milhões), bem como um dos maiores receptores de recursos dos Estados Unidos (pouco mais de US\$ 1 bilhão por ano). O abundante fluxo de recursos se explica tanto pela posição política estratégica e

por seu alinhamento às potências ocidentais na luta contra o terrorismo quanto pelo comprometimento do Governo com a destinação dos recursos. A Etiópia é percebida como altamente confiável em relação à utilização das doações.

Comércio e investimentos bilaterais

O comércio bilateral com a Etiópia, após atingir o histórico valor de US\$ 62,6 milhões, em 2013, reduziu-se em 67% no ano de 2014, totalizando US\$ 20,7 milhões, naquele ano.

As exportações brasileiras são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados. Máquinas mecânicas, automóveis e instrumentos de precisão representaram 68,5% do total exportado pelo Brasil à Etiópia. Em seguida posicionaram-se os básicos (fumo), com 19%. O Brasil importa basicamente couro da Etiópia (89% das importações, em 2014).

A presença de empresas brasileiras na Etiópia ainda é reduzida. Nos últimos anos, contudo, tem havido maior interesse de empresas brasileiras em prospectar oportunidades econômicas no país. Há boas perspectivas para parcerias com empresas etíopes, em especial na área de biocombustíveis e cultivo de cana de açúcar, bem como no setor agrícola em geral. A empresa brasileira Keppler-Weber já construiu dois silos agrícolas na Etiópia.

Os planos de desenvolvimento e de transformação da base de produção do país abrem espaço, ademais, para presença brasileira na área de infraestrutura (energia, transportes, entre outros). A Andrade Gutierrez ganhou concessão, em 2012, para a construção de 496km de ferrovia ligando Adis Abeba a Bedele, no sudoeste da Etiópia. A empresa e o Governo etíope, contudo, não lograram negociar as garantias necessárias à concessão do financiamento para a realização da obra.

Há ainda potencial de desenvolvimento de projetos na área de energia hidrelétrica. Aproximadamente 98% da energia elétrica gerada na Etiópia é oriunda da hidroeletricidade e há vasto potencial a ser explorado, haja vista o relevo acidentado do país.

Anexos

CRONOLOGIA HISTÓRICA

400 a.C.-750	Formação, consolidação e declínio do Império Aksumita onde hoje é a Etiópia;
1270	Yekuno Amlak estabelece a dinastia salomônica sobre o Império da Etiópia;
1490-1529	Guerras entre muçulmanos e cristãos;
1889	Consolida-se na região uma única monarquia, sob a égide do Imperador Menelik I;
1896	Governo etíope derrota o exército italiano na famosa Batalha de Adwa, impedindo temporariamente o expansionismo europeu;
1930	Hailê Selassie assume o trono etíope;
1936-1941	Etiópia é ocupada por tropas italianas;
1952	Criação da Federação da Etiópia e Eritreia;
1962	Anexação da Eritreia pela Etiópia;
1974	Imperador Haile Selassie é deposto e assume o poder um governo militar (Derg). O Derg proclama a Etiópia um país socialista;
1977	Ascende ao poder o Coronel Mengistu Haile Mariam;
1977-91	Instaura-se o Terror vermelho, período de grande repressão e violência;
1991	Derrubada do Derg a ascensão do atual governo, liderado pela Frente Democrática Revolucionária Popular da Etiópia (EPRDF);
1993	A Eritreia torna-se independente;
1995	São realizadas as primeiras eleições após a derrubada do Derg, com ampla vitória da EPRDF. Meles Zenawi assume o cargo de Primeiro-Ministro;
1998-2000	Guerra entre a Etiópia e a Eritreia, deflagrada por disputa fronteira;
2001	Estabelecida a Zona de Segurança Temporária entre a Etiópia e a Eritreia (UNMEE);
2002	É instituída, no âmbito das Nações Unidas, comissão para demarcação das fronteiras entre Etiópia e Eritreia (<i>UN Eritrea-Ethiopia Boundary Commission -EBBC</i>);

2003	A EBBC apresenta relatório alegando que a cidade de Badme (sob administração etíope por décadas) pertence à Eritreia. O governo etíope rejeita as conclusões divulgadas e o processo de demarcação de fronteiras é interrompido;
2005	Manifestações seguidas do resultado das eleições são violentamente oprimidas e levam à prisão de inúmeros opositores do governo;
2006-2009	A Etiópia invade a Somália para dar suporte ao Governo Federal de Transição em seu confronto com a União das Cortes Islâmicas;
2007	A EBBC encerra seus trabalhos mesmo não tendo sido finalizado o processo de demarcação de fronteiras entre a Etiópia e a Eritreia;
2008	O mandato da UNMEE expira e as tropas da ONU retiram-se;
2010	Novas eleições dão vitória incontestada e absoluta ao EPRDF. Meles Zenawi permanece no cargo de Primeiro-Ministro;
2011	Criação da Força Interina de Segurança para Abyei (UNISFA);
2011	Início da construção da Usina Hidrelétrica do Grande Renascimento Etíope, no Nilo Azul.
2012	Morte de Meles Zenawi em agosto. Em setembro, Halemariam Desalegn é confirmado como Primeiro-Ministro até 2015.
2013	Mulatu Teshome Wirtu é eleito Presidente da Etiópia.
2014	Foi agendada, para o dia 24 de maio de 2015, a realização de eleições parlamentares.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1951	Criação da Legação do Brasil junto ao Império da Etiópia, com sede no Cairo.
1960	Visita oficial do Imperador Haile Selassie ao Brasil.
Início dos anos 60	Elevação da representação à categoria de Embaixada, com sede em Adis Abeba.
Final dos anos 60	Fechamento da embaixada em Adis Abeba.
2004	Visita da Subsecretária-Geral Política e do Diretor do Departamento de África do Itamaraty a Adis Abeba.
2005	Reabertura da Embaixada do Brasil em Adis Abeba.
2005	Visita de trabalho do Chanceler Celso Amorim a Adis Abeba, acompanhado de representantes do Ministério da Saúde, da EMBRAPA e do setor empresarial.
2007	Visita do então Subsecretário-Geral do Itamaraty, Embaixador

	Roberto Jaguaribe, à Etiópia
2010	Reunião de Consultas Aeronáuticas Brasil-Etiópia, em Montreal.
2010	Concessão de “agrément” em favor do Senhor Wutelaw Hailemariam Nigussie como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Etiópia junto ao Governo brasileiro.
2011	Visita do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos-III do Itamaraty, Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, a Adis Abeba em janeiro, como representante brasileiro na XVI Cúpula da União Africana.
2011	Reabertura da Embaixada da Etiópia no Brasil.
2011	Missão de prospecção da ABC e da Embrapa é enviada a Adis Abeba.
Jan/2012	Visita do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos para África e Oriente Médio do Itamaraty, Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, a Adis Abeba como representante brasileiro na XVIII Cúpula da União Africana.
Fev/2012	Missão do Instituto Etíope de Pesquisa Agrícola (EIAR) visita a Embrapa.
Mar/2012	Missão da ABC e Embrapa à Etiópia.
Abr/2012	Visita oficial do Ministro Antonio Patriota a Adis Abeba, na qual foram mantidos encontros com o então Primeiro-Ministro Meles Zenawi e com o Chanceler Hailemariam Desalegn (atual Primeiro-Ministro).
Jun/2012	Visita do Primeiro-Ministro Meles Zenawi ao Brasil, chefiando delegação etíope para a Conferência Rio+20.
Jul/2012	Visita do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos-III do Itamaraty, Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, a Adis Abeba como representante brasileiro na XIX Cúpula da União Africana, em julho.
Ago/2012	Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos-III do Itamaraty, Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, representa o Governo brasileiro no funeral do Primeiro-Ministro Meles Zenawi em agosto.
Jan/2013	Visita do Subsecretário-Geral Político para África e Oriente Médio do Itamaraty, Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, a Adis Abeba como representante brasileiro na XX Cúpula da União Africana.
Mai/2013	Visita da Senhora Presidenta da República a Adis Abeba para participação, como convidada de honra, das comemorações do Jubileu de Ouro da União Africana. Na ocasião, a Presidenta Dilma Rousseff manteve encontro com o Primeiro-Ministro

	Hailemariam Desalegn.
Dez/2013	Visita do Ministro do Desenvolvimento Urbano etíope, Mekuria Haile, a Brasília.
Abr/2014	Visita do Vice-Primeiro-Ministro Demeke Hassen a Brasília, à frente de missão de estudos na área de ciência e tecnologia.

ATOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	VIGÊNCIA
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal Democrática da Etiópia	23/04/2012	Ainda não está em vigor (ainda não submetido para apreciação pelo Congresso Nacional)
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Federal da Etiópia	24/05/2013	Ainda não está em vigor (ainda não submetido para apreciação pelo Congresso Nacional)
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Federal da Etiópia sobre	24/05/2013	Ainda não está em vigor (ainda não submetido para apreciação pelo Congresso Nacional)

36

Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação		
Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal Democrática da Etiópia	24/05/2013	Ainda não está em vigor (ainda não submetido para apreciação pelo Congresso Nacional)

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais Indicadores Econômicos da Etiópia

Indicador	2012	2013	2014 ⁽¹⁾	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾
Crescimento real (%)	8,84%	9,66%	8,20%	8,46%	8,47%
PIB nominal (US\$ bilhões)	42,63	46,00	49,86	55,52	61,52
PIB nominal "per capita" (US\$)	491	518	548	597	647
PIB PPP (US\$ bilhões)	113,88	126,75	139,43	154,02	170,21
PIB PPP "per capita" (US\$)	1.312	1.427	1.533	1.656	1.791
População (milhões de habitantes)	86,77	88,85	90,98	92,98	95,03
Inflação (%)	15,00%	7,65%	9,29%	9,06%	9,00%
Saldo em transações correntes (US\$ bilhões)	-2,99	-2,78	-3,53	-4,04	-4,07
Câmbio (Birr / US\$)	17,70	18,96	19,80	21,55	23,25

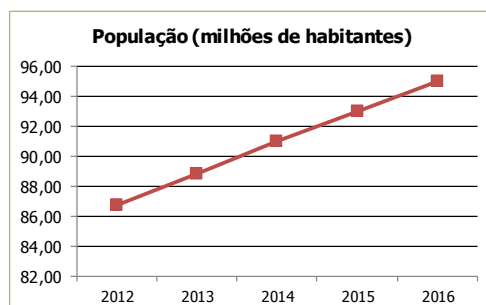
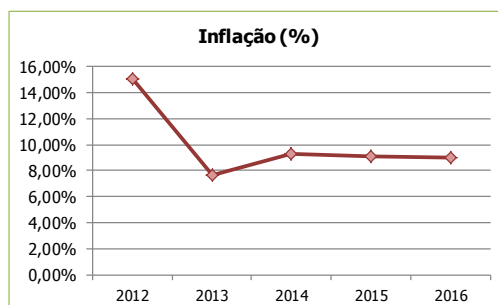
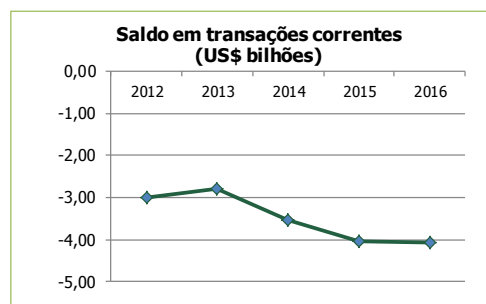
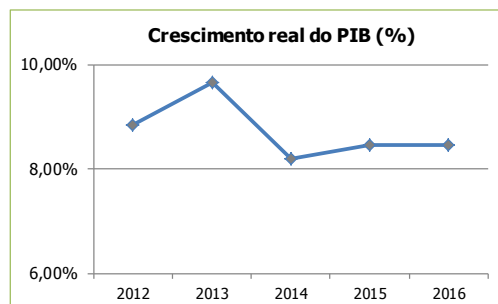
Origem do PIB (2013 estimativa)

Agricultura	47,0%
Indústria	10,8%
Serviços	42,2%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2015; (2) IMF - World Economic Outlook Database, October 2014.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(n.d.) Dado não disponível.

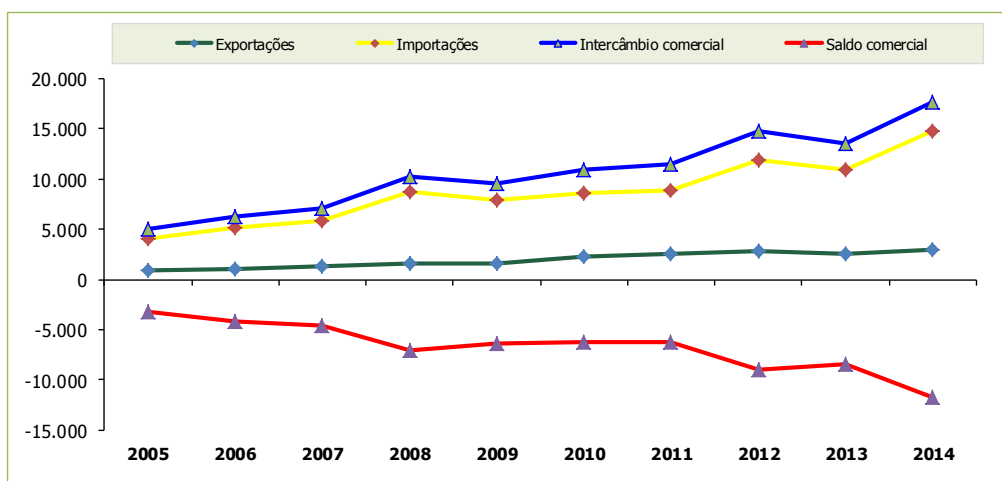


Evolução do Comércio Exterior da Etiópia
US\$ milhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	926	50,7%	4.095	42,5%	5.021	43,9%	-3.169
2006	1.043	12,6%	5.207	27,2%	6.250	24,5%	-4.164
2007	1.277	22,5%	5.809	11,5%	7.086	13,4%	-4.532
2008	1.602	25,4%	8.680	49,4%	10.282	45,1%	-7.078
2009	1.618	1,0%	7.974	-8,1%	9.592	-6,7%	-6.356
2010	2.330	279,0%	8.602	199,3%	10.932	213,4%	-6.272
2011	2.615	12,2%	8.896	3,4%	11.511	5,3%	-6.281
2012	2.891	10,6%	11.913	33,9%	14.804	28,6%	-9.022
2013	2.591	-10,4%	10.955	-8,0%	13.546	-8,5%	-8.364
2014	2.978	14,9%	14.718	34,3%	17.696	30,6%	-11.740
Var. % 2005-2014	221,5%	---	259,4%	---	252,4%	---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



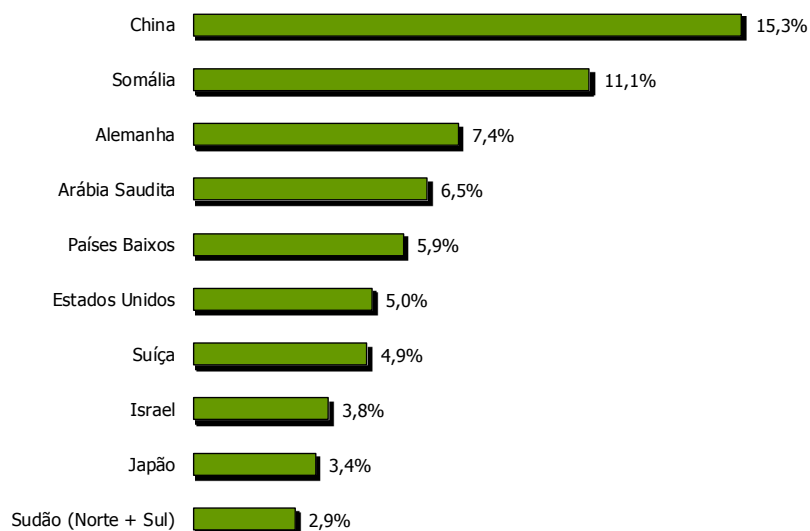
40

Direção das Exportações da Etiópia
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
China	456	15,3%
Somália	330	11,1%
Alemanha	221	7,4%
Arábia Saudita	195	6,5%
Países Baixos	175	5,9%
Estados Unidos	149	5,0%
Suíça	145	4,9%
Israel	113	3,8%
Japão	102	3,4%
Sudão (Norte + Sul)	85	2,9%
...		
Brasil	0,0	0,0%
Subtotal	1.971	66,2%
Outros países	1.007	33,8%
Total	2.978	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

10 principais destinos das exportações

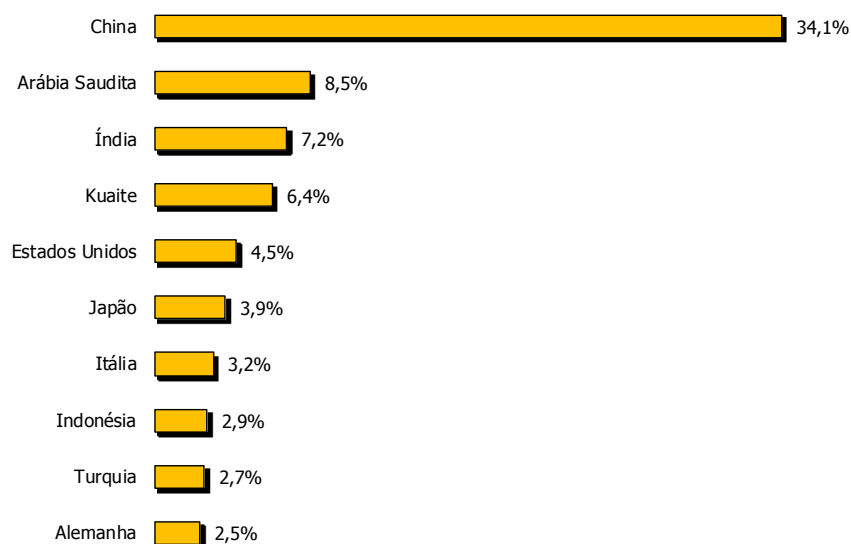


Origem das Importações da Etiópia
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
China	5.018	34,1%
Arábia Saudita	1.245	8,5%
Índia	1.056	7,2%
Kuaite	943	6,4%
Estados Unidos	655	4,5%
Japão	569	3,9%
Itália	472	3,2%
Indonésia	422	2,9%
Turquia	400	2,7%
Alemanha	364	2,5%
...		
Brasil (30ª posição)	57	0,4%
Subtotal	11.201	76,1%
Outros países	3.517	23,9%
Total	14.718	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

10 principais origens das importações



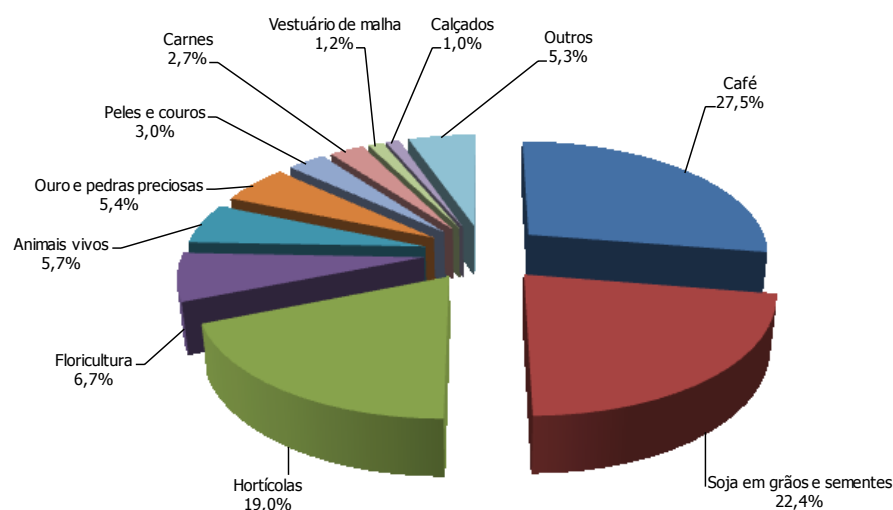
42

Composição das exportações da Etiópia
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Café	820	27,5%
Soja em grãos e sementes	667	22,4%
Hortícolas	566	19,0%
Floricultura	199	6,7%
Animais vivos	169	5,7%
Ouro e pedras preciosas	162	5,4%
Peles e couros	90	3,0%
Carnes	81	2,7%
Vestuário de malha	35	1,2%
Calçados	31	1,0%
Subtotal	2.820	94,7%
Outros	158	5,3%
Total	2.978	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

10 principais grupos de produtos exportados

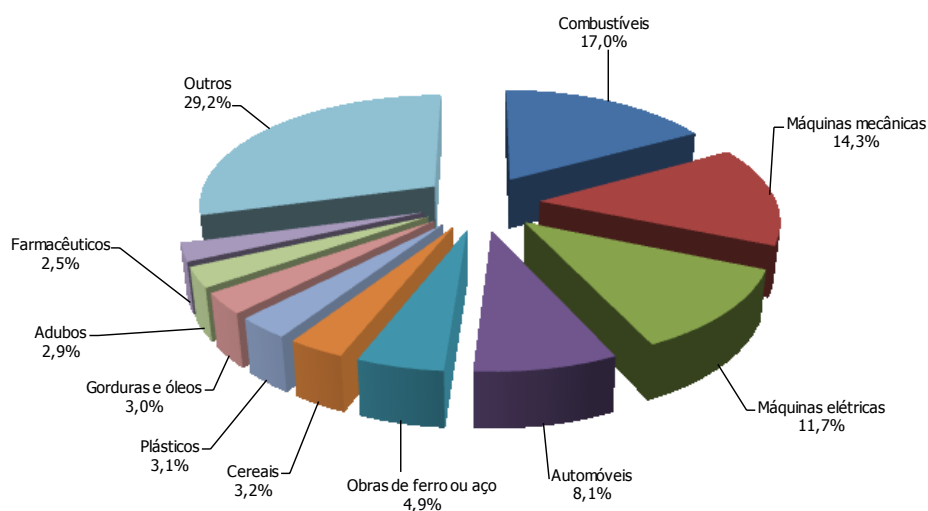


Composição das importações da Etiópia
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Combustíveis	2.497	17,0%
Máquinas mecânicas	2.109	14,3%
Máquinas elétricas	1.728	11,7%
Automóveis	1.190	8,1%
Obras de ferro ou aço	727	4,9%
Cereais	474	3,2%
Plásticos	453	3,1%
Gorduras e óleos	438	3,0%
Adubos	425	2,9%
Farmacêuticos	373	2,5%
Subtotal	10.414	70,8%
Outros	4.304	29,2%
Total	14.718	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

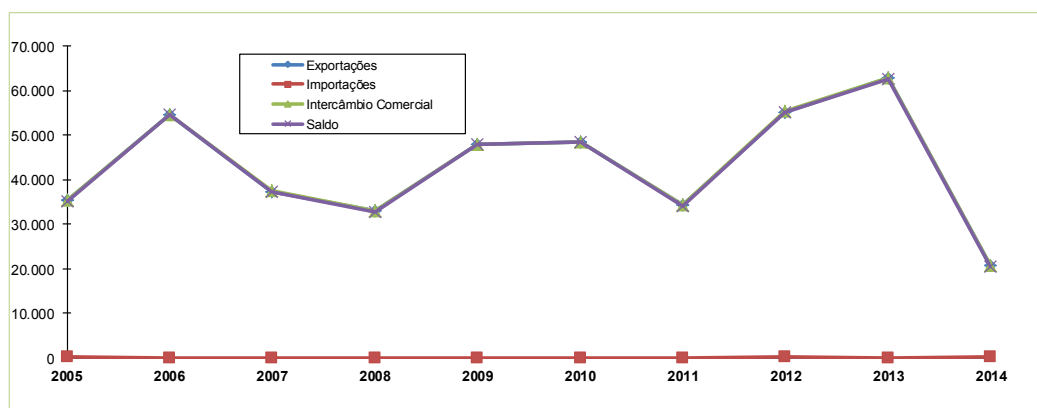
10 principais grupos de produtos importados



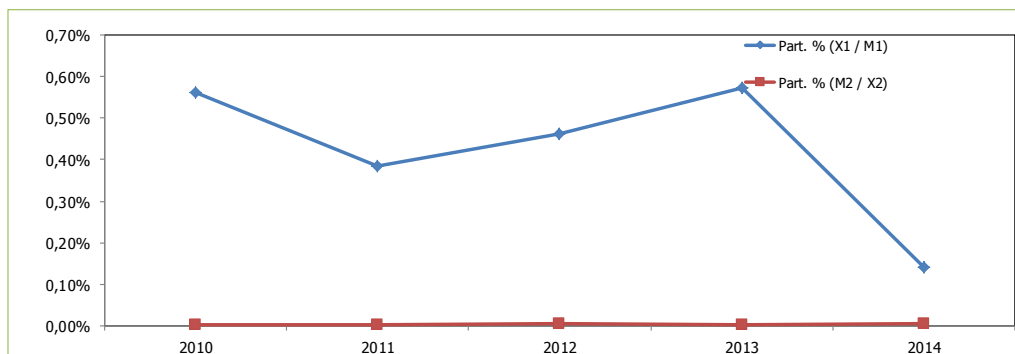
Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Etiópia
US\$ mil, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	35.372	54,8%	0,03%	140	-61,9%	0,00%	35.512	53,0%	0,02%	35.232
2006	54.554	54,2%	0,04%	43	-69,5%	0,00%	54.597	53,7%	0,02%	54.512
2007	37.409	-31,4%	0,02%	37	-14,3%	0,00%	37.446	-31,4%	0,01%	37.373
2008	32.913	-12,0%	0,02%	31	-16,4%	0,00%	32.943	-12,0%	0,01%	32.882
2009	47.884	45,5%	0,03%	38	24,9%	0,00%	47.922	45,5%	0,02%	47.846
2010	48.421	1,1%	0,02%	37	-2,5%	0,00%	48.458	1,1%	0,00%	48.384
2011	34.235	-29,3%	0,01%	55	46,9%	0,02%	34.289	-29,2%	0,01%	34.180
2012	55.184	61,2%	0,02%	166	204,7%	0,00%	55.350	61,4%	0,01%	55.018
2013	62.750	13,7%	0,03%	64	-61,3%	0,00%	62.814	13,5%	0,01%	62.685
2014	20.643	-67,1%	0,01%	143	122,9%	0,00%	20.787	-66,9%	0,00%	20.500
2015 (jan-mar)	9.360	0,7%	0,02%	35	18,9%	0,00%	9.395	0,8%	0,01%	9.324
Var. % 2005-2014	-41,6%	---	---	n.a.	---	---	-41,5%	---	---	n.c.

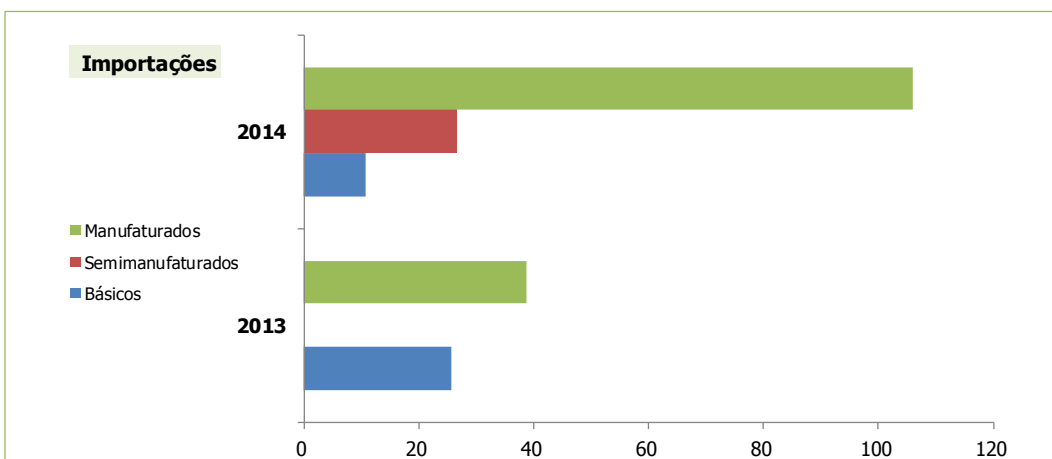
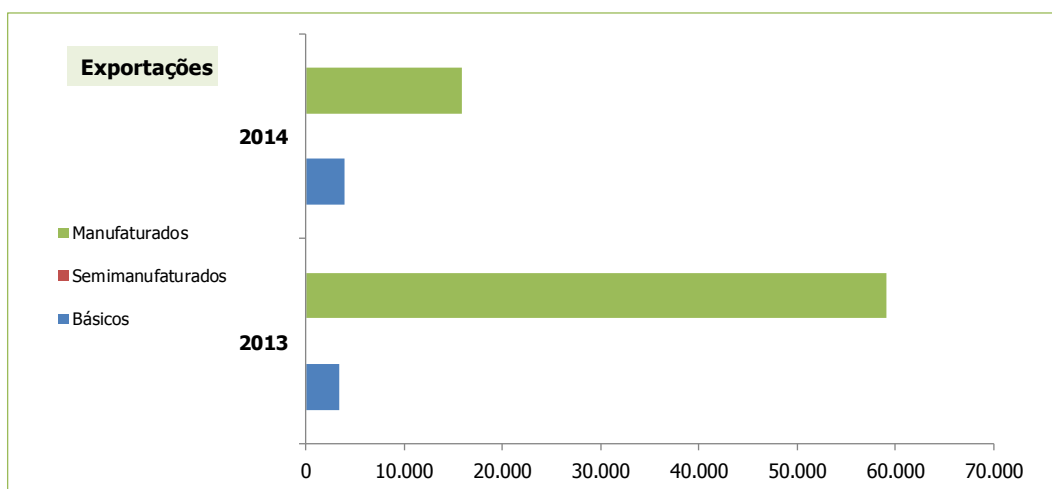
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Part. % do Brasil no Comércio da Etiópia ⁽¹⁾						
US\$ mil						
Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para a Etiópia (X1)	48.421	34.235	55.184	62.750	20.643	-57,4%
Importações totais da Etiópia (M1)	8.601.769	8.896.288	11.912.932	10.955.385	14.718.276	71,1%
Part. % (X1 / M1)	0,56%	0,38%	0,46%	0,57%	0,14%	-75,1%
Importações do Brasil originárias da Etiópia (M2)	37	55	166	64	143	286,0%
Exportações totais da Etiópia (X2)	2.329.793	2.614.892	2.891.347	2.591.042	2.977.916	27,8%
Part. % (M2 / X2)	0,00%	0,00%	0,01%	0,00%	0,00%	202,0%
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril de 2015. (1) As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo. (n.a.) Critério não aplicável.						



46

Exportações brasileiras por fator agregado**US\$ mil****Comparativo 2014 com 2013**

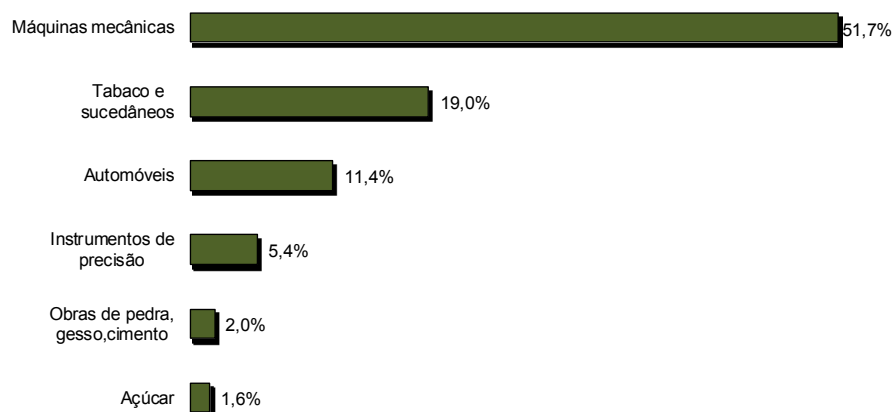
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Composição das exportações brasileiras para a Etiópia
US\$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	41.731	75,6%	50.792	80,9%	10.663	51,7%
Tabaco e sucedâneos	5.291	9,6%	3.440	5,5%	3.925	19,0%
Automóveis	3.424	6,2%	3.812	6,1%	2.345	11,4%
Instrumentos de precisão	6	0,0%	1.893	3,0%	1.110	5,4%
Obras de pedra, gesso, cimento	196	0,4%	472	0,8%	405	2,0%
Açúcar	2.696	4,9%	101	0,2%	327	1,6%
Subtotal	53.344	96,7%	60.510	96,4%	18.775	90,9%
Outros produtos	1.840	3,3%	2.240	3,6%	1.868	9,1%
Total	55.184	100,0%	62.750	100,0%	20.643	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 4 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 5 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015
Exportações					
Instrumentos de precisão	777	8,4%	8.659	92,5%	
Máquinas mecânicas	7.595	81,7%	286	3,1%	
Borracha	72	0,8%	83	0,9%	
Açúcar	101	1,1%	72	0,8%	
Ferramentas	0	0,0%	22	0,2%	
Subtotal	8.545	91,9%	9.122	97,5%	
Outros produtos	750	8,1%	238	2,5%	
Total	9.295	100,0%	9.360	100,0%	

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015					
Importações					
Gomas e resinas	0,0	0,0%	26,0	74,0%	
Vestuário exceto de malha	0,0	0,0%	9,0	25,6%	
Subtotal	0,0	0,0%	35,0	99,7%	
Outros produtos	29,5	100,0%	0,1	0,3%	
Total	29,5	100,0%	35,1	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral Política III, Departamento de África,
Divisão de África III

DJIBUTI



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2015

DADOS BÁSICOS SOBRE O DJIBUTI	
NOME OFICIAL:	República do Djibuti
CAPITAL:	Cidade de Djibuti
ÁREA:	23.200 km ²
POPULAÇÃO:	939000 (est. 2014)
IDIOMAS OFICIAIS:	Francês e árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (94%) e cristianismo (6%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Presidencial misto
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento unicameral, composto por 65 membros eleitos para mandatos de 5 anos.
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Ismail Omar Guelleh (desde 8 de maio de 1999)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Abdoukader Kamil Mohamed (desde 1º de abril de 2013)
CHANCELER:	Mahamoud Ali Youssouf (desde 22 de maio de 2005)
PIB NOMINAL	US\$ 1,58 bilhão (2014, FMI)
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA – PPP):	US\$ 2,86 bilhões (2014, FMI)
PIB PER CAPITA:	US\$ 1.684,0 (2014, FMI)*
PIB PPP PER CAPITA:	US\$ 3.043,0 (2014, FMI)*
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	6,0% (2014) 5,0 % (2013); 4,84% (2012);
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2013):	0,445 – 164º no ranking (PNUD, 2013)
EXPECTATIVA DE VIDA:	58,3 anos (PNUD, 2013)
ALFABETIZAÇÃO:	67,9% (CIA)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	48% (FMI, 2014)
UNIDADE MONETÁRIA:	Franco djibutiano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Ayeid Mousseid Yahya (desde 03 de maio de 2010 - Residente em Havana)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Não há registro.

*Dados estimados pelo FMI, tendo em vista que, para tais informações, não são divulgados dados consolidados desde o ano de 2009.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-DJIBUTI (US\$ milhões F.O.B) (fonte: MDIC)

Brasil→ Djibuti	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	7,55	10,29	7,26	25,93	55,03	14,41	45,14	7,96	20,70
Exportações	7,55	10,29	7,26	25,93	55,03	14,41	45,14	7,96	20,70
Importações	0,001	---	---	---	---	---	---	---	---
Saldo	7,55	10,29	7,26	25,93	55,03	14,41	45,14	7,96	20,70

Informação elaborada em 20 de abril de 2015, pelo Conselheiro Paulo Rocha Cypriano (DAF-III).

PERFIS BIOGRÁFICOS

ISMAIL OMAR GUELLEH

Presidente da República



Ismail Omar Guelleh nasceu em 1947, em Dire Dawa, na Etiópia. Na década de 1960, migrou para o Djibuti. Iniciou sua carreira profissional como servidor público da administração colonial francesa.

Em 1974, começou a militar na Liga Popular Africana, que buscava a independência do Djibuti. Trabalhou no jornal pró-independência Djibouti Today. Em 1976, participou como delegado de seu país nas negociações ocorridas em Paris sobre a independência do Djibuti.

Em 1977, após a independência, foi nomeado Chefe de Gabinete do Presidente da República, seu tio, Hassan Aptidon. Tornou-se membro do Bureau Político do Djibuti, em 1987. Em 1996, ocupou a Terceira Vice-Presidência do Bureau Político.

Foi eleito Presidente do país, em 1999, e reeleito, em 2005, sob boicote da oposição. Reelegeu-se novamente, em 2011, após emenda à Carta Constitucional que possibilitou o terceiro mandato.

ABDOULKADER KAMIL MOHAMED

Primeiro-Ministro



Abdoulkader Kamil Mohamed, de etnia afar, nasceu em Souali, no norte do Djibuti, em 1951. Muçulmano sunita, é membro-histórico do partido "Rassemblement Populaire pour le Progrès" (RPP), que domina o cenário político do Djibuti, desde a independência em 1977.

É formado em Ciências Técnicas, com especialização em gerenciamento hídrico, pela Universidade de Limoges, na França. De 1978 a 2005, exerceu o cargo de Diretor-Geral da Autoridade de Águas do Djibuti. Foi Ministro da Agricultura, Pastoralismo e Recursos Hídricos de 2005 a 2011, Ministro da Defesa de 2011 a 2013, e Presidente da coalização pró-Governo "Union pour la Majorité Présidentielle" (UMP) desde 2012.

Foi nomeado Primeiro-Ministro em março de 2013, em substituição a Dileita Mohamed Dileita, que permaneceu no cargo por 12 anos (2001-2013).

MAHAMOUD ALI YOUSSEUF
Ministro dos Negócios Estrangeiros
e da Cooperação Internacional



Mahamoud Ali Yousseuf nasceu em 1965, na Cidade de Djibuti. Em 1990, diplomou-se em Línguas Estrangeiras Aplicadas, pela Universidade de Lyon. Em 1988, fez curso de Gestão de Empresas pela Universidade de Liverpool.

Em 1992, começou sua carreira pública no Ministério dos Negócios Estrangeiros. No ano seguinte, assumiu a chefia da Divisão de Organismos Internacionais.

Em 1996, assumiu o Departamento do Mundo Árabe. Em 1997, foi nomeado Embaixador no Egito, cumulativo com Sudão, Turquia, Líbano, Síria e Líbia. Em 2001, assumiu o cargo de Ministro Delegado responsável pela Cooperação Internacional. Desde 2005, está no comando da pasta do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações com o Djibuti em outubro de 1996. Em que pesem os esforços de aproximação nos últimos anos, o relacionamento bilateral é ainda incipiente.

Em maio de 2005, o Presidente do Djibuti, Ismail Omar Guelleh, esteve no Brasil para participar da Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA), ocasião em que manteve encontro bilateral com o Presidente Lula. Em maio de 2010, o Embaixador do Djibuti em Havana, Ayeid Mousseid Yahya, apresentou ao Presidente Lula suas credenciais de Embaixador não-residente do Djibuti no Brasil. Durante sua permanência em Brasília, o Embaixador Yahya manteve encontros com interlocutores no Itamaraty, a quem expressou desejo do Djibuti de abrir Embaixada residente em Brasília, com a condição de que o Brasil instalasse antes missão residente no Djibuti.

Em junho de 2010, foi transferida a cumulatividade da Embaixada do Brasil em Djibuti de Nairóbi para Adis Abeba. A medida contribuiu para facilitar os contatos bilaterais, dada a maior proximidade e conectividade aérea entre o Djibuti e a Etiópia.

Em agosto de 2011, o Djibuti foi incluído entre os países beneficiários da Lei 12.429, que regulamenta a doação de estoques públicos de alimentos pelo Governo brasileiro. Naquele ano, o Djibuti declarou, ademais, apoio à candidatura do Professor Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da FAO, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

As tratativas de cooperação técnica com o Djibuti iniciaram-se durante visita do Embaixador não residente daquele país para o Brasil, Ayeid Mousseid Yahya, à Agência Brasileira de Cooperação, em 11 de maio de 2010. Nessa ocasião, o Embaixador manifestou o interesse do Governo de seu país em receber cooperação brasileira nas áreas de gestão de águas e combate à desertificação e na área de saúde, para fortalecer os quadros docentes da primeira universidade de medicina do país, fundada em 2010.

Em outubro de 2011, a Embaixada do Brasil em Nairóbi recebeu Nota da Chancelaria djibutiana, pela qual informa as principais áreas de interesse para cooperação com o Brasil (inclusive aquelas já sugeridas pelo Embaixador não-residente do Djibuti), a saber: saúde; agricultura; água; irrigação nas áreas rurais ("rural hydraulics"); educação; solidariedade nacional ("national solidarity"); eletricidade nas áreas rurais; pesquisa científica para

capacitação e parceria com o Djibuti Research Centre, CERD; desenvolvimento social, em parceria com a Djibuti Agency for Social Development ADDS.

Em 14 de janeiro de 2012, o acordo de cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Djibuti foi assinado pela Embaixadora do Brasil em Adis Abeba, Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert, e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros do Djibuti, Mahmud ali Youssouf, por ocasião da apresentação das cartas credenciais da Embaixadora brasileira no país. O acordo ainda se encontra em tramitação no Executivo para envio ao Congresso Nacional. É importante destacar que este é o primeiro acordo assinado bilateralmente entre os dois países, instrumento jurídico necessário à implementação de projetos de cooperação técnica bilaterais.

No âmbito da cooperação em infraestrutura, há espaço para participação de empresas privadas brasileiras na construção e modernização de portos no Djibuti. País de localização estratégica para o comércio entre Chifre da África, Mediterrâneo e Índico, o Djibuti pretende tornar-se o maior entreposto de mercadorias da África e contar com quatro portos: i) Djibuti; ii) Tadjoura; iii) Doraleh; e iv) Goubet. Enquanto os três primeiros passaram por modernização e expansão, o quarto encontra-se em processo de construção. Até 2007, a Odebrecht participou da construção das instalações portuárias da Cidade do Djibuti. A construtora também atuou na construção do porto de Doraleh. Em dezembro de 2011, a construtora Andrade Gutierrez realizou missão de reconhecimento das oportunidades de investimento nos países do Chifre da África, identificando potencial de investimento em obras portuárias no país.

Em junho de 2012, o então PM Dileita Mohamed Dileita esteve no Brasil por ocasião de sua participação na Rio+20. Na ocasião, o Governo do país teria manifestado interesse na aquisição de aeronaves EMBRAER.

Em maio de 2013, estiveram no Brasil o Embaixador Rachad Farah, Delegado Permanente de Djibuti junto à UNESCO, acompanhado do senhor Ayeid Mousseid Yahya, Embaixador do Djibuti em Havana e, cumulativamente, junto ao Brasil. A visita teve por objetivo principal obter o apoio do Brasil à candidatura do Embaixador Rached Farah à Direção-Geral da UNESCO. Na ocasião, no entanto, o Brasil já havia manifestado apoio à candidatura à reeleição da búlgara Irina Bokova, formalizado ainda em 2012.

Assuntos Consulares

Os assuntos consulares do Brasil no Djibuti são tratados pela Embaixada em Adis Abeba (cumulativa) e não há registro de casos de assistência consular no país. Não há informações tampouco sobre a presença de comunidade brasileira no Djibuti.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos oficiais brasileiros concedidos ao Djibuti.

POLÍTICA INTERNA

Antigo Território Francês dos Afars e dos Issas, o Djibuti tornou-se independente da França em 1977, por meio de referendo popular. Em 1981, Hassan Gouled Aptidon foi eleito o primeiro Presidente do país. No mesmo ano, o unipartidarismo foi instaurado no país, consolidando o monopólio do partido do Presidente, o “Rassemblement Populaire pour Le Progrès” (RPP). Atualmente, após a liberação da criação de novos partidos, o RPP faz parte da coalizão governamental “Union pour la Majorité Présidentielle” (UMP), que domina o cenário político djibutiano. Aptidon seria reeleito consecutivamente por mais duas vezes para mandatos de seis anos, em 1987 e 1993.

No começo da década de 1990, o movimento “Frente pela Restauração da Unidade e da Democracia” (FRUD), de composição étnica afar, entrou em confronto armado contra as forças governamentais, dominadas pela etnia issa, deflagrando uma guerra civil. Pressionado e temendo trágicas consequências, o Governo de Gouled Aptidon optou por abrandar o regime, fazendo algumas concessões à FRUD. Uma nova constituição é aprovada por referendo em 1992, permitindo a coexistência de quatro partidos políticos por um período de dez anos.

Em 1994, a FRUD e o RPP assinam um acordo de paz, pondo fim ao conflito armado. O acordo de partilha de poder entre issas e afares estipulou que, sendo o Presidente eleito pertencente a uma das etnias, o Primeiro-Ministro deveria obrigatoriamente provir da outra.

Em 1999, com a renúncia de Aptidon, foi eleito Presidente Ismail

Omar Guelleh, sobrinho e ex-chefe de gabinete do seu antecessor. Durante seu Governo, aprofundou-se a conciliação entre as facções dissidentes do país. Em 2005 e 2011, Ismail Guelleh é reeleito Presidente, após concorrer sozinho à eleição graças ao boicote perpetrado pelos candidatos de oposição.

Em fevereiro de 2013, após quase uma década de boicote, a oposição participou das eleições legislativas no país. Na ocasião, a UMP obteve cinquenta e cinco assentos, enquanto a coalizão da oposição "União pela Salvação Nacional" (USN) obteve dez. O retorno da oposição foi possível em razão de mudanças no sistema político do país, após a aprovação, em novembro de 2012, de novo modelo eleitoral. Até então, o sistema eleitoral possibilitava que o partido mais votado recebesse a totalidade das vagas em disputa. Em março de 2013, o Presidente Omar Guelleh nomeou Abdoukader Kamil Mohamed como novo Primeiro-Ministro, em substituição a Dileita Mohamed Dileita, que permaneceu no cargo por mais de uma década (2001-2013).

A USN, contudo, acusou o Governo de fraudar as eleições e instou seus apoiadores a manifestarem-se, o que gerou confrontos com a polícia na capital e na cidade de Balbala. Os deputados da oposição vêm boicotando as sessões do parlamento desde as eleições de 2013. Em setembro de 2014, o Chanceler do Djibuti, encarregado pelo Presidente Guelleh de conduzir negociações com a oposição antecipou que estaria próxima a obtenção de acordo que permitiria o retorno dos deputados ao parlamento. Em dezembro de 2014, após dezoito meses de negociações, o governo djibutiano e a USN assinaram um acordo-quadro que poria fim ao boicote parlamentar da oposição e possibilitaria o diálogo político em torno de reformas do sistema eleitoral do país. Em 23 de fevereiro de 2015, passados três meses da assinatura do acordo-quadro, oito deputados da oposição foram reintegrados às sessões parlamentares. Entre os principais pontos do acordo-quadro alcançado, figuram: a interrupção de qualquer ato que possa conduzir a situações de tensão entre o governo e os militantes de oposição; o compromisso de ambas as partes em observar a ordem constitucional, as leis e as liberdades fundamentais; e a adoção de reformas democráticas e institucionais imediatas. Contudo, até o momento, as mudanças políticas mais profundas propostas no documento não foram realizadas. Analistas sugerem que, ainda que implementado em sua totalidade, o acordo-quadro terá pouco efeito sobre a hegemonia política que o partido governista exerce no parlamento.

Poder Legislativo

O Parlamento djibutiano é unicameral, consistindo de uma única Assembleia Nacional, (Assemblée Nationale). A mesma é composta por um total de 65 deputados, eleitos diretamente, servindo mandatos de cinco anos de duração. Do total de deputados, 52 deles são eleitos diretamente, por maioria simples dos votos e treze são eleitos diretamente por votos de representação proporcional.

POLÍTICA EXTERNA

Sua localização estratégica, o perfil político moderado de seu regime em relação a temas da agenda regional e internacional, bem como o papel de mediador e contribuinte de tropas para os esforços de pacificação da Somália conferem ao Djibuti o status de parceiro confiável do Ocidente na região.

No cerne da política externa djibutiana estão laços especiais com a **França**, que se destaca como importante investidor externo, prestador de assistência e cooperação e parceiro comercial. A ex-metrópole também é garante da integridade territorial do país africano e ali mantém base naval com efetivo de quase três mil homens, que serve como ponto estratégico entre o território francês e seus entrepostos no Oceano Índico.

No entanto, as relações entre os dois países chegaram a ser abaladas pelos desdobramentos da morte do juiz francês Bernard Borrel em 1995, na capital Djibuti. Em março de 2008, a justiça francesa alegou que o magistrado teria sido vítima de homicídio, condenando dois altos oficiais do Djibuti à prisão. O episódio despertou ressentimentos contra a França no Djibuti, provocando, entre outros incidentes, a expulsão de jornalistas franceses do país. No início de 2015, as relações com a França foram novamente estremecidas quando o presidente Guelleh criticou, em entrevista, a tímida presença econômica e política da França no Djibuti, afirmando que a mesma realizava poucos investimentos e não promovia nenhuma visita ministerial ao país em muitos anos. Pontualmente, Guelleh ressaltou que o Ministro da Defesa francês Jean-Yves Le Drian havia prometido realizar uma visita ao Djibuti, a qual não se concretizou. Após essa declaração, Le Drian afirmou que visitaria o país no mês de abril de 2015, caso houvesse disposição do

presidente Guelleh em recebê-lo.

Na esteira dos ataques de 11 de setembro, o Djibuti foi escolhido pelos **EUA** como parceiro especial em sua “guerra contra o terror”, instalando uma base militar no país africano. Vale mencionar que o Djibuti é o país da África subsaariana que mais recebe ajuda financeira dos EUA em termos per capita. A localização do Djibuti também o eleva à condição de parceiro inescapável para lidar com temas de segurança no Mar Vermelho e no Chifre da África. O país também acolheu bases navais da Alemanha e do Japão (a única base japonesa fora do Japão), as quais visam a reprimir a pirataria no Oceano Índico.

A **China**, maior parceira comercial do Djibuti, vem-se constituindo também como importante financiador de projetos de infraestrutura no país. Em janeiro de 2013, o Governo de Djibuti concluiu negociações para a venda, por US\$ 185 milhões, de 23,5% do Porto de Djibuti a companhia estatal chinesa. Em setembro de 2013, foi anunciada a construção de dois novos portos, no valor de US\$ 470 milhões, a serem financiados pelo país asiático. Tem sido crescente, ademais, a presença de investimentos de países do Golfo (Kuwait e Arábia Saudita) tanto na construção de infraestrutura portuária, quanto em refinarias de petróleo no país.

Os investimentos externos em infraestrutura têm sido apontados como o principal motor para o elevado crescimento econômico apresentado pelo país nos últimos anos.

Em seu entorno regional, são estreitos os laços que ligam o Djibuti à vizinha **Etiópia**. Em razão de seu conflito com a **Eritreia**, a Etiópia tem utilizado o Djibuti como sua principal via de acesso ao mar. Nos últimos anos, a economia do Djibuti tem-se beneficiado largamente das receitas auferidas da utilização de seus portos.

O Djibuti chegou a cortar relações com a Eritreia em 1998, mas as restabeleceu em 2000, com o fim do conflito entre a Eritreia e a Etiópia. Entre 2004 e 2006, o relacionamento entre o Djibuti e a Eritreia ganhou substância, com a assinatura de acordos políticos, econômicos e militares, mas voltou a sofrer forte revés em abril de 2008, quando o Djibuti acusou tropas eritreias de haverem violado o seu território. O incidente provocou intensa movimentação militar na fronteira, apesar de tentativa de mediação da Liga Árabe e do Catar. Em junho de 2008, ocorreram fortes choques na região fronteira de Ras Doumeira.

Em janeiro de 2009, o CSNU adotou a Resolução 1862, com o fim de solucionar o conflito entre o Djibuti e a Eritreia. Com a persistência da instabilidade na região, o CSNU viu-se impelido a adotar, em dezembro de 2009, a Resolução 1907, que impôs sanções à Eritreia pelo seu envolvimento na crise da Somália e pelo descumprimento das determinações sobre o conflito fronteiriço com o Djibuti, previstas pela Resolução 1862.

Em junho de 2010, graças a esforços de mediação do Catar, foi assinado novo acordo entre Djibuti e Eritreia para a resolução do conflito fronteiriço. Dentre as principais previsões do acordo, constam a verificação pelas tropas cataris da retirada das forças eritreias da região, o monitoramento da fronteira pelo Catar e o compromisso de solução, também sob supervisão do Catar, dos aspectos relativos a desaparecidos e prisioneiros de guerra.

No plano regional, o Djibuti tem atuado com empenho no âmbito da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (**IGAD**). Organismo fundado em 1986, com sede na capital djibutiana, a IGAD foi idealizada pelo ex-Presidente Hassan Aptidon e teve, em sua origem, por objetivo precípua coordenar políticas e estratégias de combate à seca. Posteriormente, a IGAD passou a voltar sua atenção para a solução de conflitos regionais, como nos casos da Somália, do Sudão e do Sudão do Sul. O Djibuti é o 4º maior contribuinte de tropas à Missão da União Africana na Somália (AMISOM), com um contingente de cerca de 960 soldados no país vizinho.

Embora apenas uma pequena parcela de sua população seja de origem árabe – a maioria proveniente do **Iêmen** –, o Djibuti se tem proclamado um “Estado árabe” em suas relações com o exterior, adotando postura ativa em organismos como a Liga Árabe e em outras instituições internacionais ligadas ao Islã, o que lhe rende dividendos em termos de investimentos. O porto e o aeroporto do país são geridos por investidores baseados em Dubai, que também têm construído no Djibuti vários hotéis de padrão internacional, além da nova zona portuária de Doraleh. O país também vem trabalhando em conjunto com o Governo do Iêmen com o objetivo de construir uma ponte que conecte os dois territórios através do Mar Vermelho.

Em relação à crescente instabilidade no Iêmen em 2015, o Djibouti tem recebido centenas de cidadãos de diferentes nacionalidades buscando escapar da zona de conflito iemenita. Frente a tal cenário, o presidente Guelleh formou um comitê de crise para lidar com a repatriação de seus cidadãos e com a entrada de estrangeiros que fogem do conflito civil iemenita. Segundo o

Ministro dos Negócios Estrangeiros Mahmoud Ali Youssouf, o Djibouti possui pequena capacidade para lidar com a situação de refugiados no país e terá de recorrer à ajuda internacional. O chanceler não descarta, ademais, a possibilidade de alguma ação dos rebeldes no estreito de Bab el-Mandeb contra navios comerciais ou militares estrangeiros, o que poderá fazer o conflito na região escalar.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Um dos menores países da África em termos populacionais (cerca de 800 mil habitantes), o Djibuti, por sua localização estratégica, tem recebido importantes investimentos externos na área de infraestrutura, o que tem permitido ao país apresentar elevadas taxas de crescimento nos últimos anos.

Não obstante, o Djibuti ainda se defronta com o desafio de promover a diversificação de sua economia. O setor de serviços responde por cerca de 75% do PIB, em virtude do peso das atividades portuárias, as quais não distribuem seus benefícios para o conjunto da população. A ausência de base industrial e agrícola adequadas resulta, por outro lado, em elevada vulnerabilidade do país a choques externos. Em que pese seu déficit de governança democrática, o Djibuti pode ser, contudo, considerado foco de estabilidade em meio a entorno regional tradicionalmente conturbado (Somália, Eritreia, Iêmen).

Nos últimos anos, a economia do Djibuti tem crescido de forma significativa. Entre os anos de 2007 e 2014, as porcentagens de crescimento do PIB do país se mantiveram entre 3,5% e 6%, segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional.

No mesmo período, ocorreram diversas elevações e quedas no valor da inflação, ainda segundo dados do FMI. A elevação máxima da inflação ocorreu no ano de 2008, quando a mesma chegou a 9,2%. O dado disponível mais recente, de 2012, revela uma queda expressiva da inflação, que registrou o índice de apenas 1% no ano em questão.

O Djibuti apresenta marcado déficit estrutural em sua balança comercial. No que tange às importações e exportações, o Djibuti registrou no ano de 2010 exportações no valor de U\$ 98 milhões e importações no valor de U\$ 1,95 bilhão. No ano de 2011, o valor das exportações foi da ordem de U\$ 117 milhões, enquanto o das importações foi de U\$ 2,45 bilhões. Em 2012, foi

registrado o valor de US\$ 84 milhões para as exportações e de US\$ 2,92 bilhões para as importações. Já no ano de 2013 (último ano cujos dados de comércio exterior se encontram consolidados), o valor das exportações do país foi de US\$ 88 milhões, ao passo que o valor de importações foi de US\$ 2,98 bilhões.

Em relação aos principais produtos exportados, dados de 2013 (últimos dados disponíveis) apontam que animais vivos correspondem a 26,68% das exportações do Djibuti, enquanto madeira corresponde a 18,08%, café corresponde a 6,66% e combustíveis, a 4,95%. Para os produtos importados, também segundo dados de 2013, 10,1% do total de importações diz respeito a gorduras e óleos, enquanto máquinas mecânicas correspondem a 9,2% desse total, cereais correspondem a 9% e automóveis correspondem a 7,2%.

De acordo com os dados mais recentes disponíveis, do ano de 2013, os principais destinos das exportações do Djibuti são a Arábia Saudita (38,7% do total), o Egito (10,2%), o Iêmen (6%), a Índia (5,8%), os Estados Unidos (4,6%) e a França (4,3%). As principais origens das importações do país são a China (34,2% do total), a Índia (12,9%), a Indonésia (9,6%), a Arábia Saudita (6,6%), os Estados Unidos (5,7%) e a Malásia (3,1%).

Após a análise anual de janeiro de 2015 do FMI, feita conjuntamente com o governo do país, é possível apontar que os maiores desafios do Djibuti continuam a ser o combate à pobreza e ao desemprego, além da diversificação da economia, a fim de reduzir a grande dependência do país em relação ao seu setor portuário. Atualmente, 42% da população do Djibuti vive em situação de pobreza extrema e o índice de desemprego é de 48%. Na visão do FMI, seria necessário, ainda, fortalecer as políticas fiscais e monetárias do país. Tais reformas estruturais fortaleceriam a economia, impulsionariam a competitividade, contribuiriam para a redução da pobreza através de uma melhor infraestrutura, bem como maximizariam os benefícios trazidos pelos fortes investimentos externos que o país tem recebido.

Comércio bilateral e investimentos

O comércio bilateral resume-se às exportações brasileiras. Açúcares e preparações alimentícias têm respondido por mais de 70% da pauta. Nos últimos anos, o intercâmbio comercial tem sido bastante errático, oscilando de US\$ 55 milhões, em 2010, para US\$ 7,9 milhões, em 2013 (último ano em relação ao qual há dados consolidados disponíveis sobre a composição da pauta

de exportações brasileiras ao país).

Há espaço para participação de empresas privadas brasileiras na construção e modernização de portos no Djibuti. Até 2007, a Odebrecht participou da construção das instalações portuárias da Cidade do Djibuti. Em dezembro de 2011, a construtora Andrade Gutierrez realizou missão de reconhecimento das oportunidades de investimento nos países do Chifre da África, identificando potencial de investimento em obras portuárias no país.

Também há potencial, em princípio, de cooperação com o Brasil na área energética. O país busca prospectar reservas de petróleo e gás em seu território e, por outro lado, investir em fontes alternativas de energia, em especial a energia geotérmica.

Em junho de 2012, o então PM Dileita Mohamed Dileita esteve no Brasil por ocasião de sua participação na Rio+20. Na ocasião, o Governo do país teria manifestado interesse na aquisição de aeronaves EMBRAER.

Anexos

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1888	Colônia francesa da Somalilândia estabelecida na região.
1892	Djibuti se torna a capital da Somalilândia Francesa.
1946	O Djibuti se torna um território ultramarino dentro da União Francesa, tendo seus próprios legisladores e representantes no Parlamento francês.
1958	Djibuti vota a favor de tornar-se parte da Comunidade Francesa.
1967	Ocorre um referendo no país, no qual os Afares e os europeus votam a favor da manutenção do território como parte da Comunidade Francesa. A Somalilândia Francesa passa, então, a chamar-se Território Francês dos Afares e dos Issas.
1977	Um novo plebiscito torna o Território Francês dos Afares e dos Issas independente, sob o nome de Djibuti. Hassan Gouled Aptidon foi o primeiro presidente após a independência.
1981	O Djibuti torna-se um Estado unipartidário, sendo o único partido a União Popular pelo Progresso (RPP).
1992	É adotada uma constituição que permite um sistema de multipartidarismo limitado. Esse contexto desencadeia conflitos no norte do país entre tropas do governo e a Frente pela Restauração da Unidade e da Democracia (FRUD) e deflagra uma guerra civil.
1994	O governo e a facção principal da FRUD assinam um acordo de partilha de poder que deveria por fim à guerra civil. A facção radical da FRUD, no entanto, mantém-se na luta armada.
1999	O presidente Aptidon anuncia que não concorrerá às eleições presidenciais. Ismail Omar Guelleh é eleito seu sucessor.
2000	O governo e a facção radical da FRUD assinam um acordo de paz que finalmente põe fim à guerra civil.
2005	O presidente Guelleh concorre novamente às eleições presidenciais como único candidato, sob boicote dos candidatos da oposição.
2008	Eclosão de conflitos entre tropas djibutianas e eritreias na região em disputa de Ras Doumeira.
2010/abr	O parlamento aprova emenda constitucional que permite que o presidente concorra a um terceiro mandato.
2010/jun	Eritreia e Djibuti entram em acordo sobre resolver pacificamente suas questões fronteiriças.

2011	Presidente Guelleh vence mais uma eleição sob boicote da oposição.
2013	Após sucessivos boicotes eleitorais, candidatos de oposição concorrem às eleições parlamentares, conquistando 10 dos 65 assentos. A oposição, no entanto, acusou o governo de fraude nas eleições e iniciou um boicote às sessões parlamentares.
2015/fev	Após a assinatura de um acordo-quadro em dezembro de 2014, 8 parlamentares da oposição são reintegrados às sessões.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1996	Estabelecimento de relações diplomáticas por meio de assinatura de comunicado conjunto pelos Representantes do Brasil e do Djibuti junto à ONU.
2005	Visita ao Brasil do presidente do Djibuti, Ismail Omar Guelleh, para participar da I Cúpula América do Sul–Países Árabes (ASPA).
2010	A Embaixada brasileira em Adis Abeba (Etiópia) substitui a Embaixada brasileira em Nairóbi (Quênia) na função de representar cumulativamente o Brasil junto às autoridades djibutianas.
2011	Djibuti é incluído no rol de beneficiários da Lei 12.429, que regulamenta a doação de estoques públicos de alimentos pelo Governo Brasileiro.
2012	Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica na Chancelaria djibutiana, por ocasião da apresentação de credenciais da Embaixadora brasileira não residente.
2013	Visita ao Brasil do Embaixador Rached Farad, Delegado Permanente do Djibuti junto à UNESCO, acompanhado do Embaixador do Djibuti em Havana, Ayeid Mousseid Yahya, com o objetivo de obter o apoio brasileiro à candidatura do Embaixador Farah à Direção Geral da UNESCO.

ATOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO (D.O.U.)
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO DJIBUTI	14/02/2012		Tramitação MRE

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais Indicadores Econômicos do Djibuti

Indicador	2012	2013	2014 ⁽¹⁾	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾
Crescimento real (%)	4,84%	5,00%	6,00%	6,50%	7,00%
PIB nominal (US\$ bilhões)	1,35	1,46	1,58	1,74	1,91
PIB nominal "per capita" (US\$)	1.523	1.593	1.684	1.798	1.928
PIB PPP (US\$ bilhões)	2,50	2,66	2,86	3,07	3,32
PIB PPP "per capita" (US\$)	2.813	2.916	3.043	3.182	3.342
População (mil habitantes)	889	914	939	966	993
Inflação (%)	1,06%	2,55%	3,48%	1,16%	2,36%
Saldo em transações correntes (US\$ milhões)	-249	-346	-497	-607	-748
Câmbio (Dfr / US\$)	177,7	177,7	177,7	n.d.	n.d.

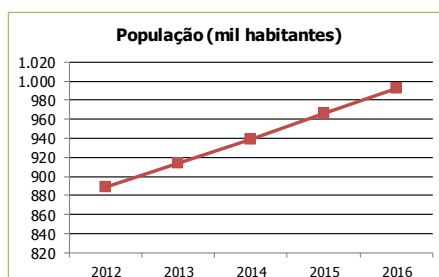
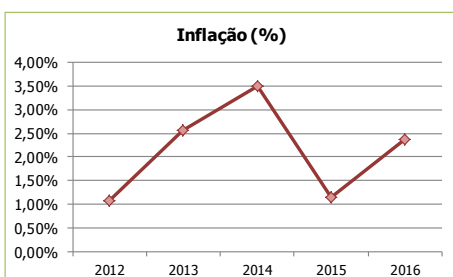
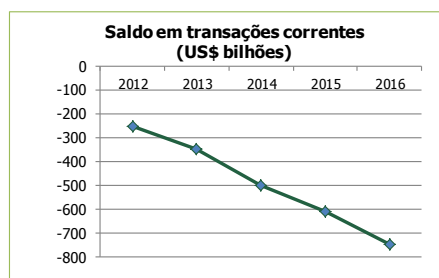
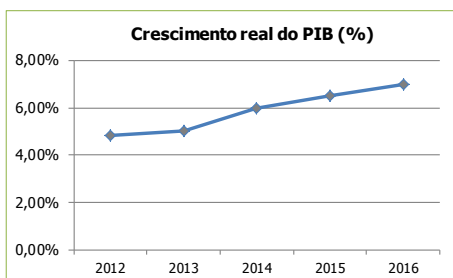
Origem do PIB (2013 estimativa)

Agricultura	3,0%
Indústria	17,3%
Serviços	79,7%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2015; (2) IMF - World Economic Outlook Database, October 2014.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(n.d.) Dado não disponível.



Evolução do Comércio Exterior do Djibuti⁽¹⁾
US\$ milhões

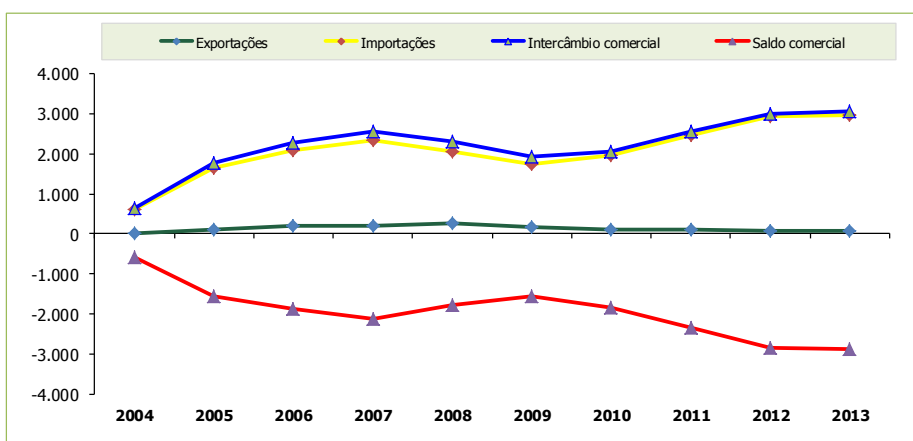
Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2004	28	-59,2%	603	-29,1%	631	-31,4%	-576
2005	99	256,4%	1.659	175,0%	1.757	178,5%	-1.560
2006	208	111,2%	2.075	25,1%	2.283	29,9%	-1.867
2007	208	-0,2%	2.336	12,6%	2.544	11,4%	-2.128
2008	273	31,5%	2.046	-12,4%	2.319	-8,8%	-1.773
2009	183	-33,2%	1.747	-14,6%	1.929	-16,8%	-1.564
2010	98	254,0%	1.947	222,8%	2.045	224,2%	-1.849
2011	117	19,8%	2.451	25,8%	2.568	25,6%	-2.333
2012	84	-28,1%	2.923	19,3%	3.008	17,1%	-2.839
2013 ⁽²⁾	88	4,2%	2.977	1,8%	3.065	1,9%	-2.889
Var. % 2004-2013	218,0%	---	393,5%	---	385,8%	---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 02/04/2015.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Direção das Exportações do Djibuti⁽¹⁾
US\$ milhões

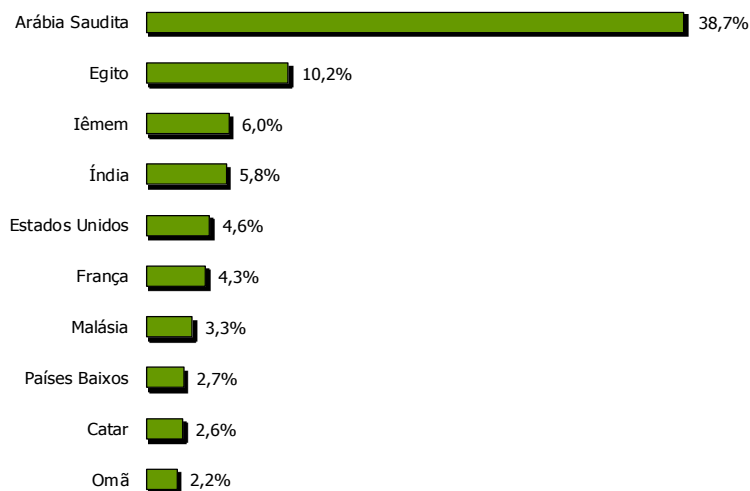
Descrição	2 0 1 3⁽²⁾	Part.% no total
Arábia Saudita	34,05	38,7%
Egito	8,99	10,2%
Iêmem	5,24	6,0%
Índia	5,07	5,8%
Estados Unidos	4,02	4,6%
França	3,75	4,3%
Malásia	2,92	3,3%
Países Baixos	2,38	2,7%
Catar	2,31	2,6%
Omã	1,96	2,2%
...		
Brasil	0,00	0,0%
Subtotal	70,68	80,3%
Outros países	17,29	19,7%
Total	87,97	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 02/04/2015.

10 principais destinos das exportações



72

Origem das Importações do Djibuti⁽¹⁾
US\$ milhões

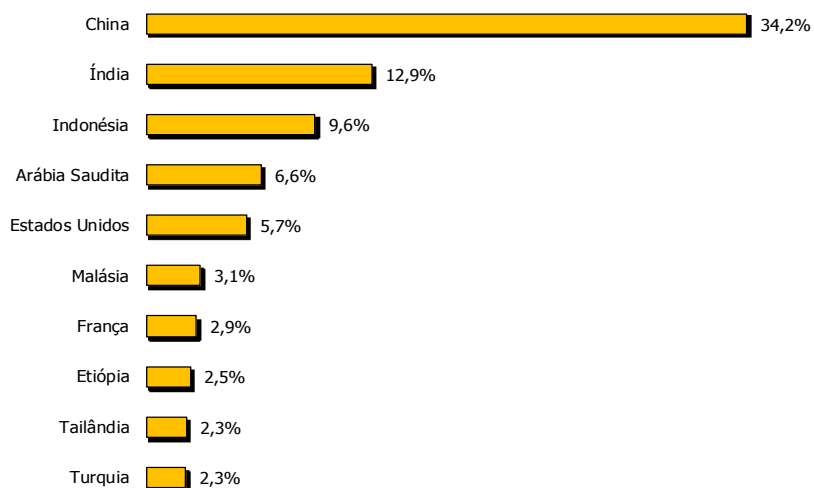
Descrição	2 0 1 3⁽²⁾	Part.% no total
China	1.019	34,2%
Índia	383	12,9%
Indonésia	286	9,6%
Arábia Saudita	195	6,6%
Estados Unidos	170	5,7%
Malásia	92	3,1%
França	85	2,9%
Etiópia	75	2,5%
Tailândia	68	2,3%
Turquia	67	2,3%
...		
Brasil (28ª posição)	8	0,3%
Subtotal	2.448	82,2%
Outros países	529	17,8%
Total	2.977	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 02/04/2015.

10 principais origens das importações



Composição das exportações do Djibuti⁽¹⁾
US\$ milhões

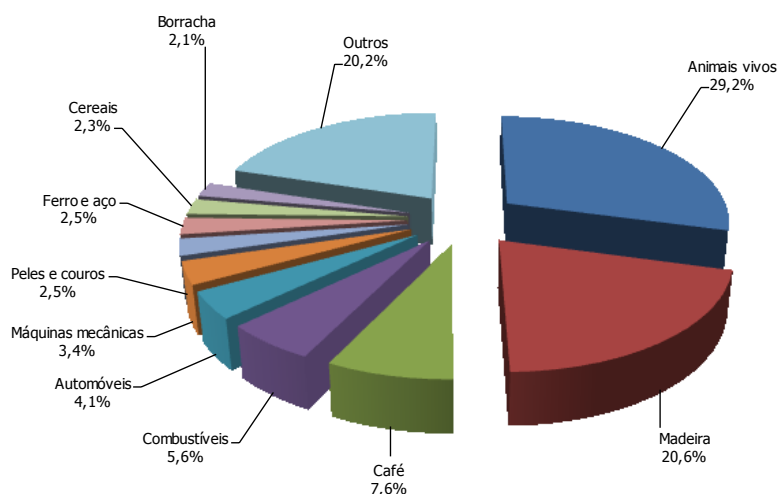
Descrição	2 0 1 3⁽²⁾	Part.% no total
Animais vivos	25,68	29,2%
Madeira	18,08	20,6%
Café	6,66	7,6%
Combustíveis	4,95	5,6%
Automóveis	3,57	4,1%
Máquinas mecânicas	3,01	3,4%
Peles e couros	2,19	2,5%
Ferro e aço	2,19	2,5%
Cereais	2,05	2,3%
Borracha	1,84	2,1%
Subtotal	70,22	79,8%
Outros	17,76	20,2%
Total	87,97	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 02/04/2015.

10 principais grupos de produtos exportados



Composição das importações do Djibuti⁽¹⁾
US\$ milhões

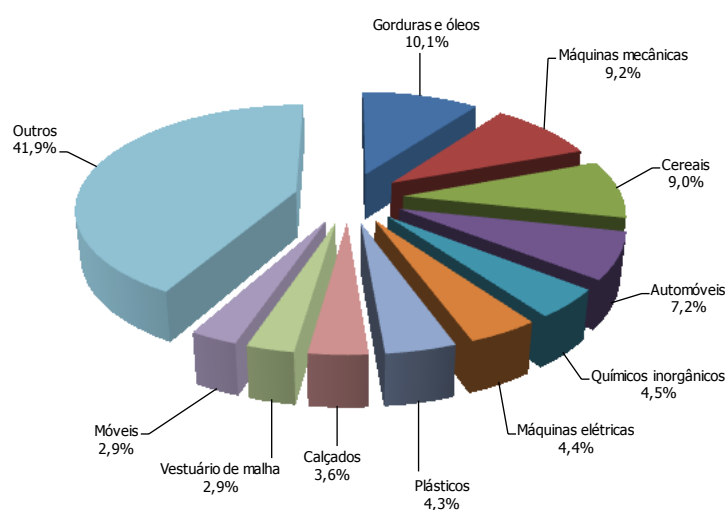
Descrição	2 0 1 3⁽²⁾	Part.% no total
Gorduras e óleos	302	10,1%
Máquinas mecânicas	275	9,2%
Cereais	267	9,0%
Automóveis	214	7,2%
Químicos inorgânicos	133	4,5%
Máquinas elétricas	130	4,4%
Plásticos	129	4,3%
Calçados	107	3,6%
Vestuário de malha	87	2,9%
Móveis	86	2,9%
Subtotal	1.730	58,1%
Outros	1.247	41,9%
Total	2.977	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 02/04/2015.

10 principais grupos de produtos importados

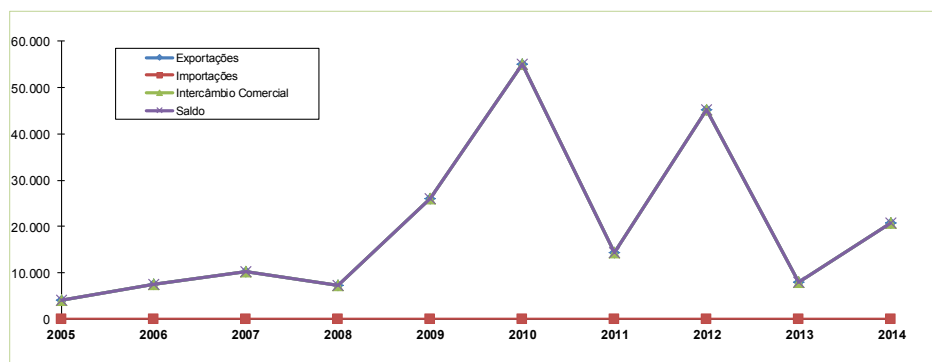


Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Djibuti US\$ mil, fob										
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	4.140	-57,6%	0,00%	0	n.a.	0,00%	4.140	-57,6%	0,00%	4.140
2006	7.549	82,3%	0,01%	2	n.a.	0,00%	7.551	82,4%	0,00%	7.548
2007	10.291	36,3%	0,01%	0	n.a.	0,00%	10.291	36,3%	0,00%	10.291
2008	7.259	-29,5%	0,00%	0	n.a.	0,00%	7.259	-29,5%	0,00%	7.259
2009	25.930	257,2%	0,02%	0	n.a.	0,00%	25.930	257,2%	0,01%	25.930
2010	55.026	112,2%	0,03%	0	n.a.	0,00%	55.026	112,2%	0,00%	55.026
2011	14.413	-73,8%	0,01%	0	n.a.	0,01%	14.413	-73,8%	0,00%	14.413
2012	45.137	213,2%	0,02%	0	n.a.	0,00%	45.137	213,2%	0,01%	45.137
2013	7.955	-82,4%	0,00%	0	n.a.	0,00%	7.955	-82,4%	0,00%	7.955
2014	20.699	160,2%	0,01%	0	n.a.	0,00%	20.699	160,2%	0,00%	20.699
2015 (jan-mar)	2.314	166,5%	0,01%	0	n.a.	0,00%	2.314	166,5%	0,00%	2.314
Var. % 2005-2014	399,9%	---	---	n.a.	---	---	399,9%	---	---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

(n.a.) Critério não aplicável.

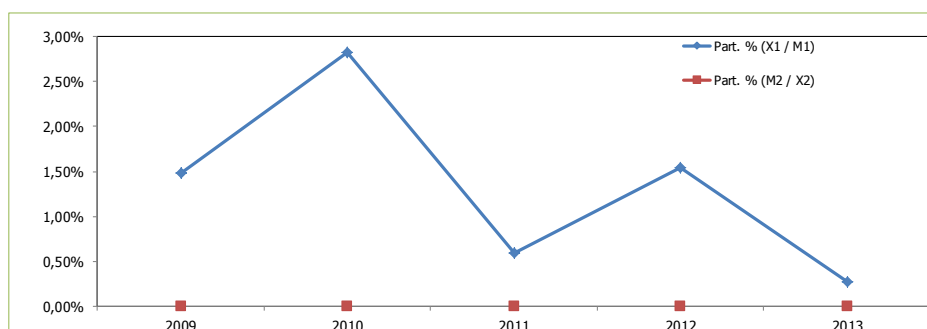
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

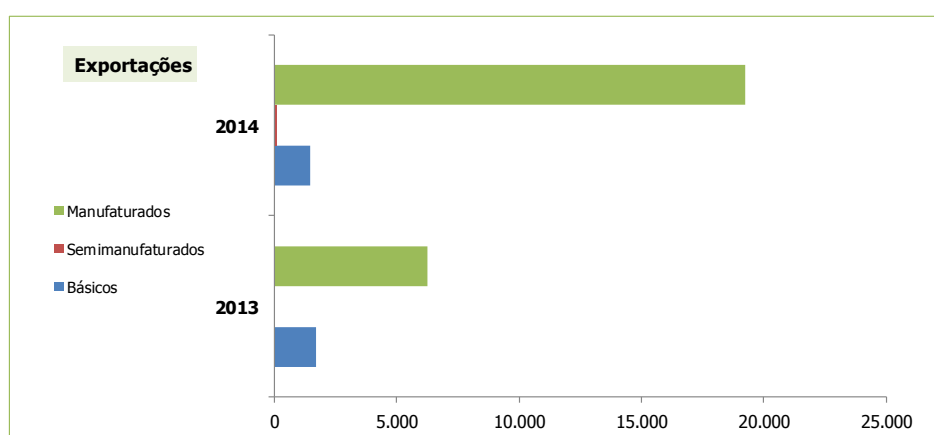


76

Part. % do Brasil no Comércio do Djibuti ⁽¹⁾ US\$ mil						
Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	Var. % 2009/2013
Exportações do Brasil para o Djibuti (X1)	25.930	55.026	14.413	45.137	7.955	-69,3%
Importações totais do Djibuti (M1)	1.746.647	#####	2.450.542	#####	2.976.909	70,4%
Part. % (X1 / M1)	1,48%	2,83%	0,59%	1,54%	0,27%	-82,0%
Importações do Brasil originárias do Djibuti (M2)	0	0	0	0	0	n.a.
Exportações totais do Djibuti (X2)	182.648	97.948	117.339	84.398	87.974	-51,8%
Part. % (M2 / X2)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	n.a.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril de 2015.
 (1) As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.
 (n.a.) Critério não aplicável.



Exportações brasileiras por fator agregado**US\$ mil****Comparativo 2014 com 2013**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

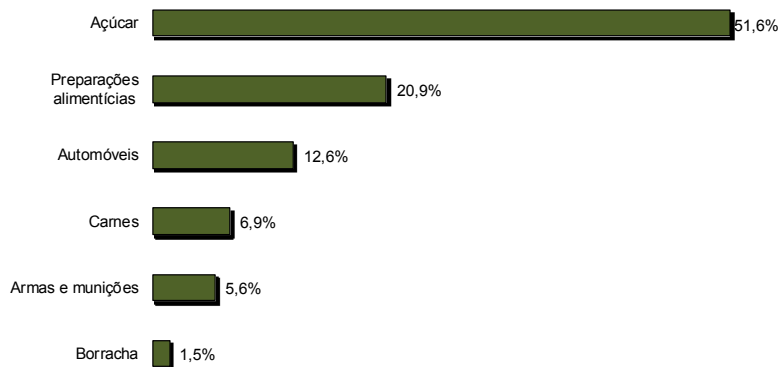
78

Composição das exportações brasileiras para o Djibuti
US\$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar	12.314	27,3%	168	2,1%	10.678	51,6%
Preparações alimentícias	384	0,9%	4.984	62,6%	4.325	20,9%
Automóveis	1.570	3,5%	368	4,6%	2.600	12,6%
Carnes	1.105	2,4%	1.698	21,3%	1.436	6,9%
Armas e munições	0	0,0%	0	0,0%	1.167	5,6%
Borracha	349	0,8%	159	2,0%	318	1,5%
Subtotal	15.722	34,8%	7.377	92,7%	20.524	99,2%
Outros produtos	29.415	65,2%	578	7,3%	175	0,8%
Total	45.137	100,0%	7.955	100,0%	20.699	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 4 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 5 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015
Exportações					
Preparações alimentícias	4.325	498,1%	576	24,9%	Preparações alimentícias 576
Armas e munições	1.167	134,4%	561	24,2%	Armas e munições 561
Carnes	1.436	165,4%	479	20,7%	Carnes 479
Açúcar	10.678	1229,8%	416	18,0%	Açúcar 416
Automóveis	2.600	299,4%	81	3,5%	Automóveis 81
Extratos tanantes	0	0,0%	68	2,9%	Extratos tanantes 68
Preparações hortícolas	7	0,8%	35	1,5%	Preparações hortícolas 35
Máquinas mecânicas	32	3,7%	31	1,3%	Máquinas mecânicas 31
Subtotal	20.245	2331,6%	2.247	97,1%	
Outros produtos	-19.377	#####	67	2,9%	
Total	868	100,0%	2.314	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral Política III, Departamento de África,
Divisão de África III

REPÚBLICA DO SUDÃO DO SUL



DADOS BÁSICOS

DADOS BÁSICOS SOBRE O SUDÃO DO SUL	
NOME OFICIAL:	República do Sudão do Sul
CAPITAL:	Juba
ÁREA:	619.745 km ²
POPULAÇÃO:	11,4 milhões (est. 2014)
IDIOMA OFICIAL:	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristianismo (60,5%); Islamismo (6,2%); crenças autóctones e religiões sincréticas (32,9%); outras (0,4%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO:	Bicameral; Assembleia Nacional Legislativa (<i>National Legislative Assembly</i>) e Conselho dos Estados (<i>Council of States</i>)
CHEFE DE ESTADO E GOVERNO:	Presidente Salva Kiir Mayardit (desde 9/7/ 2011)
CHANCELER:	Barnaba Marial Benjamin (desde 27/7/2013)
PIB NOMINAL	US\$ 12,8 bilhões (2014, FMI)
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA – PPP):	US\$ 25,9 bilhões (2014, FMI)
PIB PER CAPITA:	US\$ 1.127,2 (2014, FMI)**
PIB PPP PER CAPITA:	US\$ 2.280,1 (2014, FMI)**
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	5,4% (2014); 24,4% (2013); -47,6% (2012)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH):	Não disponível
EXPECTATIVA DE VIDA:	55 anos (Banco Mundial, 2013)
ALFABETIZAÇÃO:	27% (CIA, 2009)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	Não disponível
UNIDADE MONETÁRIA:	Libra sul-sudanesa
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Não há registro de brasileiros residentes no Sudão do Sul

**Dados estimados pelo FMI, tendo em vista que, para tais informações, não são divulgados dados consolidados.

Até o presente momento, ainda não há série histórica sobre o comércio Brasil-Sudão do Sul no sistema MDIC/Secex/AliceWeb. Há dados disponíveis para período posterior a 2013, embora nem sempre consolidados (ver página 33).

Informação elaborada em 23 de abril de 2015, pelo Secretário Artur Andrade da Silva Machado (DAF-III). Revisada pelo Conselheiro Paulo Rocha Cypriano (DAF-III).

PERFIS BIOGRÁFICOS

SALVA KIIR MAYARDIT

Presidente



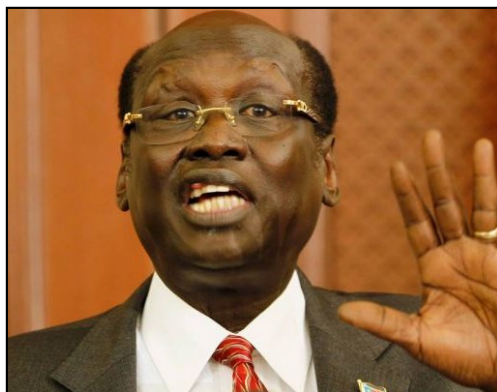
Salva Kiir Mayardit, de etnia dinka, nasceu em 1951, na região de Bahr el Ghazal, oeste do Sudão do Sul. Em fins da década de 1960, ingressou no grupo separatista sul-sudanês “Anyanya”, que lutaria contra as forças de Cartum durante a I Guerra Civil Sudanesa. Em 1983, junto com outros líderes sul-sudaneses, fundou o “Movimento de Libertação do Povo do Sudão” (SPLM), principal agrupamento de facções rebeldes a lutar pela secessão do sul do Sudão durante a II Guerra Civil Sudanesa.

Durante a década de 1990, Salva Kiir exerceu a função de Comandante do Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLA), braço armado do SPLM. Após a assinatura do “Acordo Abrangente de Paz” (AAP) entre o Governo do Sudão e o SPLM, que pôs fim à guerra civil sudanesa, em janeiro de 2005, Salva Kiir assumiu o cargo de Vice-Presidente da região autônoma do Sul do Sudão. No entanto, apenas três semanas depois, com a morte do líder John Garang, coube a Salva Kiir ocupar o cargo de Presidente do Sul do Sudão e de Primeiro-Vice-Presidente do Sudão, conforme os termos do AAP. Em 2010, Kiir foi reeleito para a Presidência do Sul do Sudão, com 93% dos votos, o que levou o Presidente do Sudão, Omar Al-Bashir, a indicá-lo novamente ao posto de Primeiro-Vice-Presidente do Sudão.

Com a secessão do Sudão do Sul, Salva Kiir assumiu, em 9 de julho de 2011, o cargo de Presidente do novo país.

Barnaba Marial Benjamin

Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional



Estudou Ciências Pré-médicas na Universidade de Cartum (1965); concluiu graduação em Medicina e Cirurgia na Universidade do Cairo (1970); estudou Higiene e Medicina Tropical em Londres, na Escola de Medicina Tropical (1983). Na Universidade da África do Sul (UNISA), em Pretória, estudou Diplomacia e Relações Internacionais (2005).

Antes do Sudão do Sul tornar-se independente, Benjamin trabalhou como médico e administrador em vários hospitais do Sudão. Desde pelo menos 1983, está vinculado ao SPLA (Exército Popular de Libertação do Sudão) e ao SPLM (Movimento Popular de Libertação do Sudão), onde ocupou vários postos administrativos e diplomáticos.

Também foi Ministro da Informação e Radiodifusão (2010-2013); Ministro do Comércio e Indústria (2009-2010); Ministro da Cooperação Regional (2006-2009); Ministro de Estado da Cooperação Internacional (Governo de Unidade Nacional, 2005-2006).

Em julho de 2013, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional.

O Dr. Benjamin também é deputado na Assembleia Nacional Legislativa do Sudão do Sul.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer e estabelecer relações diplomáticas com o Sudão do Sul, tendo-o reconhecido oficialmente já em 9 de julho 2011, no próprio dia da independência do então novo país. O Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre o Brasil e o Sudão do Sul foi assinado em Juba pelo Subsecretário-Geral para Assuntos Políticos para África e Oriente Médio do Itamaraty, Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, representante brasileiro à cerimônia de independência do país, e pelo então Chanceler sul-sudanês Deng Alor.

O Brasil figura, ademais, entre os 21 países definidos pelo Governo do Sudão do Sul como prioritários para abrir uma das primeiras Embaixadas residentes do país no exterior. A abertura de Embaixada em Brasília chegou a ser anunciada por nota verbal ao Itamaraty em dezembro de 2011. Contudo, o recrudesimento das tensões entre Sudão e Sudão no período pós-independência do Sul e as fortes restrições orçamentárias enfrentadas por Juba em função da interrupção temporária da produção de petróleo do país, do início de 2012 até abril de 2013, impediram o país de efetivar um relacionamento mais atuante com relação ao Brasil, inclusive no que diz respeito à abertura de Embaixada sul-sudanesa residente em Brasília.

Apesar da retomada da produção de petróleo sul-sudanesa a partir de abril de 2013, bem como do processo de distensão observado nas relações Juba-Cartum, a partir da implementação paulatina dos acordos alcançados entre as partes em Adis-Abeba, em setembro de 2012, novo fator veio a dificultar o aprofundamento, pelo Sudão do Sul, das tratativas voltadas à abertura de Embaixada daquele país em Brasília: a eclosão, em dezembro de 2013, de situação de conflito civil, que perdura até a presente data.

Não obstante essas dificuldades, em abril de 2014, o Senhor Subsecretário-Geral Político para África e Oriente Médio do Itamaraty, Embaixador Paulo Cordeiro manteve contato telefônico com o representante do governo sul-sudanês, Embaixador Wol Mayar Ariec, sobre o tema. O Embaixador Ariec, que esteve no Brasil para participar da Reunião Multissetorial Global sobre o futuro da Governança da Internet, realizada em São Paulo, nos dias 23 e 24 de abril de 2014, reiterou a intenção de abertura de Embaixada residente do Sudão do Sul em Brasília.

Em fevereiro de 2013, foi criada, por meio do Decreto nº 7914, a Embaixada brasileira em Juba, cumulativa com a Embaixada em Adis Abeba.

Cooperação técnica

Sobretudo devido a constrangimentos impostos pelo cenário político doméstico no Sudão do Sul, não há projetos ou iniciativas de cooperação em negociação ou implementação entre os dois países. Juba já expressou, contudo, seu desejo de beneficiar-se de cooperação com o Brasil, que é visto como um parceiro potencialmente estratégico para o desenvolvimento sul-sudanês. Autoridades sul-sudanesas mencionaram as seguintes áreas como prioritárias para eventual início da cooperação: agricultura, pecuária de corte e leiteira, bem como exploração petrolífera. O Sudão do Sul tem a percepção de que o desenvolvimento agrícola, como vetor de promoção da segurança alimentar, da inclusão social e da preservação ambiental, é crucial para o país. Há, dessa maneira, oportunidades para uma presença brasileira substantiva no país a médio e longo prazos.

Uma parceria na área agrícola com o Brasil poderia dar-se, na visão de ambos os países, não somente no campo da cooperação técnica, mas também no campo econômico-comercial, seja por meio de investimentos, seja por meio da aquisição, em bases comerciais, de maquinário, insumos e tecnologias agrícolas. O Governo do Sudão do Sul chegou a manifestar seu desejo de enviar a Brasília missão de alto nível para os primeiros contatos com o Governo brasileiro nessa área. Foi igualmente apresentada proposta sudanesa de Acordo-Quadro de Cooperação Técnica ao Brasil. A contraproposta brasileira ao texto sul-sudanês não recebeu, contudo, reação, fato atribuível ao cenário de conflito civil por que passa atualmente aquele país africano.

Cooperação humanitária

Em 2012, a cooperação brasileira com o país deu-se no contexto da cooperação humanitária às atividades do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no Sudão e no Sudão do Sul. A contribuição brasileira (de US\$ 300 mil) ao ACNUR voltou-se ao apoio a ações emergenciais empreendidas no Sudão e no Sudão do Sul (com valor dividido igualmente), em favor de refugiados, deslocados internos e pessoas em situação de vulnerabilidade nos dois países.

Em 2014, o Brasil anunciou disponibilidade para doar ao Sudão do Sul, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), 4.800 toneladas de feijão, com valor estimado em US\$ 3.105.460,58 e 4.530 toneladas de arroz, com valor estimado em US\$ 1.855.984,23. A doação ainda não se concretizou pois, até o momento, não se logrou encontrar país parceiro para a cobertura dos custos associados ao transporte e à distribuição dos alimentos por intermédio do PMA, estimados em US\$ 10.090.697,87, para o feijão, e US\$ 9.378.859,59, para o arroz. Esses custos envolvem toda a logística de transporte da carga do Brasil até a distribuição aos beneficiários dos programas do PMA no Sudão do Sul.

O Brasil tem também estudado cooperar com o Sudão do Sul, juntamente com Índia e África do Sul, por meio do **Fundo IBAS** para o Alívio da Fome e da Pobreza, cujo objetivo é financiar projetos autossustentáveis e replicáveis, voltados, sobretudo, para as necessidades dos países de Menor Desenvolvimento Relativo (MDRs) ou em situação de pós-conflito. Em fevereiro de 2014, a Junta Diretora do Fundo aprovou projeto proposto pela África do Sul na área de segurança alimentar para detentos no Sudão do Sul, intitulado "Enhanced Food and Nutrition Security of Prison Inmates in South Sudan", com orçamento de US\$ 1,8 milhões. Posteriormente, contudo, o representante da FAO no Sudão do Sul informou que, dado o contexto de conflito civil, aquela agência não teria condições de levar adiante a construção das instalações físicas onde se desenvolveria o projeto. Nessas condições, foram reintegrados ao Fundo os recursos que haviam sido alocados ao projeto, para aplicação em outras iniciativas, e a Junta Diretora recomendou que sejam iniciadas consultas com o Governo do Sudão do Sul com vistas a identificar nova proposta, para implementação futura.

Âmbito multilateral

Na esfera multilateral, o Brasil manifestou nos foros apropriados, em especial no Conselho de Segurança, seu apoio ao Acordo Abrangente de Paz (AAP), assinado em 2005, entre o Governo do Sudão e rebeldes do Sul, que veio a permitir a realização do referendo sobre a autodeterminação do Sudão do Sul. O País também cooperou para a implementação do AAP ao enviar missão de observadores às eleições gerais de 2010, composta de parlamentares (os então Deputados Nilson Mourão e Washington Luiz) e de diplomata brasileiro. Por ocasião do referendo sobre a autodeterminação do Sudão do Sul,

em janeiro de 2011, o Brasil novamente enviou missão de observadores, composta de dois diplomatas.

O Brasil também apoiou o processo de paz entre Sul e Norte por meio do envio de policiais e soldados à Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS), substituída, após a independência do Sudão do Sul, pela Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS). Atualmente, 3 policiais, 5 observadores militares e um militar desdobrado brasileiros integram a Missão. O País também mantém 2 observadores militares, que integram a Força Interina das Nações Unidas em Abyei (UNISFA), região em disputa entre o Sudão e o Sudão do Sul.

Assuntos Consulares

Rede Consular

A Rede Consular do Brasil no Sudão do Sul corresponde à Embaixada em Adis Abeba (cumulativa).

Casos de assistência consular

Em janeiro de 2014, em meio ao conflito civil que eclodiu no país, em dezembro de 2013, o Padre Raimundo Nonato Rocha dos Santos foi tido por desaparecido no Sudão do Sul, após ter contatado familiares no Brasil. Em 24/02, contudo, a Embaixada em Adis Abeba transmitiu a notícia, recebida de representante da Cooperação Italiana, de que o religioso brasileiro se encontrava, havia dois dias, na Congregação dos Missionários Cambonianos em Juba, em boas condições de saúde. Em 25/02, o padre enviou mensagem eletrônica ao Itamaraty relatando ter sido resgatado em 20/02, com outras 13 pessoas, em helicóptero da ONU.

Comunidade brasileira

Não há outras informações sobre perfil e estimativa de tamanho da comunidade brasileira no Sudão do Sul.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais concedidos pelo Brasil ao Sudão do Sul.

POLÍTICA INTERNA

Antecedentes

A história recente do Sudão do Sul é marcada pelos conflitos com seu vizinho ao norte, o Sudão, os quais culminaram com a secessão sul-sudanesa em julho de 2011. As duas regiões, embora unidas por mais de 50 anos em um mesmo país, apresentam características distintas. O Norte possui população predominantemente árabe e muçulmana. O Sul, por sua vez, é povoado por diversas etnias subsaarianas, predominando o cristianismo e religiões animistas.

Os motivos para as dissensões entre as duas regiões podem ser traçados ao ano de 1821, quando o otomano Mohamed Ali Pasha dominou o Egito e o Sudão. O Sul do Sudão era integrado à economia egípcio-sudanesa, principalmente, pelo fornecimento de escravos, madeira e marfim. Contudo, o controle político turco-egípcio que se seguiu sobre o Sudão nunca se afirmou plenamente sobre o Sul, tendo em vista as dificuldades de governar estrutura social caracterizada por múltiplos centros tribais e imensa diversidade cultural. Estima-se que a região do atual Sudão do Sul fosse povoada, no início do século XIX, por cerca de 13 milhões de indivíduos, agrupados em mais de 150 etnias.

Em 1875, Ismail Pasha, descendente de Mohamed Ali, sob a então forte influência britânica, contratou o militar inglês George Chinese Gordon para consolidar o domínio turco-egípcio sobre o Sul. Gordon tornou-se Governador da província de Equatoria no atual Sudão do Sul e, mais tarde, Governador-Geral do Sudão. Nessa condição, Gordon impôs a abolição da escravidão para todo o Sudão, ainda que, em diversas regiões do Sul, o tráfico de escravos se tenha mantido. A ação, no entanto, surtiu efeitos imediatos. A dependência sudanesa na comercialização de escravos era tamanha que a decisão do britânico causou severa crise econômica e revoltas diversas. Essa

situação foi aproveitada pelo sudanês Muhammad Ahmad Al-Mahdi, que uniu vasto exército islâmico e derrotou os ingleses, libertando o Sudão do domínio turco-egípcio e reinstituindo a escravidão. O Sul voltou a ser importante fonte de marfim, madeiras e escravos.

A região do atual Sudão e Sudão do Sul foi reconquistada por exército anglo-egípcio, liderado pelo britânico Lord Kitchener, em 1898. A partir dessa data, o atual Sudão seria governado até 1956 pelo Condomínio Anglo-Egípcio. Os ingleses, contudo, percebendo as profundas diferenças culturais entre o Norte e o Sul, decidiram separar formalmente a administração de ambas as regiões. Sucessivas leis determinaram a necessidade de obter-se permissão para visitar ou comercializar no Sul do Sudão, inclusive para indivíduos do Norte. A língua oficial adotada para a região foi o inglês, juntamente com línguas locais como o Dinka, o Nuer, o Shilluk e o Azande.

Em 1946, no entanto, quando os ingleses começaram a preparar sua retirada do Sudão, as autoridades coloniais decidiram consolidar no Norte a administração do Sul. Essa decisão relacionava-se à percepção de um Sul do Sudão independente como inviável e das pressões exercidas pelo Egito, que ansiava pela manutenção do seu domínio sobre o Sudão e desejava assegurar a maior quantidade de território por onde o Nilo corresse. Deve-se ressaltar que a decisão foi tomada à revelia dos sulistas, que foram informados do que ocorreria em 1947.

Em 1954, após onda de protestos nacionalistas em Cartum, foi criado o Parlamento sudanês, o que marcou o início do processo de independência do Sudão, obtida em 1º de janeiro de 1956. O Governo do Sudão foi formado pela elite urbana de Cartum, de origem árabe, sem a participação relevante do Sul nos processos decisórios do país.

Primeira guerra civil sudanesa

A resposta sulista a esses movimentos de Cartum veio um ano antes da independência. Em 1955, na cidade de Torit, militares do Equatoria Corps - o "exército" sulista criado pelos britânicos em 1917 - recusaram-se a cumprir ordens de se deslocar para o Norte.

O motim de Torit é considerado o início da Primeira Guerra Civil Sudanesa. Iniciava-se, então, o conflito entre Cartum e o movimento rebelde Anya Nya (nome que significa "veneno de serpente", adotado, em 1963, pela

guerrilha semiorganizada dos sulistas sob a liderança de Joseph Lagu). Em 1969, com a tomada do poder em Cartum pelo Coronel Gaafar Nimeiry, abriu-se a possibilidade de se negociar a paz. O novo governo do militar desejava, como gesto inaugural, terminar o conflito, que consumia recursos e vidas.

Em 1972, foi assinado o Acordo de Adis Abeba entre o Anya Nya e Cartum, o qual dava autonomia relativa ao sul do Sudão. Conseguiu-se que a região fosse governada como uma só entidade, sem divisões e com grande independência face ao Governo de Cartum. Membros do Anya Nya seriam integrados ao Exército sudanês e determinou-se que, no sul do Sudão, as forças armadas seriam compostas, equitativamente, por 6.000 sulistas e 6.000 nortistas. O Acordo também estipulava valores para projetos de desenvolvimento no Sul.

Segunda guerra civil sudanesa

Ao final da década de 1970 e início da década de 1980, contudo, a paz entre o Norte e o Sul do Sudão deteriorou-se, levando ao reinício do conflito em junho de 1983. A causa imediata da retomada das hostilidades foi a decisão de Cartum de redividir o sul em três regiões, tomada em junho de 1983 pelo então Presidente sudanês Gaafar Nimeiry. Alguns analistas argumentam que a ação buscava enfraquecer a liderança única da região Sul, com vistas a facilitar a exploração do petróleo, recém-descoberto pela Chevron em 1978/79 na região de Bentiu, no Sul do Sudão. Também contribuiu para o reinício do conflito a declaração do Sudão como Estado Islâmico, marginalizando a população sulista, em sua maioria cristã.

No contexto da deterioração da paz entre as duas regiões, alguns oficiais sulistas, sob a liderança do Tenente-Coronel John Garang de Mabior, fugiram para a Etiópia e fundaram, na cidade de Gambella, o Sudan People's Liberation Army (SPLA). O braço político do grupo, denominou-se, por sua vez, Movimento de Libertação do Povo do Sudão (SPLM).

O SPLA avançou rapidamente a partir da fronteira com a Etiópia a oeste e da região de Bahr Al-Gazal a leste. Durante os Governos dos Presidentes Nimeiry (1969-1985) e Sadiq Al-Mahdi (1986-1989), o exército sudanês estava enfraquecido, o que facilitou ao SPLA dominar quase todo o sul do Sudão. Em 1990, os rebeldes chegaram às portas de Juba e, em algumas regiões do Norte, como o Nilo Azul e as Montanhas Nuba, no Cordofão do Sul.

A partir de 1991, contudo, o SPLA começou a enfraquecer-se, em

virtude de mudanças no contexto regional e de divisões internas, sobretudo entre unionistas, que buscavam a refundação do Sudão em bases mais inclusivas para a população sul-sudanesa, ou seja, sem o recurso à separação do Norte (linha adotada, à época, pelo SPLA) e secessionistas, que advogavam a independência do sul do Sudão (linha adotada pelas dissidências do movimento). Durante a década de 1990, continuaram, contudo, os enfrentamentos entre o SPLA e o exército sudanês, além de outros grupos rebeldes sulistas.

O Acordo Abrangente de Paz (AAP)

Em 1999, mudanças políticas fizeram com que as lideranças sudanesas adotassem postura mais flexível e pragmática quanto à possibilidade de se buscar a paz. As negociações para o fim do conflito contaram com a ativa participação do organismo sub-regional IGAD (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento, com sede no Djibouti) e intensificaram-se a partir de 2002. Naquele ano, assinou-se o Protocolo de Machakos (Quênia), que estabeleceu um Governo semiautônomo no Sul do Sudão e assegurou, aos sulistas, representação política em Cartum, bem como metade da renda total da produção de petróleo, concentrada no sul do Sudão.

O Protocolo de Machakos abriu caminho para acordo de caráter definitivo, o Acordo Abrangente de Paz (AAP), celebrado em Nairóbi, em janeiro de 2005, que estabeleceu a realização de referendo sobre a independência do Sul do país em prazo de 6 anos, bem como de consulta específica à população da região de Abyei, zona petrolífera limítrofe entre o Sul e o Norte, sobre qual dos lados deveria integrar. As Partes, contudo, nos termos do AAP, deveriam empreender esforços para que a opção pela unidade fosse atrativa aos sul-sudaneses.

O AAP também estabeleceu termos para a representação política para o Sul e o compartilhamento da riqueza advinda do petróleo. O novo Governo sudanês resultante do Acordo (o Governo de Unidade Nacional do Sudão) foi integrado por grupos políticos do Norte (NCP) e do Sul (SPLM), e tomou posse em julho de 2005. Previu-se, ademais, a realização de eleições gerais em 2010, no Sul e no Norte.

Nesse contexto, o líder do SPLA, Salva Kiir Mayardit assumiu a Presidência do então Governo provisório do Sudão do Sul e a Primeira Vice-

Presidência do Governo de Unidade Nacional do Sudão, em agosto de 2005, após a morte de John Garang em acidente de helicóptero em Uganda. Kiir buscou negociar com as diversas dissidências do SPLA e, em janeiro de 2006, o Presidente do Governo do Sudão do Sul assinou a Declaração de Juba, pela qual as forças milicianas seriam integradas aos quadros do SPLA.

Nas eleições gerais de 2010, Kiir reelegeu-se Presidente do Governo do Sudão do Sul (à época, ainda não independente) por ampla maioria. Os resultados obtidos pelo SPLM nas eleições, em especial a permanência de Kiir no Governo do Sudão do Sul, que lhe garantiu, nos termos do AAP, a vice-presidência do Sudão, foram fatores importantes para a realização do referendo de autodeterminação do Sul.

Secessão do Sudão do Sul

Mais jovem país do continente africano, o Sudão do Sul adquiriu sua independência do Sudão em 9 de julho de 2011.

Nos termos do AAP, foi realizado, em janeiro de 2011, referendo sobre a independência do Sul do Sudão, com 98,83% do eleitorado optando pela secessão do Sudão. O Presidente do Sudão, Omar Al-Bashir, aceitou os resultados e promulgou decreto confirmando o referendo. Em 9 de julho de 2011, após período intermediário de seis meses estipulado pelo próprio AAP, foi emitida declaração formal de independência do Sudão do Sul, tendo Salva Kiir assumido a Presidência do novo país.

A secessão sul-sudanesa tem importante caráter simbólico para a África. Tratou-se do primeiro movimento endógeno no continente de redefinição de fronteiras, por votação e decisão mutuamente consensuada (a Eritréia, apesar de ter votado por sua independência em 1993, já havia existido como país autônomo antes de ser anexada pela Etiópia em 1962).

Fissuras políticas e focos de insurgência pós-secessão

Com a secessão sul-sudanesa, as diversas forças políticas do país, frequentemente agrupadas em torno de interesses comunitários com matizes étnicos, passaram a disputar espaços por maior participação política nas instituições governamentais do novo país e a impor crescentes fissuras no amálgama político que havia sido moldado pelo SPLM/A em torno da causa comum de resistência ao Norte. O cenário de crescentes dificuldades

econômicas e de denúncias de corrupção e mau gerenciamento das receitas provenientes do petróleo ensejou, ademais, forte descontentamento de parte da população com o Governo do SPLM/A.

Nesse contexto, o Governo sul-sudanês passou a enfrentar focos de insurgência armada de diversos grupos que se sentiam alijados do poder. O exemplo mais conspícuo foi o do Exército de Libertação do Sudão do Sul (SSLA), então liderado por George Athor, ex-General do SPLM/A que desejava governar o estado de Jonglei, no sudeste do país. Nessa região, foram logo reavivadas, ao longo de 2011, as tensões que domesticamente dividem a sociedade sul-sudanesa, baseadas, em grande medida, embora não exclusivamente, nos interesses comunitários e padrões étnicos que conformam os múltiplos grupos identitários e as dezenas de milícias ainda atuantes no país.

Assim, já em janeiro 2011, seis meses antes da independência do país, intensificaram-se, no estado de Jonglei, violentos confrontos entre tribos das etnias Nuer e Murle, pelo controle de terra e gado. Os confrontos intertribais logo se transformaram em conflitos entre milícias armadas. O SSLA passou a apoiar militarmente as tribos Murle, que constituem a base étnica do comando da milícia. Por sua vez, o Nuer White Army, milícia de etnia Nuer, deu declarações de que dizimaria os membros da etnia Murle. Focos de insurgência de características semelhantes irromperam em outras regiões do país.

A violência dos confrontos e as ameaças de assassinato em massa disseminaram, na comunidade internacional, o alerta de que os conflitos poderiam deteriorar em episódios de extermínio étnico, o que elevou as pressões para sua resolução. Os esforços, por parte do Governo sul-sudanês e da UNMISS, de repressão dos focos de insurgência e de intervenção nos confrontos tornaram-nos, contudo, alvos de recorrentes ataques armados.

Em 2012 e 2013 foram assinados acordos de paz entre o Governo e diversos grupos insurgentes, a partir dos quais grande parte das tropas do SSLA e outros grupos passou a ser reincorporada ao Exército sul-sudanês. Os acordos não propiciaram, contudo, solução definitiva para as clivagens estruturais, ainda latentes na sociedade sul-sudanesa.

Racha no SPLM/A e atual conflito civil

Em meados de dezembro de 2013, teve início o maior conflito civil desde a independência do Sudão do Sul. Com grande número de mortos, o

conflito em curso tem caráter predominantemente político, originado em divisão do SPLM/A em facções atualmente lideradas pelo Presidente Salva Kiir e pelo ex-Vice-Presidente Riek Machar.

Ao longo de 2013, parcela do SPLM/A passou a atribuir os insucessos no plano econômico e a turbulência social à atitude apaziguadora do Presidente Salva Kiir em relação ao Sudão, bem como a seu autoritarismo a frente do Governo. A disputa intrapartidária tornou-se pública quando, em julho de 2013, o Presidente Salva Kiir realizou ampla reforma em seu Gabinete, trocando todos os 29 Ministros e Secretários-Executivos, além do próprio Vice-Presidente Machar. Na ocasião, Salva Kiir excluiu do Governo muitos dos aliados na luta pela secessão e vários dos membros do Diretório Central do SPLM/A. O clima tornou-se mais tenso quando Riek Machar, figura política autônoma também associada ao sucesso da secessão, anunciou sua intenção de concorrer à presidência do SPLM/A, possivelmente em preparação para candidatura às eleições presidenciais. Assim, à medida que se aproximava o prazo para as eleições gerais no país, previstas para 2015, acirrou-se o quadro de duras disputas intrapartidárias no seio do SPLM.

Durante a primeira quinzena de dezembro de 2013, Machar e outras lideranças do SPLM/A convocaram entrevista coletiva, na qual expuseram publicamente os problemas internos do partido. As tensões mantiveram-se fortes até que, no dia 15/12/2013, homens armados não identificados iniciaram tiroteio na Capital, Juba, próximo ao Palácio Presidencial. O PR Salva Kiir acusou Machar, em transmissão televisiva em cadeia nacional, de tentativa frustrada de golpe de estado, bem como ordenou a prisão de membros do SPLM/A partidários de Machar. Apesar de negar a versão do Presidente, Machar posteriormente assumiu o comando dos revoltosos, que passaram a intitular-se "SPLM/A na oposição".

Apesar de originado em divergências intrapartidárias, o atual conflito deu início também a confrontos interétnicos. Dado que o Presidente Kiir é da etnia Dinka e o ex-Vice Presidente Machar é da etnia Nuer, a oposição entre os líderes políticos deu ensejo a confrontos entre membros dessas duas etnias, não apenas no seio do SPLM/A como também em outras localidades do país, a exemplo de Bentiu, no Estado de Unity, e de Bor e Akobo, no Estado de Jonglei.

Segundo dados do Escritório de Coordenação para Assuntos Humanitários das Nações Unidas (UNOCHA), o conflito, que ameaça afetar

diretamente metade da população do país, já causou dezenas de milhares de mortes e deslocou cerca de 1,5 milhão de pessoas.

Mediação de solução política

O violento conflito, que tem tido ampla repercussão regional e internacional, foi objeto de amplos esforços de mediação liderados pela Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD). Contudo, apesar de haverem sido firmados sucessivos compromissos de cessar-fogo entre as partes, persistem ainda hoje episódios de confronto e violência, com fortes impactos humanitários. Sem baixar as armas, as partes em conflito trocam acusações sobre qual seria a responsável pela perpetuação da violência, enquanto persistem também dificuldades para a assistência humanitária internacional em benefício da população civil. Outro importante ponto de discórdia para o estabelecimento de compromisso efetivo com o cessar-fogo é a libertação dos últimos três partidários de Machar, mantidos presos pelo Governo desde o início do conflito.

Em março de 2015, terminou o prazo extipulado pela IGAD para a conclusão de sua mediação, que foi dada como encerrada sem êxito. Desde então, a comunidade internacional tem buscado formas alternativas de desenvolver mediação efetiva do conflito no país. A IGAD propõe trabalhar juntamente com um " grupo de amigos do Sudão do Sul" para que as partes em conflito possam ser levadas a instituir, até julho de 2015, governo de união nacional transitório, com o qual já teriam concordado, em princípio.

Desafios no processo de transição político-institucional

No campo institucional, os desafios mais prementes do processo de reestruturação do Sudão do Sul como Estado soberano são a formulação de nova Constituição nacional e a realização de eleições gerais, transparentes e inclusivas. Uma vez que ambas essas etapas deveriam ser cumpridas em 2015, o atual conflito civil tem inviabilizado, na prática, o calendário de transição.

A Constituição atualmente vigente no Sudão do Sul tem caráter transitório, uma vez que foi redigida em abril de 2011, com validade de 4 anos. Segundo o calendário de transição, previa-se que, até dezembro de 2014, a Comissão Nacional de Revisão Constitucional apresentasse ao Presidente novo texto de Carta Magna, baseado no atualmente em vigor. A partir de então, o Presidente deveria repassar o texto para deliberação e aprovação pelo poder

Legislativo. Contudo, o conflito civil em curso no país não deixa antever com clareza o desfecho do processo constituinte em futuro próximo.

No que tange ao calendário eleitoral, originalmente previa-se a realização de eleições gerais ao longo de 2015, mas o clima de turbulência social por que passa o país tem levado ao receio de que os prazos não sejam cumpridos. Em junho de 2014, o Presidente Salva Kiir declarou intenção de adiar, possivelmente para 2017, o pleito presidencial, em função da conturbada situação política, o que lhe valeu críticas, tanto domesticamente quanto no plano internacional, em relação a uma possível atitude autoritária do Presidente, motivada por suposto desejo de perpetuação no poder.

As dificuldades de conjugar o andamento da transição institucional com o difícil equacionamento dos desequilíbrios na representatividade política do Governo no Sudão do Sul mantêm relação tanto de causa como de consequência com o conflito civil em curso no país, contribuindo para o prolongamento dos graves impasses atualmente observados na situação securitária e no quadro político-institucional do país.

Poder Legislativo

Segundo a Constituição de transição, com validade prevista até julho de 2015, o Poder Legislativo sul-sudanês tem estrutura bicameral, formada pela Assembleia Nacional Legislativa (ANL) e pelo Conselho dos Estados. Compõem a ANL todos os sul-sudaneses que integravam a Assembleia Legislativa do Sul do Sudão, do período pré-independência; os parlamentares sul-sudaneses que detinham assento na Assembleia Nacional do Sudão, em Cartum; e 66 membros indicados pelo Presidente da República. O Conselho dos Estados, por sua vez, compõe-se dos sul-sudaneses que detinham, à época, assento no Conselho dos Estados da República do Sudão, bem como 20 novos membros indicados pelo Presidente.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Sudão do Sul vinha pautando-se pela negociação de questões pendentes após o processo de secessão do Sudão, sobretudo os termos de partição dos recursos provenientes da venda de

petróleo, cujo escoamento ainda se dá pelo território do Norte (República do Sudão), e a demarcação da fronteira comum. Com a eclosão do atual conflito interno sul-sudanês, contudo, essas frentes de negociação perderam prioridade e dinamismo, na medida em que a agenda internacional de Juba passou a centrar-se na mediação do conflito.

IGAD e mediação do conflito no Sudão do Sul

A IGAD, que já havia cumprido papel de facilitadora das negociações que levaram à celebração do AAP, em 2005, desempenhou papel destacado como principal instância mediadora do violento conflito civil que eclodiu no Sudão do Sul em dezembro de 2013, após cisão entre as lideranças da independência sul-sudanesa.

Poucos dias após a cisão que motivou o conflito, missão ministerial da IGAD liderada pelo Chanceler da Etiópia, Tedros Adhanom, e integrada por representantes do Djibuti, Quênia, Sudão e Uganda, bem como pelo Comissário de Paz e Segurança da União Africana, e do representante das Nações Unidas para a UA, viajou a Juba com vistas a alcançar a cessação das hostilidades e a negociação política do conflito pelas partes envolvidas, em bases inclusivas e em respeito à Constituição sul-sudanesa. Na semana seguinte, o Primeiro-Ministro da Etiópia, Hailemariam Desalegn, e o Presidente do Quênia, Uhuru Kenyatta, reuniram-se com o Presidente Salva Kiir e, posteriormente, com os dez políticos sul-sudaneses detidos.

As lideranças das partes em conflito concordaram em participar de processo de mediação que resultou na assinatura, em Adis Abeba, de sucessivos acordos de cessar-fogo: o Acordo para a Cessação de Hostilidades (23/1/ 2014); o Acordo de Renovação de Compromisso em Assuntos Humanitários (5/5/2014); o Acordo para Solução do Conflito no Sudão do Sul (9/5/2014); o Acordo para Cessação Definitiva de Hostilidades (8/11/2014); e o acordo para negociação de partilha de poder (2/2/2015). O último acordo firmado estabeleceu o prazo de 5 de março de 2015, para a conclusão da mediação da IGAD e a assinatura de novo Acordo-Quadro que colocaria fim ao conflito.

Contudo, a despeito dos sucessivos acordos firmados, permaneceram registros de enfrentamentos entre as partes, que buscavam obter vantagens militares para chegar a cada rodada de negociação em posição fortalecida. Em tentativa ambiciosa de pôr fim ao conflito, a IGAD

estabeleceu o prazo de 5 de março para que o Governo do Sudão do Sul e o SPLM/A na oposição chegassem a acordo sobre a formação de governo de união nacional. Em apoio, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) adotou, no dia 3 de março de 2015, a Resolução 2206, que estabeleceu regime de sanções ao país, prevendo a possibilidade de sanções às personalidades que demonstrem não estarem colaborando com a solução do conflito. Contudo, diante do malogro do último acordo firmado e do desrespeito do prazo estabelecido pela IGAD, o Primeiro-Ministro da Etiópia e Presidente da IGAD, Hailemariam Dessalegn, deu declarações e enviou carta ao povo sudanês, nas quais chegou a anunciar que o processo de paz no âmbito do organismo havia sido concluído sem sucesso.

É possível que novos esforços de mediação da crise sul-sudanesa sejam transferidos para a União Africana, organismo que pode ter maior capacidade de pressionar as partes em conflito. A IGAD, por sua vez, propõe trabalhar juntamente com um " grupo de amigos do Sudão do Sul" para que as partes em conflito sejam levadas a instituir, até julho de 2015, governo de união nacional transitório, com o qual já teriam concordado, em princípio.

Etiópia

A Etiópia, que liderou os esforços de mediação por parte da IGAD, tem interesses concretos na estabilidade sul-sudanesa. Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), desde o início dos confrontos, mais de 70 mil sul-sudaneses buscaram refúgio na Etiópia, que já abrigava, em dezembro de 2013, aproximadamente, 76 mil refugiados do Sudão do Sul. O Vice-Diretor da Administração Etíope para os Assuntos de Refugiados e Retornados (ARRA) afirmou à imprensa internacional, em março último, que não seria exagerado prever que o número de refugiados sul-sudaneses no país alcance o número de 300 mil, em razão da presente crise.

Tanzânia e mediação de Arusha

Em outubro de 2014, o Governo tanzaniano anunciou que, a pedido do Presidente sul-sudanês, a Tanzânia buscaria também mediar o conflito, sem prejuízo da iniciativa em curso no âmbito da IGAD. A mediação tanzaniana resultou na assinatura, em janeiro de 2015, de acordo voltado à reconciliação intrapartidária (SPLM), que fortaleceria eventual formação de governo de união nacional. Contudo, os esforços tanzanianos têm sido interpretados por

alguns analistas como movimento protelatório do Presidente Salva Kiir, uma vez que teria duplicado os esforços de mediação da crise.

UNMISS

Um dia antes da independência do Sudão do Sul, o CSNU estabeleceu, por meio da Resolução 1996 (2011), a Missão de Assistência das Nações Unidas para o Sudão do Sul (UNMISS). Entre os objetivos da UNMISS, destacam-se o auxílio na consolidação de instituições sul-sudanesas, por meio da cooperação para a formulação de políticas nacionais em diversas áreas; a proteção da população civil; e a promoção da participação nos processos políticos, com o auxílio para a preparação e realização de eleições.

No entanto, as relações entre o Governo do Sudão do Sul e a UNMISS têm registrado, não raramente, episódios de tensão, a exemplo da expulsão, pelas autoridades sul-sudanesas, de oficial de direitos humanos da Missão e da derrubada de helicóptero russo a serviço da Missão por membros do SPLA, em dezembro de 2012. A Missão sofre, ademais, com ataques de grupos armados rebeldes, que se intensificaram após a eclosão do atual conflito civil no país, quando, de imediato, instalações das Nações Unidas em Jonglei receberam cerca de 35 mil pessoas procurando proteção de ataques. Os violentos ataques perpetrados contra a UNMISS têm sido duramente condenados pelo Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-Moon, e pela comunidade internacional como um todo.

Em decorrência do atual conflito no Sudão do Sul, o CSNU decidiu ampliar os contingentes militar e policial da UNMISS (Resolução 2132, de 2013). Em maio de 2014, a UNMISS publicou relatório com cenário negativo para a situação de direitos humanos no Sudão do Sul, o que reforçou a preocupação internacional em relação ao conflito no país. Em reação, o CSNU realizou audiência pública sobre o conflito e consultas que resultaram na adoção, em maio de 2014, da Resolução 2155, a qual altera o mandato da UNMISS para que a missão priorize as seguintes ações: proteção de civis; monitoramento e investigação da situação de direitos humanos; criação de condições para a entrega de assistência humanitária; apoio à implementação do Acordo para a Cessação de Hostilidades, de 23/1/2014 (o qual seria reafirmado por série de compromissos de cessar-fogo firmados entre as partes, até o momento não plenamente cumpridos).

Relacionamento Sudão do Sul-Sudão

Desde meados de 2012, as relações entre o Sudão do Sul e o Sudão têm registrado processo de distensão, que resulta de postura pragmática, tanto de Juba quanto de Cartum. Ao avaliar que o diálogo construtivo entre os dois países é condição essencial para a prosperidade de ambos, bem como para a paz e a estabilidade na região, as autoridades em Juba e Cartum têm obtido avanços em negociações políticas das divergências em relação aos termos para o escoamento do petróleo sul-sudanês pelo território do Sudão e a demarcação da fronteira comum.

Em setembro de 2012, mês marco nesse processo de distensão, os Presidentes do Sudão do Sul e do Sudão firmaram importante acordo em Adis Abeba, comprometendo-se a retirar suas tropas da área de fronteira e retomar a produção e escoamento de petróleo, entre outras medidas. Em outubro de 2012, os Parlamntos dos dois países já haviam aprovado o acordo firmado, cuja implementação apresentou progressos relevantes, a exemplo do início da desmilitarização da fronteira e da retomada da exploração e escoamento do petróleo (abril de 2013).

Troca de acusações de que cada Governo apoiaria grupos rebeldes com atuação no território do outro país por vezes geram clima de inimizade e ameaças que têm podido, até o momento, ser superadas pelo diálogo, no mais alto nível, entre as autoridades dos dois países. Com esse espírito, o Presidente sudanês, Al-Bashir já realizou três visitas oficiais ao Sudão do Sul (abril e outubro de 2013 e janeiro de 2014), ao passo que o Presidente sul-sudanês foi ao Sudão duas vezes (outubro de 2011 e abril de 2014). Em dezembro de 2014, contudo, o Governo sudanês deu forte ultimato ao Sudão do Sul para que cesse qualquer tipo de apoio ao grupo JEM-Gibril, que faz oposição armada a Cartum na região de Darfur.

Sudão do Sul-Sudão: a questão do petróleo

Durante a vigência do AAP, estipulou-se a repartição igualitária dos recursos petrolíferos, centrais para as economias do Sul e do Norte. Uma vez concretizada a independência do Sudão do Sul, o novo país passou a deter cerca de 75% das reservas de petróleo que antes pertenciam ao Sudão unificado. O território do Norte (República do Sudão), por sua vez, concentra as infraestruturas necessárias para a exportação do hidrocarboneto. Dessa forma, as duas partes iniciaram negociações com vistas a equacionar a questão

da repartição das receitas obtidas com a venda do petróleo.

Em janeiro de 2012, contudo, o Governo sul-sudanês anunciou a interrupção da produção de petróleo em seu território, em virtude de valores, que considerava abusivos, cobrados pelo Norte para o escoamento e embarque de sua produção em navios petroleiros. O impasse ganhou contornos militares quando o Sudão do Sul invadiu o complexo petrolífero de Heglig, em abril de 2012, em retaliação a bombardeios sudaneses no Estado de Unity, zona petrolífera sul-sudanesa. Juba contesta a soberania sudanesa sobre Heglig, que se tornou, após a secessão do Sul, o mais importante sustentáculo da economia sudanesa (responde por metade da atual produção de petróleo do Sudão). A escalada de violência entre os países apaziguou-se com a retirada das tropas sul-sudanesas de Heglig, anunciada em 20/4/2012, e o fim dos bombardeios aéreos por parte de Cartum.

Em agosto de 2012, ambos os países finalmente acordaram as tarifas para escoamento da produção de Juba pelo Sudão do Sul e, em abril de 2013, a produção de petróleo sul-sudanesa foi retomada. Contudo, em razão do conflito interno sul-sudanês, a produção do petróleo no país foi reduzida de 250 mil barris/dia, antes do conflito, para 140 mil barris/dia, como a média anual de 2014. Grande parte dos combates do atual conflito teve lugar onde se concentra a produção de petróleo no Sudão do Sul, nos estados de Unity e Alto Nilo, sendo que, no estado de Unity, as forças de oposição assumiram o controle. Na imprensa, tem-se noticiado a existência de negociações para ação conjunta de Cartum e Juba para recuperação das reservas de exploração petrolífera, o que tem sido negado pelas autoridades em questão.

Sudão do Sul-Sudão: questões fronteiriças

Sudão do Sul e Sudão mantêm, desde antes da independência do Sudão do Sul, negociações para a criação de uma zona de fronteira desmilitarizada. Em setembro de 2012, as duas partes anunciaram o início dos esforços de desmilitarização e a instalação de mecanismo conjunto para a verificação e supervisão da fronteira. Em outubro de 2013, acordaram o início da identificação da "linha zero" para a criação da zona fronteiriça. Contudo, em dezembro de 2014, quando ocorreu a última reunião bilateral sobre demarcação, as divergências sobre questões fronteiriças impediram que acordo geral sobre fronteiras fosse alcançado.

As principais divergências que ainda persistem se referem,

sobretudo, à região de Abyei, situada em área disputada entre grupos nômades pastoris (Misseriya), de origem árabe, tradicionalmente aliados a Cartum, e tribos sedentárias (Ngok-Dinka), de origem sul-sudanesa, aliadas ao SPLM/A. A região tem também importância econômica, dada a presença de grandes reservas petrolíferas e infraestrutura para sua extração e transporte.

No âmbito das negociações do AAP, assinou-se o Protocolo para a Resolução do Conflito de Abyei, que concedeu à região estatuto administrativo próprio e determinou a realização de referendo local para a definição de sua nacionalidade.

Não obstante os compromissos políticos de Juba e Cartum, o quadro de tensão entre os grupos tribais envolvidos na disputa pela região permaneceu inalterado. Em maio de 2011, houve conflito entre o SPLA e as Forças Armadas sudanesas, o que permitiu ao Sudão assumir o controle da cidade de Abyei. Em junho de 2011, Sul e Norte acordaram, sob os auspícios da União Africana, a desmilitarização da região e o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) adotou a Resolução 1990 (2011), que criou a Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei (UNISFA), para monitorar a desmilitarização e supervisionar a zona disputada.

Até o momento, todavia, a realização do referendo sobre a nacionalidade da região segue sem previsão, sobretudo devido a controvérsias quanto ao registro de eleitores. Nesse quadro, o conflito intertribal na região tende a deteriorar-se. Em maio de 2014, as discussões, no âmbito do CSNU, para renovação do mandato da UNISFA, ocorreram em clima de preocupação. Em relatório preparado para subsidiar a reunião, o SGNU afirmou que é possível que a disputa por Abyei resulte em nova guerra entre Sudão e Sudão do Sul. No contexto do atual conflito no Sudão do Sul, as negociações sobre a questão de Abyei foram praticamente interrompidas, levando a Etiópia, maior contribuinte de tropas para a UNISFA, a pressionar por ação mais contundente por parte do CSNU. O Conselho, contudo, limitou-se a renovar o mandato da missão e reiterar antigas recomendações para que o Sudão retire seu contingente policial ao redor do campo petrolífero de Diffra, bem como para que o Sudão do Sul proceda à desmilitarização da região de Abyei.

Grandes Lagos

O Sudão do Sul passou, com a independência, a fortalecer vínculos com a região dos Grandes Lagos, em particular com Uganda e Quênia, países

que constituem alternativas, a médio prazo, para o escoamento da produção de petróleo sul-sudanesa e que possuem crescentes interesses econômicos no Sudão do Sul.

Uganda foi um dos mais ativos apoiadores da secessão do Sudão do Sul. O SPLM/A é tradicional aliado de Campala, que apoiou a luta secessionista liderada pelo Movimento em troca de suporte no enfrentamento de bases do Lord Resistance Army (LRA) no atual território sul-sudanês. Além de afinidades étnicas, argumenta-se que as motivações de Uganda para estabelecer essa parceria seriam a intensa corrente de comércio mantida com o Sul do Sudão e disputas geopolíticas entre Campala e Cartum. Tensões entre Sudão e Sudão do Sul, bem como o atual conflito civil sul-sudanês, preocupam Campala, ademais, devido ao risco de grandes deslocamentos humanos rumo a Uganda. Tendo em conta seu interesse concreto na estabilidade do Governo sul-sudanês, Uganda realizou ações militares no país em janeiro de 2014, com vistas a bloquear a escalada do atual conflito civil. Devido ao seu já forte engajamento em outras crises regionais, sobretudo na Somália, Uganda logo passou a declarar, contudo, sua preferência pelo recurso à mediação na busca por solução para o conflito no Sudão do Sul.

O Quênia possui interesses econômicos no Sudão do Sul e mantém vínculos históricos com as elites do novo país. Há projeto para construção de oleoduto para exportação de petróleo sul-sudanês via Quênia, de modo que as relações com Nairóbi possuem relevância estratégica para Juba. Em março de 2012, foi inaugurado o projeto de infraestrutura do Porto de Lamu, que poderá servir de ponto de escoamento das exportações de petróleo do Sudão do Sul no médio prazo.

Nesse contexto, o Sudão do Sul solicitou adesão à Comunidade da África Oriental (EAC), mecanismo de integração abrangente dos países da região (Quênia, Uganda, Tanzânia e Burundi), que, atualmente, se constitui como união aduaneira e tem o objetivo de formar uma união monetária. Por força do conflito civil em curso no país, o processo de adesão do Sudão do Sul à EAC tem sido mantido em compasso de espera.

No início de 2012, o Sudão do Sul aderiu a outros dois importantes organismos regionais: a IGAD (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento, com sede no Djibuti) e a Conferência Internacional Regional dos Grandes Lagos (CIRGL).

Relações extracontinentais

Logo após sua independência, o Sudão do Sul passou a contar com boas relações com os países ocidentais, sobretudo com os Estados Unidos da América (EUA) e o Reino Unido, que haviam tido participação na articulação da autodeterminação sul-sudanesa. Desde 2011, EUA, Reino Unido, Holanda e Noruega seguem entre os principais fornecedores de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento para o Sudão do Sul.

Contudo, com a eclosão do atual conflito civil, o país passou a ser objeto de atenções redobradas de parceiros extrarregionais, que têm exortado os sul-sudaneses a resolver suas diferenças de forma pacífica e em consonância com os esforços regionais de mediação.

Nesse contexto, em março de 2014, o Presidente estadunidense, Barack Obama, editou ordem executiva que estabelece a imposição de sanções financeiras contra indivíduos e grupos que ameacem a paz, a segurança ou a estabilidade do Sudão do Sul. Violações de direitos humanos, bloqueio de ajuda humanitária e ataques a integrantes da força onusiana de paz também foram listadas como ações que sujeitarão os responsáveis a bloqueio de bens e impedimentos a viagens. Em maio de 2014, os EUA anunciaram sanções a indivíduos de ambos os lados do conflito sul-sudanês, muito embora analistas independentes duvidem do real efeito dessa medida.

À época, a União Europeia, que também vêm acompanhando com grande preocupação o conflito, cogitou seriamente seguir o exemplo estadunidense, mas decidiu por postergar o recurso a esse tipo de medidas com vistas a conceder maior espaço à solução política do conflito.

Em reação à publicação, em abril de 2014, do relatório da UNMISS sobre a situação de direitos humanos no Sudão do Sul, o Canadá, importante prestador de cooperação e de ajuda humanitária ao país, exortou o Governo em Juba e a liderança da oposição a assegurarem que haja "plena responsabilização" pelos crimes humanitários cometidos e violações aos direitos humanos.

No mesmo mês, realizou-se, em Oslo, conferência de doadores para o Sudão do Sul responsável por duplicar os recursos financeiros para a ação humanitária no país, os quais passaram de US\$ 600 milhões para mais de US\$ 1,2 bilhão. Os participantes da conferência foram unívocos ao requisitar que as partes em conflito garantam livre circulação e segurança aos prestadores de assistência humanitária.

Em março de 2015, o CSNU adotou a Resolução 2206, que estabeleceu regime de sanções ao Sudão do Sul.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Após sua independência, em julho de 2011, o Sudão do Sul tem enfrentado grandes desafios para sua estruturação econômica, em especial na área de infraestrutura. O país possui parca rede de estradas pavimentadas e a maior parte da geração de energia elétrica provém de geradores a diesel. O país carece, ademais, de quadros técnicos capacitados em diversas áreas e de instituições minimamente consolidadas. Não obstante, o território sul-sudanês apresenta importantes recursos naturais, em especial petróleo e terras férteis para a agricultura.

Enfraquecida por anos de violência e baixos investimentos, a economia do Sudão do Sul é altamente dependente das receitas provenientes do petróleo, as quais representam cerca de 98% das arrecadações do governo (excluídos recursos oriundos de ajuda externa) e 71% do PIB, de acordo com dados de 2014. A distensão na relação entre Sudão do Sul e Sudão permitiu que, em abril de 2013, a produção de petróleo fosse retomada, o que aliviou, temporariamente, as graves dificuldades orçamentárias em que havia mergulhado o país.

Em dezembro de 2013, contudo, a eclosão de novo conflito civil no Sudão do Sul tem inviabilizado que a produção de petróleo ultrapasse 50% de seu potencial (estima-se que o Sudão do Sul tenha capacidade de produzir cerca de 350 mil barris/dia, ao passo a média de produção para 2014 foi de 140 mil barris/dia). Além da queda na produção, o conflito civil no país, provavelmente atrasará os planos sul-sudaneses de organizar nova rodada de venda de licenças e concessões para exploração.

A conjuntura de conflito civil e de redução da produção de petróleo sul-sudanês, aliada à tendência de queda no preço internacional da *commodity*, tem causado expressivos impactos negativos na economia do Sudão do Sul. Segundo estimativas do FMI, o PIB sul-sudanês tem apresentado caráter volátil, havendo-se retraído em cerca de 47%, em 2012, com crescimento compensatório de 24,4%, em 2013, e de 5,4%, em 2014. Estima-se, ainda, que o PIB deverá cair novamente, em 2015, para cerca de 3 ou 4%.

Uma paz completa e duradoura terá de ser alcançada antes que o Sudão do Sul possa progredir no desenvolvimento de um marco regulatório para sua economia, com vistas a atrair investimentos estrangeiros. O caráter recente da independência sul-sudanesa e a ausência de quadros técnicos capacitados tornam eventuais avanços nas políticas fiscais e monetárias do país dependentes de pesados investimentos em assistência técnica, tanto do FMI quanto do Banco Mundial. Não obstante, o Sudão do Sul seja elegível para receber empréstimos do FMI, preocupações relativas à governança econômica também tendem a dificultar o acesso ao Fundo. Por outro lado, apesar da séria queda nas receitas do país provocada pelo conflito civil, os planos do Governo de cortar gastos com serviços públicos também foram adiados em função da crise.

A libra sul-sudanesa, que foi introduzida em 2011 e teve, inicialmente, o mesmo valor da libra do Sudão, perdeu, no contexto da persistente instabilidade política e da debilidade da governança econômica do país, paridade, o que deverá exigir do Banco Central do Sudão do Sul (BCSS) o estabelecimento de instrumentos claros de política monetária. O BCSS tende a intensificar sua cooperação em política monetária com o vizinho do Norte, uma vez que tem apresentado progressos apenas limitados na estruturação de instrumentos de política monetária em seu país.

Embora o Sudão do Sul tenha produzido seus primeiros dados do PIB em meados de 2012, o processo de apuração do PIB ainda é dificultado por um vastíssimo setor informal e pela falta de dados em relação ao comércio. Além dos problemas econômicos propriamente ditos, a insuficiência de mão de obra técnica tende a agravar-se com o conflito, uma vez que empresas estrangeiras evacuaram seus empregados da região do Alto Nilo, o que apresenta reflexo direto na produção e transporte do petróleo. Os investimentos internos e externos, bem como o consumo interno devem, igualmente, reduzir-se drasticamente. A ajuda externa ao Sudão do Sul também poderá sofrer redução, como forma de punir as partes que não estejam colaborando com a solução política do conflito.

Assim, o ambiente de negócios do país permanece incerto, e as perdas até o momento são difíceis de serem recuperadas. Companhias regionais, principalmente do Quênia, Uganda e Etiópia, e também da África do Sul, vinham investindo em áreas como construção civil, manufaturas, eletricidade e telecomunicações, sobretudo na capital, Juba. As companhias

quenianas têm reportado, nesse contexto, perdas significativas desde a eclosão dos conflitos.

Quanto aos índices inflacionários, a inflação foi estimada em 3% em 2013, contra índice de 24,1% no ano anterior. Em 2014, foi estimada em apenas 0,2%, dada uma retração no consumo, bem como uma queda nos preços de bebidas alcólicas e tabaco, produtos que têm impactos "cascata" no restante da economia do país. Em novembro de 2013, o Banco Central do Sudão do Sul voltou atrás na decisão de desvalorizar a moeda, depois de o Parlamento ter criticado que a medida causaria inflação. Os preços permanecem, contudo, voláteis, podendo crescer descontroladamente em função do conflito e de um projetado enfraquecimento da moeda dada a queda do preço global do petróleo.

O Banco Central do país opera uma taxa de câmbio flutuante que inicialmente teria paridade com a do vizinho Sudão. A habilidade de o Banco Central defender a moeda, no entanto, é limitada. Opções para harmonizar os mercados oficiais e paralelos da taxa de câmbio devem ser revisitadas. Uma retomada plena das exportações de petróleo poderia fortalecer a taxa de câmbio da libra sul-sudanesa. Dada a persistência do conflito e a tendência de queda do preço do barril de petróleo, contudo, a taxa de câmbio deverá continuar sua trajetória de deterioração.

Altamente dependente do escoamento de sua produção petrolífera pelo território do Sudão, o Sudão do Sul tem buscado novas alternativas de escoamento para sua produção. Destacam-se a construção de oleodutos ligando o país ao porto de Lamu, no Quênia (em curso) e ao Djibuti, via Etiópia (em fase de projeto). Não se vislumbra, contudo, a médio-prazo, alternativa ao Sudão para o transporte de petróleo sul-sudanês até a costa.

Outro recurso natural relevante para o Sudão do Sul é a disponibilidade de terras férteis para a agricultura. Estudos da FAO divulgados por ocasião da independência do país, em julho de 2011, dão conta de que apenas 4,5% das terras disponíveis para a agricultura são efetivamente cultivadas. Embora o país tenha elevado potencial agrícola, seu baixo aproveitamento faz com que o Sudão do Sul dependa da importação de alimentos, o que aumenta consideravelmente a exposição do país a choques externos. A agricultura e a pecuária são vislumbradas pelo Governo sul-sudanês como as áreas mais promissoras para a promoção de uma necessária diversificação da economia do país.

Desde que alcançou a independência, o Sudão do Sul tem tido

aumentos crescentes de ajuda internacional, sobretudo proveniente dos Estados Unidos e da União Europeia. A ajuda oficial ao desenvolvimento (ODA, no acrônimo em inglês) constitui parcela significativa da economia sul-sudanesa. Segundo dados do Banco Mundial, essa ajuda correspondeu a 7% da Renda Nacional Bruta (RNB) em 2011, e a 17% em 2012. Os doadores, contudo, têm-se mostrado cautelosos diante dos persistentes problemas de governabilidade econômica e, sobretudo, diante do atual conflito civil em curso no país.

Comércio bilateral

Até o presente momento, ainda não há série histórica relativa ao comércio entre o Brasil e o Sudão do Sul no sistema MDIC/Secex/AliceWeb. Contudo, segundo dados pontuais apurados desde 2013, já é possível identificar trocas incipientes entre os dois países, concentradas em exportações brasileiras de carnes e, esporadicamente, de máquinas (ver anexo econômico, a partir da página 33). O intercâmbio subiu de US\$ 29 mil, em 2013, para cerca de US\$1,3 milhão, em 2014. De janeiro a março de 2015, já atingiu US\$ 226 mil, representando aumento de 99% em relação ao mesmo período do ano passado. Embora o patamar de comércio seja ainda muito reduzido, já é possível antever que as exportações brasileiras têm competitividade no mercado sul-sudanês, de modo que uma futura estabilização do país poderá trazer impactos sensíveis nas trocas com o Brasil.

ANEXOS

Cronologia histórica

1821	O otomano Mohamed Ali Pasha domina o Egito e o atual Sudão. Tribos do Sul iniciam contatos com os estrangeiros.
1899	Domínio inglês da região do Sudão. Sul e Norte são separados em administrações distintas.
1946	Conferência de Juba decide consolidar em uma só entidade administrativa Norte e Sul do Sudão.
1954	Início do processo de independência do Sudão com a criação do Parlamento.
1955	Motim no Sul dá início à Primeira Guerra Civil sudanesa.
1956	Independência do Sudão.
1972	Acordo de Adis Abeba põe fim ao conflito civil entre Norte e Sul. O Sul passa a constituir entidade administrativa única a ser administrada com elevado grau de autonomia.
1983	Reinício do conflito civil. É fundado, na Etiópia, o Exército de libertação do Povo do Sudão (SPLA).
1999	Retomada das negociações entre Cartum e rebeldes do Sul, que contaram com apoio significativo da IGAD (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento), organismo regional sediado no Djibuti.
2005	É assinado em Nairóbi o Acordo Abrangente de Paz (AAP), último de uma série de acordos entre o Norte e as facções do Sul. Dentre os principais dispositivos do Acordo estão a realização de referendo sobre o status do Sul em 6 anos, o retorno imediato da autonomia do Sul, a realização de eleições gerais em 2010, a repartição das receitas do petróleo e o estabelecimento de Governo de unidade nacional com entre Norte e Sul.
2005/ago	Salva Kiir, fundador do SPLA assume a presidência do Governo do Sul do Sudão e a vice-presidência no Governo de Unidade Nacional.
2006	Governo do Sul do Sudão adota a Declaração de Juba, que previu a integração de milícias rebeldes ao SPLA.
2009	Arbitragem internacional reduz a área disputada na região de Abyei pelo Norte e pelo Sul.
2010	Reeleição de Salva Kiir como Presidente do Governo do Sul do Sudão, no âmbito das eleições gerais sudanesas.
2011/jan	Referendo sobre o status do Sul do Sudão é realizado. A opção pela independência do Sul do Sudão é vitoriosa com mais de 98%

	dos votos.
2011/mai	Conflitos entre o Sul e o Norte culminam com a tomada de Abyei pelo Norte. Após acordo para a desmilitarização da região, CSNU criou a Força Interina das Nações Unidas para Abyei (UNISFA).
2011/jul	Independência do Sudão do Sul.
2012/jan	Governo sul-sudanês interrompe fornecimento de petróleo, em virtude dos preços cobrados pelo Sudão para o escoamento e embarque do produto.
2012/abr	Deterioração na fronteira entre Sudão e Sudão do Sul
2012/mai	Retomada das negociações entre os dois países.
2012/set	São assinados os Acordos de Adis Abeba, estabelecendo-se condições para a retirada das tropas da região de fronteira, a criação de zona desmilitarizada e a retomada da produção de petróleo sul-sudanesa.
2013/abr	Retomada da produção de petróleo sul-sudanesa. O Presidente sudanês Omar Al-Bashir realiza a primeira visita a Juba após a independência.
2013/dez	Eclosão do atual conflito civil, opondo forças atualmente lideradas pelo Presidente Salva Kirr àquelas lideradas pelo ex-Vice-Presidente Riek Machar.
2014/jan	Sob os auspícios da IGAD, foi assinado o Acordo para a Cessação de Hostilidades, que se tornou uma das principais referências dos esforços de mediação política da crise sul-sudanesa. Não obstante os sucessivos compromissos de cessar-fogo firmados após esse acordo, jamais cessaram os episódios de enfrentamentos entre as partes em conflito.
2015/mar	O processo de mediação auspiciado pela IGAD para a crise sul-sudanesa foi declarado como concluído sem êxito. Desde então, a comunidade internacional tem buscado formas alternativas de desenvolver mediação efetiva do conflito no país.

Cronologia das relações bilaterais

9/1/2011	Governo brasileiro envia missão de observadores ao referendo sobre a autodeterminação do Sudão do Sul.
9/7/2011	Governo brasileiro é representado na cerimônia de independência do Sudão do Sul pelo Subsecretário-Geral Político para África e Oriente Médio do Itamaraty, Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto. Na ocasião, o representante brasileiro assinou, juntamente com o Chanceler sul-sudanês, comunicado conjunto

112

	sobre o estabelecimento de relações diplomáticas do Brasil com o Sudão do Sul.
7/2/2013	Decreto nº 7914 cria a Embaixada brasileira em Juba (não residente), cumulativa com a Embaixada do Brasil na Etiópia.

ATOS BILATERAIS

Não há registros de acordos bilaterais assinados entre Brasil e Sudão do Sul. Em julho de 2011, os dois países assinaram Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas, que é, ainda, o único ato bilateral assinado entre as partes.

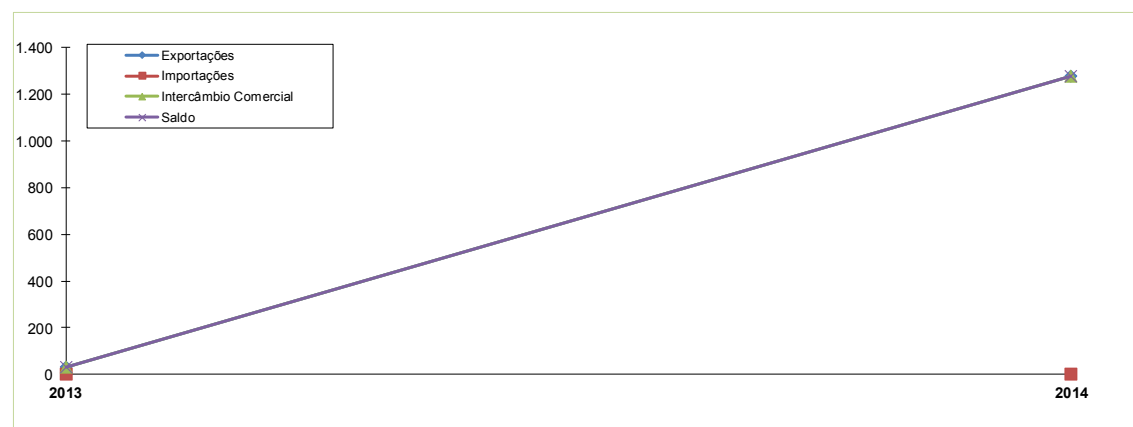
Anexo econômico

Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Sudão do Sul US\$ mil, fob										
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	
2013	29	n.a.	0,01%	0	n.a.	0,00%	29	n.a.	0,01%	29
2014	1.279	4287,9%	0,57%	0	n.a.	0,00%	1.279	4287,9%	0,28%	1.279
2015 (jan-mar)	226	99,0%	0,53%	0	n.a.	0,00%	226	99,0%	0,25%	226
Var. % 2013-2014	4287,9%	---	---	n.a.	---	---	4287,9%	---	---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

(n.a.) Critério não aplicável.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

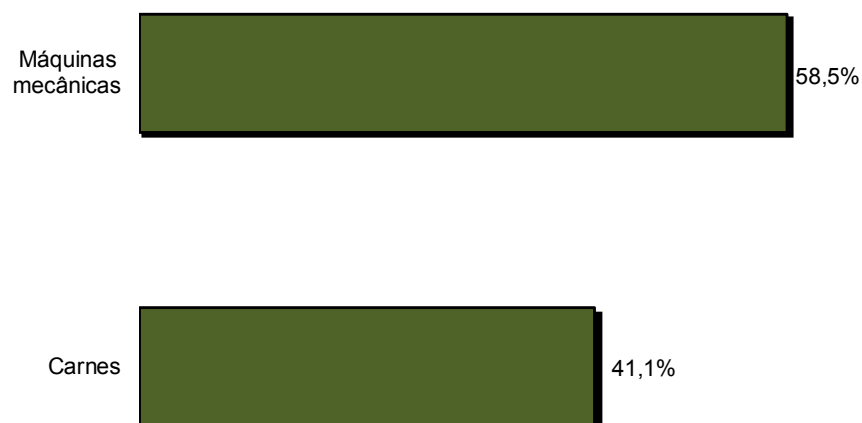


Composição das exportações brasileiras para o Sudão do Sul
US\$ mil, fob

Descrição	2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	0	0,0%	748	58,5%
Carnes	0	0,0%	526	41,1%
Subtotal	0	0,0%	1.274	99,6%
Outros produtos	29	100,0%	5	0,4%
Total	29	100,0%	1.279	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 4 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 5 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015
Exportações					
Carnes	114	100,0%	219	97,1%	
Preparações de carnes	0	0,0%	5	2,4%	
Outros prods origem animal	0	0,0%	1	0,6%	
Subtotal	114	100,0%	226	100,0%	
Outros produtos	0	0,0%	0	0,0%	
Total	114	100,0%	226	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Aviso nº 324 - C. Civil.

Em 24 de julho de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, na República do Djibuti e na República do Sudão do Sul.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E
DEFESA NACIONAL

3ª PARTE - DELIBERATIVA

5



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

RELATÓRIO Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 93, de 2014 (nº 404, de 25 de novembro de 2014, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Indonésia.*

RELATORA: Senadora **GLEISI HOFFMANN**

Esta Casa é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Presidente da República faz do Senhor RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Indonésia.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em atendimento ao previsto na Resolução nº 41, de 2013, que altera o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

O Senhor RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA, nascido em 14 de janeiro de 1952, na cidade do Rio de Janeiro-RJ, é filho de Rubem Duarte Corrêa Barbosa e Hylma Malcher Corrêa Barbosa.

Concluiu a graduação em Ciências Jurídicas pela Faculdade Cândido Mendes-RJ em 1974, mesmo ano em que frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática. Também no Instituto Rio Branco, conclui o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1982); e o Curso de Altos Estudos (1995), no qual defendeu a tese com o título de “O diferendo sobre a fronteira marítima entre a Colômbia e a Venezuela”.

O diplomata indicado tornou-se Terceiro-Secretário em 1974 e Segundo-Secretário em 1978. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1983 e a Conselheiro em 1991. Em 2000, passou a Ministro de Segunda Classe e, em 2008, a Ministro de Primeira Classe.

Ao longo de sua carreira, desempenhou diversas funções. Merecem destaque as de Primeiro-Secretário em Lisboa (1986-1989); Assessor da Divisão da Europa I (1989-1991); Chefe da Divisão do Oriente Próximo I (1991-1993); Conselheiro da Embaixada em Bogotá (1993-1996); Cônsul-Geral Adjunto em Los Angeles (1996-1999); Chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Justiça (2003); Chefe da Divisão da América Meridional II (2003-2005); Assessor Especial do Ministério de Minas e Energia (2005-2010); Embaixador em Camberra (2010).

Recebeu, ainda, as seguintes condecorações: Ordem do Niger, Nigéria, e Ordem do Rio Branco, Brasil, nos graus de Cavaleiro e Grande Oficial, respectivamente.

Também em cumprimento à citada Resolução nº 41, de 2013, do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Indonésia, o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratado celebrado, dados básicos do país, suas políticas interna e externa, e economia.

Cuida-se de república presidencialista, com parlamento bicameral. Situado no sudeste asiático, o país, cuja capital é Jacarta, conta com população de mais de 240 (duzentos e quarenta) milhões, sendo 88% (oitenta e oito) por cento de adeptos do islamismo.



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

Independente desde 1945, a Indonésia viveu, por mais de cinco décadas, sob governos militares, até 1998, quando iniciou a transição para o regime democrático. As primeiras eleições diretas para presidente ocorreram em 2004. Apesar da importância do fator religioso na política indonésia, existe distinção clara entre Estado e religião.

A contenção de movimentos separatistas e o combate ao terrorismo e à corrupção estão entre os grandes desafios para o governo da Indonésia.

No que tange a sua política externa, vale relembrar o papel de liderança exercido pela Indonésia entre os países do “Terceiro Mundo” a partir da histórica Conferência de Bandung, no ano de 1955. No campo econômico, desde meados da década de 1980, a Indonésia vem buscando se destacar, tendo, inclusive, tomado a frente do Fórum de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC) e sido um dos fundadores da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), em 1967. Após ter sofrido desgaste em sua imagem internacional em razão do processo de independência do Timor-Leste, a Indonésia vem alcançando nova projeção, com destaque para mediação em disputas regionais. Além disso, a condição de ser, de um lado, o maior país muçulmano e, de outro lado, se mostrar comprometido com o regime democrático e pluralista, coloca a Indonésia como “ponte” entre as nações islâmicas e ocidentais.

Quanto ao aspecto bilateral, as relações entre Brasil e Indonésia iniciaram-se em 1953, quando foi criada a Embaixada brasileira em Jacarta. Nos últimos anos, houve trocas de visitas presidenciais e outras de alto nível.

As trocas comerciais cresceram significativamente nos últimos anos: acima de 460% (quatrocentos e sessenta por cento) entre 2003 e 2013. Mesmo com a queda de 3,6% em 2013, a Indonésia foi o segundo maior parceiro comercial do Brasil na ASEAN. E, entre janeiro e agosto de 2014, houve incremento de mais de 20% (vinte por cento) no comércio bilateral. A pauta de exportação brasileira é, em grande parte, composta por produtos básicos, com destaque para o açúcar, farelo de soja, cereais (milho), algodão não cardado, ferro e aço semimanufaturados e fumo em folhas secas. Nas importações, destacam-se borracha natural, gorduras e óleos (de dendê e de palmiste) e fibras sintéticas ou artificiais. Há expectativa de alterações da pauta com a exportação, pelo Brasil, em virtude da inclusão de aviões da EMBRAER e de lançadores de foguetes do Sistema ASTROS, da AVIBRAS.



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

Em outubro de 2009, foi assinado o Plano de Ação da Parceria Estratégica, o qual prevê tópicos como comércio e investimentos; energias renováveis; defesa; mineração; políticas de inclusão social; cooperação acadêmica e educacional; cooperação científica e tecnológica; e temas no plano multilateral.

Ressalte-se a importância da relação entre Brasil e Indonésia, sobretudo por se tratar de dois países emergentes, que devem cooperar para obtenção de maior participação e inserção nas principais discussões nos fóruns regionais e multilaterais e de governança global. Nesse sentido, considerando a posição de destaque que Brasil tem dentro do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Indonésia na ASEAN, não há dúvidas de que ambos os países reúnem condições e ferramentas para estimular o adensamento das relações entre os dois blocos. Ademais, trata-se de duas democracias em consolidação, que compartilham de semelhanças no que diz respeito a extensão de território, diversidade humana, social e de meio ambiente, o que certamente faz com que detenham interesses comuns a serem defendidos no âmbito regional e multilateral.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 93, DE 2014 (nº 404/2014, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Indonésia.

Os méritos do Senhor Rubem Antonio Correa Barbosa que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 25 de novembro de 2014.

EM nº 00334/2014 MRE

Brasília, 6 de Outubro de 2014

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Indonésia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Luiz Alberto Figueiredo Machado

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA*

CPF.: 383.161.027-49

ID.: 5719 MRE

1952 Filho de Rubem Duarte Corrêa Barbosa e Hylma Malcher Corrêa Barbosa, nasce em 14 de janeiro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1974 CPCD - IRBr

1974 Ciências Jurídicas pela Faculdade Cândido Mendes/RJ

1982 CAD - IRBr

1995 CAE - IRBr, O diferendo sobre a fronteira marítima entre a Colômbia e a Venezuela

Cargos:

1974 Terceiro-Secretário

1978 Segundo-Secretário

1983 Primeiro-Secretário, por merecimento

1991 Conselheiro, por merecimento

2000 Ministro de Segunda Classe

2008 Ministro de Primeira Classe

Funções:

1975-76 Serviço de Protocolo e Visitas, Assistente

1976 Divisão da Europa I, Assistente

1977-80 Embaixada em Ottawa, Terceiro e Segundo-Secretário

1980-84 Embaixada em Lagos, Segundo e Primeiro-Secretário

1984-85 Departamento de Cooperação e Divulgação Cultural, Assistente

1985-86 Subsecretaria-Geral de Administração e Comunicações, Assessor

1986-89 Embaixada em Lisboa, Primeiro-Secretário

1989-91 Divisão da Europa I, assessor

1991-93 Divisão do Oriente Próximo I, Chefe

1993-96 Embaixada em Bogotá, Conselheiro

1996-99 Consulado-Geral em Los Angeles, Cônsul-Geral Adjunto

1999-2003 IRBr, Coordenador-Geral de Ensino

2003 Ministério da Justiça, Chefe da Assessoria Internacional

2003-05 Divisão da América Meridional II, Chefe

2005-10 Ministério de Minas e Energia, Assessor Especial

2010 Embaixada em Camberra, Embaixador

Condecorações:

1983 Ordem do Niger, Nigéria, Cavaleiro

2007 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

ROBERTO ABDALLA

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral Política II
Departamento da Ásia do Leste
Divisão de ASEAN e Timor-Leste

INDONÉSIA



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVA
Outubro de 2014

DADOS BÁSICOS

OME OFICIAL	República da Indonésia
APITAL	Jakarta
REA	1.904.443 km²
OPULAÇÃO (2013)	247,9 milhões
DIOMA OFICIAL	Indonésio
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islamismo 88%; protestantismo 5%; catolicismo 3%; hinduísmo 2%; budismo 1%; outras 1%.
ISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
ODER LEGISLATIVO	Bicameral (Assembleia Consultiva Popular), composto pela Câmara de Representantes Regionais, com 132 representantes, pela Câmara de Representantes do Povo, com 560 representantes
HEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Susilo Bambang Yudhoyono (reeleito em julho de 2009); Em julho de 2014, foi eleito Joko Widodo, que tomará posse em 20/10/2014.
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	Marty Natalegawa (desde 2009)
IB nominal (2013)	US\$ 870 bilhões – (Brasil: 2,243 trilhões - FMI)
IB PPP (2013)	US\$ 1,293 trilhão – (Brasil: 2,423 trilhões - FMI)
IB nominal <i>per capita</i> (2013)	US\$ 3.522 – (Brasil: 11.159 - FMI)
IB PPP <i>per capita</i> (2013)	US\$ 5.235 – (Brasil: 12.055 - FMI)
VARIAÇÃO DO PIB	5,4% (prev. FMI 2014); 5,8% (2013); 6,3% (2012); 6,5% (2011); 6,1% (2010); 4,5% (2009); 6,0% (2008)
ÍNDICE DE DESENV. HUMANO (2013)	0,684/108º de 187 (Brasil: 0,744/79º; mundo: 0,702)
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER	70,8 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	92,8%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	6,3%
MOEDA MONETÁRIA	Rúpia (IDR)
EMBAIXADOR NO BRASIL	Sudaryomo Hartosudarmo
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	700

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) Fonte: MDIC

BRASIL → INDONÉSIA	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2013 (jan-ago)	2013 (jan-a
Intercâmbio	954,4	1.132,0	1.587,3	2.252,2	2.138,1	3.180,6	3.637,7	3.737,8	3.603,4	2.073,4	2.490,0
Exportações	498,2	481,8	693,4	1.143,1	1.150,6	1.662,9	1.718,2	2.002,0	1.999,0	1.013,1	1.315,0
Importações	456,1	650,2	893,9	1.109,2	987,5	1.517,7	1.919,5	1.735,8	1.604,4	1.060,3	1.175,0
Saldo	42,1	-168,4	-200,5	33,9	163,1	145,2	-201,3	266,1	394,7	-47,2	140,0

PERFIS BIOGRÁFICOS

Susilo Bambang Yudhoyono
Presidente da Indonésia até 19 de outubro de 2014



Nasceu em Pacitan, ilha de Java, Indonésia, em 9 de setembro de 1949. Graduiu-se com distinção pela Academia das Forças Armadas Indonésias, em 1973. É Mestre em Administração pela Webster University, nos Estados Unidos, e em Ciência Política pela Thammasat University, na Tailândia. É Doutor em Economia Agrícola pelo Instituto Bogor de Agricultura, da Indonésia.

Em 1983, frequentou o “Infantry Officers Advanced Course”, nos Estados Unidos. Participou de treinamentos militares no Panamá, Bélgica, na então Alemanha Ocidental, e na Malásia. Foi Comandante do Contingente Militar Indonésio na Bósnia-Herzegovina, nos anos 1995 e 1996. Em 1999, assumiu a pasta de Minas e Energia. No ano seguinte, foi nomeado Ministro para Assuntos Políticos e de Segurança, função que exerceu até 2004, com breve interregno em 2001.

Em 2004, foi eleito Presidente da República, na primeira eleição direta para o cargo realizada no país. Foi reeleito em 2009, no primeiro turno, com 60% dos votos. Em consonância com, não disputou nova reeleição no pleito de julho de 2014.

Em julho de 2008, recebeu, em Jacarta, delegação chefiada pelo então Presidente Lula e integrada pela então Ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff.

Visitou o Brasil em novembro de 2008, quando foi estabelecida Parceria Estratégica com o Brasil. Retornou ao Brasil em junho de 2012, para a Conferência Rio+20, sem agenda bilateral. Em setembro de 2012, manteve encontro com a Senhora Presidenta da República, à margem da Assembleia Geral da ONU, em Nova York.

Segundo anunciou em setembro de 2014, após deixar a Presidência, em 20 de outubro, presidirá o "Global Green Growth Institute" (organismo formalmente criado após a Rio+20, que promove o desenvolvimento sustentável em países em desenvolvimento) por dois anos, a partir de janeiro de 2015.

Joko Widodo ("Jokowi")
Presidente da Indonésia a partir de 20 de outubro de 2014



Nasceu em 21 de junho de 1961, em Surakarta, Java Central, Indonésia. É popularmente conhecido como Jokowi, contração de seu nome.

Formou-se em Engenharia Florestal pela Universidade Gadjah Mada (uma das principais da Indonésia), em 1985. É empresário dos setores imobiliário e de móveis.

Eleito Prefeito de Surakarta em 2005 e reeleito em 2010, sua gestão foi amplamente aprovada. Caracterizou-se pela realização de obras de infraestrutura, revitalização de parques, promoção da imagem da cidade como centro cultural e de convenções, expansão do sistema de transportes e dos serviços de saúde, criação de parque tecnológico, interação direta com os cidadãos, por meio de visitas não anunciadas a regiões da cidade e proibição de que membros de sua família participassem de licitações de obras públicas.

Foi eleito Governador de Jacarta em 20 de setembro de 2012, para mandato que iria até 2017. Em 2013, foi incluído pela revista Foreign Policy na lista "The Leading Global Thinkers of 2013", e escolhido "Prefeito global do mês", em fevereiro, pela "City Mayors Foundation", organização baseada em Londres.

Foi eleito Presidente da Indonésia em julho de 2014, em único turno, com 53% dos votos, e tomará posse em 20 de outubro. Pertence ao Partido Democrático Indonésio - Luta (PDI-P), de oposição ao atual Presidente.

Marty Natalegawa
Ministro dos Negócios Estrangeiros



Nasceu em Bandung, em 22 de março de 1963. Formou-se na London School of Economics and Political Science, em 1984. Recebeu título de Mestre em Filosofia pelo Corpus Christi College, Universidade de Cambridge, em 1985; e de Doutor em Filosofia, pela Universidade Nacional da Austrália, em 1993.

Após exercer as funções de Chefe de Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros, entre 2002 e 2005, foi Embaixador no Reino Unido e na Irlanda, entre 2005 e 2007, e Representante Permanente junto à ONU, de 2007 a 2009. Foi Presidente do Comitê de Sanções contra a República Democrática do Congo, de 2007 a 2008.

Assumiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros em outubro de 2009. Reuniu-se com o ex-Ministro Antonio Patriota em novembro de 2011, à margem da XIX Cúpula da ASEAN, em Bali; e à margem da V Reunião Ministerial do FOCALAL, em agosto de 2011, em Buenos Aires, ocasião em que propôs a criação de mecanismo de consulta bilateral, em nível de Chanceleres.

Encontrou-se com o Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado em dezembro de 2013, à margem da IX Reunião Ministerial da OMC, na Indonésia, e em setembro de 2013, em Nova York, à margem da Assembleia Geral da ONU.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre o Brasil e a Indonésia foram estabelecidas em 1953, ano em que foi criada a Embaixada brasileira em Jacarta. A criação da Embaixada da Indonésia no Brasil sucedeu à visita do então Presidente da Indonésia, Sukarno, em 1959 (primeiro Chefe de Estado asiático a visitar oficialmente o Brasil), quando a própria autoridade escolheu o terreno da Embaixada em Brasília. O Presidente Sukarno retornou ao Brasil em 1961.

As relações bilaterais apresentaram trajetória muito expressiva nos últimos anos, impulsionadas por troca de visitas presidenciais em 2008 (quando foi assinada a Parceria Estratégica, única do Brasil no Sudeste Asiático); pelo intenso movimento de outras visitas de alto nível (o Ministro Luiz Alberto Figueiredo visitou Báli em dezembro de 2013, para participar da IX Conferência Ministerial da OMC; o então Ministro Antonio Patriota visitou Báli em novembro de 2011, para participar de reunião da Associação de Nações do Sudeste Asiático – ASEAN; e o Ministro Antônio Herman Benjamin, do STJ, visitou o país em abril último, quando manteve reuniões com autoridades do Judiciário e proferiu palestra sobre direito ambiental); e pela capacidade demonstrada pelas duas economias de superar os efeitos da crise econômica mundial iniciada em 2008.

O avanço nas relações bilaterais beneficiou-se das afinidades em vários campos: evolução convergente dos quadros políticos (fortalecimento do regime democrático); semelhanças nos aspectos físicos (grandes territórios, com importante biodiversidade); humanos (população multiétnica) e sociais (disparidades sociais e regionais); liderança exercida nos respectivos entornos regionais (Brasil e Indonésia são as maiores economias do MERCOSUL e da ASEAN, respectivamente, onde atuam como formadores de consenso); importância atribuída por ambos à dimensão Sul-Sul de suas políticas externas; e posturas moderadas e equilibradas em foros internacionais.

A aproximação entre os dois países ganhou contornos mais definidos por meio do Plano de Ação da Parceria Estratégica, adotado em outubro de 2009, que inclui tópicos como comércio e investimentos; energias renováveis; defesa; mineração; políticas de inclusão social; cooperação acadêmica e educacional; cooperação científica e tecnológica; e temas no plano multilateral.

A Indonésia exerce papel importante no processo de aproximação entre o Brasil e a ASEAN – que teve como marco inicial a adesão brasileira ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático (TAC), em novembro de 2012. Além de responder por cerca de um terço do PIB conjunto dos países do grupamento, a Indonésia sedia o seu Secretariado e tem exercido importante papel moderador em situações de instabilidade regional. Após aderir ao Tratado de Amizade e Cooperação (TAC), em 2012 (fomos o primeiro país latino-americano a fazê-lo), o Brasil contempla a possibilidade de tornar-se Parceiro de Diálogo da ASEAN, condição já disfrutada pelos demais membros originais dos BRICS, além de EUA, União Europeia, Japão, Coréia do Sul, Austrália e Nova Zelândia.

Em outubro de 2013, foram criadas, por decreto, as Adidâncias de Defesa e Aeronáutica; Naval; e do Exército, residentes em Jacarta. O Adido de Defesa e Aeronáutica exerce cumulatividade sobre Tailândia e Vietnã.

A Vale tem na Indonésia importante investimento para a exploração de níquel. A Embraer, por sua vez, concluiu recentemente operação para a venda de 16 *Super-Tucanos*.

Segundo estudo do Banco Goldman Sachs, a Indonésia poderá ser a sétima economia do mundo em 2050, com um PIB de US\$ 7 trilhões, à frente do Japão, Alemanha, França e Reino Unido.

VISITAS E ENCONTROS PRESIDENCIAIS

Em setembro de 2012, em Nova York, à margem da 67ª Assembleia Geral da ONU (AGNU), em Nova York, o Presidente da Indonésia, Susilo Bambang Yudhoyono, manteve encontro com a Presidenta Dilma Rousseff, quando a convidou a visitar a Indonésia. O então Presidente Lula visitou a Indonésia, em julho de 2008, e o Presidente Susilo Bambang Yudhoyono visitou Brasília, em novembro de 2008, quando foi estabelecida a Declaração que estabelece a Parceria Estratégica. Em junho de 2012, Yudhoyono retornou ao Brasil para participar da Conferência Rio+20.

VISITAS E ENCONTROS MINISTERIAIS

Além da mencionada visita, em dezembro de 2013, do Ministro Figueiredo para a IX Reunião Ministerial da OMC, a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, visitou a Indonésia em março de 2013, para participar da quarta reunião do Painel de Alto Nível do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015.

Em setembro de 2013, à margem da 68ª AGNU, em Nova York, o Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado manteve encontro bilateral com seu homólogo indonésio. Em novembro de 2011, o então Ministro Antonio Patriota visitou Báli, na Indonésia, por ocasião da XIX Cúpula da ASEAN, quando manteve encontro bilateral com o homólogo anfitrião e com os Ministros do Comércio e da Agricultura da Indonésia.

Em setembro de 2010, o assessor presidencial Kuntoro Mangkusubroto (de nível hierárquico semelhante ao de Ministro-Chefe da Casa Civil, no Brasil) visitou o País, com a intenção de conhecer a política brasileira sobre meio ambiente e nossa experiência em Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD), envolvendo parcerias com outros países.

Outros encontros e visitas de alto nível

Visitas à Indonésia

Além daquelas mencionadas anteriormente, destacam-se as seguintes visitas brasileiras à Indonésia nos últimos anos:

- Março de 2014: Secretário de Relações Internacionais do MAPA, Marcelo Junqueira.
- Março de 2013: Missão de inteligência comercial APEX/MRE.
- Julho de 2012: então Secretária de Comércio Exterior, Tatiana Prazeres, para participar do “ASEAN-Latin Business Forum”.
- Outubro de 2011: então Subsecretária-Geral Política para Ásia e Oceania (SGAP-II) do MRE, Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, para co-presidir a II Reunião da Comissão Mista.
- Março de 2011: Comandante do Exército, General Enzo Peri, e Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro Juniti Saito, para participarem do “Jakarta International Defense Dialogue”.
- Outubro de 2010: então Secretário-Executivo do MDIC, Ivan Ramalho.
- Setembro de 2010: Subsecretária-Geral Política para Ásia e Oceania (SGAP-II) do Itamaraty, para a V Reunião de Consultas Políticas.

Visitas ao Brasil

Existe a possibilidade de o Presidente da Suprema Corte da Indonésia, Hatta Ali, visitar o Brasil, em novembro de 2014, para participar do 57º Congresso da Associação Internacional de Juízes.

- Maio de 2014 e novembro de 2012: o Vice-Ministro da Defesa, Sjafrie Sjamsoeddin, em visitas ao Brasil, manteve encontros no Ministério da Defesa e com empresas brasileiras.
- Setembro de 2013: o Vice-Ministro do Comércio da Indonésia, Bayu Krisnamurthi, manteve encontros no MRE e no MDIC.
- Maio de 2013: Missão do Comitê Nacional de Inovação.
- Dezembro de 2012: a Vice-Ministra da Educação e Assuntos Culturais, Professora Wiendu Nuryanti, tratou da participação brasileira no “World Culture in Development Forum”, que se realizou em Bali, de 24 a 29 de novembro de 2013, em coordenação com a UNESCO.
- Abril e novembro de 2012: Vice-Ministro da Agricultura, Rusman Heriawan.
- Março de 2012: o então Ministro do Comércio, Gita Wirjawan, manteve reuniões com o então Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, e com o então Ministro Fernando Pimentel, além de participar de eventos empresariais em São Paulo e Rio de Janeiro (FIESP, Vale e Embraer).
- Novembro de 2011: o Vice-Ministro do Planejamento e Desenvolvimento Nacional da Indonésia visitou Brasília, para conhecer a experiência do País em cooperação Sul-Sul.
- Março de 2011: o Governador da província indonésia de Kalimantan Central visitou Brasília e Belém, com vistas a conhecer a prática brasileira nas áreas de energia, meio ambiente, agricultura e pecuária.

No âmbito parlamentar, como se verá, ocorreram dez visitas de Comissões indonésias desde 2010.

Mecanismos de diálogo

Brasil e Indonésia mantêm diversos mecanismos regulares de diálogo bilateral: Consultas Políticas (6ª reunião em 2013, em Brasília); Comissão Mista (2ª reunião em 2011); Comitê Consultivo Agrícola (6ª reunião sendo agendada); Grupo de Trabalho de Comércio e Investimentos (2ª reunião em 2013); Fórum Acadêmico (ainda não instalado); e Grupo Bilateral de Temas Econômicos e Sociais, que ainda não se reuniu. No campo de defesa, o acordo em negociação prevê o estabelecimento de Reunião de Consultas.

Existe também diálogo na área ambiental, por meio de interlocução entre o assessor presidencial Kuntoro Mangkusubroto e a Ministra Izabella Teixeira, além de mecanismos internacionais como o F-11 (grupo de discussão sobre temas florestais multilaterais) e o Grupo dos Megadiversos Afins. Entre 2012 e maio de 2013, a Indonésia exerceu a Co-Presidência do Painel de Alto Nível para a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, junto com Libéria e Reino Unido. O Painel contou com a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, como representante do Brasil, e resultou na elaboração de relatório, em maio de 2013. A Fundação Getúlio Vargas (FGV) foi convidada a assessorar o Presidente Yudhoyono na elaboração do relatório encomendado ao Painel.

Instrumentos bilaterais

Estão em vigor memorandos de entendimento nas áreas de educação; erradicação da pobreza; agricultura; energia; produção de etanol; e promoção de comércio e investimentos. Estão em estágio avançado de negociação de Acordo na Área de Defesa e de Memorando de Entendimento em Ciência e Tecnologia.

O Brasil tem envidado esforços com vistas à celebração de instrumentos na área consular-jurídica (cooperação penal, extradição, e transferência de condenados). Ademais, estão em diferentes estágios os entendimentos sobre Acordo de Cooperação Técnica e de Cooperação Cultural e Memorandos de Entendimento nas seguintes áreas: Análise de Transações Financeiras; Turismo; Grupo de Trabalho de Erradicação da Pobreza; Combate ao Tráfico de Drogas; Pesquisa Agrícola; e Cooperação em Conservação Ambiental e Uso Sustentável de Florestas.

Diálogo parlamentar

Segundo fontes do legislativo indonésio, o Brasil foi o país que recebeu o maior número de Missões parlamentares indonésias em 2012, em total superior a 50 parlamentares apenas naquele ano.

Em dezembro de 2013, a Comissão I (Relações Exteriores, Defesa e Informação) visitou o Brasil, chefiada pela Deputada Nurrhayati Ali Assegaf.

Do lado brasileiro, visitou a Indonésia, em março de 2008, o então Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Senador Heráclito Fortes.

Em dezembro de 2013, visitou o país delegação da Câmara dos Deputados composta pelos Deputados Alexandre Santos, Iracema Portella e Hugo Napoleão, por ocasião da Conferência da Organização Mundial do Comércio (OMC) realizada em Báli.

ASSUNTOS CONSULARES

A comunidade brasileira na Indonésia é estimada em 700 cidadãos. O apoio consular é prestado pela Embaixada em Jacarta e pelo Consulado Honorário do Brasil em Báli.

Brasileiros condenados à morte

Estão condenados à morte, em instância final, pela via jurídica, os brasileiros Marco Archer Cardoso Moreira e Rodrigo Muxfeldt Gularte, presos em 2003 e 2004, respectivamente, ao tentarem entrar na Indonésia com drogas ilícitas. Pelo sistema judiciário indonésio, uma vez confirmada a pena de morte na última instância, o condenado pode fazer apenas um pedido de clemência pela via judicial ao Presidente (antes de 2010, podiam ser feitos dois pedidos de clemência, caso de Marco Archer). No momento, estão sendo analisados pelas autoridades indonésias os pedidos de clemência dos dois brasileiros. O Governo brasileiro tem feito frequentes gestões de alto nível pela não execução da pena de morte aos brasileiros, invocando razões humanitárias.

Nesse sentido, a Presidenta Dilma Rousseff já enviou três cartas com pedido de clemência ao Presidente da Indonésia (a última das quais entregue em julho de 2014), adicionalmente a duas cartas enviadas pelo ex-Presidente Lula. Foram também enviados pedidos de clemência pelo então Presidente do STF, Ministro Nelson Jobim e, na esfera parlamentar, pelo Deputado Nilson Mourão, então Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, e pelo Deputado Marco Feliciano, então Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

Como mencionado, o Brasil propôs a negociação de três instrumentos bilaterais na área jurídica: Tratado de Extradução; Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas; e Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Penal. Essas iniciativas visaram a reforçar a base jurídica das relações, com especial atenção à situação dos cidadãos brasileiros condenados à morte. No momento, está sendo agendada nova rodada de negociações, prevista para ocorrer no Brasil, em data a ser fixada.

Comércio e investimentos

O intercâmbio bilateral com a Indonésia – a exemplo do que ocorre com a ASEAN, em geral – tem crescido a taxas significativas nos últimos anos (462%, entre 2003 e 2013, superior ao total brasileiro, no período, de 296%). Em 2013, entretanto, o comércio bilateral caiu 3,6%, quadro que deverá ser revertido, na medida em que se concretizem entendimentos alcançados e negociações em curso com a Embraer (Super-Tucanos e EMB190) e a Avibrás (Astros II). Ainda assim, a Indonésia foi nosso segundo parceiro comercial na ASEAN.

Entre janeiro e agosto de 2014, o comércio bilateral cresceu 20,1%, impulsionado, sobretudo pelas exportações brasileiras, que cresceram 29,9%, enquanto nossas importações aumentaram em 10,8%.

O comércio Brasil-Indonésia apresenta grande participação de produtos básicos, sobretudo do lado das exportações brasileiras. Em 2013, o item açúcar somou 25,4% do total exportado pelo Brasil, seguido de farelo de soja com 15%; cereais (milho) com 14,3%, algodão (simplesmente debulhado, não cardado) com 11,6%; ferro e aço (semimanufaturados) com 7,1%; e fumo (em folhas secas) com 5,3%. Na pauta das importações brasileiras predominaram, em 2013, borracha (borracha natural), com 17,8%; gorduras e óleos (óleos de dendê e de palmiste), com 17,3%; e fibras sintéticas ou artificiais, com 16,6%.

Estudo da APEX, de 2010, identificou a Indonésia como o mercado de maior complementaridade de comércio com o Brasil entre as cinco maiores economias emergentes da ASEAN. Destacaram-se, com grande potencial, os setores de extração de petróleo e gás; fabricação de aparelhos de telefonia e transmissão; construção de aeronaves; e fabricação de estruturas metálicas e de motores.

EMBRAER

Como mencionado, a estrutura do comércio deverá ser alterada com as exportações de aviões da EMBRAER e com a venda do sistema ASTROS II, da Avibrás. A EMBRAER tem tido importante atuação no país, sobretudo no segmento militar, com possibilidades também nos segmentos de jato regional e de aviação executiva.

Em novembro de 2010 e em 2012, foram assinados dois contratos de venda de 16 Super-Tucanos (8+8).

Na área civil, foi assinado contrato condicionado de venda de 20 jatos *E190* para a companhia Sriwijaya Air, em junho de 2011, com opção de compra de mais 10 unidades. Devido a dificuldades de financiamento, a empresa ainda não assinou o contrato final de compra.

Em julho de 2012, foi entregue uma aeronave Embraer Phenom 300 para a Premiair, empresa de aviação executiva indonésia.

Lançadores de foguetes

Em 2012, foi confirmada a venda de 36 unidades do Sistema Astros para a Indonésia, no valor de US\$ 500 milhões. A AVIBRAS já realizou venda semelhante para a Malásia e o sistema é bem avaliado pelas autoridades militares indonésias, por sua versatilidade (permite o lançamento de foguetes de cinco calibres diferentes pelo mesmo equipamento, tecnologia não disponível em similares produzidos por empresas concorrentes na China, Estados Unidos, Rússia e Turquia). Para cumprir o contrato, a AVIBRAS contará com escritório técnico na capital Jacarta.

Segundo o Vice-Ministro da Defesa da Indonésia, em reunião realizada em Brasília, em novembro de 2012, com a aquisição das unidades ASTROS, foi possível formar dois batalhões de artilharia, os primeiros do país.

Exportações brasileiras de carne

Em setembro de 2010, o Tribunal Constitucional da Indonésia anulou dispositivo da lei local sobre importação de carnes, que adotava o conceito de regionalização (o que permitiria a aquisição da carne bovina brasileira produzida em zonas livres de febre aftosa). Segundo a decisão do Tribunal Constitucional, o restabelecimento do princípio da regionalização necessitaria de emenda à Constituição.

Diante da dificuldade de encaminhamento do assunto pela via bilateral, o Brasil apresentou Preocupação Comercial Específica junto ao Comitê de Assuntos Sanitários e Fitossanitários da OMC.

O tema foi retomado durante missão do Secretário de Relações Internacionais do MAPA a Jacarta, em março de 2014. Na ocasião, as autoridades indonésias limitaram-se a indicar que o tema estava na agenda do parlamento, o qual foi recentemente renovado.

Frango

Desde 2009 o Brasil vem tentando negociar modelo de Certificado Sanitário Internacional para a exportação de carne de aves (frango, pato e peru) à Indonésia.

Na sessão do Comitê SPS, em outubro de 2013, a Indonésia explicou que a importação de carne de aves, em particular a carne de frango, é permitida em seu país, mas, além dos requisitos sanitários propriamente ditos (por exemplo, dar garantias sanitárias relativas a influenza aviária, Newcastle, enterite e hepatite), é preciso atender a regras "halal". Dentre estas últimas, sobressai a exigência de que os estabelecimentos exportadores sejam integralmente dedicados à produção "halal" e só exportem carcaças inteiras (não se admite a importação de cortes).

Durante a II Reunião do Grupo de Trabalho de Comércio e Investimentos, em setembro de 2013, em Brasília, a Parte indonésia indicou interesse em receber criadores e frigoríficos brasileiros para investir na Indonésia.

Não há interesse indonésio em importar do Brasil carne suína, por ser país majoritariamente muçulmano.

Defesa comercial

O Brasil aplica medidas de direito antidumping em relação aos seguintes produtos indonésios: objetos de vidro para mesa (fim em 01/03/2016); e fios de viscose (fim em 16/12/2014).

Mineração

A VALE é a maior mineradora de níquel na Indonésia desde 2006, quando adquiriu participação majoritária na empresa canadense INCO (que estava presente no país desde 1968). O investimento envolve exploração e refino de níquel, na província de Sulawesi do Sul, sendo o maior investimento brasileiro na Ásia e um dos maiores investimentos estrangeiros na Indonésia, com valor de US\$ 3,5 bilhões e quadro de 3168 permanentes e 2491 temporários. A mina de Sulawesi tem potencial de produção estimado em mais de dois séculos e está entre as quatro maiores minas de níquel do mundo.

Em janeiro de 2014, entrou em vigor a Lei da Mineração, aprovada em 2009, que reduziu os prazos de concessão de áreas de exploração e impõe aos empresários a obrigação de processar minérios na Indonésia, proibindo a exportação de minérios brutos, o que assegura maior controle público sobre o setor. A lei também divide a responsabilidade pela concessão de licenças de exploração entre o Governo central e os Governos locais pela legislação de 1967, o licenciamento cabia exclusivamente ao Governo central. A Vale já dispõe de unidade processadora junto ao projeto de exploração de níquel, tendo sido a primeira empresa estabelecida na Indonésia a cumprir plenamente as novas regulamentações.

Outras oportunidades de investimentos brasileiros na Indonésia

Na área automobilística, há espaço para investimentos em alguns segmentos do mercado indonésio, principalmente ônibus, conforme empresários brasileiros puderam notar durante o "ASEAN-Latin America Business Forum", em Jacarta, em julho de 2012. Com a ampliação da classe média na Indonésia, surgem oportunidades em muitos outros campos, sobretudo ligados a bens de consumo, como vestuário, cosmético, etc.

Investimentos indonésios no Brasil

A empresa indonésia Riau Pulp tem investimentos da ordem de US\$ 400 a 500 milhões, por meio da Bahia Pulp, em Camaçari, que usa tecnologia de ponta para produção de celulose para exportação. A Djarum, maior empresa de cigarros da Indonésia, possui subsidiária na Bahia desde 2001 (investimento de cerca de US\$ 20 milhões), de onde importa parte do material para sua produção local e exportação mundial de cigarros.

Área de defesa

Quadro Geral

Dentro dos esforços para revitalizar sua indústria nacional de material de defesa, o Governo Indonésio anunciou que desenvolverá a produção doméstica de submarinos, caças, blindados médios, mísseis, radares, e lançadores.

No total, a Indonésia já contribuiu com 27.506 homens em missões de paz desde 1957 e pretende elevar o contingente em operações dessa natureza. O país contribui, atualmente, com cerca de 1.800 militares, policiais e observadores civis, em seis operações de paz da ONU, dos quais 1.000 na UNIFIL (Líbano). O Presidente da República, Susilo Bambang Yudhoyono, serviu como Chefe dos Observadores Militares na UNPROFOR (Bósnia, 1995-1996). Além disso, o General indonésio Imam Edy Mulyono assumiu, em setembro de 2013, as funções de Comandante da Força da Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO).

Em 2010, os Estados Unidos da América decidiram retomar a cooperação com as Forças Especiais da Indonésia (Kopassus), após 12 anos de moratória, em razão de alegados abusos de direitos humanos, durante o conflito de independência de Timor-Leste.

Desenvolvimentos recentes no relacionamento com o Brasil

Em agosto de 2012, o Ministério da Defesa da Indonésia enviou à AVIBRAS carta de notificação confirmando que a empresa brasileira foi vitoriosa na licitação internacional para fornecimento, às Forças Armadas indonésias, do Sistema de Multi-Saturação de Foguetes (MLRS) (operação que poderá atingir US\$ 400 milhões). Em maio de 2014, o Vice-Ministro da Defesa Sjamsoeddin assistiu à demonstração técnica e balística do Sistema ASTROS da AVIBRAS, na cidade de Formosa, em Goiás.

Em 2010 e em 2012, foram assinados pela Embraer, respectivamente, dois contratos de venda de 16 Super-Tucanos (8+8). O primeiro lote de oito Super-Tucanos já foi entregue.

Temas de cooperação bilateral

Agricultura e Pecuária

Há grande potencial das relações nos campos de agricultura e pecuária. Como visto na seção sobre comércio e investimentos, o Brasil é importante fornecedor de açúcar e grãos à Indonésia.

Persiste, no entanto, a proibição às exportações de carne bovina brasileira, devido à alegação de focos de febre aftosa no País. Além disso, a Indonésia teme a concorrência da avicultura brasileira, o que implica, na prática, o fechamento do mercado indonésio para nossos produtos.

Existe forte interesse indonésio em desenvolver cooperação técnica com a EMBRAPA, em áreas ligadas à produção de soja e de óleo de palma (a Indonésia é um dos principais produtores mundiais dessa cultura). Temos, no entanto, condicionado a cooperação à abertura do mercado de produtos cárneos às nossas exportações.

Em novembro de 2008, durante a visita do Presidente Susilo Bambang Yudhoyono, foi firmado Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo da Agricultura. Sua implementação tem sido tratada no âmbito do Comitê Consultivo Agrícola (CCA), que teve sua quinta reunião em maio de 2011, na Indonésia. Ademais, o Plano de Ação da Parceria Estratégica estabeleceu um Grupo de Trabalho sobre Temas Agrícolas no âmbito da Comissão Mista, convocado pela primeira vez em outubro de 2011, em Jacarta.

Políticas Sociais e Segurança Alimentar

A cooperação na área de políticas sociais e de segurança alimentar apresenta grande potencial, em função de Brasil e Indonésia serem grandes países em desenvolvimento com desafios sociais em comum. Em novembro de 2008, durante visita do Presidente indonésio ao Brasil, foi assinado Memorando de Entendimento sobre Erradicação da Pobreza.

Em novembro de 2011, o Vice-Ministro do Planejamento do Desenvolvimento Nacional da Indonésia, Lukita Tuwo, visitou Brasília, quando manteve encontro com o Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Social. Na ocasião, a autoridade indonésia conheceu o “Plano Brasil sem Miséria” e o “Bolsa Família”. Além disso, durante visita ao Brasil, em abril de 2011, missão do Grupo Bilateral de Cooperação Parlamentar se entrevistou com o Secretário-Executivo do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Na ocasião, trocaram-se experiências a respeito do Programa Bolsa Família e o programa indonésio “Keluarga Harapan” (Família Esperança). A Indonésia participou de cursos no âmbito do programa “Cooperação Técnica Brasileira: Agricultura, Segurança Alimentar e Políticas Sociais”, oferecidos pelo Governo brasileiro entre 2011 e 2013.

MEIO AMBIENTE

A Indonésia padece de sérios problemas ambientais, sobretudo na área de incêndios florestais, em que o Brasil alcançou muitos avanços. Está em negociação Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Conservação Ambiental e Uso Sustentável de Florestas.

Em outubro de 2011, três técnicos indonésios participaram, no Brasil, do Curso Internacional de Monitoramento de Florestas Tropicais. Em julho de 2011, missão conjunta ABC/INPE/IBAMA/JICA esteve na Indonésia para identificar temas e instituições ligadas ao tema, em preparação ao curso. Também em 2011, o Brasil recebeu três técnicos indonésios para participarem de seminário sobre redução do desmatamento na Amazônia (PPCDAM).

Em junho de 2012, o Presidente da Indonésia, Susilo Bambang Yudhoyono, participou da Rio+20. Entre 2012 e maio de 2013, a Indonésia exerceu a Co-Presidência do Painel de Alto Nível para a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, junto com Libéria e Reino Unido. O Painel contou com a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, que visitou a Indonésia em março de 2013.

Em junho de 2013, visitou São Paulo o Sr. Agung Wicaksono, Diretor do “President's Delivery Unit for Development Monitoring and Oversight” (UKP), órgão diretamente vinculado ao Presidente da Indonésia, para supervisionar políticas sobre desenvolvimento, meio ambiente e REDD+. O Diretor do UKP participou de “workshop” sobre desmatamento

e monitoramento florestal, coordenado em conjunto com a USP, a International Energy Agency e o International Institute for Applied Systems Analysis - IIASA de Viena, e manteve encontros com os Diretores do INPE e do IBAMA. Como desdobramento, durante seminário em Jacarta, em fevereiro de 2014, foi assinado memorando de entendimento entre a recém-criada Agência Nacional de REDD+, da Indonésia, e o IIASA, voltado para a implementação da "Tropical Flagship Initiative" (TFI). Trata-se de projeto desenvolvido pelo IIASA em conjunto com o UKP4 e a Agência REDD+ da Indonésia, com cooperação IPEA e do INPE, e recursos da Iniciativa Internacional para o Clima do Governo da Alemanha e da Agência de Cooperação da Noruega. A experiência brasileira na redução do desmatamento foi mencionada como exemplo a ser seguido pela Indonésia.

Em abril de 2014, visitou a Indonésia o Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Antonio Herman Benjamin, que preside a Comissão Mundial de Direito Ambiental da "International Union for Conservation of Nature" e Secretário-Geral do Conselho Internacional de Justiça Ambiental do PNUMA. Na ocasião, encontrou-se com o Presidente da Suprema Corte da Indonésia, com o Ministro do Meio Ambiente, com Diretores da REDD+ Agency da Indonésia, e com o Diretor-Geral do Centro Internacional de Pesquisa Florestal (CIFOR), além de proferir palestras a membros do poder judiciário e do governo e a estudantes universitários, sobre a moldura jurídica brasileira na temática ambiental.

Educação, Cultura e Cooperação Acadêmica

Em 2014, a Indonésia ofereceu ao Brasil, entre outros países em desenvolvimento, bolsas de estudos para mestrado, em 13 universidades indonésias, no âmbito do programa "KNB Scholarship". Em 2012, o governo indonésio selecionou seis candidatos brasileiros para participar do Programa de Bolsas "Darmasiswa", que oferece cursos a jovens estudantes com vistas a promover a língua e a cultura da Indonésia. Foi assinado, em 2010, Memorando de Entendimento entre a Universidade Gadjah Mada e a USP, sobre cooperação acadêmica.

A Vice-Ministra da Educação e Assuntos Culturais da Indonésia, Professora Wiendu Nuryanti, visitou o Brasil em dezembro de 2012, para tratar da participação brasileira no "World Culture in Development Forum", em novembro de 2013, que contou com a presença do Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, Marcelo Pedroso.

Em fevereiro de 2012, esteve em Jacarta o Assessor Internacional da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Professor Renato Flores, que manteve encontros com o Vice-Ministro de Planejamento do Desenvolvimento (BAPPENAS), Lukita Tuwo (que esteve no Brasil em 2011), com a Diretora da University of Paramadina Graduate School e com representante do Centro de Estratégia e Estudos Internacionais (CSIS). Registrou-se interesse indonésio pelos projetos sócio-econômicos do Governo brasileiro e discutiram-se modalidades de cooperação na área de gestão de saneamento urbano, erradicação da pobreza e sobre o programa brasileiro "Fome Zero".

Cooperação técnica

Desde a entrada em vigor do Plano de Ação, em outubro de 2009, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) promoveu 14 cursos com participação indonésia, nas áreas de agricultura, segurança alimentar e meio ambiente (total de 41 participantes indonésios), sendo o país mais contemplado com cursos da ABC no Sudeste Asiático. Brasil e Indonésia negociam Acordo de Cooperação Técnica desde 2009.

Jacarta sedia o "Non Aligned Movement Centre for South-South Cooperation", criado em 1995 no âmbito do Movimento dos Não Alinhados. Além disso, a Indonésia tem trabalhado na estruturação de seu próprio órgão de cooperação técnica internacional, com a colaboração do Japão. Em novembro de 2011, o Brasil recebeu a visita de grupo que conduziria a criação da instância de cooperação técnica internacional da Indonésia, liderada pelo Vice-Ministro do Planejamento do Desenvolvimento (BAPPENAS), Lukita Tuwo. A missão objetivava conhecer a estrutura da cooperação técnica prestada pelo Brasil. Não obstante a falta de um órgão, a Indonésia tem conduzido projetos de cooperação técnica desde os anos 1980, principalmente com países africanos e muçulmanos.

Ciência, Tecnologia e Inovação

Algumas iniciativas têm sido implementadas na área de ciência e tecnologia, como visitas de intercâmbio de experiências (três delegações indonésias já visitaram a Agência Espacial Brasileira desde 2007) e o oferecimento pelo Brasil, em 2011, de curso sobre monitoramento florestal no INPE (participaram três técnicos indonésios). Em novembro de 2011, durante visita a Brasília, delegação da Agência de Planejamento do Desenvolvimento Nacional da Indonésia e equipe de cooperação internacional mantiveram reunião com diversos representantes do MCTI, das áreas de biotecnologia e saúde; gestão de ecossistemas; relações internacionais; coordenação das unidades de pesquisa; Agência Espacial Brasileira (AEB); e do CNPq.

Como mencionado, está em negociação, desde 2008, Memorando de Entendimento sobre Cooperação Científica e Tecnológica. Sob coordenação do MRE e do Ministério de Pesquisa e Tecnologia da Indonésia, prevê, entre outras ações, o intercâmbio de cientistas e informações e a criação de um comitê conjunto na área.

Discute-se a vinda ao Brasil de missão do Ministério de Ciência e Tecnologia da Indonésia, ainda em 2014, para conhecer a prática brasileira de financiamento do setor e de licenciamento para pesquisas estrangeiras.

Energia

A Indonésia tem envidado esforços com vistas ao desenvolvimento de fontes renováveis de energia, no que tem buscado a cooperação brasileira.

No plano empresarial, em julho de 2011, representantes do Arranjo Produtivo Local do Alcool (APLA), de Piracicaba, da APEX Brasil e da Civemasa Implementos visitaram a Indonésia, em missão prospectiva para conhecer o mercado local para biocombustíveis, açúcar e cogeração de energia. Foi assinado acordo de cooperação entre a APLA e a Associação Indonésia dos Produtores Rurais (HKTI).

No plano multilateral, mencione-se a participação da Indonésia como país observador da Global Bioenergy Partnership (GBEP), iniciativa cujo principal objetivo é a criação de instrumentos que auxiliem a formulação de políticas públicas para garantir a sustentabilidade da produção de bioenergia e da qual o Brasil é co-presidente. Em 2013, representante da Indonésia participou da "Semana da Bioenergia", realizada em Brasília, no âmbito do GBEP.

OUTROS TEMAS

Durante a VI Reunião de Consultas Políticas, em janeiro de 2013, as duas delegações acordaram estimular a cooperação nas áreas de turismo e de saúde. Na área social, a delegação brasileira convidou a Indonésia a conhecer melhor a experiência brasileira do Programa de Aquisição de Alimentos, em colaboração com a FAO, e convidou o país a enviar representantes para seminário do MDS sobre as políticas sociais brasileiras, com a participação de representante do Ministério de Assuntos Sociais.

POLÍTICA INTERNA

Após pouco mais de cinco décadas de governos militares (período Sukarno, de 1945 a 1967, e Suharto, entre 1967 e 1998), a Indonésia realizou a transição para o regime democrático. Tomará posse, em 20 de outubro de 2014, Joko Widodo, eleito Presidente da República em 9 de julho, com 53% dos votos, em único turno. O atual Presidente, Susilo Bambang Yudhoyono (General da reserva, ex-Ministro de Minas e Energia e ex-Ministro para Assuntos Políticos e de Segurança), foi o primeiro Presidente indonésio eleito diretamente, em 2004, e foi reeleito em julho de 2009, com 60,8% dos votos, no primeiro turno (a legislação indonésia proíbe a segunda reeleição). Seu governo baseou-se em uma ampla, porém frágil, coalizão entre o seu Partido Democrático (PD) e o tradicional partido Golkar (principal agremiação do regime Suharto).

Eleições legislativas foram realizadas em abril de 2014, resultando em grande ascensão da oposição, centrada no PDI-P, e queda do PD, o que se atribui aos sérios escândalos de corrupção recentes relacionados ao partido.

A reeleição do Presidente Yudhoyono, em 2009, consolidou um processo de democratização iniciado com a renúncia do Presidente Suharto, em 1998, quando o Parlamento elegeu o breve governo de transição do então Vice-Presidente, B.J. Habibie. Novas eleições presidenciais, por voto parlamentar, ocorreram em 1999, quando foi escolhido Abdurrahman Wahid, líder religioso da organização islâmica Nadhlatul Ulama (NU). Wahid propunha-se a lutar contra a corrupção e a democratizar o país. Em 2001, sofreu *impeachment*, devido à sua incapacidade de controlar os conflitos políticos internos e conjurar as rebeliões separatistas. Assumiu o Governo a Vice-Presidente Megawati Sukarnoputri, atual líder do PDI-P, filha do ex-Presidente Sukarno, que não conseguiu reeleger-se em 2004, quando foi escolhido o atual Presidente, seu opositor.

A política indonésia é balizada por uma tradicional filosofia de Estado, denominada *Pancasila* (cinco princípios, em Sânscrito). Dessa forma, os atos de Estado devem observar os seguintes princípios: crença no único Deus; justiça humana; unidade nacional; deliberação de representantes em busca de consenso; e justiça social.

Apesar da importância do tema religioso na política indonésia, há clara distinção entre o Estado e a religião, e os partidos islâmicos têm participação moderada no Parlamento (cerca de 30% dos assentos, após as eleições de abril de 2014). Ainda que a Constituição indonésia garanta o direito à liberdade religiosa, o Estado reconhece apenas seis religiões (Islamismo, Protestantismo, Catolicismo, Hinduísmo, Budismo e Confucionismo). Nota-se, entretanto, aparente recrudescimento da intolerância étnico-religiosa no país desde a democratização, com episódios não raros de violência inter-religiosa (relatório do *Human Rights Watch*, de 2013, aponta que os casos de violência religiosa cresceram 20% no país desde 2002). Vigora no país lei de blasfêmia religiosa, que sujeita a punições

manifestações que o governo entenda que possam ameaçar as religiões oficialmente reconhecidas, como mensagens de cunho ateuista.

Está em vigor a Constituição ratificada no ano da independência do país, 1945. A reforma constitucional de 2002 consagrou o princípio da independência entre os Três Poderes e estipulou o voto direto para Presidência da República. Também extinguiu os 38 assentos antes reservados aos militares, no Parlamento indonésio, e conferiu *status* especial às províncias de Aceh e Papua, nas quais movimentos armados separatistas reivindicavam independência.

O corpo legislativo do país é a Assembleia Consultiva Popular (homóloga ao Congresso Nacional, no Brasil), que consiste da Câmara de Representantes do Povo (homóloga à Câmara dos Deputados), com 560 representantes; e da Câmara de Representantes Regionais (com prerrogativas limitadas a questões de autonomia regional), com 132 representantes, na qual cada província é representada por quatro membros. Em ambas as Casas, os representantes são eleitos para mandatos de 5 anos, por eleição direta. Para a realização das eleições parlamentares, o país é dividido em 77 distritos, cada um elegendo entre 3 e 10 representantes, a depender do peso demográfico. Apenas partidos que alcançarem pelo menos 3,5% dos votos podem assumir assento.

Pelo sistema eleitoral indonésio, apenas os partidos ou coligações que alcancem 20% dos assentos na Casa dos Representantes ou 25% dos votos nas últimas eleições parlamentares podem indicar candidato às eleições presidenciais, o que contribuiu para circunscrever a disputa de julho último a apenas dois candidatos. Em 2019, a situação será distinta, pois a Corte Constitucional decidiu que as eleições parlamentares e as presidenciais serão simultâneas.

A Corte Suprema é a mais alta instância do Judiciário. Os juízes que a integram são indicados pelo Presidente da República, nomeados por Comissão Judiciária e confirmados pela Câmara de Representantes do Povo. Paralelamente, existe a Corte Constitucional, encarregada de zelar pela preservação da Constituição; decidir sobre os resultados de eleições; e rever ações de afastamento do Presidente da República.

Uma das maiores preocupações do governo indonésio é o combate ao terrorismo, registrando-se ataques perpetrados por grupos fundamentalistas islâmicos. Em 12 de outubro de 2002, ocorreu a explosão de uma bomba em discoteca de Bali, deixando mais de 180 mortos e 300 feridos. Entre as vítimas, encontravam-se dois brasileiros. Em 1º de outubro de 2005, registrou-se novo ataque terrorista a dois locais turísticos daquela mesma ilha, totalizando mais de 30 mortos e 50 feridos.

A posição geográfica e a constituição geológica do arquipélago contribuem para que o país seja assolado periodicamente por desastres naturais de grandes proporções. Em outubro de 2009, o então Presidente Lula enviou carta ao Presidente Yudhoyono anunciando a decisão brasileira de fornecer assistência humanitária ao povo indonésio, em razão dos terremotos ocorridos na ilha de Sumatra. A doação totalizou US\$ 100 mil.

A Indonésia é qualificada pela "Freedom House" como o país mais livre da Associação de Nações do Sudeste Asiático - ASEAN, com notas 2 para Direitos Políticos e 3 para Liberdade Civil (escala de 1 a 7 - quanto mais livre o país, menor o índice). Com relação à liberdade de imprensa, segundo levantamento da "Repórteres sem Fronteira", a Indonésia está

em "situação difícil", com nota 41,05 e ocupando a 139ª posição no mundo e 3ª na ASEAN. O Índice de Percepção de Corrupção 2013, calculado pela "Transparência Internacional", aponta a Indonésia como o 114º país menos corrupto (6º na ASEAN).

A Indonésia realiza anualmente o "Fórum da Democracia de Bali" que reúne líderes políticos, sobretudo asiáticos, para tratar dos valores democráticos. Da edição de 2014, nos dias 10 e 11 de outubro, participou o Ministro do Supremo Tribunal Federal e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, José Antonio Dias Toffoli, como representante do Brasil. O tema do evento foi "A Arquitetura Democrática Regional em Evolução: Os Desafios do Desenvolvimento Político, da Participação Pública e do Progresso Socioeconômico no Século XXI."

Evolução recente

As eleições parlamentares de 9 de abril de 2014 resultaram em grande fragmentação entre o eleitorado e queda do partido da situação, o PD. O opositorista PDI-P obteve a maior porcentagem de votos (cerca de 19,5%, ficando com 109 das 451 cadeiras). O segundo colocado foi o Partido dos Grupos Funcionais (Golkar) com 91 cadeiras, abaixo das 107 cadeiras obtidas em 2009. O Partido da Grande Indonésia (Gerindra) alcançou 73 cadeiras, quase três vezes mais assentos que no último pleito. O Partido Democrático (PD), do Presidente Yudhoyono, obteve 61 cadeiras, o que significou forte queda. Os partidos muçulmanos tiveram pequeno crescimento, totalizando cerca de 30% dos assentos.

Como mencionado, as eleições presidenciais de 9 de julho de 2014 resultaram na vitória de Joko Widodo ("Jokowi"), do opositorista PDI-P, com 53,1% dos votos. Seu único adversário, Prabowo Subianto, do partido Gerindra, chegou a contestar a vitória de Jokowi, mas o resultado foi posteriormente confirmado pela Corte Constitucional, que não encontrou fraudes no processo. A coligação do candidato derrotado deterá 63% dos assentos parlamentares, conforme o resultado das eleições legislativas de abril, mas os partidos poderão ainda mudar de coligação.

Em setembro de 2014, o Parlamento indonésio adotou lei que tornou indiretas as eleições para governadores e prefeitos no país. De acordo com avaliação da Embaixada em Jacarta, a lei pode ter aberto as portas para a reconsideração futura das eleições para Presidente pelo voto direto, na medida em que tornou indireta a eleição dos demais cargos executivos no país. O Partido do Presidente-eleito, Joko Widodo, o PDI-P, foi contrário à aprovação da lei, assim como 80% da população indonésia, segundo pesquisa local. O Presidente Susilo Bambang Yudhoyono (que se diz contrário à lei, apesar de ter sido proposta pelo Partido que ele preside) anunciou que, além de deixar de assinar o texto legal - o que não tem o poder de impedir a sua vigência - proporá regulamento voltado para invalidá-lo e restituir o voto direto. Há, entretanto, dúvidas sobre as possibilidades de sucesso de iniciativa dessa natureza, uma vez que requereria aprovação do Parlamento (em que a oposição, no momento, é maioria).

Dentre os desafios do governo indonésio, destacam-se a contenção de movimentos separatistas (o que tem motivado concessão de maior autonomia a algumas províncias), o combate ao terrorismo e a luta contra a corrupção.

POLÍTICA EXTERNA

A Indonésia conquistou sua independência em 1945, reconhecida pela Holanda, antiga potência, apenas em 1949. Após a histórica Conferência de Bandung, em 1955, o então Presidente indonésio, Sukarno (1945-67), assumiu posição de liderança entre os governantes dos países do chamado “Terceiro Mundo”, muitos deles (sobretudo na África e na Ásia) em processo de descolonização. Posteriormente, no regime de Suharto (1967-98), intensificaram-se as relações com os Estados Unidos, desgastadas, entretanto, no fim do regime, em razão de diferenças no tratamento dos direitos humanos, associadas ao processo de independência de Timor-Leste (concluído entre 1998 e 2002).

Com os avanços obtidos pelo país no campo econômico, a Indonésia passou, desde a segunda metade dos anos 80, a buscar papel internacional mais proeminente. Presidiu o Movimento Não-Alinhado de 1992 a 1995 e assumiu papel de liderança no desenvolvimento do Fórum de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC), tendo sediado Cúpula do mecanismo em 1994 e em 2013. É um dos fundadores da Associação de Nações do Sudeste Asiático - ASEAN (criada em 1967).

Após ter sua imagem internacional desgastada pelo processo de independência de Timor-Leste (com o qual, hoje, mantém Comissão de Verdade e Amizade), a Indonésia vem ganhando renovada projeção externa. Atualmente, tem procurado exercer papel mediador em disputas em seu contexto regional: no Camboja; no Mar do Sul da China; e nas Filipinas (insurgência islâmica no sul daquele país). Em agosto de 2014, a Indonésia sediou a VI Cúpula da Aliança de Civilizações.

Os avanços na projeção internacional da Indonésia derivam de uma série de fatores, dentre eles sua dupla condição de maior país muçulmano e comprometido com regime democrático e pluralista. Essas credenciais habilitam o país a apresentar-se como potencial “ponte” entre as nações ocidentais e as islâmicas. A importância internacional da Indonésia foi evidenciada por sua eleição a membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, para o biênio 2007-2008, para o Conselho de Direitos Humanos da ONU, para o período 2011-2014, e por seu *status* de membro permanente do “G-20 financeiro”. Apresentou candidaturas a Diretor-Geral da FAO (Organização para Alimentação e Agricultura) e a Diretor-Geral da OMC (Organização Mundial do Comércio), vencidas pelos candidatos brasileiros. Entre as candidaturas indonésias em curso, destacam-se aquelas para o Conselho de Segurança da ONU (2019-2020) e para o Conselho de Direitos Humanos (2015-2017).

Em 2012, a Indonésia criou o “International Peace and Security Centre”, em Bogor, ao sul de Jacarta, com vistas ao aperfeiçoamento da formação e do treinamento de militares indonésios para missões de paz, em consonância com a aspiração indonésia a um papel mais ativo no cenário internacional. A propósito, o Presidente Yudhoyono destacou, em agosto de 2012, que a Indonésia está se tornando um dos principais contribuintes de tropas para operações de manutenção da paz das Nações Unidas.

O país tem demonstrado interesse em aproximar-se do Fórum de Diálogo IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), tendo promovido a realização de reunião entre os Chanceleres do IBAS e da Indonésia, sobre a questão palestina, à margem da 65ª Assembleia Geral da ONU, em 2010.

A Indonésia mantém boas relações tanto com os vizinhos (relacionamento prioritário com os membros da ASEAN) quanto os grandes países de fora de seu entorno. Como declarou, em março de 2013, o Presidente SBY, a Indonésia mantém uma "política externa voltada para todas as direções", cuja ação diplomática define-se por ter "um milhão de amigos e nenhum inimigo". A propósito, além do Brasil, a Indonésia tem parcerias estratégicas ou globais com EUA, China, Rússia, Japão, Índia, Coreia do Sul, Turquia, África do Sul, Vietnã e Austrália.

A Indonésia tornou-se importadora líquida de petróleo e deixou de ser membro da OPEP em 2008. Apesar de ainda ser um dos maiores emissores de gases causadores do efeito estufa, vem buscando papel de maior relevo na temática ambiental, a qual constitui uma das prioridades da política externa e uma das áreas em que busca ampliar a cooperação com o Brasil.

Segundo declarado no período de campanha e de transição de governo, o futuro Presidente, Joko Widodo, defende uma reorientação da política externa indonésia, para um papel mais proeminente na promoção comercial e de investimentos.

A Indonésia condena as ações do "Estado Islâmico" (EI), que atua na Síria e no Iraque. Há alguns dias, o Presidente do país – que possui a maior população muçulmana do mundo e, por sua moderação religiosa, pode servir de ponte entre os países muçulmanos e o restante da comunidade internacional nesse tema - afirmou que as ações dos militantes do Estado Islâmico "envergonham" a religião e instou os líderes islâmicos a unirem-se na luta contra o extremismo. No início de agosto passado, o Governo banuiu oficialmente o desenvolvimento de quaisquer atividades do EI ou a ele associadas na Indonésia, afirmando que o grupo atenta contra a ideologia de Pancasila (princípios fundadores do Estado indonésio), a unidade do Estado e o pluralismo.

ASEAN

A Indonésia é o país mais populoso, mais extenso, e com a maior economia da Associação de Nações do Sudeste Asiático - ASEAN. Exerce, assim, importante papel na formação de consensos e no processo de aproximação do Brasil com aquele mecanismo. O Secretariado da ASEAN situa-se em Jacarta, e o Embaixador do Brasil naquela capital está acreditado junto ao grupamento. Ocupou, durante o ano de 2011, a presidência de turno da Associação, quando apoiou o processo de adesão do Brasil ao Tratado de Amizade e Cooperação da ASEAN, o que se concluiu em 2012, após aprovação do Congresso Nacional.

A Indonésia vem conquistando maior influência política no Sudeste Asiático. Durante episódio de conflito fronteiriço entre o Camboja e a Tailândia, em 2011, a Indonésia recebeu mandato da ONU para mediar a disputa. Em janeiro de 2013, O Ministro Natalegawa afirmou

que a Presidência indonésia da APEC, naquele ano, seria oportunidade única para que o país demonstre seu papel de "líder regional".

Corroborar essa tendência o fato de que, após conversas mantidas pelo Chanceler da Indonésia, Marty Natalegawa, em capitais da ASEAN, na semana seguinte à Reunião Ministerial de julho de 2012 (45ª AMM), os Chanceleres da Associação adotaram a proposta de seis pontos do Chanceler indonésio, como declaração da posição comum do grupo quanto à questão do Mar do Sul da China (disputas territoriais marítimas na região, envolvendo a China e alguns países da ASEAN).

Os conflitos entre as etnias rakhine (budista) e rohingya (muçulmana) em Myanmar recebeu a atenção do governo indonésio, por seus desdobramentos políticos e pela solidariedade islâmica. Em agosto de 2012, o Presidente indonésio designou Jusuf Kalla, ex-Vice-Presidente da República e atual Presidente da Cruz Vermelha indonésia e futuro Vice-Presidente, eleito na chapa de Joko Widodo, como enviado especial para tratar dos conflitos envolvendo a minoria islâmica Rohingya, em Myanmar, no que teria sido receptivo o governo de Myanmar.

Nos últimos anos, a Indonésia tem proposto o lançamento de um Tratado Indo-Pacífico, pelo qual os países asiáticos dos Oceanos Índico e Pacífico comprometer-se-iam a adotar mecanismos pacíficos para solucionar controvérsias e disputas, evitando o uso recíproco da força. Com a adoção de tal instrumento legal, à semelhança do TAC (Tratado de Amizade e Cooperação) existente desde 1976 no âmbito da ASEAN, o Ministro Natalegawa postula que a Indonésia procura se antecipar a uma situação de conflito na região.

China

As questões de segurança, associadas à crescente interdependência econômica, contribuíram para uma aproximação entre a Indonésia e a China. Em 2005, ao estabelecerem relação de parceria estratégica, os dois países declararam a intenção de fortalecer a cooperação bilateral na área de treinamento e produção de equipamento militar. Em março de 2012, o Presidente Yudhoyono realizou visita de Estado à China (a primeira desde sua reeleição, em 2009). Durante a visita, foram assinados cerca de quinze acordos de cooperação bilateral, que envolvem aportes da ordem de US\$ 17 bilhões (incluindo possível construção de ponte entre as ilhas de Java e Sumatra).

O Presidente chinês realizou visita de Estado à Indonésia em outubro de 2013, incluindo na agenda cooperação econômica, defesa e segurança, mar e pesca e cooperação em foros internacionais. Foram assinados 23 acordos de negócios, no valor de US\$ 33 bilhões, nos setores de mineração, madeira, papel e celulose, infraestrutura e transporte, entre outros. A projetada construção de monorail em Jacarta, com apoio chinês, também foi discutida.

A Indonésia tem procurado manter posição de equilíbrio no tocante aos litígios territoriais no Mar do Sul da China, promovendo o diálogo diplomático entre os países da ASEAN e a China, de modo imparcial.

Com a internacionalização de empresas chinesas, que têm cada vez mais buscado bases de produção com mão-de-obra mais barata, a Indonésia poderá ser um dos principais destinos de investimentos chineses, por meio da transplantação de indústrias tradicionais vindas da China.

Estados Unidos

As relações entre os dois países foram estreitas na maior parte do Governo Suharto (1967-1998), mas declinaram em sua fase final, devido a diferenças sobre direitos humanos. As relações voltaram a se intensificar com o processo de redemocratização na Indonésia; com a eleição de Barack Obama; e com a estratégia estadunidense de "reequilíbrio" de suas relações com a Ásia, após a redução de tropas no Oriente Médio.

O Presidente Obama, que passou parte da infância na Indonésia, visitou o país em novembro de 2010, quando foi assinado o Plano de Ação da Parceria Global entre os dois países. Obama ressaltou a necessidade de reforçar a cooperação bilateral em três áreas: comércio e investimentos; temas como intercâmbio estudantil, ciência e tecnologia, democracia e direitos humanos; e assuntos políticos e de segurança.

Como mencionado, em 2010, os EUA decidiram retomar a cooperação com as Forças Especiais da Indonésia (Kopassus), após 12 anos de moratória.

Em fevereiro de 2014, visitou Jacarta o Secretário de Estado John Kerry, quando assinou dois Memorandos de Entendimento (sobre cooperação triangular e sobre conservação da fauna e da flora).

Timor-Leste

Após a Revolução dos Cravos em Portugal (1974), e a subsequente declaração de independência de Timor-Leste àquele país (1975), a Indonésia ocupou Timor-Leste, em 1975. Segundo algumas fontes, a presença indonésia resultou na morte de cerca de 300 mil pessoas, de um total aproximado de 1 milhão de timorenses. Em 1999, formalizou-se o término da ocupação indonésia, por meio de plebiscito coordenado pelas Nações Unidas, no qual a proposta indonésia de autonomia limitada foi rejeitada por 78% dos timorenses.

Apesar da violência que caracterizou sua presença em Timor-Leste, a Indonésia buscou, depois de 1999, adotar postura conciliatória em relação ao novo país. Os dois países criaram uma Comissão de Verdade e Amizade (CVA), para avaliar as responsabilidades sobre as mortes ocorridas durante a presença indonésia em Timor-Leste.

Os dois países mantêm hoje relações fluidas. A Indonésia apoia a entrada de Timor-Leste na ASEAN e Timor-Leste manifestou apoio a eventual assento permanente da Indonésia no Conselho de Segurança da ONU.

Holanda

Apesar da declaração de Independência da Indonésia em relação à sua metrópole, Holanda, ter sido feita em 1945, os holandeses só reconheceram o país em 1949. Entretanto, em 2005, a Holanda reviu seu posicionamento e passou a reconhecer o ano de 1945 como ano oficial de independência. Tal fato serviu para aproximar mais os dois países.

Em 2009, foi assinado Acordo de Parceria Abrangente, pelo qual Indonésia e Holanda concordaram cooperar em áreas como segurança, direitos humanos e sustentabilidade, bem como em matérias econômicas, sociais, culturais e educacionais.

Japão

A Indonésia ocupa posição importante na estratégia japonesa de diversificação de suas correntes de comércio e investimentos, motivadas, sobretudo, pelas tensões políticas entre Tóquio e Pequim.

Em dezembro de 2013, o governo japonês anunciou empréstimo de cerca de US\$ 1,5 bilhão de dólares à Indonésia para o desenvolvimento de projetos prioritários de infraestrutura dentre estes, inclui-se a construção de um porto em Cilamaya Karawang, Java Ocidental, e um sistema de transporte rápido em Jacarta. Os investimentos de empresas japonesas na Indonésia totalizaram US\$ 2,46 bilhões em 2012, distribuídos em 646 projetos.

Austrália

As relações com a Austrália ganharam densidade nos últimos anos (são parceiros estratégicos desde 2005), mas passa por momento bastante sensível, sobretudo em função de temas relativos à imigração e espionagem. A Indonésia é o maior receptor de assistência ao desenvolvimento concedida pela Austrália: no ano fiscal 2011-2012, a ajuda australiana ao país somou US\$ 580 milhões.

Em novembro de 2013, veio à tona denúncia de que a Austrália, juntamente com os EUA, realizaria atividades de espionagem em Jacarta, o que foi objeto de pedido de explicações realizado pela Chancelaria indonésia; chamada do Embaixador indonésio em Camberra; suspensão da cooperação relativa a imigrantes indocumentados; e suspensão de exercícios militares conjuntos. Pouco depois, o Primeiro-Ministro da Austrália enviou carta ao Presidente Yudhoyono, a qual contribuiu para amenizar as diferenças.

COREIA DO SUL

A Indonésia mantém importante parceria com a Coreia do Sul na área de defesa, incluindo o desenvolvimento conjunto de submarino e de caça aéreo.

RELAÇÕES EM NÍVEL MULTILATERAL

Brasil e Indonésia integram diversos grupos multilaterais, dentre eles, o G-20 comercial na OMC; o G-20 financeiro; o Grupo de Países Megadiversos Afins; e o F-11

(grupo de coordenação na área ambiental e de biodiversidade), em que compartilham, em geral, posições semelhantes.

A Indonésia copatrocinou a iniciativa conjunta do Brasil e da Alemanha sobre projeto de resolução sobre vigilância das comunicações, em novembro de 2013.

Organização Mundial do Comércio - OMC

A Indonésia sediou a Conferência Ministerial da OMC de 2013, no mês de dezembro, em Bali (as conferências ocorrem a cada dois anos). Na opinião do então Ministro do Comércio, Gita Wirjawan, a IX Conferência logrou imprimir um salto qualitativo para o Sistema Multilateral de Comércio. Para a Indonésia, as conclusões da Conferência adicionam maior visibilidade, projeção e engajamento nos contornos da agenda internacional de comércio. Wirjawan enfatizou, ainda, a competência do Embaixador Roberto Azevêdo na condução da Reunião, com senso de pragmatismo e forte resiliência a todo o intenso processo negociador em Genebra e durante os cinco exaustivos dias da 9ª Conferência.

Em janeiro de 2013, o país lançou a candidatura da Dra. Mari Elka Pangestu, Ministra para o Turismo e Economia Criativa e ex-Ministra para o Comércio, à Direção-Geral da OMC, eleição vencida pelo candidato brasileiro, Embaixador Roberto Azevêdo.

Questão Palestina

A Indonésia reconhece o Estado palestino desde novembro de 1988. Em discurso na 66ª AGNU, em 2011, o Chanceler Marty Natalegawa expressou o apoio de seu governo à solução de dois Estados e reiterou o compromisso de Jacarta com a busca de um acordo de paz que viabilize a existência da Palestina independente.

No âmbito bilateral, o governo indonésio tem oferecido assistência econômica e cooperação técnica ao Estado palestino. Em foros multilaterais, o país procura coordenar posições sobre a situação do Oriente Médio com outros países em desenvolvimento. Em 2010, por exemplo, Natalegawa promoveu reunião com os Chanceleres de Brasil, Índia e África do Sul, à margem da Assembleia Geral da ONU, para discutir o tema. Em março de 2014, sediou a II Conferência sobre Cooperação entre os Países da Ásia do Leste para o Desenvolvimento da Palestina (CEAPAD), quando recebeu a visita do Primeiro-Ministro palestino Rami Hamdallah.

Direitos humanos

A Indonésia ocupa vaga no Conselho de Direitos Humanos, para mandato que vai de 2012 a 2014 e candidatou-se a reeleição, para o mandato 2015-2017.

A Indonésia foi avaliada pelo mecanismo de revisão periódica universal do Conselho de Direitos Humanos em 23 de maio de 2012. O Brasil observou, durante o exercício, mudanças feitas no sistema legal indonésio para reforçar o respeito aos direitos humanos. Elogiou a prioridade conferida pela Indonésia à promoção do direito humano à saúde e seu compromisso em fortalecer o marco legal e institucional aplicável ao respeito à religiosa e à

erradicação da pobreza. Encorajou o compromisso indonésio de ratificar o Protocolo Opcional à Convenção contra Tortura (OPCAT), o qual já fora ratificado pelo Brasil. Apresentou, como recomendação ao país, avaliar a aplicação de moratória a execuções com vistas à ulterior abolição da pena capital.

No início de 2014, o Ministro Marty Natalegawa ressaltou que seu país também promoverá, ao longo do ano, o fortalecimento das instituições de direitos humanos da ASEAN, particularmente a Comissão Intergovernamental de Direitos Humanos (AICHR), bem como a consolidação do Fórum da Democracia de Bali, como plataforma para os países da região compartilharem experiências e lições sobre a democracia em cada nação.

Foi divulgado pela organização não-governamental Anistia Internacional, em 2014, relatório anual sobre a execução de penas capitais ao redor do mundo. O informe chamou a atenção para a retomada das execuções da pena de morte na Indonésia em 2013. A Indonésia teria se juntado ao Kuaite, à Nigéria e ao Vietnã entre aqueles que retomaram execuções.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Indonésia alcançou taxas médias de crescimento do PIB de cerca de 7% ao ano, entre 1965 e 1996, e posicionou-se como um dos maiores países exportadores de petróleo a despeito dos vários choques externos sofridos no mesmo período. Tal ritmo de crescimento econômico foi interrompido em 1997, com a Crise Asiática. A recuperação só começou no ano de 2000, quando o consumo doméstico, que já vinha crescendo desde a década de 1990, tornou-se um dos principais impulsionadores da atividade econômica, compensando o fraco desempenho do setor exportador e a queda dos investimentos.

Atualmente, a economia indonésia representa 33% do PIB da ASEAN e tem apresentado índices expressivos de crescimento nos últimos anos. A crise mundial, iniciada em 2008, teve tênues efeitos sobre a economia indonésia, que cresceu 4,5% em 2009, 6,1% em 2010, 6,5% em 2011, 6,3% em 2012, e 5,8% em 2013. Para 2014, o FMI prevê crescimento de 5,4%. O crescimento econômico da Indonésia está sendo considerado, depois da China, o maior entre as nações do G-20, superior ao da Índia. A economia nacional tem assistido a forte aumento do consumo das famílias, relacionado ao crescimento da classe média no país. Em 2011, a economia indonésia obteve grau de investimento, conferido primeiro pela Fitch, seguida em janeiro de 2012 pela Moody's.

O setor agrícola respondeu por 14,3% do PIB, em 2013; a indústria, por 46,6%; e os serviços, por 39,1%. É concedido forte estímulo ao setor de turismo (8 milhões de visitantes estrangeiros, em 2012), o que pode ampliar a participação dos serviços.

As prioridades do Governo Yudhoyono em relação à economia são a manutenção da estabilidade macroeconômica; a formação de ambiente favorável aos investimentos externos; a revitalização da agricultura; e o desenvolvimento rural. O governo indonésio lançou em maio de 2011 o Plano Diretor de Aceleração e Expansão do Desenvolvimento Econômico 2011-2025 (MP3EI), cujo objetivo é transformar a Indonésia em um país desenvolvido até 2025. O plano estabelece diretrizes estratégicas para o desenvolvimento do potencial econômico por meio de 6 "corredores", pela melhoria da conectividade e das capacidades nacionais em ciência, tecnologia e recursos humanos. Entre os setores prioritários estão energia, agricultura, mineração, turismo, indústria naval e projetos de infraestrutura.

Alguns analistas afirmam que o crescimento dos salários na China pode servir de incentivo para a realocação de empresas chinesas para países vizinhos – entre os quais a Indonésia – que têm custos trabalhistas menores. Há, contudo, obstáculos para que a oportunidade seja aproveitada pelos países do Sudeste Asiático. São apontados como dificuldades os sistemas judiciais subdesenvolvidos, corrupção e infraestrutura insuficiente para concretizar uma eventual ampliação do setor manufatureiro.

Como mencionado, estudo do Banco Goldman Sachs prevê que a Indonésia poderá ser a sétima economia do mundo em 2050, com um PIB de US\$ 7 trilhões, à frente do Japão, Alemanha, França e Reino Unido. Segundo estudo do Banco Bilbao Vizcaya, a Indonésia poderá alcançar, em breve, a posição de quinta economia do mundo com maior crescimento absoluto do PIB, atrás de China; Estados Unidos; Índia; e Brasil.

Comércio e investimentos internacionais

Em 2013, as exportações indonésias foram direcionadas em grande parte aos vizinhos da Ásia, que absorveram 73% do total; seguidos do continente americano com 11% e da União Europeia com 9%. Individualmente, o Japão foi o principal destino das vendas indonésias com 14,8% do total em 2013, seguida da China com 12,4%; de Cingapura com 9,1%; e dos Estados Unidos com 8,6%. O Brasil posicionou-se no 22º lugar entre os compradores da Indonésia, com 0,8% do total.

Os países asiáticos são também os principais supridores do mercado indonésio. Em 2013, somaram 75% do total, seguidos do continente americano com 9% e da União Europeia com 7%. Individualmente, a China foi o principal fornecedor de bens à Indonésia, com 16% do total. Seguiram-se: Cingapura (13,7%); Japão (10,3%); Malásia (7,1%); Coreia do Sul (6,2%); e Tailândia (5,7%). O Brasil posicionou-se no 16º lugar entre os fornecedores do mercado indonésio, com 1,2% do total.

Combustíveis (hulhas e coques, gás de petróleo, óleo de petróleo em bruto) foram o principal grupo de produtos da pauta das exportações da Indonésia. Em 2013, os combustíveis representaram 31,5% do total; seguidos de gorduras e óleos (óleo de palma, de coco, margarina) com 10,5%; e máquinas elétricas (fios e cabos, aparelhos de TV, aparelhos para corte para gravação, circuitos integrados) com 5,7%.

A pauta das importações da Indonésia apresentou-se concentrada em combustíveis e bens com alto valor agregado. Em 2013, combustíveis (óleo refinado, óleo bruto, gás de petróleo e coques e hulhas) foram o principal grupo de produtos da pauta e representaram 24,4% do total. Seguiram-se: máquinas mecânicas (computadores, impressoras, bombas de ar e para líquidos) com 14,6%; máquinas elétricas (aparelhos de telefonia, circuitos integrados, aparelhos para corte, fios e cabos) com 9,8%; e ferro e aço (laminados e desperdícios) com 5,1%.

O Governo da Indonésia definiu como meta, para 2014, elevar em 15% o investimento estrangeiro direto (IED) no país, com relação ao ano anterior (US\$ 28,5 bilhões, segundo o Governo da Indonésia, voltados, principalmente, para a exploração de recursos naturais). Entre os setores que, historicamente, mais atraem IED destacam-se os setores de mineração, transportes, armazenamento e comunicações, indústria química e farmacêutica, indústria de máquinas, metal e eletrônica e indústria automotiva e de equipamentos de transporte. Com relação ao estoque de investimento, os principais países investidores são Cingapura, Malásia, Holanda, Japão, Reino Unido e EUA.

Conjuntura econômica

A economia indonésia cresceu, no primeiro trimestre de 2014, a uma taxa anualizada de 5,2%, com leve desaceleração em comparação ao crescimento anual de 5,7% registrado no quarto trimestre de 2013. O desaceleramento da economia foi atribuído pelo Banco da Indonésia (BI - equivalente ao Banco Central) à redução dos investimentos e das exportações. Índice que mede a confiança do empresariado acompanhou a queda nos investimentos, com destaque para o setor de construção civil, que passou a atuar de forma mais conservadora, em

meio a temores de uma bolha especulativa no mercado imobiliário. Ainda assim, o BI espera uma retomada do crescimento do investimento privado no segundo semestre.

A contração das exportações teria sido resultado, sobretudo, da implementação da proibição de exportação de minerais não processados em janeiro último. O comércio internacional total da Indonésia no primeiro trimestre do ano apresentou queda de 4% em relação ao mesmo período de 2013, alcançando um total de US\$ 87,5 bilhões. O comércio com o Brasil, no volume de US\$ 860 milhões no primeiro trimestre, esteve na contramão da tendência geral, ao crescer 7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

As reservas cambiais da Indonésia somavam, ao final de março de 2014, US\$ 102,6 bilhões, equivalentes a 5,9 meses de importações ou 5,7 meses de importações e pagamento do serviço da dívida externa - acima, portanto, dos padrões internacionais de adequação de cerca de três meses de importações. A rúpia se apreciou em relação ao dólar estadunidense a uma razão de 7,13% entre o final do exercício de 2013 e maio de 2014. A inflação, em março de 2014, seguiu tendência descendente, ao alcançar 7,32% anuais, abaixo dos 7,75% no mês anterior. As autoridades esperam ainda poder alcançar a meta de 4,5%, mais ou menos 1 p.p., ao final de 2014. A taxa de inflação fechou o ano de 2013 em 8,1%, em parte afetada pelo corte dos subsídios à gasolina, além do forte aumento do consumo das famílias. A dívida pública é relativamente baixa (cerca de 24% do PIB, ao fim de 2013, enquanto a média mundial é acima de 65%).

O Banco da Indonésia considerou satisfatórios os números verificados no trimestre e em linha com projeções anteriores de redução da inflação e volta do superávit na balança comercial, levando-o a manter a taxa básica de juros em 7,5%, de forma a permitir a retomada do crescimento do PIB a nível próximo dos 6% no ano.

Relatório do Banco Mundial, de maio de 2014, aponta que a Indonésia teria alcançado a 10ª posição entre as maiores economias do mundo, em termos de paridade de poder de compra (salto de seis posições em relação à pesquisa anterior). Por outro lado, a revista "The Economist", no mesmo mês, notou que o crescimento econômico tem-se dado com o aumento da desigualdade no país, demonstrado pela piora substantiva no coeficiente de Gini (de 0,29 a 0,38 desde 2000); crescimento do consumo da classe C na ordem de apenas 1,3% ao ano, comparado com 4% da população como um todo; a porcentagem de 70% do PIB oriundos do setor informal, onde não há garantias de salário mínimo ou proteção social; e a alta porcentagem do orçamento do Governo dedicada ao subsídio a combustíveis (20%), que beneficia mais às classes alta e média.

Energia

O consumo primário de energia da Indonésia, em 2012 (últimos dados disponíveis), foi composto por: 36% de petróleo, 27% de biomassa, 20% de carvão, 17% de gás natural, 2% de hidrelétrica e 1% de geotérmica.

O setor de energia indonésio, que já teve grande importância no crescimento do país, passou por longo declínio, iniciado em 1977. Como resultado, a Indonésia é, atualmente, importadora líquida de petróleo e deixou de integrar a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em outubro de 2008. As reservas atuais de petróleo da Indonésia só

seriam suficientes para dez anos (esgotamento em 2024), no atual ritmo de exploração. As reservas de gás, na ausência de novas descobertas, se esgotariam em trinta anos, e as de carvão, em oitenta. Os subsídios à venda de combustíveis, que causavam forte pressão sobre o orçamento público - US\$ 32 bilhões, em 2012 - têm sido cortados, com repercussão popular negativa, em razão do aumento de até 44% no preço final da gasolina.

Com reservas de petróleo de 3,59 bilhões de barris, a Indonésia produz 925 mil barris/dia e consome 1,590 milhão de barris/dia (dados de 2013). A produção petrolífera do país diminuiu 32% entre 2000 e 2010, em função do declínio de diversos campos. As principais companhias de petróleo estrangeiras operando no país são a Chevron e a ExxonMobil. A capacidade de refino indonésia é de cerca de 1 milhão de barris/dia, distribuída entre oito refinarias, todas operadas pela PT Pertamina, a estatal indonésia de hidrocarbonetos.

A Indonésia tem reservas de gás natural de 3 trilhões de metros cúbicos (tmc). - a décima quarta reserva do mundo, a maior parte da qual situada "offshore". A produção de gás natural indonésia está em crescimento, havendo aumentado em mais de 30% desde 2005. O país produziu 70 bilhões de m³ de gás em 2013, 50% dos quais foram destinados à demanda interna. A Indonésia foi o 5º maior exportador de gás natural liquefeito do mundo em 2012 (7,6% do total mundial), atrás de Qatar, Malásia, Austrália e Nigéria.

A Indonésia tem reservas carboníferas da ordem de 6,1 bilhões de toneladas e tornou-se, recentemente, o maior exportador de carvão do mundo, ultrapassando a Austrália.

O setor de etanol, por outro lado, não registra produção comercial desde 2010.

O Parlamento indonésio aprovou, em janeiro de 2014, a nova Política Nacional de Energia. Fixou-se a meta de redução da participação dos combustíveis fósseis na matriz energética nacional dos 49% atuais para 25% em 2025 e para no máximo 20% em 2050. Fontes de energia renovável aumentariam de 6%, hoje, para 23% em 2025 e ao menos 31% em 2050. A lei estabelece as bases para a adoção de um programa de desenvolvimento energético integrado, com ênfase na diversificação, na eficiência e na conservação, incluindo incentivos fiscais e financeiros para o desenvolvimento de fontes de energia renovável; determina que os Governos central e locais deem incentivos a indústrias que implementem programas de eficiência energética, por meio da substituição de equipamentos que requeiram investimentos adicionais; e estabelece mecanismos de fixação de preços e de subsídios. A energia nuclear é considerada como último recurso.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1602	Início da dominação holandesa sobre o arquipélago indonésio.
1942-45	Ocupação japonesa durante a Segunda Guerra Mundial.
1945	Declaração de independência sob a liderança de Sukarno e Mohammad Hatta.
1949	Reconhecimento da independência da Indonésia pela Holanda.
1955	I Conferência Afro-Asiática, em Bandung, reúne países do Terceiro Mundo e dá início ao Movimento dos Países Não Alinhados.
1965	Golpe de Estado fracassado contra o Presidente Sukarno.
1967	Início da presidência do General Suharto.
1969	Incorporação formal de Papua Ocidental à Indonésia, com o nome de Irian Jaya.
1975	Declaração de independência de Timor-Leste em relação a Portugal.
1976	Invasão indonésia de Timor-Leste.
1997	Crise econômica asiática.
1998	Protestos forçam Suharto a renunciar à Presidência. Habibie torna-se Presidente.
1999	Referendo em Timor-Leste decide pela independência. Eleições parlamentares na Indonésia. Abdurrahman Wahid assume a Presidência.
2001	Manifestações de massa contra Wahid. Vice-Presidente Megawati Sukarnoputri assume a presidência.
2002	Criação de tribunal para apurar atrocidades em Timor-Leste após 1999 (janeiro). Independência formal de Timor-Leste (maio). Atentado a bomba em Bali mata 202 pessoas (outubro).
2004	Vitória de Susilo Bambang Yudhoyono nas eleições presidenciais (julho). Tsunami atinge o Sudeste Asiático e devasta a Indonésia (dezembro).
2005	Acordo de paz entre o Governo e o Movimento Aceh Livre (agosto).
2007	Captura do chefe do grupo islâmico Jemaah Islamiyah, Zarkasih (junho). Indonésia sedia a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em Bali (dezembro).
2008	Executados três condenados pelos atentados na Ilha de Bali (novembro).
2009	Reeleição do Presidente Susilo Bambang Yudhoyono (julho). Dois atentados terroristas em hotéis de Jacarta deixam 9 mortos (julho). Fortes terremotos no noroeste da Ilha de Sumatra deixa cerca de mil mortos (setembro).
2010	Forte terremoto em Sumatra e erupção do Vulcão Merapi, em Java, deixam centenas de mortos (outubro). Visita do Presidente dos EUA, Barack Obama (novembro).
2011	Duas igrejas são incendiadas em Java Central (fevereiro). Indonésia exerce a Presidência de turno da ASEAN. Abu Bakar Ba'asyir, líder de grupo radical islâmico, é sentenciado a 15 anos (junho). Realização da 26ª edição do "Southeast Asian Games" (novembro). Governo holandês pede desculpas por massacre de 150 pessoas ocorrido na ilha de

	Java, durante a guerra da independência indonésia, em 1947 (dezembro).
2012	Investigação de 10 anos sobre os atentados a bomba de Bali, em 2002, chega ao fim com a condenação a 20 anos de prisão do fabricante de bombas Umar Patek, extraditado do Paquistão em 2011 (junho).
2013	O Parlamento aprova expressivo aumento da gasolina e do diesel para cortar subsídios, o que gera violentos protestos (junho).
2014	Eleições legislativas resultam em queda do PD e ascensão do opositorista PDI-P (abril). Joko Widodo é eleito Presidente da República, com 53,1% dos votos e contestação de seu opositor (julho). Aprovada lei que torna indiretas as eleições para Governador e Prefeito (setembro).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1953	Criação da Legação do Brasil em Jacarta (28 de setembro).
1959	Visita do Presidente Sukarno ao Brasil (primeiro Chefe de Estado asiático a visitar oficialmente o Brasil).
1961	Nova visita do Presidente Sukarno ao Brasil. Assinatura de Declaração Econômica entre o Brasil e a Indonésia.
1996	Assinatura de Memorando de Entendimento para Estabelecer Consultas Bilaterais.
2000	Visita do Presidente Abdurrahman Wahid ao Brasil (outubro).
2001	Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Indonésia (janeiro).
2006	Comércio bilateral supera a marca de US\$ 1 bilhão (US\$ 1,13 bilhão).
2007	Delegação da Comissão Eleitoral indonésia visita o Brasil (fevereiro). Ministro Celso Amorim participa, na condição de coordenador do G-20, da reunião do G-33 na Indonésia (março). Ministro dos Negócios Estrangeiros Hassan Wirajuda participa da III Reunião Ministerial do FOCALAL, em Brasília (agosto). Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Parlamento indonésio, Defesa, Comunicação e Informática, Theo Sambuaga, visita o Brasil (agosto). Presidentes Lula e Yudhoyono encontram-se à margem da 62ª AGNU, em Nova York (setembro). Integrantes da Comissão Especial parlamentar do Projeto de Lei sobre Mineração e Carvão Mineral, visitam o Brasil (outubro). Ministro Celso Amorim participa da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em Bali (dezembro).
2008	Ministro Anton Apriyantono, da Agricultura, visita o Brasil (março). Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Senador Heráclito Fortes, visita a Indonésia (março). SGAP-II chefia delegação Brasileira à Reunião de Consultas Bilaterais, em Jacarta (março). Integrantes da Comissão de Condecorações do Parlamento indonésio visitam o Brasil (abril). Presidente Lula visita a Indonésia (julho). Ministra Mari Pangestu, do Comércio, visita o Brasil (agosto). Visita ao Brasil do Presidente do Conselho Representativo do Povo da Indonésia, Sr. Agung Laksono, e de delegação parlamentar (setembro). Presidente Yudhoyono visita o Brasil (18 a 20 de novembro). Estabelecimento da Parceria Estratégica (novembro).
2009	Comissão parlamentar de População, Saúde, Transmigração e Força de Trabalho visitam o Brasil (junho). Integrantes da Comissão parlamentar sobre Políticas Governamentais Relativas ao Preço da Gasolina visitam o Brasil (setembro). I Comissão Mista. Adoção do Plano de Ação da Parceria Estratégica (outubro).
2010	Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Triyono Wibowo, visita o Brasil, chefiando

	a delegação indonésia ao III Encontro da Aliança de Civilizações (maio). O assessor presidencial Kuntoro Mangkusubroto (de nível hierárquico semelhante ao de Ministro-Chefe da Casa Civil, no Brasil) visita Brasília e Manaus (setembro). A Sra. SGAP-II, Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, visita Jacarta e participa da V Reunião de Consultas Políticas (setembro).
2011	Visita a Jacarta do Comandante do Exército, General Enzo Peri, e do Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro Juniti Saito, para participarem do “Jakarta International Defense Dialogue” (março). Visita a Brasília e Belém do Governador da província indonésia de Kalimantan Central, Sr. Teras Narang (março). Visita da seção indonésia do Grupo Parlamentar de Cooperação Bilateral (abril). V Reunião do Comitê Consultivo Agrícola, na Indonésia (maio). Visita da Sra. SGAP-II a Jacarta e realização da II Reunião da Comissão Mista (outubro). Visita do Vice-Ministro de Planejamento Nacional, Dr. Lukita Tuwo (novembro). Participação do MRE Antonio Patriota na XIX Cúpula da ASEAN, em Bali (novembro).
2012	Visita do Ministro do Comércio da Indonésia ao Brasil (março). Visita do Vice-Ministro da Agricultura da Indonésia ao Brasil (abril e novembro). Participação do PR Yudhoyono na Conferência Rio+20 (junho). Visita da SECEX Tatiana Prazeres e delegação empresarial à Indonésia (julho). I Reunião do Grupo de Trabalho de Comércio e Investimentos, em Jacarta (julho). Visita do Secretário-Geral do Ministério da Defesa da Indonésia ao Brasil (agosto). Encontro entre PR Dilma Rousseff e PR Yudhoyono à margem da AGNU (setembro). Visita do Chefe do Conselho Nacional de Narcóticos da Indonésia (setembro). Visita do Vice-Ministro da Defesa da Indonésia (novembro). Vinda de duas delegações parlamentares indonésias (finanças e infraestrutura; novembro). Visita da Vice-Ministra de Educação e Cultura da Indonésia ao Brasil (dezembro). Visita de delegação parlamentar indonésia sobre lei do espaço (dezembro).
2013	VI Reunião de Consultas Políticas, em Brasília (janeiro) Missão de inteligência comercial APEX/MRE (março) Participação brasileira na JIDD 2013, na área de defesa (março) Visita da Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, para participar da quarta reunião do Painel de Alto Nível do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 (março). Visita do Comitê Nacional de Inovação da Indonésia, chefiada por dois ex-Ministros (Bambang Kesowo, Secretariado de Estados; e Syafit Djamel, Transportes) (maio). Visita a São Paulo do Diretor do "President's Delivery Unit for Development Monitoring and Oversight – UKP", Agung Wicaksono, sobre monitoramento florestal (junho). II Reunião do Grupo de Trabalho de Comércio e Investimentos, em Brasília (setembro).

	Visita a Brasília do Vice-Ministro do Comércio, Bayu Krisnamurthi (setembro). Participação do Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, Marcelo Pedrosa, no Fórum Cultural Mundial, na Indonésia (novembro) Participação do Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, na IX Reunião Ministerial da OMC, em Bali, Indonésia, e encontro bilateral com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Marty Natalegawa, e com o Ministro do Comércio, Gita Wirjawan (dezembro).
2014	Visita do Secretário de Relações Internacionais do MAPA, Marcelo Junqueira (março) Visita do Ministro do STJ Antonio Herman Benjamin (abril)

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais ou de Serviço	12/7/2008	06/12/2008

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais Indicadores Econômicos - 2 0 1 3

PIB	
Crescimento real	5,78%
PIB nominal	US\$ 870,28 bilhões
PIB nominal "per capita"	US\$ 3.510
PIB PPP	US\$ 1,29 trilhão
PIB PPP "per capita"	US\$ 5.214
Origem do PIB	
Agricultura	14,3%
Indústria	46,6%
Serviços	39,1%
Balanço de pagamentos	
Saldo em transações correntes	US\$ - 28,45 bilhões
Saldo da balança comercial de bens	US\$ - 4,10 bilhões
Saldo da balança comercial de serviços (2012)	US\$ - 10,77 bilhões
Reservas internacionais	US\$ 99,39 bilhões
Outros indicadores	
Inflação (fim do período)	8,1%
Dívida externa	US\$ 266,03 bilhões
Câmbio (Rp / US\$)	12,189

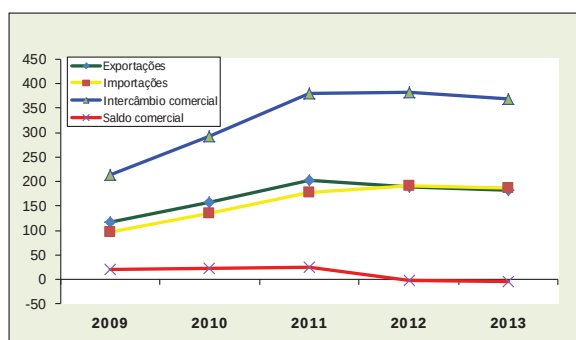
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report May 2014; (2) IMF - World Economic Outlook Database, April 2014; (3) UN/UNCTAD/ITC/TradeMap June 2014.

Com PIB nominal de US\$ 870,28 bilhões e crescimento de 5,78% em 2013, a Indonésia posicionou-se como a 16ª economia do mundo. O setor industrial é o principal ramo de atividade e respondeu por 46,6% do PIB, seguido de serviços com 39,1% e do agrícola com 14,3%. A Indonésia apresentou, em 2013, déficit em transações correntes de US\$ 28,45 bilhões. O saldo da balança comercial de bens foi também deficitário em US\$ 4,1 bilhões. A balança de serviços, por sua vez, registrou saldo negativo de US\$ 10,77 bilhões.

Evolução do comércio exterior
US\$ bilhões

Anos	Exportações	Importações	Intercâmbio comercial	Saldo comercial
2009	116,5	96,8	213,3	19,7
2010	157,8	135,7	293,4	22,1
2011	203,5	177,4	380,9	26,1
2012	190,0	191,7	381,7	-1,7
2013	182,6	186,6	369,2	-4,1
2013(jan-mar)	45,4	45,7	91,1	-0,2
2014(jan-mar)	44,3	43,2	87,5	1,1
Var. % 2009-2013	56,7 %	92,7 %	73,0 %	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/Trademap, September 2014.
(n.c.) Dado não calculado.*



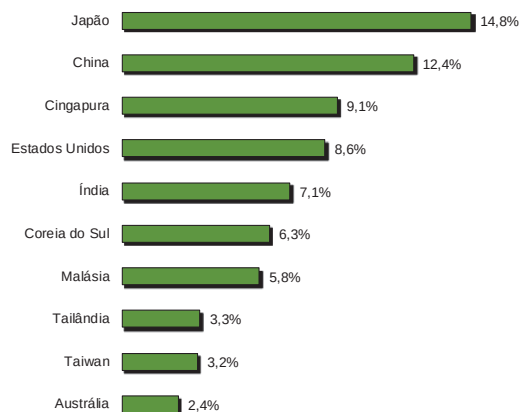
O comércio exterior da Indonésia apresentou, em 2013, crescimento de 73,0% em relação a 2009, de US\$ 213,3 bilhões para US\$ 369,2 bilhões. No ranking da ONU/UNCTAD de 2013, a Indonésia figurou como o 28º mercado mundial, sendo o 26º exportador e o 27º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se superavitário nos três primeiros anos do período sob análise, totalizando em 2013 saldo negativo de US\$ 4,1 bilhões.

Direção das Exportações
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 3	Part. % no total
Japão	27,1	14,8%
China	22,6	12,4%
Cingapura	16,7	9,1%
Estados Unidos	15,7	8,6%
Índia	13,0	7,1%
Coreia do Sul	11,4	6,3%
Malásia	10,7	5,8%
Tailândia	6,1	3,3%
Taiwan	5,9	3,2%
Austrália	4,4	2,4%
...		
<i>Brasil</i>	<i>1,5</i>	<i>0,8%</i>
Subtotal	135,0	74,0 %
Outros países	47,5	26,0 %
Total	182,6	100,0 %

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, June 2014.

10 principais destinos das exportações



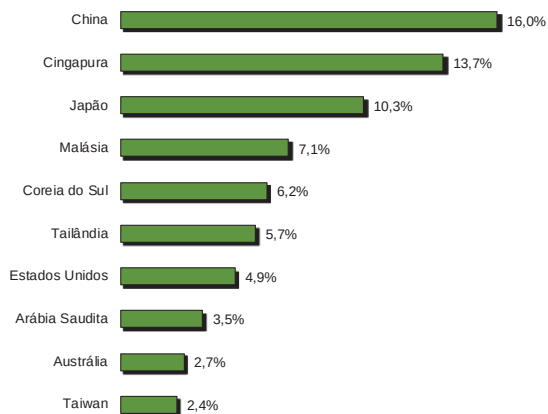
As vendas indonésias foram direcionadas em grande parte aos vizinhos da Ásia, que absorveram 73% do total em 2013; seguidos do continente americano com 11% e da União Europeia com 9%. Individualmente, o Japão foi o principal destino das vendas indonésias com 14,8% do total em 2013, seguida da China com 12,4%; de Cingapura com 9,1%; e dos Estados Unidos com 8,6%. Seguiram-se: Índia (7,1%); Coreia do Sul (6,3%); Malásia (5,8%); Tailândia (3,3%); e Taiwan (3,2%). O Brasil posicionou-se no 22º lugar entre os compradores da Indonésia, com 0,8% do total.

Origem das Importações
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 3	Part. % no total
China	29,8	16,0%
Cingapura	25,6	13,7%
Japão	19,3	10,3%
Malásia	13,3	7,1%
Coreia do Sul	11,6	6,2%
Tailândia	10,7	5,7%
Estados Unidos	9,1	4,9%
Arábia Saudita	6,5	3,5%
Austrália	5,0	2,7%
Taiwan	4,5	2,4%
...		
<i>Brasil</i>	<i>2,2</i>	<i>1,2%</i>
Subtotal	137,7	73,8 %
Outros países	49,0	26,2 %
Total	186,6	100,0 %

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, June 2014.

10 principais origens das importações



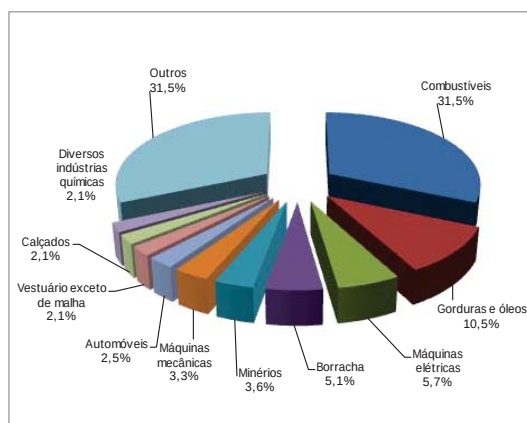
Os países asiáticos são também os principais abastecedores do mercado indonésio. Em 2013, somaram 75% do total, seguidos do continente americano com 9% e da União Europeia com 7%. Individualmente, a China foi também o principal fornecedor de bens à Indonésia, com 16,0% do total. Seguiram-se: Cingapura (13,7%); Japão (10,3%); Malásia (7,1%); Coreia do Sul (6,2%); e Tailândia (5,7%). O Brasil posicionou-se no 16º lugar entre os fornecedores do mercado indonésio, com 1,2% do total.

**Composição das exportações
US\$ bilhões**

Descrição	2 0 1 3	Part. % no total
Combustíveis	57,4	31,5%
Gorduras e óleos	19,2	10,5%
Máquinas elétricas	10,4	5,7%
Borracha	9,4	5,1%
Minérios	6,5	3,6%
Máquinas mecânicas	6,0	3,3%
Automóveis	4,6	2,5%
Vestuário exceto de malha	3,9	2,1%
Calçados	3,9	2,1%
Diversos indústrias químicas	3,8	2,1%
Subtotal	125,1	68,5%
Outros	57,4	31,5%
Total	182,6	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, June 2014.

10 principais grupos de produtos exportados



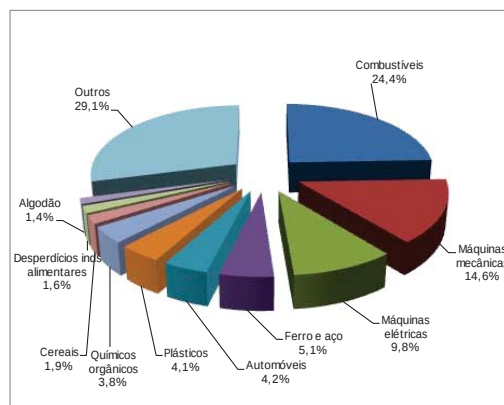
Combustíveis (hulhas e coques, gás de petróleo, óleo de petróleo em bruto) foram o principal grupo de produtos da pauta das exportações da Indonésia. Em 2013, os combustíveis representaram 31,5% do total; seguidos de gorduras e óleos (óleo de palma, de côco, margarina) com 10,5%; e máquinas elétricas (fios e cabos, aparelhos de TV, aparelhos para corte para gravação, circuitos integrados) com 5,7%. Seguiram-se: borracha (5,1%); minérios (3,6%); máquinas mecânicas (3,3%); e automóveis (2,5%).

**Composição das importações
US\$ bilhões**

Descrição	2 0 1 3	Part. % no total
Combustíveis	45,5	24,4%
Máquinas mecânicas	27,3	14,6%
Máquinas elétricas	18,2	9,8%
Ferro e aço	9,6	5,1%
Automóveis	7,9	4,2%
Plásticos	7,6	4,1%
Químicos orgânicos	7,0	3,8%
Cereais	3,6	1,9%
Desperdícios inds alimentares	3,0	1,6%
Algodão	2,6	1,4%
Subtotal	132,4	70,9%
Outros	54,3	29,1%
Total	186,6	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/Trademap, September 2014.

10 principais grupos de produtos importados



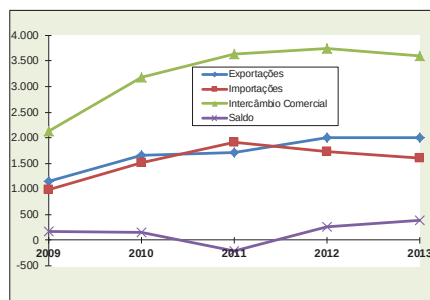
A pauta das importações da Indonésia apresentou-se concentrada em combustíveis e bens com alto valor agregado. Em 2013, combustíveis (óleo refinado, óleo bruto, gás de petróleo e coques e hulhas) foram o principal grupo de produtos da pauta e representaram 24,4% do total. Seguiram-se: máquinas mecânicas (computadores, impressoras, bombas de ar e para líquidos) com 14,6%; máquinas elétricas (aparelhos de telefonia, circuitos integrados, aparelhos para corte, fios e cabos) com 9,8%; e ferro e aço (laminados e desperdícios) com 5,1%.

Evolução do intercâmbio comercial com o Brasil
US\$ milhões, fob

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio Comercial		Saldo
	Valor	Var.%	Valor	Var.%	Valor	Var.%	
2009	1.151	0,7%	987	-11,0%	2.138	-5,1%	163
2010	1.663	44,5%	1.517	53,7%	3.180	48,8%	146
2011	1.718	3,3%	1.920	26,5%	3.638	14,4%	-202
2012	2.002	16,5%	1.736	-9,6%	3.738	2,7%	266
2013	1.999	-0,1%	1.604	-7,6%	3.603	-3,6%	395
2013 (jan-ago)	1.013	6,5%	1.060	-13,2%	2.073	9,9%	-47
2014 (jan-ago)	1.316	29,9%	1.175	10,8%	2.491	20,1%	140
Var. % 2009-2013	73,7 %		62,5 %		68,6 %		n.c.

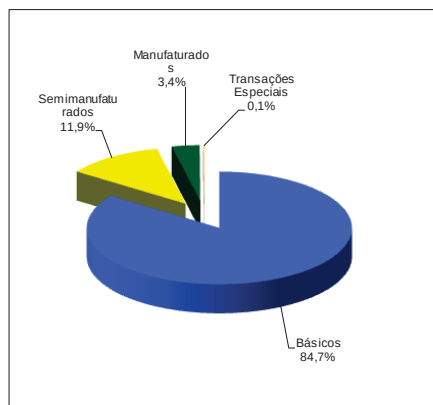
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
(n.c.) Dado não calculado.

A Indonésia foi o 32º parceiro comercial brasileiro, com participação de 0,75% no comércio exterior brasileiro em 2013. Entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 68,6%, de US\$ 2,14 bilhões para US\$ 3,60 bilhões. Nesse período, as exportações aumentaram 73,7% e as importações, 62,5%. O saldo da balança comercial no período sob análise foi desfavorável ao Brasil somente em 2011, registrando superávit de US\$ 395 milhões em 2013.



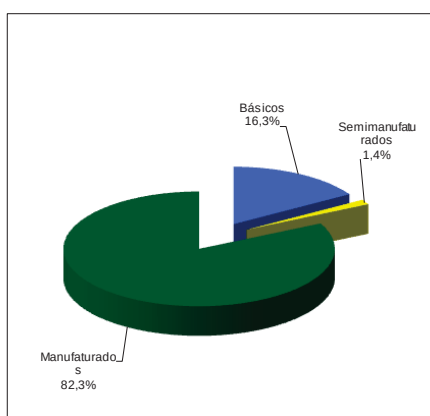
Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2013

Exportações



As exportações brasileiras para a Indonésia são compostas, em sua maior parte, por produtos básicos, que representaram 84,7% do total em 2013, com destaque para farelo de soja, milho e algodão. Os semimanufaturados posicionaram-se em seguida com 11,9% (fumo) e os manufaturados com 3,4%.

Importações



Os produtos manufaturados somaram a maior parte da pauta das importações brasileiras procedentes da Indonésia em 2013, representados principalmente por óleos de dendê e de palmiste, máquinas, automóveis e calçados. Os básicos posicionaram-se em seguida com 16,3% (borracha natural), e os semimanufaturados com 1,4%.

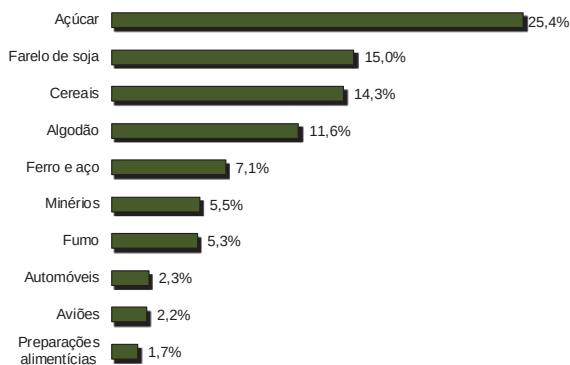
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX.

Composição das exportações brasileiras
US\$ milhões, fob

Descrição	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3	
			Valor	Part. % no total
Açúcar	422	683	507	25,4%
Farelo de soja	111	141	299	15,0%
Cereais	59	34	286	14,3%
Algodão	203	312	231	11,6%
Ferro e aço	175	218	141	7,1%
Minérios	221	108	109	5,5%
Fumo	135	115	106	5,3%
Automóveis	65	54	46	2,3%
Aviões	49	71	44	2,2%
Preparações alimentícias	29	26	33	1,7%
Subtotal	1.469	1.762	1.802	90,1%
Outros produtos	249	240	197	9,9%
Total	1.718	2.002	1.999	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil



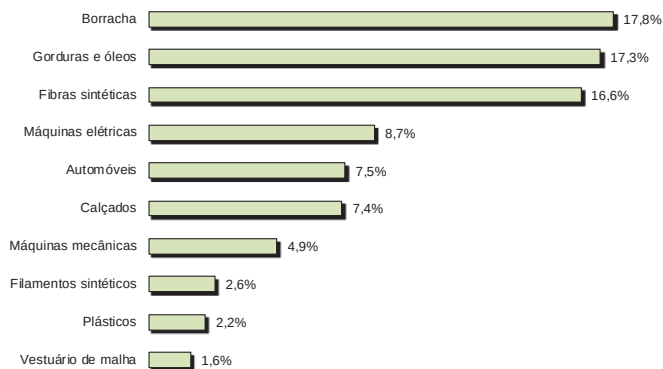
Açúcar refinado foi o principal produto brasileiro exportado para a Indonésia, representado aproximadamente 1/5 da pauta. Em 2013, o açúcar somou 25,4% do total, seguido de farelo de soja com 15%; cereais (milho) com 14,3%, algodão (simplesmente debulhado, não cardado) com 11,6%; ferro e aço (semimanufaturados) com 7,1%; e fumo (em folhas secas) com 5,3%.

Composição das importações brasileiras
US\$ milhões, fob

Descrição	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3	
			Valor	Part. % no total
Borracha	508	275	286	17,8%
Gorduras e óleos	347	316	278	17,3%
Fibras sintéticas	255	253	266	16,6%
Máquinas elétricas	120	122	139	8,7%
Automóveis	62	103	121	7,5%
Calçados	98	110	119	7,4%
Máquinas mecânicas	87	67	79	4,9%
Filamentos sintéticos	59	46	41	2,6%
Plásticos	22	28	35	2,2%
Vestuário de malha	21	26	26	1,6%
Subtotal	1.579	1.346	1.390	86,6%
Outros produtos	341	390	214	13,4%
Total	1.920	1.736	1.604	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil



Na pauta das importações brasileiras originárias da Indonésia predominam borracha (borracha natural), gorduras e óleos (óleos de dendê e de palmito) e fibras sintéticas (fios de fibras sintéticas ou artificiais). Em 2013, esses grupos de produtos, em conjunto, somaram 52% da pauta. Seguiram-se: máquinas elétricas (8,7%); automóveis (7,5%); calçados (7,4%); máquinas mecânicas (4,9%); e filamentos sintéticos (2,6%).

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 3 (jan-ago)	Part. % no total	2 0 1 4 (jan-ago)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil
Exportações					
Farelo de soja	189	18,6%	548	41,6%	Farelo de soja 548
Algodão	121	11,9%	124	9,5%	Algodão 124
Cereais	34	3,3%	94	7,2%	Cereais 94
Ferro e aço	94	9,3%	80	6,1%	Ferro e aço 80
Armas e munições	0	0,0%	79	6,0%	Armas e munições 79
Fumo	67	6,6%	73	5,5%	Fumo 73
Minérios	51	5,0%	63	4,8%	Minérios 63
Açúcar	239	23,6%	62	4,7%	Açúcar 62
Automóveis	32	3,2%	41	3,1%	Automóveis 41
Pele e couros	21	2,0%	22	1,7%	Pele e couros 22
Subtotal	847	83,6%	1.187	90,2%	
Outros produtos	166	16,4%	129	9,8%	
Total	1.013	100,0%	1.316	100,0%	

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil				
Importações				
Gorduras e óleos	175	16,5%	241	20,5%
Fibras sintéticas	181	17,1%	184	15,7%
Borracha	193	18,2%	170	14,5%
Automóveis	82	7,7%	88	7,5%
Calçados	78	7,4%	78	6,6%
Máquinas elétricas	86	8,1%	78	6,6%
Máquinas mecânicas	54	5,1%	68	5,8%
Adubos	0	0,0%	43	3,6%
Filamentos sintéticos	30	2,8%	26	2,2%
Vestuário de malha	17	1,6%	23	2,0%
Subtotal	897	84,6%	999	85,0%
Outros produtos	163	15,4%	176	15,0%
Total	1.060	100,0%	1.175	100,0%

Produto	Período 1 (Valor)	Período 2 (Valor)
Gorduras e óleos	241	175
Fibras sintéticas	184	181
Borracha	170	193
Automóveis	88	82
Calçados	78	78
Máquinas elétricas	78	86
Máquinas mecânicas	68	54
Adubos	43	0
Filamentos sintéticos	26	30
Vestuário de malha	23	17

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Aviso nº 514 - C. Civil.

Em 25 de novembro de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Indonésia.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **DSF**, de 29/11/2014

Secretaria de Editoração e Publicações - Brasília-DF
OS: 15085/2014